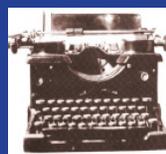
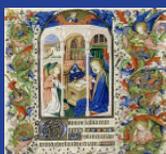


Revista de Letras



5

Série II
Dezembro
de 2006

DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 5

Dezembro de 2006
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIRECÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

CONSELHO DE REDACÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Maria da Assunção Monteiro, Henriqueta Gonçalves, José Manuel Cardoso Belo, Olinda Santana, Rui Guimarães, Armindo Mesquita, Fernando Moreira, Laura Bulger, Luísa Soares, Isabel Alves, José Barbosa Machado, Gonçalo Fernandes, Anabela Oliveira, Helena Santos, Orquídea Ribeiro, Milton Azevedo, Maria do Céu Fonseca.

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Mário Vilela, *Universidade do Porto*
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

CAPA

José Barbosa Machado

COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Gonçalo Fernandes e Marlene Loureiro

TIRAGEM

200 exemplares

EDITOR

Sector Editorial dos SDE

IMPRESSÃO

Serviços Gráficos da UTAD
Apartado 1013
5001-801 Vila Real
PORTUGAL

REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção e José Esteves Rei; org. Henriqueta Gonçalves, Gonçalo Fernandes, Anabela Oliveira; Comp. Gonçalo Fernandes, Marlene Loureiro – Série II, nº 5 (Dezembro de 2006) - - Vila Real: UTAD, 2007 - - Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962 Depósito Legal: 199202/03

I. Assunção, Carlos, dir / II. Rei, José Esteves, dir / III. Gonçalves, Henriqueta, org. / IV. Fernandes, Gonçalo, org. / V. Oliveira, Anabela, org. / VI. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit./

1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didáctica - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação (Literária) - - Didáctica.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

ÍNDICE

Nota Introdutória	
<i>Carlos Assunção e José Esteves Rei</i>	5-6

LINGUÍSTICA

Le Jugement de Valeur et l'art du raisonnement déductif	
<i>André Camlong, Universidade de Toulouse II, Le Mirail</i>	9-26

Standard Catalan vs. Popular Spanish: Literary Dialect in César-August Jordana's <i>El Rusio i el Pelao</i>	
<i>Milton M. Azevedo, Universidade da Califórnia, Berkeley</i>	27-34

Edição semidiplomática do <i>Sumário das Graças</i>	
<i>José Barbosa Machado, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</i>	35-47

Função do Português no <i>Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum</i> , o dicionário trilingue publicado pelos missionários jesuítas no Japão	
<i>Emi Kishimoto, Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka</i>	49-58

Importância dos estudos recíprocos entre Japonês e Português dos séculos XVI e XVII	
<i>Toru Maruyama, Universidade de Nanzan</i>	59-73

Aspectos críticos da nova Terminologia Linguística para os ensinos Básico e Secundário	
<i>Gonçalo Fernandes, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro</i>	75-86

La interpretación de los enunciados concesivos	
<i>Emma Álvarez Prendes, Universidade de Oviedo</i>	87-103

LITERATURA

José Saramago: singularidades de uma morte plural	
<i>Ana Paula Arnaut, Universidade de Coimbra</i>	107-120

Who is the "I" in 'Eu sou Eu e porque Eu sou Alguém', From Florbela Espanca's sonnet "Versos de Orgulho"	
<i>Anthony Soares, Queen's University, Belfast</i>	121-136

A miscigenação linguística nas literaturas pós-coloniais de língua portuguesa	
<i>Rebeca Hernández, Universidade de Salamanca</i>	137-145

DIDÁCTICA

Foreign Language Reading Comprehension (Research conducted in a Hungarian-German secondary school)
Árpád Erdélyi, József Eötvös College, Baja 149-154

O processo de escrita: Actualidade e explicitação de um modelo
Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Universidade da Beira Interior 155-161

CULTURA

Identidade Cultural Portuguesa. espaço de autonomia e diversidade
Fernando Alberto Torres Moreira, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 165-172

Discurso político: O discurso euro-iberista de Fernando Pessoa na construção da Europa
Rui Dias Guimarães, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro..... 173-188

Uma proposta de análise das lendas de Santa Marta de Penaguião
Alberto Milão Ferreira, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 189-205

COMUNICAÇÃO

Elementos da língua e comunicação literárias em Eugénio de Andrade: contributos para uma leitura didáctica
J. Esteves Rei, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro 209-221

**TESES DE DOUTORAMENTO E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO NO E DO
DEPARTAMENTO DE LETRAS** 225-230

NOTA INTRODUTÓRIA

Carlos Assunção
cassunca@utad.pt

José Esteves Rei
jrei@utad.pt

A *Revista de Letras* vê hoje surgir mais um número da sua II Série, correspondente ao mês de Dezembro de 2006. Este facto deixa-nos muito satisfeitos pela regularidade que vemos manter-se, pelo elevado número de colaboradores que nele participaram, a quem ficamos muito gratos, e pela diversidade e qualidade dos temas abordados. Por outro lado, congratulamo-nos por os artigos agora publicados decorrerem, em parte, do *X Encontro Internacional de Reflexão e Investigação*, do Departamento de Letras, no momento do seu vigésimo aniversário, realizado no mês de Junho de 2006.

O seu conteúdo distribui-se por dezasseis artigos, agrupados em cinco áreas científicas ou Secções tradicionais das *Revista de Letras* – Linguística, Literatura, Didáctica, Cultura e Comunicação.

Particularmente rica revela-se a Secção de Linguística, com sete artigos, de investigadores oriundos de seis universidades e cinco países, indo da pragmática linguística à dialectologia, da linguística histórica à edição diplomática, do Português Língua Estrangeira à Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário.

A Secção da Literatura compreende três artigos, de investigadores procedentes de três universidades e países diferentes, distribuindo-se pela análise, interpretação e semiótica literárias, pelas trocas ou empréstimos linguísticos, nas literaturas de expressão portuguesa e, ainda, por vias próximas dos estudos culturais.

A Secção da Didáctica é constituída por dois artigos, vindos de uma universidade portuguesa e uma universidade húngara, desenvolvendo as problemáticas da compreensão leitora, em língua estrangeira, e do processo de escrita, apoiado em modelos.

A Secção da Cultura apresenta três artigos de outros tantos investigadores portugueses, que abordam questões de identidade cultural, do discurso político euro-iberista de Fernando Pessoa e da análise textual relativa às lendas de uma região duriense, Santa Marta de Penaguião.

Finalmente, a Secção da Comunicação oferece um artigo que define a comunicação literária e mostra a sua aplicação em textos de Eugénio de Andrade.

Este número da *Revista de Letras* divulga, ainda, uma sinopse de trabalhos científicos, apresentados à UTAD, em 2006, nomeadamente os decorrentes dos *Mestrados do Departamento de Letras — Ensino da Língua e Literatura Portuguesas, Cultura Portuguesa e Literatura Portuguesa: Especialização em Literatura Infanto-Juvenil*.

A terminar, é nosso dever expressar o reconhecimento sentido para com a Reitoria da UTAD, na pessoa do seu Magnífico Reitor, Prof. Doutor Armando Mascarenhas Ferreira, pelo apoio prestado à edição deste número da *Revista de Letras*. Bem haja!

LINGÜÍSTICA

Le Jugement de Valeur et l'art du raisonnement déductif

André Camlong
Professeur Titulaire des Universités
andre.camlong@wanadoo.fr

Ces quelques notes n'ont qu'un seul but: celui de fournir au lecteur formules, paramètres et algorithmes d'analyse du raisonnement déductif et de conduire sa réflexion dans l'exégèse des textes produisant un jugement de valeur.

1. Le Jugement de Valeur Morale est un Jugement de Droit et non un Jugement de Fait

Le jugement de valeur morale exprime, non pas une préférence de fait, mais une préférence de droit.

La logique est la morale de la pensée et la morale est la logique du comportement.

Les «valeurs éthiques» sont des valeurs propres à l'activité conforme aux exigences de la morale. Les valeurs idéales servent de norme au jugement de valeur.

Les «valeurs morales» sont les valeurs qui consistent dans la réalisation du bien ou dans l'accomplissement du devoir.

2. «Une *définition* est une formule qui exprime l'essentiel de l'essence du sujet»

Une définition est une formule qui exprime l'essentiel de l'essence d'un sujet. On peut donner, soit une formule comme l'équivalent d'un mot unique, soit une formule comme l'équivalent d'une autre formule ; de fait, il n'est pas impossible de donner des définitions de certaines choses déjà désignées par une formule. En revanche, il est bien clair que ceux qui donnent comme définition un mot unique, de quelque façon qu'ils s'y prennent, ne donnent pas une définition de ce qui les occupe, puisque précisément **une définition a toujours l'aspect d'une formule. (...) en matière de définitions, la discussion tourne la plupart du temps sur une question d'identité ou de différence.** (Aristote: I, 6).

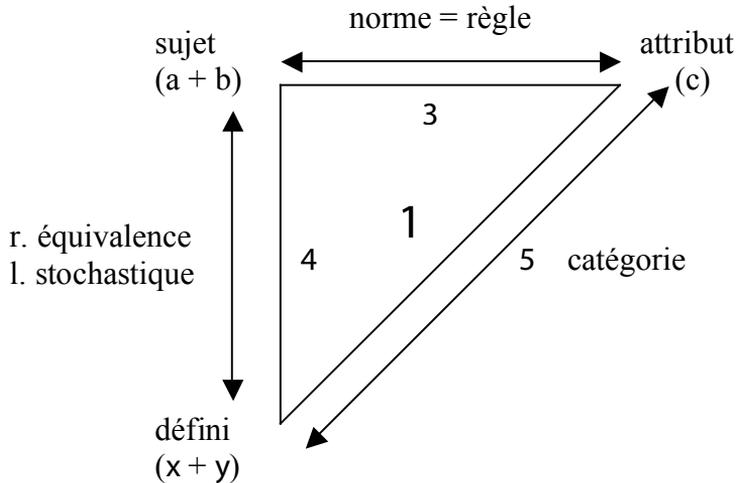
Retenons que tout problème est « une question d'identité ou de différence ». Et que toute formule se définit suivant des paramètres et un algorithme précis.

3. La norme et la règle $(a + b) \Leftrightarrow (c)$

La norme $(a + b) \Leftrightarrow (c)$ est une formule de définition réversible, mais suivant un principe sémantiquement orienté : /intention/ + /action/ = /acte/, à savoir : $(1 + 2) = (3)$.

L'attribut sert non seulement à désigner l'acte ou la qualité de l'acte, mais également à qualifier l'auteur de cet acte en fonction de la responsabilité engagée.

Alors la formule toute entière valide le jugement de valeur morale, qui est un jugement de droit et non un jugement de fait.



Toute la question consiste à remplir correctement la relation d'équivalence et la liaison stochastique des quatre éléments de la définition: $\frac{(x+y)}{(a+b)}$, suivant l'algorithme de définition [/intention/ + / action/ \Leftrightarrow /acte/], soit $(1 + 2) \Leftrightarrow (3)$ équivalent de $(a + b) \Leftrightarrow (c)$.

La norme, c'est, étymologiquement parlant, «l'équerre», ou l'instrument de mesure qui fixe «l'angle droit», c'est-à-dire «le principe d'identité et la pierre angulaire de la pensée qui déclare la *supériorité* du Même sur l'Autre» (Voir A. Lalande, *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*).

L'algorithme suit le principe du triangle remarquable de Pythagore dont la norme $3^2 + 4^2 = 5^2$ sert à fixer la qualité morale de l'acte, à authentifier la responsabilité de l'auteur et à valider le jugement de valeur.

1. logique	sujet		attribut
2. sémantique	compréhension		extension
3. loi (axiome)	/intention/	/action/	/acte/
4. équivalence	(a	b)	(c)
5. norme	3 ²	4 ²	5 ²
6. algorithme	(1	2)	(3)

Aristote a substitué l'enthymème – argument volontairement réduit en droit – au syllogisme – l'argument intégral du raisonnement déductif.

Etymologiquement parlant, **enthymème** (*en thumos*) signifie en grec « qui est dans les têtes, dans les cœurs ou dans les esprits ». C'est en fait la majeure « en tête » du syllogisme qui a une valeur universelle et qui sert de référence à la mineure, pour en mesurer la portée.

Pour Aristote, dans sa *Rhétorique*, la majeure ou l'universelle, c'est le VRAI, ce qui est constant et évident pour tous les esprits, et la mineure, c'est le VRAISEM-BLABLE, ou le cas particulier qu'il faut évaluer à l'aulne de la majeure.

D'où l'algorithme de définition de la mineure suivant les principes rationnels de la relation d'équivalence et de la liaison stochastique.

4. Syllogisme et enthymème

1. Le *syllogisme* est l'algorithme du raisonnement déductif complet à 3 propositions.

Considérons l'algorithme complet du jugement de droit qui sera immédiatement opposé au jugement de fait :

a) la *majeure* est universelle, constante, stable et identique à elle-même: $(a + b) = (c)$

b) la *mineure* est le cas particulier (ou critère inconnu) évalué à l'aulne de la majeure (ou prédicteur) suivant le rapport: $\frac{(x + y)}{(a + b)} = \frac{\text{critère}}{\text{prédicteur}}$

c) L'enjeu consiste à définir la valeur du couple inconnu $(x + y)$ au regard de la valeur du couple étalon $(a + b)$, en fonction de la valeur des catégoriels $/a/$ de l' /intention/ $(\frac{x}{a})$ et $/b/$ de l' /action/ $(\frac{y}{b})$, en vertu des principes rationnels d'identité et de contradiction.

d) La *conclusion* est déduite du rapport d'équivalence et de la liaison stochastique.

e) D'où les *critères* d'évaluation qui sont *pleins* ou *vides*, mais toujours définis :

1. Si les critères sont *pleins* ($a = 1$) et ($b = 2$) et la formule $(a + b) = (1 + 2) = (3)$.

Conclusion : ($c = 3$). C'est un acte responsable.

2. Si les critères sont *vides*, il y a 3 possibilités de conclure :

2.1 $(a + b) = (0 + 0)$. C'est un acte potentiel, pure velléité

2.2 $(a + b) = (1 + 0)$. C'est un acte inachevé, imparfait ou intentionnel

2.3 $(a + b) = (0 + 2)$. C'est un acte involontaire ou irresponsable.

f) D'où la typologie des cas que l'on peut envisager :

$(x + y)$	$(a + b)$	\Leftrightarrow	(c)	Acte
Normal	$(1 + 2)$	$=$	(3)	achevé
Vide	$(0 + 0)$	$=$	(0)	indéterminé
Minoré	$(1 + 0)$	$<$	(3)	inachevé
Minoré	$(0 + 2)$	$<$	(3)	irresponsable

g) Exemple. Le cas du *Ladrão* de Viriato Correia, un exemple parmi d'autres tiré de la fiction, sans doute inspiré de la réalité, qui sert d'*exemplum* ou de leçon de morale. Le texte est intégralement proposé à la fin de ces quelques notes de réflexion. Nous devons «juger» le protagoniste, comme on pourrait «juger» tout autre personnage de la vie courante. Nous laissons au lecteur le soin de le faire par lui-même.

1.1 Principe universel de la Majeure : « Tout homme qui a l'intention de tuer ou de voler, et qui tue ou qui vole, est un assassin ou un voleur ».

L'algorithme est universel : $(a + b) = (1 + 2) = (3)$.

Comme ce principe universel est « dans tous les esprits » (*en thumos*) ou « dans tous les cœurs », il sert de référence. Il est donc inutile de le rappeler. D'où l'*enthymème*, la mesure et l'évaluation de la mineure (le cas particulier).

1.2 Cas particulier de la mineure : « Le protagoniste '*confesse*' qu'il n'a pas eu l'intention de tuer, bien qu'il ait commis un meurtre ».

D'où l'algorithme de définition d'*assassin* : $(a + b) = (0 + 2) < (3)$.

D'où la conclusion: *Homicide involontaire*.

En revanche, «le protagoniste '*confesse*' qu'il a eu l'intention de voler et il a tout fait pour voler la bourse de la vieille dame». Il se justifie : il déclare qu'il est

un voleur invétéré, un voleur dans l'âme, qui a déjà volé par deux fois, mais qui, cette fois-ci, chemin faisant, a basculé dans le meurtre. Le vol est un acte avorté.

D'où l'algorithme de définition de *voleur* : $(a + b) = (0 + 0)$.

D'où la conclusion : Cas indéterminé en apparence.

Mais, comme « il confesse » qu'il a déjà volé par 2 fois, celle-ci allait être, au gré des circonstances, la troisième : il persiste.

D'où l'algorithme complet : $(a + b) = (1 + 2) = (3)$.

D'où la conclusion : il est, *dans le temps et par essence*, « voleur », et même « un voleur invétéré », et, *dans l'instant et par accident*, « assassin », un homme qui avait perdu la tête, « *qui ne se gouvernait plus* » (comme il le confesse).

1.3 Conclusion. Le vol est le mobile du crime. Le protagoniste est un voleur qui a commis un homicide involontaire. Ce sont les circonstances qui en ont décidé ainsi : le *mobile*, c'est son affaire, mais *l'alibi* est ailleurs, du côté de la mère qui a dérogé aux habitudes de la maison et du côté de la vieille dame qui a violé les règles morales de l'hospitalité (commerciales et sociales). C'est tout.

L'*enthymème* préconisé par Aristote dans le jugement de DROIT consiste à sous-entendre la MAJEURE qui est « dans tous les esprits ». Inutile donc de la ressasser. On va directement à la « mineure » pour définir d'abord la valeur des catégoriels d'/intention/ et d'/action/ et ensuite la valeur du rapport d'équivalence et de la liaison stochastique:

$$\frac{(x + y)}{(a + b)} = \frac{\text{critère}}{\text{prédicteur}}$$

D'où la conclusion du jugement « de valeur morale » qui est un *jugement de DROIT*, qui s'oppose au *jugement de FAIT*.

Le jugement de fait. Qui ne connaît le célèbre syllogisme :

1. Majeure : *Tous les hommes sont mortels*
2. Mineure : *Or Socrate est un homme*
3. Conclusion : *Donc Socrate est mortel.*

Malgré les apparences, la majeure de ce syllogisme de FAIT n'a rien de la valeur morale, stable, constante, évidente et universelle de la majeure du syllogisme du jugement de DROIT, un jugement de pure logique et de pure morale.

Dans l'*enthymème*, la majeure (qui « *est en-tête* ») du jugement de valeur est « écrasée » dans le rapport d'équivalence à quatre termes $\frac{(x + y)}{(a + b)}$. C'est cette pré-misse (*in absentia*) qui fixe la *liaison stochastique*, tacitement, *ne varietur*, selon

les principes rationnels et universels érigés en loi, en règle et en norme d'évaluation logique et morale.

Rappelons les 5 arguments qui constituent la panoplie du raisonnement déductif : 1) le *sylogisme*, argument fondamental, 2) l'*enthymème* qui est un syllogisme minoré, et 3) l'*épichérème*, 4) le *dilemme* et 5) le *sorite* qui sont des syllogismes majorés.

L'*enthymème* est bien l'argument le plus approprié au jugement de valeur en tant que jugement de droit, dans la mesure où la majeure est une, universelle, constante et évidente, qu'elle est « *dans toutes les têtes* ».

5. Rappel des catégories de valeurs (Lavelle 1955)

1. Les valeurs *économiques* et les valeurs *affectives* sont les valeurs de l'homme dans le monde ;

2. Les valeurs *intellectuelles* ou valeurs de vérité et de connaissance et les valeurs *esthétiques* ou valeurs de beauté sont les valeurs de l'homme devant le monde ;

3. Les valeurs *morales* et les valeurs *spirituelles* ou suprêmes sont les valeurs de l'homme au-dessus du monde.

6. Notions fondamentales et définition de la personne morale

6.1 La liberté et la responsabilité de l'individu

La liberté n'est pas une simple indépendance d'esprit, mais un engagement dans l'action délibérée, puisqu'il n'y a que la volonté qui soit libre. La liberté n'est pas non plus un choix capricieux ou irrationnel, mais le choix d'un acte librement consenti, conséquence du pouvoir d'autodétermination rationnelle et consciente. Les forces émotives, qui augmentent la puissance du vouloir, diminuent dans la même mesure la maîtrise de soi (ou *self contrôle*) qui est l'essentiel de la liberté.

Le **devoir moral**, c'est l'obligation qu'a tout individu d'agir librement, mais toujours en accord avec les impératifs de sa conscience et dans le strict respect des règles morales, individuelles ou collectives, privées ou publiques. Pour ce faire, tout individu doit maîtriser les forces irrationnelles qui sommeillent en lui et dont il est prisonnier : ce sont ces forces qui forment son caractère, son tempérament, sa personnalité ou, pour tout dire, son identité. Ces forces personnelles se nourrissent des tendances individuelles, des habitudes, des mœurs ou des passions qui l'emprisonnent. Ces forces qui font le caractère de l'individu sont cause de son comportement : elles se mettent en action dès que les circonstances favorables se présentent pour les stimuler. Tout le problème est de déterminer si ces forces sont morales (orientées vers

le bien), immorales (orientées vers le mal) ou amORALES (sans référence).

Le **devoir moral** est régi par la conscience morale, c'est-à-dire par la connaissance immédiate qu'a le sujet pensant de la valeur morale de ses actes. C'est le **pouvoir moral**, c'est-à-dire la faculté de tout individu raisonnable de juger de la valeur morale de ses actes (c'est-à-dire du degré de conformité de son action avec sa volonté et sa libre détermination au regard de sa conscience et des règles morales qui régissent son comportement). C'est la **faculté de discernement du devoir moral** par rapport aux principes moraux. [Voir Louis Lavelle, *Traité des valeurs* ; Bergson, *La conscience des deux mondes...* ; Kant, *Critique de la Raison pure* (le vrai et le faux) et *Critique de la Raison pratique* (le bien et le mal)].

6.2 Passions et aveuglement de l'individu

Voir **Aristote**, *Rhétorique*, **Livre 2**, où les problèmes des passions et les problèmes de « l'âme », causes des troubles du comportement et de la personnalité et source de jugements « déviants », liés aux *habitus*, aux ressentiments et aux situations. Aristote joue sur l'opposition des couples : colère / calme ; douceur / patience ; amitié / haine ; crainte / confiance ; honte / impudence ; obligeance / désobligeance ; pitié / indignation ; envie / mépris.

Les entraves :

- 1) **tendances** qui contrarient les devoirs ;
- 2) **mœurs** qui dévient les pouvoirs ;
- 3) **habitudes** qui affaiblissent la volonté.

D'où la définition de l'acte en fonction de l'*autodétermination*, de la *liberté* et de la *responsabilité*.

L'obligation morale suppose le droit de choisir (liberté et autodétermination), mais elle supprime le droit de choisir puisqu'elle impose qu'on se détermine pour des raisons d'intérêts supérieurs (bien individuel ou collectif).

L'obligation est la nécessité d'une action libre sous un impératif catégorique. (Voir Kant, *Les principes de métaphysique du droit*).

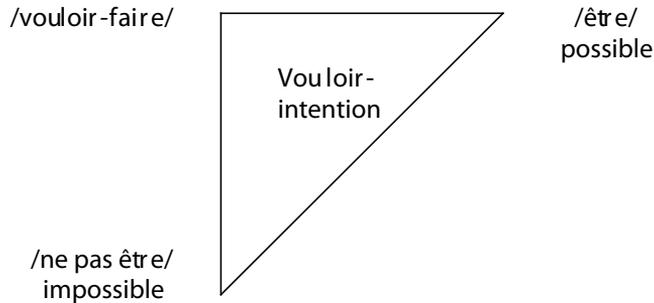
D'où le problème de définition de /l'être/ en fonction du /paraître/ et du /non paraître/ et, inversement, du /paraître/ en fonction de /l'être/ et du /non être/.

7. La norme, l'équivalence des rapports et la formule de définition du jugement de valeur « morale » : (a + b) ⇔ (c)

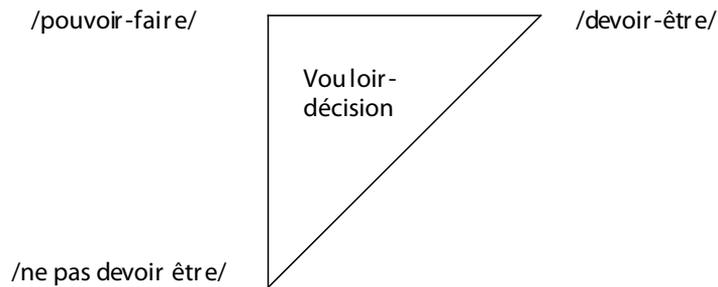
7.1 Les valeurs de l'intention (a) qui se définit par un « vouloir-intention »,

puis un « vouloir-décision » et enfin un « vouloir-exécution » : **ORIENTER**.

7.1.1 le /vouloir-intention/ (*virtuel*) : **/vouloir faire/** par rapport à **/être/ versus /ne pas être/**. C'est la première phase de définition. C'est le **PROJET**.



7.1.2 le /vouloir-décision/ (*potentiel*) : **/pouvoir-faire/** par rapport à **/devoir être/ versus /ne pas devoir être/**. C'est la deuxième phase : la phase de délibération ; une phase de prise de conscience. La déontologie : **DÉLIBÉRER**.

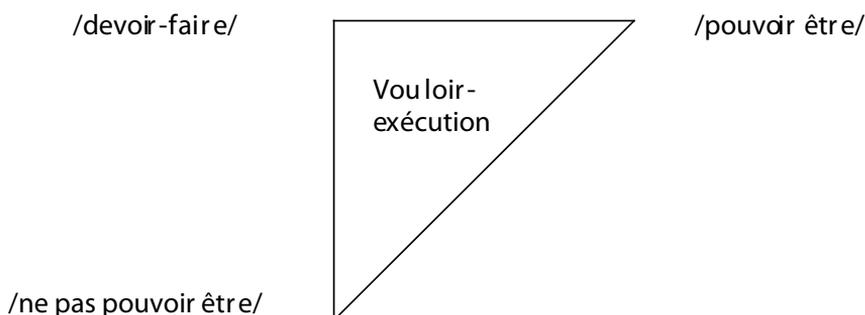


7.1.3 le /vouloir-exécution/ (*réel*) : **/devoir-faire/** par rapport à **/pouvoir être/ versus /ne pas pouvoir être/**. C'est la troisième et dernière phase, la phase de détermination qui implique la responsabilité morale de l'individu, en tant qu'être libre : **SE DÉTERMINER**.

L'individu est seul face à lui-même, face à ses responsabilités, face à la morale, face à la conscience, face à la liberté, face à ses devoirs et à ses obligations.

L'enjeu est terrible. L'acte engage sa responsabilité de façon irrévocable. Il n'y a pas de retour en arrière possible. Une fois l'acte accompli, ou bien l'auteur est conscient de sa responsabilité aussi bien face au mal que face au bien, ou l'auteur

est inconscient et donc irresponsable.



L'appréciation du vouloir saisi dans sa plénitude (généralement confondu avec la seule « intention ») détermine de plein droit la qualité de l'acte. La définition pleine et entière du « vouloir » est fondamentale et primordiale dans la détermination de la responsabilité engagée de l'individu.

La formule de définition [**/intention/ + /action/** ⇔ **/acte/**] est universelle parce qu'elle est réversible. Elle donne la pleine mesure de « l'attribut » qui qualifie ou classe logiquement l'acte au vu de la responsabilité engagée.

Remarques :

1. Les verbes modaux VOULOIR, DEVOIR et POUVOIR n'ont pas d'impératif
2. L'attribut qui sert à fixer la catégorie du jugement de valeur est, suivant la typologie des dictionnaires, « substantif » ou « qualificatif » (ce qui le rend « inclassable »). Alors que dans la *Logique de Port-Royal* il indique la « substance » (ce qui donne un tout autre sens à la notion de jugement de valeur).

7.2 Les valeurs de l'action (b) :

Fondés sur les relations intrinsèques de /l'être/ et du /paraître/, les catégoriels du visible sont définis dans le temps et dans l'instant.

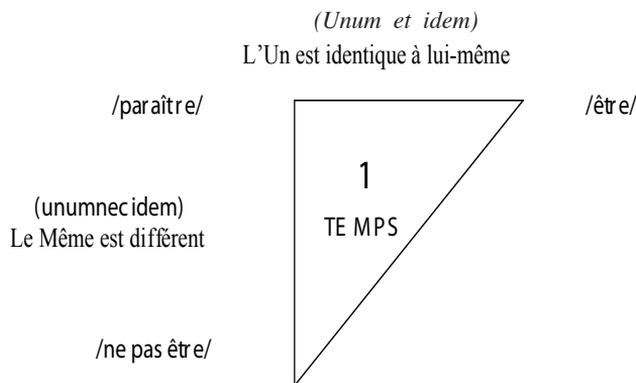
7.2.1 **dans le temps** : l'Un est identique à lui-même et le Même est différent.

(*Unum et idem* ⇔ l'Un est identique à lui-même) *versus* (*unum nec idem* ⇔ le Même est différent).

L'Un ou **1**, c'est, dans le temps, l'unique, l'universel, l'identique, l'évident, le

constant, l'univoque. C'est le Nom dans le nombre, l'original.

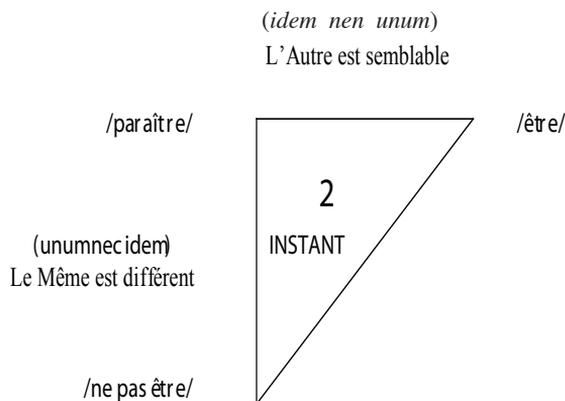
La notion de temps est fondamentale dans l'appréciation du *mobile*.



7.2.2 **dans l'Instant**: l'Autre est semblable ou le Même est différent. (*Idem nec unum* ⇔ l'Autre est semblable) versus (*unum nec idem* ⇔ le Même est différent).

Le **2**, c'est, dans l'instant, le nombre, le double, la confusion, le semblable ou le différent. C'est le multiple, l'altérité, l'image, l'ambiguïté, l'équivoque, le leurre. C'est une duplique. Donc ce n'est pas l'original : c'est un faux, une tromperie, une illusion, un mensonge...

La notion d'*instant* est fondamentale dans l'appréciation de l'*alibi*.



«Si le principe d'identité reste la pierre angulaire de la pensée, c'est en tant qu'il déclare la *supériorité* du Même sur l'Autre». (Lalande)

C'est ce triangle d'identité – « *pierre angulaire de la pensée* » – qui est la matrice qui permet de résoudre le problème de la contradiction, et *a fortiori* du tiers exclu.

7.3 Prémisses. L'Eisagoge pose le jugement de valeur erroné auquel l'antéisagoge oppose le jugement de valeur morale (constamment vérifié et constamment vérifiable).

L'opposition est entre le doxastique */croire-être/* et l'épistémique */savoir-être/*.

L'*eisagoge* s'appuie sur le */croire-être/* et l'*antéisagoge* se fonde sur le */savoir-être/*

Vrai ou pas vrai ? Faux ou pas faux ?

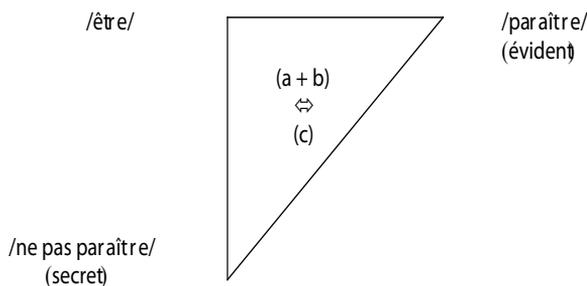
7.4 Les valeurs morales de l'acte défini par la formule d'équivalence (a + b) ⇔ (c) sont fondées à la fois sur /l'être/ et sur le /paraître/, dont la portée est à la fois universelle et réversible. L'évidence est le fondement même du critérium de vérité.

L'évidence dit tout à la fois l'identité et la différence, l'Un et l'Autre : le Vrai est universel et le Vraisemblable est particulier (Aristote).

Alors la formule valide et authentifie la vérité, la véridiction et la vérification, autant dire le jugement de valeur (le verdict).

La formule certifie et garantit la validité du jugement de valeur morale (jugement de droit, par excellence) : (a + b) ⇔ (c), à savoir : */intention/ + /action/ ⇔ /acte/* avec une «responsabilité attribuée et reconnue».

Tout le problème consiste à remplir et à valider la formule de définition. C'est une affaire de logique et de morale, l'algorithme étant posé.



La définition est au cœur de la logique et de la morale: elle concerne tout à la fois la dialectique et la rhétorique, la véridiction et la vérification.

La logique est la morale de la pensée et la morale est la logique du comporte-

ment.

La vérité d'un jugement consiste, en définitive, dans la correspondance univoque d'un système de symboles et de relations entre ces symboles avec les objets auxquels on les réfère et les relations que ces objets soutiennent entre eux. (Rougier 1955 : 316)

Le jugement de valeur morale exprime, non une préférence de fait, mais une préférence de droit, c'est-à-dire une préférabilité où le devoir de tout sujet est d'agir en conscience, en accord avec les droits et des devoirs qui s'imposent à tout être libre et raisonnable.

« La meilleure façon de paraître, c'est d'être » disait Aristote.

La logique et la morale sont toutes deux normatives, mais pas de la même façon : la morale fixe des fins qui sont présentées comme catégoriquement obligatoires, et la logique ne fixe pas des fins, mais propose des moyens hypothétiquement ou conditionnellement obligatoires. La **morale** est soumise à la raison qui lui donne règles, normes et rapports de convenance. La morale n'est pas la science des mœurs, mais la règle des mœurs. En faisant de l'acte un acte essentiellement rationnel, elle engage la responsabilité de l'individu et fait que le jugement de valeur est un jugement de valeur morale où la conscience et la connaissance prennent une place capitale.

La **morale** fixe des fins présentées comme catégoriquement obligatoires.

Tout **acte moral** est un acte rationnel, délibéré, conscient et voulu.

La liberté dans la pratique est l'indépendance de la volonté par rapport à la contrainte des penchants de la sensibilité. (Kant : 394)

Le **pouvoir** est la capacité d'autodétermination qui oscille entre le devoir et la liberté (entre obligation et responsabilité). Il reflète le degré d'indépendance dont dispose l'individu pour régler sa vie et maîtriser sa destinée.

Agir librement consiste en réalité à se déterminer soi-même pour des raisons légitimes, et la liberté est d'autant plus parfaite que les raisons sont dictées par la morale, par la conscience droite et par la libre acceptation de l'obligation morale (qui veut le bien de l'individu et de la société).

La **vérité** est affaire de **critères** (*krinein* = juger) pour juger sans équivoque et sans contradiction.

8. Le jugement de DROIT

Seule la formule de définition $(a + b) \Leftrightarrow (c)$ permet de valider le jugement de valeur.

«Toute question d'identité ou de différence» est réglée par la récupération de la vérité sur l'erreur. Dans le jugement de valeur c'est une question de DROIT.

Tout le problème est de *trouver l'erreur* pour fixer la vérité, «identité et différence» confondues.

Pour ce faire, la dialectique s'appuie sur le rhétorique, cette servante fidèle qui lui permet de «restituer le monde des faits» dans le seul but de fournir les éléments de preuve, de démonstration et de vérification.

Telle est la leçon que le lecteur pourra expérimenter en analysant contes et nouvelles, fables et paraboles, fiction ou réalité, à la lueur des définitions, des paramètres et des algorithmes qui viennent d'être présentés.

9. Analyse pratique

Le conte *LADRÃO* de Viriato Correia, tiré de *Novelas Doidas*, RJ: Liv. Castilho, 1928, 2^a ed., p. 221-228.

LADRÃO

(*Confissão de um assassino*)

A minha intenção não era matar. Eu queria apenas furtar a bolsa de dinheiro que a velha trazia.

Foi o diabo quem se meteu no meio. Veja lá se não foi o diabo. Ia começando a escurecer quando ouvi, no terreiro, o latido dos cachorros e um trote de cavalos. Corri à porta. Era uma velha montada numa égua, seguida do bagageiro, um pardavasco de cara amarrada, que trazia no cinto um par de pistolas deste tamanho...

A nossa casa ficava mesmo à beirinha da estrada. Quem ali chegasse à boca da noite tinha que dormir para só seguir viagem quando viessem rompendo as barras do dia. Numa distância de cinco léguas para diante não havia mais pousas, somente a mata escura que o luar não alumia, morros e socavões que metiam medo à gente.

Eles dois, a velha e o bagageiro, vinham já sabendo que iam ali dormir.

A nossa casa não era grande, mas, como toda a casa de beira de estrada, no sertão, tinha um quarto para hóspedes.

Havíamos acabado de jantar quando eles chegaram. Minha mãe estava na cozinha lavando os pratos. Segurei o estribo da sela para que a velha apeasse, ajudei o bagageiro a tirar a carga dos cavalos, mostrei-lhe os pastos e trouxe

a velha para dentro de casa.

Era uma senhora alta, magra, o cabelo como uma pasta de algodão, mas forte e dura ainda, capaz de agüentar os solavancos de uma viagem daquelas. Saltou agarrada à bolsa, a tal bolsa de couro da minha desgraça, enorme, atulhada, que ela trazia segura na mão. Pelos modos, pelos óculos de ouro, pelo vestido, pelos arreios dos animais, percebi logo que se tratava de uma velha rica.

Minha mãe veio-lhe fazer sala e eu fui, com o bagageiro, pear os cavalos na capoeira próxima.

Lá, puxando conversa, fiz que ele me contasse tudo. A sua patroa era a siá dona Benarda Bastos, fazendeira em Carolina, rica como peste, que ia a rumo de Caxias para tomar o vapor que a levasse à capital, onde queria visitar o filho, um doutor de leis, que estava mal de saúde. Quando voltei a casa, já no escuro, minha mãe preparava a janta para os hóspedes. Aquilo lá em casa era o trivial. Quase todas os dias havia um hóspede novo que chegava sem ter jantado.

Até aquele momento eu não tinha maldado nada, não me havia passado pela cabeça a intenção do roubo. Foi só depois que a velha acabou de jantar.

Durante a comida não se cansou de gabar o franguinho guisado que minha mãe lhe preparara e, no fim, com uma bondade que deixava a gente desarmada, disse:

– Não se ofendam comigo, não é pagamento o que eu vou fazer. Sei que vocês são pobres e eu quero deixar uma lembrança para você (apontava para minha mãe) comprar uma saia.

E abrindo a tal bolsa de couro, tirou de dentro um mação de dinheiro assim, como eu nunca tinha visto tão grande. Mas, ao procurar uma nota pequena, o maço caiu-lhe das mãos e as cédulas espalharam-se no chão, uma infinidade, um despropósito, um despotismo.

Fiquei apalermado, os olhos de sapo esbugalhados em cima daquele mundão de dinheiro. E tão tonto fiquei, com o olhar tão fora de jeito, que, quando ergui a cabeça, minha mãe tinha os olhos cravados em mim, como dois fochos que me queimavam numa repreensão assustada.

Minha mãe sempre teve medo de mim. Quando chegavam hóspedes, ela me vigiava como se vigia a um ladrão. Eu já tinha, de uma feita, furtado a abotoadura de ouro de um fazendeiro e, de outra, a bolsa de um boiadeiro que lá em casa pernoitara.

Mas, daquele momento em diante, não governei mais a cabeça. Ia ao terreiro, voltava, mas sempre a ver aquele alarve de dinheiro, aquela ruma de cédulas da bolsa de couro.

Minha mãe não tirava os olhos de mim. Para disfarçar, peguei a viola que estava dependurada na parede e pus-me a arranhar-lhe as cordas. Quem disse que eu pude tocar? Era um baralhado de sons, um tropeçar de dedos no

encordoamento. Minha mãe a ouvir, a perceber tudo...

Entreguei a viola ao bagageiro, que a ficou tocando até tarde, quando emborcou na rede para dormir. A velha recolheu-se. Eu, do copiar, ouvia tudo, a arrumação que se fazia lá dentro, minha mãe a armar a rede no quarto de hóspedes para a fazendeira. Nada, nada me escapava, apesar do repenicado saudoso que o bagageiro fazia na viola. Ouvi minha mãe, certamente com medo de mim, pedir para guardar a bolsa. Ouvi a velha teimar em ficar com ela:

– Não, não, ela sempre andou comigo.

E a verrumar-me o miolo, a remexer-me cá dentro aquela idéia... aquele dinheiro... aquela bolsa... O bagageiro ainda não tinha deixado a viola, já eu estava com tudo riscado na cabeça. Quando todos estivessem dormindo, eu ia ao quarto da velha e tirava-lhe a bolsa. Depois caía no mundo, pois com aquele dinheiro eu podia viver onde quisesse.

O meu pavor era que o bagageiro acordasse. Aquelas pistolas, aquela cara enfarruscada... Mas o quarto dos hóspedes ficava lá nos fundos e ele dormia aqui fora, na varanda do copiar, e, além disso, estrompado da viagem, morte de sono, roncando como roncava, de certo que não havia de ouvir barulho nenhum.

O receio maior era de minha mãe, lá no seu quarto, quieta, silenciosa, mas que eu bem sentia que estava acordada. Mas lá para diante, lá para as tantas da noite, ela dormiria também.

E fiquei no fundo da rede, remoendo, remoendo... Onde iria a velha, ao pegar no sono, esconder a bolsa? Debaixo da cabeça, como travesseiro? Era muito grande, muito dura. Junto ao seio, a ela agarrada? Muito pesada. Havia de ser debaixo da rede. Sim, debaixo da rede!

Onze horas... meia-noite... uma hora... Como a noite é comprida, quando a gente está esperando a hora do roubo!

O bagageiro a dormir, a roncar, como se aquele fosse o seu último sono. Todo eu parecia que só tinha ouvidos. Distinguia tudo ali do fundo da rede: um pássaro da noite que piasse ao longe; o chocalho dos cavalos, muito além, nos pastadouros; um galho quebrado na mata; o mais leve remexer das pessoas nos quartos, tudo.

Duas horas da madrugada. Bateu-me o coração. Percebi que minha mãe dormia – era aquele o resfolegar cansado de quem passa o dia inteiro na labuta.

Levantei-me. Fiquei de pé na varanda, assuntando. Nada. Ninguém acordou. Três vezes passei junto do punho da rede do bagageiro, e ele dormindo estava, dormindo ficou, sem se mexer, a roncar.

Saí para o terreiro. Encostei o ouvido à parede do quarto de minha mãe. Era o mesmo som cansado que quem dorme vencido pelo sono.

Contornei a casa na ponta dos pés, para alcançar o quarto de hóspedes. A porta não tinha fechadura – apenas uma taramela de madeira pelo lado de

dentro. Parei à porta, escutando. Vinha um som rouquenho, pesado, de velha ressonando.

Com a ponta da faca levantei a tramela, devagarinho. A porta cedeu, sem barulho. Pus um pé dentro, a escutar, os olhos arregalados, ansiosos por devassar a escuridão. A mancha branca de um vulto deitado...

Caminhei na pontinha dos dedos, ora pondo um pé aqui, ora pondo um pé ali, contendo o fôlego, leve, os braços abertos, os olhos escancarados como se naquele momento eu não tivesse mais nada senão os olhos.

No meio do quarto tive que parar, à escuta.

Os mesmos sons de sonos firmes.

Caminhei de novo.

Cheguei perto do vulto. Nem um movimento ele fez. Baixei a cabeça, examinando, à procura da bolsa. Nem uma sombra, nada.

Acocorei-me debaixo da rede e catei, catei...

Nada. Nada.

Levanto-me.

Já me não governava. Tudo era a bolsa.

E vou descendo a mão para palpar o vulto. E, quando os meus dedos o vão tocando, ei-lo que se mexe e se ergue de repente na rede. Ouço como que o rugido do começo de um grito de susto. Levo rapidamente a mão a uma boca e abafa o grito.

Um outro rugido quer sair. Com a mão direita aperto uma garganta. Mas o vulto estrebucha, quer erguer-se, quer gritar. E os meus dedos vão arrojando a garganta, mais, mais, mais...

Já não estava em mim. Parecia-me que toda a casa tinha ouvido, parecia-me que o bagageiro, lá fora, ia acordar.

E aperto, aperto, aperto o quanto é possível apertar. Mas sempre aqueles sons sufocados a sair.

Era preciso acabar com aquilo, senão estava eu perdido.

Levo então as duas mãos à garganta da velha e enterro os dedos, enterro até onde as forças podiam enterrar. O corpo vai fraquejando, nuns estrebuchos moles, nuns arrepios frouxos. Depois não se mexeu mais.

E eu com as mãos ali na garganta, sufocando, sufocando...

A porta abre-se. O bagageiro entra com a candeia na mão. A luz da candeia bate em cheio sobre mim e sobre o cadáver.

Um choque sacode-me; baixo a cabeça, olho, reolho e recuo num grito apavorado. Era o cadáver de minha mãe.

Ela, temendo que eu fizesse o roubo, tinha deixado a velha no seu quarto e viera dormir no quarto de hóspedes.

10. Structure discursive du conte

a) *La dialectique*

La dialectique, c'est l'art de convaincre et de récupérer la vérité sur l'erreur.

Elle part de l'énoncé d'une hypothèse qui va jalonner et façonner la thèse à la lueur de la rhétorique.

10.1 le *problème* (une question d'identité fondamentale) : *Ladrão* ou *assasino* ?
Tout est dans le titre, en puissance au départ et en réponse à l'arrivée.

10.2 les *prémises* cernent les valeurs du *vouloir-intention* exprimées par le catégoriel /a/:

A minha intenção não era matar. Eu queria apenas furtar a bolsa de dinheiro que a velha trazia.

10.2.1 la *prémisse erronée*, fondée sur un simple *vouloir-intention*, donc virtuel, concerne le jugement de valeur FAUX (œuvre d'un tiers, le «TU» du bagagiste ou du lecteur). Prémisse à proscrire :

A minha intenção não era matar.

10.2.2 la *prémisse proposée*, fondée sur une ferme volonté, donc réelle, concerne le jugement de valeur VRAI (œuvre du «JE » qui «*confesse la vérité*»). Prémisse qui exprime l'hypothèse de travail (la thèse en puissance) :

Eu queria apenas furtar a bolsa de dinheiro que a velha trazia.

10.3 la *transition* concerne la volonté aveuglée du protagoniste «qui a perdu la raison». C'est le *mobile du crime* qui est ainsi focalisé. Le chemin est tracé:

Foi o diabo quem se meteu no meio. Veja lá se não foi o diabo.

Bien entendu, il faudrait analyser tous les autres éléments (lexique, grammaire, symbolique...) pour voir que tout converge vers l'élaboration du jugement de valeur et que tout est en rapport avec la validation.

b) La rhétorique

La rhétorique, c'est l'art de remonter dans les faits pour en extraire les éléments capables de prouver et de démontrer la vérité en cours de construction. C'est la thèse qui porte sur *la reconstitution et l'examen des faits*.

La thèse informe l'interlocuteur et l'invite à vérifier la qualité du rapport

d'équivalence $\frac{(x+y)}{(a+b)}$ et à valider la formule de définition $(a+b) = (c)$, c'est la clé du jugement de valeur.

c) La conclusion

La conclusion, c'est la validation du jugement de valeur annoncé d'entrée de jeu par la graphie du titre : **LADRÃO (Confissão de um assassino)**. Titre virtuel au départ et pleinement vérifié à l'arrivée.

Le protagoniste est **VOLEUR** par essence (c'est *son identité*) et **ASSASSIN** par accident (c'est *toute la différence*). Tout comme l'Un justifie l'Autre, l'Un est identifié par l'Autre.

Si le principe d'identité reste la pierre angulaire de la pensée, c'est en tant qu'il déclare la *supériorité* du Même sur l'Autre. (A. Lalande)

11. Le lecteur peut aborder l'exégèse des *Contos da Montanha* ou des *Novos Contos da Montanha* de Miguel Torga, des *Fables* d'Ésope ou de La Fontaine, des *Paraboles* de l'Évangile ou des «nouvelles» et des «faits divers» tirés de mille et une sources.

Le jeu en vaut la chandelle.

Laus Deo

AC

Toulouse, le 30.11.2006

Standard Catalan vs. Popular Spanish: Literary Dialect in Cèsar-August Jordana's *El Rusio i el Pelao*

Milton M. Azevedo

University of California, Berkeley
mmazeved@berkeley.edu

Resumo

No romance curto de Cèsar-August Jordana, *El Rusio i el Pelao*, localizado no Chile em meados da década de 1950, a narrativa em catalão padrão fornece um pano de fundo neutro para realçar o espanhol popular, em diversas combinações de discurso direto e indireto. Em termos bakhtinianos, o dialeto literário resultante define uma polifonia de vozes baseada num contraste explícito entre o catalão e o espanhol dialetal, e um contraste implícito entre o espanhol dialetal e o espanhol padrão.

Palavras chave: Cèsar-August Jordana, dialeto literário, catalão, espanhol popular chileno, Bakhtin.

Abstract

In Cèsar-August Jordana's short novel *El Rusio i el Pelao*, set in Chile in the mid-1950's, the narrative in standard Catalan provides a neutral backdrop for foregrounding popular Spanish, in varying combinations of direct and indirect speech. In Bakhtinian terms, the resulting literary dialect sets up a polyphony of voices based on an explicit contrast between Catalan and dialectal Spanish, and an implicit one between dialectal Spanish and standard Spanish.

Key words: Cèsar-August Jordana, literary dialect, Catalan, popular Chilean Spanish, Bakhtin.

This article analyzes the use of non-standard popular Spanish as the key component of literary dialect in Cèsar-August Jordana's short novel *El Rusio i el Pelao* (Jordana 1975).

A note on the author will help situate his work. Jordana was born in Barcelona in 1893, studied engineering and, after working as an engineer for a few years, turned to activities related to languages and literature. Though not formally trained in either philology or literary criticism, he worked as a text corrector—a key position in the publishing industry in Catalonia, given the fact that most authors had not received regular schooling in the Catalan language. He also wrote for newspapers and magazines, authored language manuals,¹ and translated plays by Shakespeare and works by contemporary English authors, such as Virginia Woolf's *Mrs. Dalloway* and Aldous Huxley's *Philosophia perennis* and *The Double Crisis*. Having been a journalist on the Republican side during the Spanish Civil War, he went into exile in 1939, first in France and later in Chile. In 1945 he moved to Buenos Aires, where he worked in publishing. He died in Chile in 1958.

Jordana's fiction includes short stories and several novels in Catalan, the last one of which is the short novel *El Rusio i el Pelao*. Only about 20,000 words long, it was first published in Santiago (Idem: Ibidem) and republished in Barcelona twenty-five years later (Idem: Ibidem).² Set in a working class district in Santiago, the novel is named after its main characters, two young working class brothers nicknamed Rusio and Pelao. The narrative is cast in a straightforward, dry style that was characterized by Benet i Jornet in his preface as “what we could ironically consider a ‘text corrector’s Catalan.’ In a word, here we have that exemplary if bland neatness that has always been attributed to Jordana” (19).³ Be that as it may, the mix of standard Catalan and plain narrative technique provides a neutral backdrop for foregrounding popular Spanish as a key component of different combinations of direct and indirect speech. Such combinations amount to a literary dialect, defined by Ives as a set of devices used “to represent in writing a speech that is restricted regionally, socially, or both” (1971: 146). In fact, the intention of highlighting orality is already apparent in the title, where the spelling of the boys’ nicknames shows salient pronunciation features such as *seseo*, indicated by *Rusio*

¹ Such as *Com s'han d'escriure les cartes comercials* (1927), *El català i el castellà comparats* (1933) and *El català en vint lliçons* (1934). Information on Jordana comes from the prologue by Josep M. Benet i Jornet (5-27) and from *Corpus literari: Jordana, Cèsar August* <<http://www.joanducros.net/corpus/Cesar%20August%20Jordana.html>>.

² An additional novel, *El món de Joan Ferrer*, was published posthumously in 1971 (Benet i Jornet, 17).

³ The translations of citations and examples are mine (MMA).

for *Rucio*, and deletion of intervocalic /d/, in *Pelao* for *Pelado*.

Despite Benet i Jornet's comment that Jordana used too much Spanish (19), careful scrutiny reveals that Jordana employed popular Spanish not for adding local color to the narrative, but for effectively endowing his characters' voices with a specific role that contributes to the novel's multidimensionality. As Ives points out, dialectal pronunciation is indicated by modifying spelling through "systematic variations from the conventional orthography, or 'phonetic' re-spelling" (1971:181). In following this procedure Jordana could rely on a centuries-old *costumbrista* tradition, since the features used in portraying popular Chilean Spanish are found dialectally in Spain and other Spanish-speaking countries. The following phonological processes are represented:

— Aspiration of /s/ > [h]. Lenition, the phonological correlate an articulatory weakening, accounts for loss of the typical alveolar articulation of implosive /s/ and its consequent phonetic actualization as a pharyngeal fricative [h]. Most examples occur in word-final position: *vámoh* (*vamos*), *cabroh* (*cabros*), *nóviah* (*novias*), *puh* (*pus* < *pos* < *pues*), *creísteh* (*creístes*).

— Consonant deletion. Lenition is likewise responsible total loss of consonants in certain positions. This happens intervocalically within a word, as in /d/ > , *carbonaa* (*carbonada*), *desquijarao* (*desquijarado*), *pasáita* (*pasadita*), or /b/ > Ø, *caayero* (*caballero*), *traesura* (*travesura*). It also takes place between words, as in /d/ > Ø, *no me iga* (*no me diga*), *no le ije* (*no le dije*), *me aría oh pesítoh* (*me daría dos pesitos*), *roto esgrasiao* (*roto desgraciado*), or /p/ > Ø, *mi apá* (*mi papá*). Loss of consonants in final position is represented in words like *sosieá* (*sociedad*).

— Velarization of /b/ occurs before a velar glide, as in *güeno* (*bueno*), *güerfanitos* (*huerfanitos*), *güerva* (*vuelva*) and before a back vowel, as in *gorvel* (< *volver*).

— Underdifferentiation of /l/ and /r/. In both *güerva* and *gorvel* there is rhotacism of the medial *l* (/l/ > [r]), and in the latter form there is also lambdacism of the final *r* (/l/ > [r]). Further instances of lambdacism include *pol qué* (*por qué*), *sufiril* (*sufrir*), *buscal* (*buscar*), *terrol* (*terror*), *haselse* (*hacerse*), and *descuidalse* (*descuidarse*).

— Seseo and yeísmo. Seseo corresponds to the absence of the interdental fricative phoneme /θ/, typical of Northern Spanish, and its replacement by the alveolar fricative phoneme /s/. A consequence of seseo is that the letter *c* before *e* or *i* and the letter *z* in any position correspond to the phoneme /s/, phonetically [s]: *cesa*

[sésa], *cita* [síta]. Thus in varieties with seseo, pairs like *casa/caza* are phonologically alike and phonetically homonymous, /káθa/ [kása], whereas in varieties that retain /θ/ there is a phonological and phonetic contrast, *casa* /kása/ [kása] / *caza* /káθa/ [káθa]. Yeísmo, in turn, involves the absence of the palatal lateral phoneme /ɲ/ and its substitution by the palatal fricative phoneme /y/. A consequence of yeísmo is that the letters *ll* and *y* do not reflect a phonological contrast, and consequently *calló* and *cayó* would be both phonologically /kayó/ and phonetically [kayó],⁴ whereas in varieties without yeísmo there is a clear contrast, e.g. *calló* [kaó] / *cayó* [kayó]. Although both seseo and yeísmo are regular characteristics of Latin American Spanish, from the perspective of a speaker of Castilian Spanish in the 1950's they would likely be considered nonstandard. Consequently, the modified spelling of literary dialect is appropriate, as in the case of words with seseo like *desgrasiao* (*desgraciado*) and *hombresito* (*hombrecito*) or words with yeísmo like *yora* (*llora*), *cayesé* (*cállese*), *boteyas* (*botellas*).

— Stress displacement. Change of the position of word stress appears in *vayasé* (*váyase*) and, with yeísmo, in *cayesé* (*cállese*).

Morphology. The most salient morphological feature used is *voseo*, widespread in Chile (Torrejón 1986, 1991) and represented not by overt use of the pronoun *vos* but rather by verb forms associated with it, such as *me ejái* for *me dejái*. Use of *voseo* also involves *tú* forms such as *creísteh* for nonstandard *creístes* (cf. st. *creíste*). Popular variants include *maire* (*madre*).

The lexicon. Regional lexical items are generously used, such as *lluvia* “shower”, *lavatorio* “bathroom”, *cabro*, *cabrito* “boy”, *cabrita* “girl”, *paco* “*carabinero*” (a Chilean police officer), *garabato* “bad word”, *góndola* “bus”, *chico de mandados* “errand boy”, *suplementero* “newsboy”, *chaíto* “goodbye”, *chauchita* “money”, *cura(d)úra* “drunkenness”, *guagua* “bus,” *pega* “a job,” *retar* “to insult,” *lachito* (< *lacho*) “lover”.⁵ Regional expressions contribute verisimilitude to dialogue, as in *denle la pasaita* (*denle la pasadita*) “let him/her through” or *adelantito hay asiento* “there are seats in front” (said on a bus).

Manipulation of such nonstandard elements creates a marked code through which a character's social dimension is projected. For that code to be effective, however, comprehension must be ensured so readers will not be burdened with deciphering it at every turn. While Jordana could safely assume that his intended Catalan readers were literate in Spanish, the supposedly alien condition of Chilean popular speech

⁴ This is a simplification, as the phonetic actualization of /y/ varies regionally. See Dalbor (1987, 1980).

⁵ A good reference work on popular Chilean Spanish is Rivano (2005).

may have motivated him to design a stylized literary dialect that neither interfered with intelligibility nor overtaxed the reader. This goal is achieved by providing enough context to clarify items that readers might find unusual:

Un dia . . . [Eric Jacobsen] menyspreà el relatiu confort de les *micros* i esperà pacientment una *gòndola*. No s'irrità, doncs, en veure passar dues *gòndoles*, plenes a dins i defora, sense aturar-se al *paradero* . . . (39)

(One day . . . [Eric Jacobsen] despised the relative comfort of the microbuses and waited patiently for a bus. He was not annoyed, then, when he saw two buses go by, crowded inside and outside, without stopping at the stop point.)

[Ermelinda] ... havia trobat molt escaient que ... s'apressés a instal·lar una bona *lluvia* al deficient *lavatorio* de què estava dotada la caseta.] (46)

[Ermelinda] (had found it appropriate that ... he hurried to install a good shower in the inadequate bathroom with which the house was equipped.)

Direct glosses are sometimes provided:

—*Esto no eh bos* —digué el Rusio. I de seguida els explicà el que era boxa . . . (35)

(This isn't boxing, Rusio said. And right away he explained to them what boxing was.)

El Rusio ... Va fer una altra afirmació, més greu que la primera:

— *Habrà que buscal pega.*

Cercar feina? El Pelao va sentir de sobte tots els seus membres atacats per la *flojera*. (53)

(Rusio made another statement, more serious than the previous one: "We'll have to look for a job.")

Look for a job? Suddenly Pelao felt all of his limbs invaded by laziness.)

Occasionally the gloss precedes the dialog, providing the appropriate denotative content so as to prepare the reader to appreciate the full impact of a dialectal expression:

Per què no em renyes? —crijà, furiós, el seu germà—. *¿Por qué no me retái, puh hombre, pol qué no me retái?* (60)

("Why don't you scold me?" his brother screamed furiously. "Why don't you insult me, man, why don't you insult me?")

While in passages in direct speech the characters speak for themselves, at times the action is enlivened by combining direct and indirect free speech in dialogues

that are partly in Catalan but framed by Spanish expressions at the beginning and at the end, as a reminder that they are supposed to be in Spanish:

Un somrís, molt lluent i molt blanc, va encoratjar-lo a preguntar:
 “¿Dónde se baja?” . . . Baixaren junts . . . a la porta d’una confiteria. “¿Us agraden els pastissos?” Li agradaven, és clar, “¿cómo no?” (40)

(A smile, very bright and very white, encouraged him to ask, “Where do you get off?”... They got off together . . . at the door of a bakery. “Do you like pastries?” She liked them, of course, “sure!”)

Literary dialect affords access to a character’s viewpoint, allowing the reader to see things as that character would. In a passage like “Ermelinda, en els seus divuit anys, era realment una *lindura*” (41), the underscored colloquial item has the same denotative content as standard Spanish *hermosura*, or as its Catalan equivalent, *bellesa*. While any one of these would convey that character’s opinion about Ermelinda, *una lindura* refines that semantic content by providing a specific connotation from that character’s viewpoint. In Bakhtinian terms, *lindura* belongs to the character’s voice, not the narrator’s.

Code-switching is an effective device for bringing about a shift in viewpoint. In the first of the two following passages the narrative assumes the viewpoint of the boys’ father, the Swede Eric Jacobsen, except that the key word, *traesura* (< Sp. *travesura* “prank”) momentarily switches to the viewpoint of the Dominguez brats —his common-law wife’s relations— who used to play practical jokes on him from time to time. In the second passage, which describes how a boy (*Eriquito* < *Erico*) helps a relative overcome a hangover by feeding him spoonfuls of tea, the key word, *curaúra* (< *curadura* “drunkenness”) likewise switches from the viewpoint of the narrator to that of the individual involved:

Però el suec tenia sempre el recurs de desaparèixer amb el seu cotxe, si és que un Domínguez curiós i entremaliat no li havia fet la *traesura* de foradar-li els pneumàtics. (42)

(But the Swede always had the recourse of vanishing with his car, unless some curious and sly Domínguez kid had slashed his tires as a prank.)

...Eriquito administrava cullerades de te calent a un dels seus oncles o cosinets que es despenia penosament d’una *curaúra*. (43)

(...Eriquito administered little spoonfuls of hot tea to one of his uncles
or cousins painfully coming out of a drunken spree.)

To earn some money, Rusio and Pelao go from door to door collecting scrap metal, empty bottles, and old clothes:

Trucaven de porta en porta i preguntaven: “¿Tienen fierro?” Si no tenien *fierro*, demanaven *boteyas* o, si la societat tenia fons en aquell moment, hi havia tractes prolongats sobre alguna peça de roba. (55)

(They went knocking from door to door, asking, “Do you have scrap metal?” If they did not have scrap metal, they asked for bottles, or, if the society had funds at that point, there were long discussions about some piece of clothing.)

While the question ¿*Tienen fierro?* is in direct discourse, the items *fierro* and *boteyas* signal a switch to the two boys’ voices. During their rounds, Pelao, whom housewives find charming, uses his good looks to beg for food. In the following example we have again some direct speech, in which popular pronunciation is indicated by deleted intervocalic **d** in *me aría* for *me daría* and *peasito* for *pedacito*. In addition, the use of the Chilean colloquial noun *cabrito* ‘boy’ triggers a switch to the perspective of the woman that is talking to the boy:

[el Pelao] s’esmunyia pel camí d’una mendicitat moderada si la mestressa de casa tenia un rostre verament maternal. “¿Por qué no me aría un *peasito de pan?*” En veure el posat graciosament humil i rebre l’obscura i dolça mirada del *cabrito*, les ciutadanes de cor tendre no se sabien estar de dar-li una llesca de pa . . . (55-56)

([Pelao] squeezed himself along the way of a subtle begging if the housewife had a really motherly face. “Would’nt you give me a little piece of bread?” Upon seeing the gracefully humble face and having received the kid’s dark, sweet look, the tender-hearted ladies just could not refrain from giving him a slice of bread. . . .)

The presence of characters talking in a manner markedly different from the language of the narrative sets up a metalinguistic interface with the world beyond the readers’ linguistic boundaries. Furthermore, by contrasting with Catalan, and implicitly with the standard Spanish with which Jordana’s potential readers were familiar, nonstandard Spanish underscores those characters’ marginalized social condition. Again in Bakhtinian terms, a polyphony of voices is created, first by the narrator’s own voice in standard Catalan, and secondly by the individual characters’

voices, expressed either in Catalan through reported speech or in dialectal Spanish. These three modes of language representation —narrative Catalan, dialogues in Catalan, and dialogues in Spanish— create an explicit level of linguistic contrast between Catalan and dialectal Spanish, and an implicit one between dialectal Spanish and standard Spanish. Concomitantly, there is an implied contrast between the behavior of the working class characters and the behavior of the intended middle class readers. In the two-tiered universe of discourse thus constructed, a cognitive level and an intentional level can be distinguished. To use Barthes's opposition between *signifié* and *signifiant* (Barthes, 1965), the characters' popular speech interwoven in the text not only *signifies* a denotative semantic content but also *signals* a connotative opposition.

It is important to keep in mind that such a stylized literary dialect does not aim at reproducing speech faithfully. Rather, it is a stylistic device intended to evoke a few select nonstandard features while relying on readers' ability to understand them. Such representation of an alien talk is symbolic of a subculture that deviates considerably from readers' standard cultural values, linguistic and otherwise. In addition, such representation enriches the narrative and the dialogues by attaching an extra layer of symbolic meaning to the deviant language forms. While the resulting text imposes on readers the additional task of staying tuned to the peculiarities of the characters' voices, it also offers a more rewarding experience by providing information on issues of cultural and linguistic identity.

References

- Bakhtin, Mikhail M. (1987): *The Dialogic Imagination*. Translated by Caryl Emerson e Michael Holquist. Texas: University of Texas Press.
- Barthes, Roland (1965) : *Le degré zéro de l'écriture*. Paris: Éditions Gonthier.
- Dalbor, John B. (1997³) : *Spanish Pronunciation. Theory and Practice*. Fort Worth: Holt, Rinehart and Winston.
- Dalbor, John B. (1980): "Observations on present-day seseo and ceceo in Southern Spain". In: *Hispania* 63: 5-19.
- Ives, Sumner (1971): "A Theory of Literary Dialect." In: *A Various Language: Perspectives on American Dialects*. New York: Holt, Rinehart and Winston, pp. 145-177.
- Jordana, Cèsar-August (1950): *El Rusio i el Pelao. Santiago: El Pi de les Tres Branques*.
 _____ (1975): *El Rusio i el Pelao*. Barcelona: Edicions 62.
- Rivano Fischer, Emilio (2005): *Chileno callejero. Street Chilean Spanish*. Concepción: Cosmigonon Ediciones.
- Torrejón, Alfredo (1986): "Acerca del voseo culto de Chile." In: *Hispania* 69:3 : 677-683.
 _____ (1991): "Fórmulas de tratamiento de segunda persona singular en el español de Chile." In: *Hispania* 74:4 : 1068-1076.

Edição semidiplomática do *Sumário das Graças*

José Barbosa Machado
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
jleon@utad.pt

Resumo

O *Sumário das Graças* é um pequeno incunábulo descoberto em finais do século XX e impresso muito provavelmente em 1488 por ordem do rei D. João II em local incerto. O texto do incunábulo é o resumo em português da bula *Aeterni Regis Clementia* do papa Sisto IV exarada em 1481. Baseando-nos no exemplar existente na Biblioteca Nacional em Lisboa, fizemos uma transcrição semidiplomática. Com o auxílio do programa *Lexicon*, procedemos à análise informático-linguística do texto e à lematização do vocabulário.

Palavras-chave: Sumário das Graças; D. João II; Análise informático-Linguística; Lematização.

1. Introdução

O chamado *Sumário das Graças* é um incunábulo de duas páginas descoberto em finais do século XX e impresso muito provavelmente em 1488 por ordem do rei D. João II em local incerto. O local de impressão é normalmente apontado como sendo Lisboa, sem que haja um argumento válido que possa cimentar com seriedade essa hipótese. De facto, algumas características técnicas, como a marca de água do papel (uma mão aberta sobreposta por uma flor de pétalas¹), a xilogravura que representa a letra *S* e os tipos utilizados parecem apontar noutro sentido, ou seja, que a impressão esteve a cargo de algum impressor originário do norte do reino de Portugal, ou pelo menos que aí exercia ou viria a exercer essa arte.

O texto do incunábulo é o resumo em português da bula *Aeterni Regis Clementia* do papa Sisto IV exarada em 1481, que confirmava algumas bulas anteriores enviadas aos reis D. João I, D. Duarte e D. Afonso V, em que se lhes dava permissão de fazer trocas comerciais nas terras descobertas ou conquistadas e ao mesmo tempo se impunham algumas condições, como a de não se venderem armas aos Sarracenos. A bula foi publicamente divulgada em vários bispados portugueses durante o ano de 1482. Em 1488, provavelmente porque já estivesse de algum modo esquecido o seu conteúdo, o rei D. João II ordenou que se fizessem doze cópias autenticadas e traduzidas que seriam guardadas nas sés e igrejas principais, para dar autoridade ao resumo impresso, a ser afixado em lugares públicos. Como explica João José Alves Dias, o primeiro investigador a debruçar-se sobre o *Sumário das Graças*, as bulas papais tinham de ser conservadas em documentos autênticos e as cópias só teriam valor se autenticadas pelo notário apostólico (cfr. 1997: 198).

O resumo é constituído por nove parágrafos, sendo o primeiro a introdução, os sete seguintes a explanação dos vários itens, e o último, que já não corresponde ao conteúdo da bula papal, a indicação da existência das cópias autenticadas que dão autoridade ao texto impresso.

O incunábulo foi impresso a uma só coluna em caracteres góticos com dois corpos a duas cores de tinta (vermelho e preto). As três primeiras palavras – [S]umario das graças – encontram-se num corpo maior do que o utilizado no resto do texto. O outro corpo é constituído por dois conjuntos de minúsculas e de maiúsculas, a que lhe falta o *c* cedilhado. A primeira página contém 36 linhas e a segunda 37. A letra

¹ Esta marca de água aparece também nas seguintes obras: *Suma de Casibus Conscientiae* de Bartolomeu Pisano, impressa em Zamora por Antonio de Centenera em 1483-1484; *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial, impresso em Chaves em 1488; e *Tratado de Confissom*, impresso em Chaves em 1489.

S com que se inicia o texto é uma xilogravura onde no interior da curva superior da letra aparece um escudo e na curva inferior um pelicano, símbolos das armas do rei D. João II. Devido à deterioração da segunda página do cimélio, há duas passagens com lacunas, uma delas, a do canto superior direito, facilmente resolvida; a outra resolvida com alguma dificuldade e, nalgumas formas vocabulares, de lição hipotética. Na segunda página, encontra-se do lado esquerdo do segundo parágrafo uma nota a vermelho em que se chama a atenção para uma absolvição temporária e que diz: «Satisfazêdo poderã seer absoltos per a cruzada ou por hos meesmos juizes desta causa».

2. Edição semidiplomática e estudo informático-linguístico

Baseando-nos no exemplar existente na Biblioteca Nacional em Lisboa, procedemos a uma transcrição semidiplomática do texto². Na transcrição, procurámos respeitar a grafia do original, fazendo, no entanto, pequenas alterações. Acrescentámos a cedilha ao *c* quando o contexto assim o exigia, desdobrámos as abreviaturas e grafámos os nomes próprios com maiúscula inicial. Terminado esse trabalho, exportámos o texto para o *Lexicon*, um programa de análise estatística de textos, e procedemos à listagem das palavras, à verificação das frequências e à classificação gramatical.

O programa *Lexicon* permitiu-nos não só uma rápida e fidedigna análise linguística do *Sumário das Graças*, que poderá ser posteriormente completada com a análise e comparação dos dados obtidos com textos da mesma época em que se aplique o mesmo tratamento informático, mas também a detecção de gralhas devidas a falhas na digitalização inicial do texto. De facto, algumas das palavras que o *Lexicon* classificou como desconhecidas, continham gralhas involuntárias causadas por enganos no momento em que passámos o texto para o computador.

No programa MS Access, verificámos e desfizemos a ambiguidade e a homonímia, classificámos as formas gramaticais desconhecidas e aplicámos um conjunto de filtros que levaram ao cálculo dos seguintes valores:

² A edição publicada por João José Alves Dias em 1997 é bastante imperfeita. Nem sempre respeita a grafia do texto original e apresenta actualizações gráficas que são desnecessárias, nomeadamente a uniformização das nasais.

Tabela 1

Classe gramatical	Ocorrências	Percent.	Formas dif.	Percent.	Lemas	Percent.
Artigos	64	9,14%	17	5,12%	5	2,09%
Verbos	111	15,86%	78	23,49%	47	19,67%
Nomes comuns	170	24,29%	112	33,73%	92	38,49%
Nomes próprios	24	3,43%	18	5,42%	15	6,28%
Adjectivos	20	2,86%	17	5,42%	15	6,28%
Advérbios	27	3,86%	18	5,42%	15	6,28%
Pronomes	98	14,00%	41	12,35%	21	8,79%
Preposições	73	10,43%	13	3,92%	13	5,44%
Conjunções	107	15,29%	13	3,92%	12	5,02%
Numerais	6	0,86%	5	1,51%	4	1,67%
Totais	700	100%	332	100%	239	100%

Na coluna das ocorrências, que corresponde a todas as palavras existentes no texto, podemos constatar que a classe dos nomes comuns tem o valor mais elevado, seguida dos verbos e depois das conjunções. Na coluna das formas diferentes, os nomes comuns continuam a ser a classe mais abundante, seguida pela dos verbos e, muito atrás, pela dos adjectivos. Na coluna dos lemas, os nomes comuns continuam a ser os mais frequentes, seguindo-se os verbos e depois os pronomes.

O facto de os nomes comuns e os verbos serem as classes gramaticais mais abundantes, deve-se, por um lado, ao género de texto, com objectivos informativos, e por outro à dinâmica da própria língua portuguesa, que privilegia estas duas classes.

Consultando a listagem elaborada pelo programa *Lexicon* e guardada na base de dados, pudemos verificar quais as formas mais frequentes no texto. Constatamos, através da tabela seguinte, que predominam as formas que ocorrem apenas uma vez.

Tabela 2

Número de vezes	Ocorrências	Percentagem
Palavras que ocorrem uma vez	227	68,37%
Palavras que ocorrem duas vezes	51	15,36%

Palavras que ocorrem três vezes	18	5,42%
Palavras que ocorrem quatro vezes	9	2,71%
Palavras que ocorrem cinco vezes	6	1,81%
Palavras que ocorrem seis vezes	8	2,41%
Palavras que ocorrem sete vezes	2	0,60%
Palavras que ocorrem oito vezes	2	0,60%
Palavras que ocorrem nove vezes	2	0,60%
Palavras que ocorrem dez ou mais vezes	7	2,11%
Totais	332	100%

A percentagem bastante alta de formas que ocorrem apenas uma vez (68,37%) deve-se provavelmente ao facto de o texto ser pouco extenso. Em textos portugueses mais longos, como é o caso do *Tratado de Confissom* (Machado 2003), essa percentagem desce consideravelmente, mantendo-se embora superior em relação à percentagem das formas que ocorrem duas ou mais vezes.

As doze formas mais frequentes do *Sumário das Graças* são as seguintes: *e* (63); *de* (30); *que* (15); *ou* (14); *nem* (14); *seus* (10); *os* (10); *dictos* (9); *em* (9); *socessores* (8); e *das* (8).

Como algumas das obras impressas em finais do século XV, o *Sumário das Graças* contém características do português antigo que só no século XVI cairiam paulatinamente em desuso a nível escrito. Servindo-nos da base de dados, apresentamos seis dessas características:

– A presença de vogais geminadas por falsa analogia no plural de certos adjectivos e substantivos terminados em *-al*, como em *quaal quer*, *quaaes quer* e *primcipaaes*.

– A presença de vogais geminadas etimológicas no plural de alguns adjectivos e substantivos oxítonos e paroxítonos terminados em *-el*, como em *inffiees*.

– A presença de vogais geminadas etimológicas resultantes da queda do *d* intervocálico, como em *seer* (< *sedere*), *sees* (< *sedes*) e *ssee* (< *sede-m*).

– A presença de vogais geminadas não etimológicas nos ditongos nasais, como em *excomunhoões* (1), *scumunhoões* (1), *exequçoões* (1) e *ordenaçoões* (1).

– A presença de formas em que as consoantes etimológicas se mantêm. Surgem formas com *c* antes de *t*: *actoridade*, *auctoridade*, *dicta*, *dictas*, *dicto*, *dictos*, *imterdicto*, *jmtredictos*, *sanctos*; com *p* antes de *t*: *Cepta*; e com *g* antes de *n*: *regnos*.

– A ausência total do *c* cedilhado, provavelmente por falta do caracter específico na colecção tipográfica do impressor. (Exemplos: *pertenca*, *imposicam* e *condicõ*).

A forma *exequcoões*, que transcrevemos por *exequções*, e *prouïcas*, que transcrevemos por *prouïc[i]jas*, são as únicas que apresentam alguma irregularidade gráfica da provável responsabilidade do impressor.

A nível sintáctico, constatámos, através da classificação que o *Lexicon* fez das diferentes conjunções, que no texto predomina a parataxe. De facto, as orações coordenadas são bastante mais frequentes do que as orações subordinadas. Das coordenadas, temos orações introduzidas por *e* (63), *nem* (14) e *ou* (14). As orações subordinadas têm um número bastante reduzido. Surgem orações introduzidas pelas conjunções *quamdo* (1), *que* (6) e *se* (1), e pelas locuções *aimda que* (1), *atee que* (1), *cõtanto que* (1), *por que* (1), *per que* (1) e *posto que* (2).

Alguns dos marcadores discursivos mais significativos identificados são os seguintes: *acerqua do* (1): «E Sixto quarto acerqua do senhorio terras ylhas portos tratos»; *além de* (1): «os que ho comtrairo desto em quaal quer maneira fizeram *allê das* penas que som detriminadas»; *assim* (3): «E *asij* possam celebrar»; «leyxê de possoyr liure e pacifficamête ho que *asij* guanharom»; «E *asij* na ygreja da cidade de Sam Jorge da Mina»; *assim... como* (1): «Que os dictos Reis e seus socessores *asy* nas terras e ylhas ja descubertas *como* nas por descobrir»; *bem* (1): «següdo lhes *bem* parescer»; *lá* (3): «as pessoas que *la* steuerem ou *la* forẽ»; «Nem vão yssso messmo *la* pescar»; *ái* (2): «minystrar *hij* todolos outros sacramentos»; ouuir *hij* de confissam as pessoas»; *salvo* (2): «asoluelas de todos seus pecados *saluo* daquelles que aa ssee apostolica soamente som reseruados»; «aveer aleuãtamêto do dicto imterdicto *saluo* quamdo do que dicto he satisfazerẽ aos dictos Reys»; e *para sempre* (2): «concederom *pera sempre* aos reis de Purtugal»; «Deffende *pera sempre* a todalas pessoas do mûdo»

No âmbito dos nomes comuns, através da classificação manual, distinguimos três campos lexicais principais:

– O campo dos Descobrimentos: *armas* (2); *bêes* (1); *bitualhas* (1); *comquista*

(1) / *conquista* (2); *cordas* (1); *darmaduras* (1); *ferramētas* (1); *ferro* (1); *generos* (1); *inffiees* (1); *madeira* (2); *madeiras* (1); *mantijmentos* (1); *mares* (2); *mercadorias* (2); *nauios* (1); *partes* (5); *portos* (3); *prouĩcias* (1); *resgates* (3); *senhorio* (2); *terras* (3); *tributo* (1); *ylhas* (5).

– O campo da Igreja e da religião: *arcebispo* (1); *bispados* (1); *bispos* (1); *bullas* (1); *bullas* (1); *confissam* (1); *cruzada* (1); *descumunhã* (1) / *descumunham* (1); *excomunhoões* (1) / *scumunhoões* (1); *egrejas* (1) / *ygreja* (1); *ygrejas* (1); *graças* (1); *hordē* (1); *ordeēs* (1); *mēdigātes* (1); *moesteiros* (1); *padres* (2); *papa* (1); *papas* (1); *pecados* (1); *sacramentos* (1); *sācristias* (1); *sanctos* (2); *ssee* (1); *sees* (1).

– O campo do Direito: *actoridade* (1) / *auctoridade* (1); *apellaçom* (1); *censuras* (2); *condiçõ* (1); *comtratos* (1); *deffesas* (1); *dereito* (2); *doações* (1); *executores* (1); *exequçoões* (1); *herdeiros* (1); *imposiçam* (1); *imterdicto* (1); *jmtredictos* (1); *juizes* (2); *leis* (1); *liberdades* (1); *licēça* (2); *ordenaçoões* (1); *penas* (3); *sentēça* (1) / *sentença* (1); *socessores* (8); *statutos* (1); *tratos* (3).

A partir dos dados resultantes, por um lado da listagem de palavras, da verificação das ocorrências e das classes gramaticais realizadas pelo programa *Lexicon*, e por outro da supressão manual da ambiguidade e da homonímia e da classificação das formas gramaticais desconhecidas, procedemos à lematização do texto, em que as formas são agrupadas de acordo com o lema a que pertencem. Para isso, servimo-nos da ferramenta de criação de relatórios do MS Access, que agrupou as formas existentes na base de dados através do nível de agrupamento definido pelo lema. Exportámos o resultado para um processador de textos e procedemos aos reajustamentos necessários no que diz respeito à formatação.

Referências bibliográficas

- Dias, João José Alves (1997): «*Sumário das Graças*: o primeiro impresso português conhecido». In: *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*, S. 3, nº 1: 197-205.
- Machado, José Barbosa (2003) : *Tratado de Confissom – Vol. I. Edição Semidiplomática, Estudo Histórico e Informático-Linguística*. Braga: APPACDM.
- Lexicon 4.11* (2005): Programa de análise estatística de textos. Projecto Vercial.

Sumario das Graças
Edição semidiplomática

Sumario das graças, doações³ liberdades deffesas censsuras excomunhões e jmtredictos *que* hos sanctos padres de Roma ho papa Martinho quito. E Eugenio *quarto*. E Calixto terceiro. E Nicollao quinto. E Sixto *quarto* acerqua do senhorio terras ylhas portos tratos. E resgates de Guinee outorgarom e concederom pera sempre aos reis de Purtugal e aseus herdeiros e socessores soomête segũdo mais compridamente nas bullas que os dictos papas sobrisso concederam se conthem

Primeiramente que ho seõorio e conquista de Guinee com todas suas ylhas portos mares tratos resgates e terras descubertas e por desscobrir pertença⁴ pera sempre aos reis de Purtugal e aseus legitimos socessores e aalgũs outros nam

Que sobre as dictas cousas e cada hũa dellas os dictos Reis e seus socessores segũdo lhes bem parecer possã fazer quaaes quer ordenações leis statutos e mãdados de defesa aimda que em sij contenham *quaaes quer* penas e imposiçam⁵ de qual quer *tributo*

Que possã levar aos mouros e inffiees das dictas partes de Guinee *quaaes quer* mercadorias bẽes bitualhas e mantijmentos. E com elles comprar e vender, e fazer *quaaes quer* contratos sobre quaaes quer cousas, cõtanto que nom sejam ferramẽtas madeiras cordas nauios ou quaaes *quer* outros generos e quallidades darmaduras

Que os dictos Reis e seus socessores asy nas terras e ylhas ja descubertas como nas por descobrir possã fũdar e edificar quaaes quer egrejas e moesteiros. E outros quaaes quer lugares piedosos, aos quaaes possam mandar quaaes *quer* pessoas eccle-

³ No original: doacoẽs.

⁴ No original: pertencã.

⁵ No original: imposicam.

siasticas seculares e tambem regulares posto *que* seja das ordeões dos mēdigātes e esto com licēça de *seus* mayores. Onde hos sobre dictos possam estar todolos dias de suas vydas e ouuir hij de confissam as pessoas que la steuerem ou la forē de *quaaes* quer partes e asoluelas de todos seus pecados saluo daquelles que aa ssee apostolica soamente som reseruados. E asij possam celebrar e minystrar hij todolos outros sacramentos: /

Deffende *pera* sempre a totalas pessoas do mūdo de qual quer stado hor[dē] *priminēcia* e condiçõ⁶ que sejam que nom leuem nem mādem aas dic[tas] partes de Guinee e gentes dellas armas ferro madeira nem algũa das outras cousas *que* de derecho som em qual *quer* maneira deffesas nem yssso meesmo sem licēça⁷ dos dictos Reis e *seus* socessores leuem ou mādem aas dictas *partes* de Guinee gētes tratos e Resgates dellas, mercadorias algũas nem outras quaes quer cousas posto que de derecho nom sejã deffesas. Nem vão yssso messmo la pescar nem se entremetam nem curem de entēder nas prouic[i]as ylhas portos mares logares e conquista das dictas *partes* nem em algũa dellas nem façã⁸ cousa per sij nem por outrē dereite ou imdereite por *que* os dictos reis e *seus* socessores leyxē de possoyr liure e pacifficamēte ho que asij ganharom e possuem ou per que leyxē de *prosseguir* a dicta comquista, nem dem *pera* as dictas cousas e cada hũa dellas ajuda conselho ou fauor:

Querem os dictos padres sanctos que os que ho comtrairo desto em quaal quer maneira fezerem allē das penas que som detriminadas e em que encorrerem os que leuã aos mouros armas e cousas deffesas seēdo pessoas singulares emcorram em sentença¹ descumunham. E se forem [co]monidade ou vniuersidade de cidade villa castello ou lugar. [Essa cidade] villa castello ou lugar seja loguo imterdicto nem sejam abs[soltos da sen]tēça² descumunhã em que por isso ēcorrem. Nem possam

⁶ No original: condicō.

⁷ No original: licēca.

⁸ No original: facã.

Satisfazêdo poderã
seer abssoltos per a
cruzada ou por hos
meesmos juizes
desta causa:

por [auctoridade] apostollica nem por outra quaal quer actori-
dade aveer aleuãtamêto do dicto imterdicto saluo quamdo do
que dicto he satisfazerẽ aos dictos Reys e seus socessores ou
com elles amigauel mête se concordarem

Som juizes e executores apostolicos destas scumunhoões e
exequções⁹ dellas ho arcebispo de Lixboa. E hos bispos de
Silues e de Cepta e de Euora e do Porto ou dous ou hũ delles
os quaes sem receber apellaçom¹⁰ podẽ *proceder* contra os que
nellas encorrerem com todas penas ecclesiasticas e censsuras
streitas atee que satisfaçam¹¹ ou se concertem com os dictos
reis e seus socessores:

E nos tesouros e sãcristias de cada hũa das sees dos bispados
destes regnos. E asij na ygreja da cidade de Sam Jorge da Mina
e em as ygrejas *princippaaes* das ylhas da Madeira e Santiago
e de Sã Miguel e Terceira acharam ho trelado desta bulla de
verbo a verbo em publica forma.

⁹ No original: exequções.

¹⁰ No original: apellacom.

¹¹ No original: satisfacam.

LEMATIZAÇÃO DO VOCABULÁRIO

- a**, *prep.* a (2).
à, *prep e art.* aa (1); aas (2).
absolver, *vb.* absoltos (2); asoluelas (1).
acerca de, *loc. prep.* acerca do (1).
achar, *vb.* acharam (1).
aí, *adv.* hij (2).
ainda que, *loc. conj.* aimda que (1).
ajuda, *subs.* ajuda (1).
além de, *loc. prep.* allê das (1).
alevntamento, *subs.* aleuãtamêto (1).
algum, *pron.* algũa (2); algũas (1); alguũs (1).
amigavelmente, *adv.* amigauel mête (1).
ao, *prep. e art.* aos (6).
apelação, *subs.* apellaçom (1).
apostólico, *adj.* apostolica (1); apostolicos (1); apostollica (1).
arcebispo, *subs.* arcebispo (1).
armadura, *subs.* darmaduras (1).
arma, *subs.* armas (2).
assim, *adv.* asij (3); asy (1).
até que, *prep.* atee que (1).
autoridade, *subs.* actoridade (1); auctoridade (1).
bem, *adv.* bem (1).
bem, *subs.* bêes (1);
bispado, *subs.* bispados (1).
bispo, *subs.* bispos (1).
bula, *subs.* bulla (1); bullas (1).
cada, *pron.* cada (3).
Calisto, *nome p.* Calixto (1).
castelo, *subs.* castello (2).
causa, *subs.* causa (1).
celebrar, *vb.* celebrar (1).
censura, *subs.* censsuras (2).
Ceuta, *nome p.* Cepta (1).
cidade, *subs.* cidade (3).
coisa, *subs.* cousa (1); cousas (6).
com, *prep.* com (6).
como, *conj.* como (1).
comprar, *vb.* comprar (1).
compridamente, *adv.* compridamente (1).
comunidade, *subs.* [co]monidade (1).
conceder, *vb.* concederom (1); concederam (1).
concertar, *vb.* concertem (1).
concordar, *vb.* concordarem (1).
condição, *subs.* condiçõ (1).
confissão, *subs.* confissam (1).
conquista, *subs.* conquista (1); conquista (2).
conselho, *subs.* conselho (1).
contanto que, *loc. conj.* cõtanto que (1).
conter, *vb.* contenham (1); conthem (1).
contra, *prep.* contra (1).
contrário, *subs.* comtrairo (1).
contrato, *subs.* comtratos (1).
corda, *subs.* cordas (1).
cruzada, *subs.* cruzada (1).
curar, *vb.* curem (1).
daquele, *pron.* daquelles (1).
dar, *vb.* dem (1).
de, *prep.* de (30).
defender, *vb.* deffende (1).
defesa, *subs.* defesa (1); deffesas (1).
defeso, *adj.* deffesas (3).
dele, *pron.* dellas (6); delles (1).
descobrir, *vb.* descobrir (1); descubertas (2); dещcobrir (1).
deste, *pron.* desta (2); destas (1); destes (1); desto (1).
determinar, *vb.* detrimnadas (1).
dia, *subs.* dias (1).
direitar, *vb.* dereite (1).
direito, *subs.* dereito (2).
dizer, *vb.* dicta (1); dictas (6); dicto (2); dictos (9).
do, *prep. e art.* da (3); das (8); do (5); dos (3).
doação, *subs.* doaçoês (1).
dois, *num.* dous (1).
e, *conj.* e (63).
eclesiástico, *adj.* ecclesiasticas (2).
edificar, *vb.* edifficar (1).
ele, *pron.* elles (2).
em, *prep.* em (9).
endireitar, *vb.* imdereite (1).
entender, *vb.* entêder (1).
entremeter, *vb.* entremetam (1).
esse, *pron.* essa (1); isso (1); ysso (2); sobrisso (1).
estado, *subs.* stado (1).
estar, *vb.* estar (1); steuerem (1).
estatuto, *subs.* statutos (1).
este, *pron.* esto (1).
estreito, *adj.* streitas (1).
Eugénio, *nome p.* Eugenio (1).
Évora, *nome p.* Euora (1).
excomunhão, *subs.* descumunhã (1); descumunham (1); excomunhoês (1); scumunhoês (1).
execução, *subs.* exequçoões (1).
executor, *subs.* executores (1).
favor, *subs.* fauor (1).
fazer, *vb.* façã (1); fazer (2); fezerem (1).
ferramenta, *subs.* ferramêtas (1).
ferro, *subs.* ferro (1).
forma, *subs.* forma (1).

- fundar**, *vb.* fūdar (1).
ganhar, *vb.* guanharom (1).
gênero, *subs.* generos (1).
gente, *subs.* gentes (1); gētes (1).
graça, *subs.* graças (1).
Guiné, *nome p.* Guinee (5).
haver, *vb.* aveer (1).
herdeiro, *subs.* herdeiros (1).
igreja, *subs.* egrejas (1); ygreja (1); ygrejas (1).
ilha, *subs.* ylhas (5).
imposição, *subs.* imposiçam (1).
incorrer, *vb.* êcorrem (1); emcorram (1); encor-
 rere (2).
infiel, *subs.* infiees (1).
interditar, *vb.* imterdicto (1);
interdito, *subs.* imterdicto (1); jmtredictos (1).
ir, *vb.* forē (1); vão (1).
já, *adv.* ja (1).
juiz, *subs.* juizes (2).
lá, *adv.* la (3).
legítimo, *adj.* legitimos (1).
lei, *subs.* leis (1).
leixar, *vb.* leyxē (2).
levar, *vb.* leuã (1); leuar (1); leuem (2).
lhe, *pron.* lhes (1).
liberdade, *subs.* liberdades (1).
licença, *subs.* licēça (2).
Lisboa, *nome p.* Lixboa (1).
livrar, *vb.* liure (1).
longo, *adv.* loguo (1).
lugar, *subs.* logares (1); lugar (2); lugares (1).
madeira, *madeira* (1); madeiras (1).
Madeira, *nome p.* Madeira (1).
maior, *subs.* mayores (1).
mais, *adv.* mais (1).
mandar, *vb.* mādados (1); mādem (2); mandar
 (1).
maneira, *subs.* maneira (2).
mantimento, *subs.* mantijmentos (1).
mar, *subs.* mares (2).
Martinho, *nome p.* Martinho (1).
mendigante, *subs.* mēdigātes (1).
mercadoria, *subs.* mercadorias (2).
mesmo, *pron.* meesmo (1); meesmos (1); mes-
 smo (1).
ministrar, *vb.* minystrar (1).
mosteiro, *subs.* moesteiros (1).
Mouro, *nome p.* mouros (2).
mundo, *subs.* mūdo (1).
não, *adv.* nam (1); nom (3).
navio, *subs.* nauios (1).
nele, *pron.* nellas (1).
nem, *conj.* nem (14).
Nicolau, *nome p.* Nicollao (1).
no, *prep. e art.* na (1); nas (4); nos (1).
o, *art.* a (2); as (4); ho (6); hos (4); os (10).
onde, *adv.* onde (1).
ordem, *subs.* hor[dē] (1); ordeēs (1).
ordenação, *subs.* ordenaçõe (1).
ou, *conj.* ou (14).
outorgar, *vb.* outorgarom (1).
outrem, *pron.* outrē (1).
outro, *pron.* outra (1); outras (2); outros (4).
ouvir, *vb.* ouuir (1).
pacificamente, *adv.* pacifficamēte (1).
padre, *subs.* padres (2).
papa, *subs.* papa (1); papas (1).
parecer, *vb.* parescer (1).
parte, *subs.* partes (5).
pecado, *subs.* pecados (1).
pena, *subs.* penas (3).
per, *prep.* per (2).
pera, *prep.* pera (4).
pertencer, *vb.* pertençã (1).
pescar, *vb.* pescar (1).
pessoa, *subs.* pessoas (4).
piedoso, *adj.* piedosos (1).
poder, *vb.* podē (1); poderã (1); possã (3); pos-
 sam (4).
por que, *loc. conj.* por que (1); per que (1).
por, *prep.* por (7).
Porto, *nome p.* Porto (1).
porto, *subs.* portos (3).
Portugal, *nome p.* Portugal (2).
possuir, *vb.* possoyr (1); possuem (1).
posto que, *loc. conj.* posto que (2).
preminência, *subs.* priminēcia (1).
primeiramente, *adv.* primeiramente (1).
principal, *adj.* principaaes (1).
proceder, *vb.* proceder (1).
proseguir, *vb.* prosseguir (1).
província, *subs.* prouic[i]as (1).
público, *adj.* publica (1).
qual, *pron.* quaaes (1); quaes (1).
qualidade, *subs.* quallidades (1).
qualquer, *pron.* qual quer (3); quaal quer (2);
 quaaes quer (5); quaaes quer (1); quaes
 quer (5).
quando, *conj.* quamdo (1).
quarto, *num.* quarto (2).
que, *conj.* que (6).
que, *pron.* que (15).
querer, *vb.* querer (1).
quinto, *num.* quinto (1); quīto (1).
receber, *vb.* receber (1).
regular, *adj.* regulares (1).
rei, *subs.* reis (7); Reys (1).
reino, *subs.* regnos (1).

- resgaste**, *subs.* resgates (3).
ressoar, *vb.* reseruados (1).
Roma, *nome p.* Roma (1).
sacramento, *subs.* sacramentos (1).
sacristia, *subs.* sãcristias (1).
salvo, *prep.* saluo (2).
Santiago, *nome p.* Santiago (1).
santo, *subs.* sanctos (2).
São Jorge da Mina, *nome p.* Sam Jorge da Mina (1).
São Miguel, *nome p.* Sã Miguel (1).
satisfazer, *vb.* satisfaçam (1); satisfazêdo (1); satisfezerê (1).
se, *conj.* se (1).
se, *pron.* se (4).
sé, *sees* (1); *ssee* (1).
secular, *adj.* seculares (1).
segundo, *prep.* segũdo (2).
sem, *prep.* sem (2).
sempre, *adv.* sempre (3).
senhorio, *subs.* seõorio (1); seõorio (1).
sentença, *subs.* [sen]têça (1); sentença (1).
ser, *vb.* forem (1); he (1); seêdo (1); seer (1); seja (2); sejã (1); sejam (3); som (4).
seu, *pron.* aseus (2); seus (8); suas (2).
si, *pron.* sij (2).
Silves, *nome p.* Silues (1).
singular, *adj.* singulares (1).
Sisto, *nome p.* Sixto (1).
sobre, *prep.* sobre (3).
somente, *adv.* soomente (1); soomête (1).
sucessor, *subs.* socessores (8).
sumário, *subs.* Sumario (1).
também, *adv.* tambem (1).
Terceira, *nome p.* Terceira (1).
terceiro, *num.* terceiro (1).
terra, *subs.* terras (3).
tesouro, *subs.* tesouros (1).
todo, *pron.* todas (2); todos (1).
todolo, *pron.* todalas (1); todolos (2).
trato, *subs.* tratos (3).
treslado, *subs.* trelado (1).
tributo, *subs.* tributo (1).
um, *art.* hũ (1); hũa (3).
universidade, *subs.* vniuerssidade (1).
vender, *vb.* vender (1).
verbo, *subs.* verbo (2).
vida, *subs.* vydas (1).
vila, *subs.* villa (2).
vitualha, *subs.* bitualhas (1).

Função do Português no *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum*, o dicionário trilingüe publicado pelos missionários jesuítas no Japão

Emi Kishimoto

Universidade de Estudos Estrangeiros de Osaka, Japão

emik@aioros.ocn.ne.jp

Resumo

Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum, o dicionário latino-português-japonês foi publicado pelos missionários jesuítas no Japão em 1595 para os japoneses estudarem o latim e os europeus estudarem o japonês. Foram adicionados equivalentes em português e japonês baseados no dicionário latino de Ambrogio Calepino. Considerando-se o seu objetivo original, o português não era necessariamente requerido. Porém, examinando a situação de tradução do *Dictionarium* e as circunstâncias dos jesuítas no Japão, podemos concluir que o português era realmente indispensável para editores e usuários, japoneses e missionários. Podemos confirmar este fato considerando outros dicionários editados pelos jesuítas no Japão que incluem o português.

Abstract

Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum, a Latin-Portuguese-Japanese dictionary was published by the Jesuit missionary in Japan in 1595 in order that Japanese might study Latin and Europeans study Japanese. Equivalents in Portuguese and Japanese were added based on the Latin dictionary of Ambrogio Calepino. Considering the original purpose, the Portuguese equivalent was not necessarily requested. However, when observing the method of translation and the situation of the Jesuit missionary in Japan, it is clear that the Portuguese was really indispensable for editors and users, Japanese and missionaries. We can confirm the fact considering other dictionaries including Portuguese edited by the Jesuits in Japan.

0. Introdução

Os jesuítas no Japão imprimiram vários tipos de livros do final do século XVI ao início do século XVII. Os livros são chamados *Kirishitan-ban* em japonês, que significa “publicações pelos cristãos”. Atualmente, somente cerca de trinta destes livros são remanescentes. Primeiro, falarei genericamente sobre *Kirishitan-ban*, e a seguir sobre um deles, o *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum*. Vou discutir como ele foi editado e usado, e pretendo comprovar que este dicionário mostra que o português era, na realidade, indispensável aos jesuítas no Japão.

1. Gramáticas e dicionários publicados pelos jesuítas no Japão

A primeira missão católica de jesuítas, conduzida por Francisco Xavier (1506-1552), começou a propagação do catolicismo no Japão em 1549. Os missionários jesuítas foram enviados consecutivamente e estudaram o japonês avidamente para poder evangelizar em japonês. Como resultado, foram redigidos gramáticas e dicionários que são mencionados nas cartas dos missionários. Mas infelizmente foram extraviados e não podemos consultá-los atualmente.

Em 1579, Alessandro Valignano (1539-1606), Padre Visitador jesuíta, veio ao Japão e começou a reformar o trabalho missionário. Em 1590, ele e outros missionários trouxeram uma impressora da Europa, que foi usada para a propagação no Japão. A partir de então, aproximadamente durante 20 anos, os jesuítas imprimiram vários tipos de livros nas áreas de religião, literatura e línguas. Alguns livros foram escritos em latim, outros em japonês e/ou português, usando tipos de letras romanas e caracteres japoneses. Laures (1975) estudou estes livros detalhadamente.

Os livros na área de línguas, o tema principal deste artigo, são os seguintes:

- | | |
|-------------------|---|
| (1)1594 Amakusa | <i>De institutione grammatica</i>
gramática latina originalmente escrita por Manoel Alvarez, S. J. (em latim incluindo português e japonês, usando letras romanas) |
| (2)1595 Amakusa | <i>Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum</i>
dicionário latino-português-japonês
(em latim, português e japonês, usando letras romanas) |
| (3)1598 Nagasaki? | <i>Racuyoxu</i> |

- dicionário dos caracteres chineses
(em japonês, usando caracteres japoneses)
- (4)1603-04 Nagasaki *Vocabulario da lingoa de Iapam*
dicionário japonês-português
(em português e japonês, usando letras romanas)
- (5)1604-08 Nagasaki *Arte da lingoa de Iapam*
gramática japonesa por João Rodrigues, S. J.
(em português incluindo japonês, usando letras romanas)
- (6)1620 Macao *Arte breve da lingoa Iapoa*
gramática japonesa revista por João Rodrigues, S. J.
(em português incluindo japonês, usando letras romanas)

O dicionário latino-português-japonês, *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum*, é muito importante não só por ser o primeiro dicionário publicado pelos jesuítas, mas também por ser o primeiro dicionário de línguas europeias impresso no Japão.

2. Porque foi editado o *Dictionarium*?

O *Dictionarium* foi editado por vários jesuítas incluindo japoneses e europeus, mas os seus nomes não são conhecidos ao certo. Tem um total de 456 folhas, incluindo a página de título, prefácio, corpo, suplemento, e erratas. O título completo é o seguinte.

Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum ex Ambrosii Calepini volumine depromptum: in quo omissis nominibus proprijs tam locorum, quàm hominum, ac quibusdam alijs minùs usitatis, omnes vocabulorū significationes, elegantioresque dicendi modi apponuntur: in vsum, & gratiam Iaponicae iuuentutis, quae Latino idiomati operam nauat, nec non Europeorū, qui Iaponicū sermonem addiscunt.

O corpo do dicionário contém textos em latim, português e japonês. As entradas principais são em latim em ordem alfabética, seguido por “Lus.”, que significa lusitano, ou seja, português, e o terceiro é “Iap.” que significa japonês.

Em seguida, gostaria de explicar por que razão o *Dictionarium* foi editado pelos jesuítas. Segundo o seu título, o *Dictionarium* foi editado baseado no dicionário de Ambrogio Calepino (1440?-1510?) para os japoneses estudarem o latim e os europeus estudarem o japonês.

Explicarei brevemente as circunstâncias históricas dessa época baseando-me no Laures (1975). A ideia básica de Valignano, o reformador do missionário, era de que seria essencial educar os japoneses que cooperariam com os missionários, e também adaptar os missionários à cultura japonesa. No que diz respeito ao idioma, ele teve como objectivo levar os japoneses a aprenderem o latim e os missionários o japonês intensivamente. O *Dictionarium* foi editado também segundo essa diretriz.

Ambrogio Calepino, que editou o original do *Dictionarium*, era um monge e lexicógrafo italiano e publicou o seu primeiro dicionário de latim em 1502. Embora a primeira edição contenha quase só latim, as edições posteriores do Calepino incorporaram equivalentes em várias línguas, como por exemplo grego, italiano, francês, espanhol, etc., mas não português. Além disso, todas estas edições foram publicadas na Europa, e não havia nenhuma tradução japonesa. Segundo os registros históricos em Laures (1975), o Visitador Valignano ordenou a compilação de um dicionário baseado no dicionário latino de Calepino por volta de 1581 e, durante anos, alguns jesuítas adicionaram equivalentes em português e japonês, culminando na publicação em 1595.

Labarre (1975) listou 160 edições do Calepino anteriores à publicação do *Dictionarium*. De acordo com a minha recente pesquisa (Kishimoto 2005a), comparando as entradas latinas e as explicações, o *Dictionarium* parece ter sido editado com base numa das edições do Calepino derivada da edição de 1570 publicada em Lyon, que inclui sete idiomas. A partir daqui vou usar a edição de 1570 publicada em Lyon quando comparar os textos do *Dictionarium* com o original europeu.

Como mencionei anteriormente, equivalentes em português foram feitos originalmente no Japão. Tendo em conta o ambiente de uma época em que os jesuítas no Japão foram patrocinados por Portugal e a maioria deles eram portugueses¹, não há nada de extraordinário que o *Dictionarium* incluísse o português. Mas não podemos confirmar o facto de que Valignano ordenou a tradução portuguesa, e considerando as finalidades principais deles, podemos afirmar que não havia necessidade de adicionar equivalentes em português, porque não foi editado para o estudo do mesmo. Além disso, embora pelo seu prefácio o *Dictionarium* tenha sido

¹Segundo Gono (2002), durante 1549-1643, havia no Japão 116 portugueses entre os 185 missionários jesuítas estrangeiros.

impresso em pequeno formato para ser facilmente carregado, parece também ter contrariado esta intenção. Vou analisar mais profundamente esta questão, ou seja, a razão de incluir equivalentes em português no *Dictionarium*.

3. Como foi editado o *Dictionarium*?

Os editores do *Dictionarium* não são conhecidos ao certo, mas lendo o prefácio em latim e a carta do Padre Pedro Gomes em 1595², podemos constatar que foram missionários jesuítas que dominavam o latim e o japonês, e também japoneses capacitados que se dedicaram ao trabalho de compilação. Não sabemos, todavia, como esse trabalho foi executado.

Messner (1999) menciona que o português no *Dictionarium* é uma simples tradução do latim que consta no texto original do Calepino. Esta conclusão foi feita comparando-se os três dicionários, o dicionário latino-português-espanhol por Bento Pereira em 1634, o dicionário latino-português por Jerónimo Cardoso em 1570 e o dicionário latino-espanhol por Elio Antonio de Nebrija em 1492.

Pelo menos até 1595, foram publicadas três edições do primeiro dicionário latino-português por Jeronimo Cardoso, ou seja, antes do *Dictionarium*. No entanto, não encontrei uma relação evidente entre o *Dictionarium* e o dicionário de Cardoso. Após o dicionário de Jerónimo Cardoso, o primeiro dicionário latino-português foi publicado em 1634 por Bento Pereira. Portanto, penso também que as partes de português do *Dictionarium* foram traduzidas do latim do Calepino original.

Então, o que poderíamos dizer a respeito dos equivalentes em japonês? O processo da tradução foi brevemente sugerido em Toyoshima (1985: 133) e Maruyama (1993: 10), e eu recentemente esclareci o processo básico em Kishimoto (2006), e mostrei as características da tradução do japonês em Kishimoto (2005b).

Vamos agora observar aqui dois exemplos curtos do *Dictionarium* e o Calepino original.

(*Calepino*, edição 1570 publicada em Lyon, p. 788)

Mixtarius, vel potius Mistarius, Vas quo vinum aqua miscemus. (o equivalente em grego.) Lucil. Vrecus, aut gemina longus mistarius ansa.

(*Dictionarium*, p. 464)

Mixtrarius, l, potiùs Mistarius, ij. Lus. Hum vaso ẽ que se misturaua vinho cõ agoa. Iap. Mizzuto saqueto majiyuru vtçuuamono.

Por exemplo, no primeiro caso, do substantivo “Mixtrarius”, a frase em latim

²12 de Outubro, 1595. ARSI, Jap. Sin. 12 II, 268-271v.

“Vas quo vinum aqua miscemus” original foi traduzida claramente em português “Hum vaso ã que se misturaua vinho cõ agoa” e em japonês “Mizzuto saqueto majiyuru vtçuuamono” no *Dictionarium*. A palavra portuguesa “vaso” corresponde à japonesa “vtçuuamono”; “misturaua” a “majiyuru”; “vinho” a “saque”; “agoa” a “mizzu”. As partes essenciais do original em latim foram traduzidas em português e japonês, e as partes em português e as partes japonesas são quase traduções de palavra-por-palavra.

(*Calepino*, edição 1570 publicada em Lyon, p. 989)

Praefica, ae. pen. corr. Mulier in funere conducta ad lamentabilem cantum, quae caeteris modum plangendi ostendit & fortia defuncti facta laudat: ita dicta quasi in hoc ipsu praefecta. (os equivalentes em hebraico, grego, francês, italiano, alemão, e espanhol.) Naeuius, Haec quidem mehercle praefica si mortuum laudat. Varro lib. 6. de ling. Lat.

(*Dictionarium*, p. 614)

Praefica, ae. Lus. Molher alugada pera chorar, e louuar os mortos. Iap. Xininno vyeuo naqi, sono fomareuo cacaguru tameni yatouaretaru vonna.

No segundo caso, do substantivo “Praefica, ae”, as citações latinas também foram omitidas e somente a definição latina do original foi traduzida em português e japonês. No *Dictionarium*, a palavra portuguesa “Molher” corresponde à japonesa “vonna”; “alugada” a “yatouaretaru”; “pera” a “tameni”; “chorar” a “naqi”; “louuar” a “fomareuo cacaguru”; e “mortos” a “Xinin”.

Considerando-se que há muitos exemplos similares na compilação do *Dictionarium*, podemos constatar que o japonês destes exemplos não é tradução do latim, mas sim tradução do português. Certamente a ordem foi primeiramente traduzir o Calepino para o português, e em seguida traduzir do português para o japonês.

No *Dictionarium*, podemos ver alguns exemplos que indicam que os editores traduziram o latim do Calepino original para o japonês diretamente. No total, é certo que as traduções do português foram úteis para traduzir em japonês.

4. Como foi usado o *Dictionarium*?

Consideremos agora o dicionário do ponto de vista do usuário, os missionários e os japoneses, usando também outros documentos pelos jesuítas. Talvez eles tenham concluído que neste dicionário seria indispensável incorporar equivalentes em por-

tuguês de modo que portugueses e japoneses pudessem usá-lo para a comunicação cotidiana. Embora não esteja escrito claramente em lugar nenhum, acredito que um outro objetivo do *Dictionarium* era o estudo do latim pelos portugueses e o estudo do português pelos japoneses.

Entre o *Kirishitan-ban* não há nenhum livro escrito apenas em português remanescente, mas foram publicados cinco livros em português: *De institutione grammatica* (1594), *Vocabulario da lingoa de Iapam* (1603-04), *Arte da lingoa de Iapam* (1604-08), *Arte breve da lingoa Iapoa* (1620), e o *Dictionarium*, todos que introduzi primeiramente como livros na área de línguas. Embora somente este facto mostre que o português era importante para o estudo dos idiomas, para confirmar mais o função do português no *Dictionarium*, refiro o *Vocabulario da lingoa de Iapam*, e também, o manuscrito do dicionário de português-latim de Manoel Barreto que não foi publicado.

Posterior ao *Dictionarium*, o dicionário japonês-português *Vocabulario da Lingoa de Iapam* foi publicado pelos jesuítas no Japão em 1603 e 1604. Embora este *Vocabulario* seja uma espécie de irmão do *Dictionarium*, não há mais texto em latim. O *Vocabulario* foi editado para que os missionários estudassem o japonês, tendo portanto um objectivo diverso do *Dictionarium*. Mas a publicação do *Vocabulario* mostra claramente que o português era mais necessário que o latim para os objetivos imediatos dos jesuítas.

Gostaria também de fazer uma breve apresentação de mais um dicionário precioso compilado no Japão, o manuscrito do dicionário de português-latim do padre jesuíta Manoel Barreto (1564-1620). O manuscrito *Vocabulario Lusitanico Latino* encontra-se guardado em três volumes na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. Kishimoto e Toyoshima (2005) é a primeira pesquisa detalhada deste dicionário.

Manoel Barreto chegou ao Japão em 1590. Passou a exercer a função de mestre de latim no Colégio e, mais tarde, em 1603, a função de secretário do Bispo no Japão Luís de Cerqueira (1552-1614). No prefácio do dicionário, Barreto esclarece que compilou o referido dicionário com o objetivo de ajudar o Bispo na redação de cartas em latim. Na realidade, segundo Moran (1993: 37), até o Visitador Valignano confessou que não era bom em latim. Estes factos mostram que os missionários não dominavam necessariamente bem a língua latina.

Do ponto do estudo do português pelos japoneses, segundo Shiling (1931), que tratava da educação escolar dos jesuítas de 1551-1614, não havia nenhuma edu-

cação portuguesa sistemática na escola deles, excepto por volta de 1555 e 1561. Nos Seminários que Valignano começou, eles tiveram classes de latim e japonês, mas não de português.

Todavia no prefácio, Barreto escreve que o dicionário seria útil também para o estudo do português pelos naturais, e no Seminário Japonico os estudantes não só estudaram o latim, mas também o português, e fizeram composições e orações em português várias vezes. Ele escreve ainda que, antes do dicionário português-latim, compilou um dicionário português-japonês. Infelizmente, não existem cópias deste dicionário. Talvez este dicionário tenha sido mais útil para o estudo do português pelos japoneses do que o estudo do japonês pelos portugueses. Como muitos missionários jesuíticos no Japão eram portugueses, é fácil imaginar que a conversação deles era em português, e também os japoneses precisaram de estudar o português para a comunicação com os missionários. Kataoka (1952) mostrou o facto de os japoneses, incluindo cristãos e comerciantes, usarem o português baseado nos registos históricos.

Nenhum destes dois dicionários de Barreto chegaram a ser publicados, mas o facto de terem sido compilados com entradas em português é mais uma prova de que a língua portuguesa era sem dúvida necessária no dicionário trilingue latim-português-japonês.

5. Conclusão

No *Dictionarium*, considerando-se o seu objectivo original, o português não era necessariamente requerido. Porém, o português era realmente indispensável para todos os jesuítas: editores ou usuários, japoneses ou missionários. A incorporação de equivalentes em português no *Dictionarium* mostra a importância do português na actividade dos jesuítas no Japão. E este facto fica ainda mais claro com o *Vocabulario* e os dicionários de Barreto.

Referências bibliográficas

Principais textos

- Anónimo (1594): *Emmanuelis Alvari e Societate Iesu De institutione grammatica libri tres*. Amakusa: Collegio Amacusensi Societatis Iesu.
- Anónimo (1595): *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum, ex Ambrosii Calepini volumine depromptum*. Amakusa: Collegio Iaponico Societatis Iesu.
- Anónimo (1598): *Racuyoxu*. Amakusa: Collegio Iaponico Societatis Iesu.

- Anónimo (1603-1604): *Vocabulario da lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, feito por alguns Padres, e Irmaõs da Companhia de Iesu*. Nagasaki: Collegio de Iapam da Companhia de Iesus.
- Barreto, Manoel (1606-1607): *Vocabulario Lusitanico Latino*. O manuscrito.
- Calepino, Ambrogio (1570): *Ambrosii Calepini dictionarium, quanta maxima fide ac diligencia fieri potuit accuratè emendatum, multisque partibus cumulatam*. Lyons: Symphorien Berauld.
- Cardoso, Jeronimo (1570): *Dictionarium Latino Lusitanicum*. Coimbra: Ioan Barrerius.
- Nebrija, Elio Antonio de (1492): *Lexicon hoc est dictionarium ex sermone latino in hispaniensẽ*. Salamanca: s/e.
- Pereira, Bento (1634): *Prosodia in vocabularium trilingue, Latinum, Lusitanicum, & Hispanicum digesta*. Eboræ: Dominicus Pereyra da Sylva.
- Rodriguez, João (1604-1608): *Arte da lingoa de Iapam composta pello Padre Ião Rodriguez Portugues da Cõpanhia de Iesu dividida em tres livros*. Nagasaki: Collegio de Japão da Companhia de Iesu.
- Rodriguez, João (1620): *Arte breve da lingoa Iapoa tirada da arte grande da mesma lingoa, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*. Macao: Collegio da Madre de Deos da Companhia de Iesu.

Bibliografia geral

- Gonoi, Tanashi (2002): *Nihon Kirisitan-shi no kenkyu*. Tokyo: Yoshikawa-kobunkan.
- Kataoka, Yakichi (1952) : “Kirishitan no gaikokugo-kyoiku”. In: *Junshin joshi tanki-dai-gaku kiyo* 1: 49-65.
- Kishimoto, Emi (2005a): “The Adaptation of the European Polyglot Dictionary of Calepino in Japan: *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum* (1595)”. In: *Missionary Linguistics II / Lingüística misionera II*. Amsterdam: John Benjamins: 205-223.
- _____ (2005b): “Translation of *Dictionarium Lusitanicum, ac Iaponicum* (1595)”. In: *Congresso Internacional A Presença Portuguesa no Japão nos séculos XVI e XVII*. Lisbon: Tipografia Lobão: 47-52.
- _____ (2006): “The Process of Translation in *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum*”. In: *Journal of Asian and African Studies* 72: (no prelo)
- Kishimoto, Emi e Toyoshima, Masayuki (2005): “Barreto cho Po-Ra jisho no Kirishitan-gogaku ni okeru igi”. In: *Nihon-gaku Tonko-gaku kanbun-kundoku no shin-tenkai*. Tokyo: Kyuko-shoin: 247-306.
- Labarre, Albert (1975): *Bibliographie du Dictionarium d’ Ambrogio Calepino (1502-1779)*. Baden-Baden: Valentin Koerner.
- Laures, Johannes (1940³): *Kirishitan bunko*. Tokyo: Sophia University.
- Maruyama, Toru (1993): “Daikokai-jidai no gogakusho to shite no Kirishitan-bunken”. In:

Nanzan kokubun ronshu 17: 1-63.

Messner, Dieter (1999): “Ist das *Dictionarium Latino Lusitanicum, ac Iaponicum* ein Wörterbuch der portugiesischen Sprache? Zur Rezeption Calepinos in Portugal”. In: *Lusorama* 38: 48-52.

Moran, J. F. (1993): *The Japanese and the Jesuitas, Alessandro Valignano in the sixteenth-century Japan*. London and New York: Routledge.

Shiling, Drotheus (1931): *Das Schulwesen der Jesuiten in Japan (1551-1614)*. Münster: Regensburg.

Toyoshima, Masayuki (1985): “*Kirishitan-bunken ni okeru fonyacu no go ni tsuite*”. In: *Toyo daigaku nihongo kenkyu* 1: 140-128.

Este artigo é baseado nas duas comunicações apresentadas no Congresso Internacional de Língua Portuguesa que aconteceu no Rio de Janeiro, Brasil, do dia 19 a 23 de Julho de 2004, e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro no Vila Real, Portugal, no dia 7 de Janeiro de 2005. Gostaria de expressar do fundo do meu coração a minha gratidão ao Prof. Doutor Carlos Assunção que me deu a oportunidade de expor o resultado da minha pesquisa, e aos Professores Mitsunobu Otsuka, Toru Maruyama e Masayuki Toyoshima, que me deram conselhos importantes, e ao Professor Masahiro Gonoji que me ajudou a entender o latim.

Esta pesquisa foi apoiada pelo JSPS KAKENHI (17320070) em 2005-2006 e pelo MEXT KAKENHI (18720120) em 2006-2008.

Importância dos estudos recíprocos entre o Japonês e o Português dos séculos XVI e XVII

Toru Maruyama
Universidade de Nanzan, Japão
tormarjp@hotmail.com

I. Introdução

Os missionários portugueses da Companhia de Jesus publicaram várias obras linguísticas sobre as línguas indígenas do mundo nos séculos XVI e XVII, tais como o Kikongo no Congo; o Kimbundu em Angola; o Tupi e o Kiriri no Brasil; o Concani e o Tamul na Índia e o Japonês no Japão. Entre essas obras linguísticas, sobressaem as obras a respeito da língua japonesa, tanto pela quantidade como pela qualidade, por várias razões¹. Podemos classificar as obras jesuíticas nos três gêneros seguintes:

1. Obras religiosas como a *Imitação de Cristo*
2. Obras literárias como as *Fábulas de Esopo*
3. Dicionários e gramáticas

Os missionários portugueses inventaram os alfabetos especializados para a língua japonesa daquela época baseando-se nos sistemas dos alfabetos latinos e portugueses. Para entender bem a essência desse tipo do alfabeto japonês, o conhecimento do sistema ortográfico da língua portuguesa dos séculos XVI e XVII é indispensável.

Na gramática, eles tentaram explicar as características da língua japonesa utilizando os conceitos gramaticais da língua latina e da língua portuguesa. O Pe. João Rodrigues, por exemplo, introduziu o conceito de “artigo” para explicar as características da “partícula” da língua japonesa daquela época.

Gostaria de mostrar a importância dos estudos recíprocos entre as duas línguas

¹ As principais razões por que as obras linguísticas japonesas são superantes tais em quantidade como em qualidade comparando com as obras das outras partes do mundo são:

(1) Falava-se somente uma língua no Japão (pelo menos do sul do Japão até Quioto, a então capital). Na África, no Brasil e na Índia usavam-se centenas de línguas diferentes.

(2) A maioria dos japoneses daquela época já tinha a capacidade de ler e escrever. Por isso, os missionários portugueses pensaram em propagar o cristianismo através das obras impressas.

(3) Por causa da perseguição do cristianismo, houve a necessidade de propagar a fé católica através dos textos escritos em vez dos meios orais.

(4) No Japão, ao contrário da África e do Brasil, as pessoas indígenas ajudaram os missionários portugueses a escrever os textos na língua japonesa.

(5) No Japão já existia a técnica de xilografia no século VIII.

japonesa e portuguesa, usando os materiais escritos pelos missionários portugueses dos séculos XVI e XVII.

Nas duas gramáticas, *Arte da Lingoa de Japam* (1604-08) e *Arte Breve da Lingoa Japoa* (1620), o Pe. Rodrigues referiu vários aspectos importantes a respeito da pronúncia japonesa daquela época, alguns dos quais são o contraste fonológico de dois tipos do “o” longo - inexistente na língua japonesa moderna — aproveitando os acentos ortográficos da língua portuguesa, e a característica das sibilantes da língua japonesa de então — S japonês é mais como C (Ç) português do que S português, e ainda a característica prenasal dos consoantes sonoras do japonês daquela época — utilizando o til ortográfico da língua portuguesa, e até o tipo “sandhi” japonês .

II. O F japonês para os dois padres da Península Ibérica²

O primeiro tema da minha comunicação é o F japonês para os dois padres da Península Ibérica. Antigamente tinha a seguinte adivinhação japonesa: A mãe se encontra duas vezes, mas o pai não se encontra nada. O que é isso? A solução para esta adivinhação é “labios”. Porquê? Na língua japonesa a mãe se pronunciava FAFA, e o pai TITI ou CHICHI. Na pronúncia da palavra FAFA com os sons bilabiais, os lábios encontram-se duas vezes. O facto de que a palavra mãe FAFA era pronunciada com os sons bilabiais duas vezes é endossado também pelos estudos de dialectos japoneses modernos. O F japonês naquela época é claramente bilabial.

Como disse acima, Rodrigues referiu vários aspectos importantes a respeito da pronúncia do japonês medieval nas suas gramáticas. Mas ele nunca referiu a diferença do F português (labio-dental) e o F japonês (bilabial). O F japonês era definitivamente bilabial naquela época, enquanto o F português era lábio-dental como foi descrito por Fernão de Oliveira na sua gramática (1536):

A pronúncia do .f. fecha os detes de cima sobre o beijo de
bayxo... (Cap. XIII)

Na área de dialectologia da língua portuguesa também, pelo menos que eu saiba, não há nenhum exemplo do F bilabial, e só se conhece o F lábio-dental. Porque

² O capítulo II é a versão revista do meu artigo “F japonês observado por dois padres da Península Ibérica: João Rodrigues e Diego Collado” *As línguas no delabar do século XXI – Les langues à l’aube du XXI siècle*, Actes du XXII Colloque international de linguistique fonctionnelle, Évora, Portugal, Société Internationale de Linguistique Fonctionnelle. 2004. pp. 379 - 381. Agradeço muito aos meus colegas Profs. Satoru Nagami e Masayuki Toyoshima pelas suas sugestões académicas sobre este capítulo.

Rodrigues não referiu a diferença fonética do F português (lábio-dental) e do F japonês (bilabial)?

Ao contrário do Padre João Rodrigues, o outro padre castelhano Diego Collado, na sua gramática japonesa de 1632, conseguiu referir a característica do F japonês de então, oscilando entre F e H. Collado disse:

Litera, f, in aliquibus Iaponiae prouincijs pronunciatum sicut in lingua Latina; in alijs autem ac si esset, h, non perfectum: sed quodam medium inter, f, & h, os & labia plicando & claudendo, sed non integrum, quod vsu facile compertum erit: v.g. fito. (*Ars Grammaticae Iaponicae Linguae* p.4)

Em geral a descrição fonética do Padre Rodrigues é bem mais correcta e minuciosa do que a do Padre Collado. Porque Collado conseguiu referir a diferença sutil de F e H, e Rodrigues não?

Isso deve ser a influência das línguas maternas destes dois padres, isto é, português e castelhano. Em castelhano, a época em questão é a de transição do F para H. Nos tratados de ortografia da língua castelhana, encontram-se os seguintes:

...aunque los antiguos dezian *fallo, fizo, fijo*, en nuestros tiempos se ha de dezir *hallo, hizo, hijo*, porque en lugar de la *f* de *filius, facio*, sucedio la *h* ... (*Reglas de Ortografia*, por Fray Francisco de Robles, 1533, apud Conde de la Viñaza, 1893)

Nuestros abuelos dezian y escribian *fizo, fijo, figo*: nuestros padres queriendo ablandar aquel stridor enseñaronnos dixeremos y escriuiessemos *hizo, hijo, higo*: donde aun queda la etymologia clara ... Nuestros hermanos ya escriuen *izo, ijo, igo*, no podemos imitarlos, ni dexar de condemnarlos... (*Orthographia, y Orthologia Hecha* por Miguel Sebastian Presbytero, 1619, apud Conde de la Viñaza, 1893)

A seguinte figura apresenta o contraste do F latim, F português, e H castelhano.

Latim	Portugues	Castelhano
faba	fava	haba
facere	fazer	hacer
farina	farinha	harina
ficu	figo	higo

filia	filha	hija
formica	formiga	hormiga
fel	fel	hiel
furnu	forno	horno

Pelo menos a respeito da característica fonética do F, Collado parecia mais sensível do que Rodrigues, porque na língua materna de Collado também a característica fonética e ortográfica do F era controversa naquela época. Mas seria possível que Padre Rodrigues na verdade não notasse a diferença das pronúncias do F japonês e o F português? Isso é uma questão discutível, porque ele deve ter tido uma ótima capacidade para diferenciar os sons das línguas estrangeiras. Pode ser que ele só inconscientemente ignorasse descrever a diferença na pronúncia do F japonês e o F português, seguindo os costumes dos tratados de ortografia de então em que nenhum ortografista toca a questão do F português, que foi estável durante todo este período.

III. Artigos portugueses e japoneses

O segundo tema é sobre artigos portugueses e japoneses.

Todas as gramáticas acima citadas foram descritas com base no quadro ou no esquema da gramática latina, o então considerado padrão na Europa. Com exceção do Padre João Rodrigues, os autores dessas gramáticas usaram, na descrição das línguas indígenas, as oito (ou menos) partes de oração da gramática latina. O Padre João Rodrigues, que escreveu as duas gramáticas da língua japonesa, introduziu na descrição dessa língua, para além das partes de oração clássicas, as noções de “partícula” e de “artigo”. O uso da noção de “partícula” deve-se, na sua gramática, à influência dos estudos filológicos contemporâneos no Japão, enquanto o uso da noção de “artigo” justifica-se pela influência da gramática portuguesa contemporânea, como a de João de Barros.

Na língua japonesa, quer clássica quer moderna, não há artigos. Mas o Padre João Rodrigues classificou as partículas japonesas designativas dos casos como artigos japoneses. Não há nenhuma semelhança entre os artigos portugueses modernos e as partículas japonesas designando os casos. Entretanto, nas gramáticas da língua portuguesa do século XVI, por exemplo, a de Barros, os artigos são considerados numa maneira diferente, como mostra a seguinte “declinação” dos artigos portugueses (Barros 1540 -:12v):

	Masculino		Feminino	
	Singular	Plural	Singular	Plural
Nom.	o	os	a	as
Gen.	do	dos	da	das
Dat.	ao	aos	a	as
Acus.	o	os	a	as
Voc.	o	o	o	o
Abl.	do	das (sic.)	da	das

Esta “declinação” dos artigos corresponde às partículas japonesas GA, NO, NI, WO etc. designando os casos no quadro seguinte.

Japonês	Português	J. P.
João-GA aruku.	O João anda.	(GA = O) - Nom.
João -NO hon	o livro DO João	(NO = DO) - Gen.
João - NI ageru	dar AO João	(NI = AO) - Dat.
João-ga hon-WO kau.	João compra O livro.	(WO = O) - Acu.
etc.		

A declinação dos nomes da língua latina corresponde à “declinação” dos artigos na língua portuguesa, e (corresponde) às partículas designativas dos casos na língua japonesa (Doi 1976), como se mostra no seguinte quadro:

	Latim	Português	Japonês
Nom.	dominus	o senhor	aruji ga
Gen.	domini	do senhor	aruji no
Dat.	domino	ao senhor	aruji ni
Acu.	dominum	o senhor	aruji wo

O Padre Rodrigues acabou por introduzir a noção de “artigo” para a descrição da língua japonesa em virtude da influência da gramática da língua portuguesa daquela época, provavelmente a de João de Barros.

Conforme a Prof. Dra. Maria Filomena Gonçalves da Universidade de Évora, “Fernão de Oliveira tão só refere explicitamente duas partes do discurso — nome e verbo —, mas aponta da passagem o adverbio, a preposição e a conjunção” e “Nunes de Leão distingue, cotrariamente ao seu antecessor, a contracção do artigo com a preposição e o próprio artigo.” (Gonçalves 1995)

Realmente Fernão de Oliveira usa a palavra “artigo(s)” 27 vezes na sua gramática, mas não o refere explicitamente como uma das partes do discurso. Ele utiliza a expressão “o artigo de dativo” para AO, porém logo depois afirma: “A em AO e preposição”[Cap.xliii]. Nunes de Leão usa a palavra “artículo” mais de 30 vezes na sua gramática e emprega também a expressão “artículo feminino de dativo” por AA, mas afirma explicitamente que “quando dizemos AO, A e preposição e O e artículo”.(63v)

Para João de Barros, “artigo é uma das partes da oração, aqual não tem os latinos; e vem este nome, artigo, de artículus, dição latina, derivada de Arthon[sic.] grega, que quer dizer juntura de nervos, a que nos propriamente chamamos artelho. E, bem como da liança e ligadura dos nervos se sostem o corpo, assi do ajuntura do artigo aos casos do nome se compõe a oração,...” (12r)

Barros também tenta distinguir artigos de preposições em outras passagens do texto (13v4-6), mas pelo menos ele é a primeira pessoa que declara: “artigo (*inclusive* as contracções das preposições e artigos) é uma das partes da oração”.

João Rodrigues nasceu em Sernancelhe na região de Beira, Portugal, no ano provável de 1561, partiu para o Oriente no ano provável de 1575, e chegou ao Japão no ano de 1577. Entrou para a Companhia de Jesus e viveu no Japão por mais de 30 anos, trabalhando como intérprete. Publicou duas gramáticas da língua japonesa e deixou manuscritos acerca da história da igreja do Japão — trabalhos que nunca foram publicados, e outros documentos inclusive as suas próprias cartas. (Estes manuscritos e as cartas estão hoje guardados no Arquivo da Sociedade de Jesus em Roma e na Biblioteca de la Real Academia de la Historia em Madrid.). Nesses manuscritos ele lembra várias vezes o nome do grande historiador João de Barros e mostra um enorme respeito por ele.

Não é facto comprovado se algum exemplar da gramática de Barros tenha chegado ao Japão naquela época, mas é evidente que a gramática de João Barros já se usava pelo menos na Índia. O padre Henrique Henriques(1520-1600), num manuscrito de gramática da língua Malabar, escreveu: “Para mais facilmente se entender esta arte ha mister ter conhicimento[sic.] da arte Latina e os que não souberem Latim devem de leer por a gramatica Portuguesa feita por João de Bairros[sic.]” (7v) Considerando que o Padre Rodrigues ficou na Índia durante algum tempo no caminho de entre Portugal e o Japão, é possível que ele tenha encontrado a gramática de Barros nesse país.

Pontos importantes

1. Barros (1540) é a primeira gramática sistemática da língua portuguesa.
2. Barros (1540) é a única gramática portuguesa no século XVI que explicitamente declara o artigo sendo uma das partes da oração.
3. Barros (1540) parece ser a mais famosa gramática portuguesa na época e já se usava fora de Portugal, pelo menos na Índia.
4. Considerando que o Padre João Rodrigues ficou na Índia por algum tempo no caminho de Portugal ao Japão, é possível que ele tenha encontrado a gramática de Barros nesse país.
5. Nos manuscritos da história da igreja do Japão, Padre Rodrigues citou várias vezes o nome do grande historiador João de Barros e mostrou seu enorme respeito por este.

O padre João Rodrigues escreveu as gramáticas da língua japonesa no esquema de dez partes da oração, ao contrário dos seus colegas jesuitas, que descreveram as gramáticas das línguas indígenas da África, do Brasil e da Índia no esquema de oito (ou menos) partes da oração, tomando por base a gramática latina. Além das oito partes da oração da língua latina, o Padre Rodrigues introduziu as noções de “partícula” e de “artigo”. A noção de “partícula” foi estabelecida, sob a influência dos estudos gramaticais daquela época, pelos próprios japoneses. A de “artigo” tem a origem, segundo parece, na gramática da língua portuguesa por João de Barros.

IV. Concordâncias de ortografia da língua portuguesa do século XVI

O terceiro tema do meu estudo é sobre as concordâncias de ortografia da língua portuguesa do século XVI. Já compilei concordâncias, ou índice das palavras-chave contextualizadas da gramática de Oliveyra (1536), da gramática de Barros (1540), da Cartinha de Barros, e de ortografia de Gândavo, com a ajuda computacional do meu colega Prof. Masayuki Toyoshima. Estou quase a terminar os índices de Nunes do Leão, Bento Pereira, etc..

Como sou professor de história da língua japonesa, em geral não precisaria de estudar a língua portuguesa. Mas a importância dos materiais portugueses na área dos estudos de história da língua japonesa talvez seja bem maior do que se pensa. Por isso, gostaria de explicar porque um professor de história da língua japonesa, que vive numa cidade do Japão, teve de compilar as concordâncias das obras or-

tográficas portuguesas dos séculos XVI e XVII para subsidiar um projecto futuro dos estudos ortográficos da língua portuguesa.

Muitos missionários portugueses foram ao Japão nos fins do século XVI e no princípio do século XVII para propagar o cristianismo. Compilaram vários livros, alguns dos quais têm um valor incalculável nos vários aspectos dos estudos da língua japonesa medieval, especialmente no estudo fonológico, visto tratar-se das primeiras representações fonéticas da língua japonesa no mundo ocidental. Na verdade, sem o conhecimento dos estudos das obras missionárias escritas em português, seria quase impossível descrever a história fonológica da língua japonesa.

O Padre João Rodrigues, por exemplo, na sua gramática publicada nos anos de 1604-08 e na outra gramática publicada em 1620, com as outras várias observações, fez os seguintes comentários sobre as sibilantes japonesas:

O S japonês é mais como Ç (C cedilha) português do que S português.

Se tivesse havido o mesmo tipo da oscilação ortográfica na escrita pelo Padre Rodrigues, esta descrição não valeria muito. Na verdade, conforme a Prof.^a Maria João Marçalo da Universidade de Évora, já havia a oscilação ortográfica entre s e ç no século XVI.

1. As confusões gráficas de sibilantes não são apontadas nem por Fernão de Oliveira em 1536 na sua gramática nem por João de Barros em 1540 na sua gramática.

2. Por outro lado, Duarte Nunes de Leão refere-se, em 1576, à confusão de sibilantes (*Orthografia da lingua portuguesa*).

3. Pero Magalhães de Gândavo também, em obra de 1574, alude a tal “vício” (*Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*).

O que é mais importante aqui é pesquisar ou investigar o critério que adoptou o Padre João Rodrigues, na grafia do S e Ç (C cedilha).

Afinal de contas, conseguimos confirmar que o Padre Rodrigues diferenciou definitivamente S e Ç na sua própria ortografia, o que transparece no seu manuscrito (ou no manuscrito escrito pela sua própria mão). Por exemplo, embora palavras como “serta” em vez de “certa” e “seremonia” em vez de “ceremonia” tenham aparecido várias vezes no manuscrito do Vocabulário da Língua Canarim (= Concani) compilado pelos jesuítas no ano de 1626, o Padre João Rodrigues escreveu as palavras “certa(s)” (24 vezes) e “ceremonia(s)” (6 vezes) sempre com C nos seus manuscritos. Além disso, ele mesmo tentou corrigir a confusão ortográfica

entre essas duas letras do seu colega.

paçasse - passasse, conuerçam - conuersam

(*História da Igreja do Japão* –Ms.15r) (Toyoshima)

Na verdade, ele deve ter adotado um critério muito rigoroso sobre a diferença ortográfica entre S e Ç.

Assim sendo, passarei a comentar as características ortográficas das obras do Padre João Rodrigues no contexto da ortografia da língua portuguesa do século XVI e XVII.

Em geral, há três tipos de tendência ortográfica, quer dizer, a tendência geral comum à maioria das pessoas em certa época, a tendência particular peculiar a cada obra e a tendência particular variável de pessoa a pessoa.

Eis alguns exemplos do primeiro caso:

	OL	BA	GA	NDL	AG	AB	MSH	MSC
anno(s)	2	1	4	9	170	42	106	60
ano(s)	2	0	0	0	0	0	0	0
hũa	101	93	18	133	271	65	3	1
ũa (uma)	0	0	0	0	0	0	0	0
ella(s)	35	21	3	18	19	17	9	10
ela(s)	0	0	0	0	0	0	0	0
elle(s)	46	51	3	26	98	59	38	34
ele(s)	0	0	0	0	0	0	0	0

MSN: Manuscrito de *História da Igreja do Japão* escrito pelo Pe. Rodrigues

MSC: Manuscrito das cartas escritas pelo Pe. Rodrigues

As palavras como “anno, hũa, ella, elle”, por exemplo, são escritas assim com letras dobradas ou com h inicial no artigo indefinido nas obras de ortografistas do século XVI, nas obras impressas pelo Padre Rodrigues e também nos seus próprios manuscritos. Ninguém escrevia “ano, uma, ela, ele” com letras simples ou sem h inicial.

Mas aparentemente há exceções. Oliveyra (1536) tem dois casos da palavra “ano” com um “n” simples e também três de “ele” com “l” simples. São “estano”, “oytano”, “sobrele” e “antrele”. Assim nós podemos confirmar que a maioria destas exceções são tipo “elision”.

Por outro lado, há a tendência particular ortográfica inerente (pertencente) a cada pessoa, ou variável de pessoa a pessoa, como nos seguintes casos:

	MSH	MSC	AG	AB	OL	BA	GA	NDL
significar	1	2	c.400	0	0	7	14	40
sinificar	0	0	0	c.50	c.50	26	0	0
oje	3	4	4	0	0	0	0	1
hoje	0	0	0	0	0	0	0	7
sogeito(s)	0	2	0	0	0	0	0	0
sojeito(s)	0	0	1	1	0	0	0	0
melhor	5	3	34	10	0	0	7	12
milhor	0	0	2	0	21	2	0	1

O Padre Rodrigues, por exemplo, costumava escrever “significar, oje, melhor” enquanto Oliveyra(1536) escrevia “sinificar, milhor” e Barros (1540) também preferia “sinificar” sem g do que “significar” com g. Considerando esse tipo de situação ortográfica, julgo importante a avaliação da preferência ortográfica de cada pessoa.

O Padre João Rodrigues era muito teimoso a respeito do seu próprio sistema ortográfico. Considerando tudo isso, julguei absolutamente indispensável primeiro compilar as concordâncias das obras ortográficas dos séculos XVI e XVII.

V. O meu sonho

A descoberta do caminho para a Índia por Vasco da Gama inaugurou a época da globalização do mundo, pois reuniu as áreas comerciais Europeias, Islâmicas, Indianas, Chinesas e Japonesas. O mesmo tipo de globalização está se realizando na área de academia portuguesa aqui e agora. Estamos no século XXI. Nós não podemos desenvolver qualquer tipo de actividade académica sozinhos. Sempre precisamos da ajuda ou das críticas dos investigadores dos outros países ou de outras culturas. Caminhamos juntos para o futuro e deixamos os valiosos frutos académicos para os nossos descendentes.

[Apêndice 1]

Podemos alistar as obras principais impressas no Japão durante o trabalho missionário dos jesuítas.

(J=caracteres japoneses, R=caracteres alfabetizados, L=latim, P=portugues)

1. Dochirina Kirishitan. Kazusa, 1591? (Doutrina Cristã) [J]

2. Sanctos no Gosagueono Vchi Nuqigaqi. Kazusa, 1591 (Biografias dos apóstolos) [R]
3. Doctrina Christan. Amakusa, 1592 (Doutrina Cristã) [R]
4. Fides no Doxi. Amakusa, 1592 (Introduction del Symbolo de la Fe por Luis de Granada) [R]
5. Bauchizumono sazukeyo.(Amakusa) 1592? (Folheto sobre batismo) [J]
6. Feiqe no Monogatari. Amakusa, 1592 (Resumo da História de Heike) [R]
7. Esopo no Fabulas. Amakusa, 1593 (Fabulas de Aesopo) [R]
8. Xixo Xixxo. Amakusa, 1593 (Coleção dos provérbios) [R]
9. De Institutione Grammatica por Manuel Alvarez. Amakusa, 1594 [L,P,R]
10. Dictionarium Latino Lusitanicum ac Iaponicum. Amakusa, 1595 [L,P,R]
11. Contemptus Mundi. (Amakusa) 1596 (De Imitatione Christi) [R]
12. Exercitia Spiritualia por Ignatius de Loyola. Amakusa, 1596 [L]
13. Compendium Spiritualis Doctrinae (Bartholomeu de Martyribus). (Amakusa) 1596 [L]
14. Salvator Mundi. (Nagasaki) 1598 (Manual de sacramento de confissão) [J]
15. Racuyoxu. (Nagasaki) 1598 (Dicionário de Kanji, ou caracteres chineses) [J]
16. Guia do Pecador. (Nagasaki) 1599 (Resumo da obra por Luis de Granada) [J]
17. Doctrina Christan. (Nagasaki) 1600 (Doutrina Cristã) [R]
18. Doctrina Christam. Nagasaki, 1600 (Doutrina Cristã) [J]
19. Orashio no Honyaku. Nagasaki, 1600 (Livro de oração ou preces) [J]
20. Roei-Zafit. (Nagasaki) 1600 (Coleção dos poemas) [J]
21. Aphorisimi Confessariorum. (Nagasaki) 1603 (Texto do teologia) [L]
22. Vocabulario da Lingoa de Iapam. Nagasaki, 1603-04 [R,P]
23. Arte da Lingoa de Iapam. Nagasaki, 1604-08 [P,R]
24. Manuale ad sacramenta Ecclesiae Ministranda. Nagasaki, 1605 [L,R]
25. Spititual Xuguio. Nagasaki, 1607 (Manual de meditação) [R]
26. Flosculi. Nagasaki, 1610 (Antologia das obras espirituais) [L]
27. Contemptus Mundi. Kyoto, 1610 [J]
28. Fides no Quio. Nagasaki, 1611 (Tradução resumida da obra por Luis de Granada) [J]
29. Taiheiki Nukigaki. (Nagasaki) 1611-12? (Resumo do Taiheiki)[J]
- (30. Arte Breve da Lingoa Iapoa. Macao, 1620 [P,R])

[Apêndice 2]

(1) A característica das sibilantes da língua japonesa de então- S japonês é mais como C português do que S português.

Na pronúncia Iapoa não ha propriamente a letra, S, simples como no latim, & no Portugues assi como Cesar, casa, casar, &c. Mas tem mais propriamente a letra, Ç, portuguesa, & castelhana, como quando dizemos, Çapato, caça, moço, doçura. O que se ve claramente, na conuersam das syllabas: por que, Ça, ço, çu, se mudam em, Za, zo, zu, que sam letras dobradas: pello que quem quiser vsar de, Sa, so, su, deue carregar hum pouco com mayor força que na nossa pronúnciação: & quem quiser vsar de, Ça, ço, çu, não carregue tanto, que caya em outro extremo de pronunciar cicioso. (*Arte da Lingoa de Iapam*, f. 57r)

Nam tem em sua pronúnciaçam, Sa, So, Su, brando como no Latim, & Portugues, como sam, Casa, Cesar, Caso, summa, mas somente, Ça, Ço, Çu, como no Portugues, ou Castelhana antigo, Çapato, Caçar, Moço, Almoço, Doçura, que sam como syllabas dobradas, & assi se conuertem, ou mudão em, Za, Zo, Zu. que sam letras dobradas. Vt, Çanzan, Çamazama, &c. Mas nam se ha de carregar tanto que cayam em outro extremo de fallar cicioso: com tudo vsaremos tambem do, Sa, So, Su. em seu lugar tendo se nisso aduertencia quando se pronunciam. (*Arte Breve da Lingoa Iapoa*, f.12 r)

(2) O contraste fonológico dos dois tipos de “o” longo — inexistente na língua japonesa moderna — aproveitando os acentos ortográficos da língua portuguesa.

O modo de pronunciar, o, Firogaru, he como se escreuesemos com dous, oo. Vt, Xo, Xoo, To, Too: ou assi como quando dizemos no portugues v.g. Minha auo, capa de do, enxo, ilho, filho, No, da taboa, muyto po, & outras semelhantes com a boca aberta. (*Arte da lingoa de Iapam*, f.175v)

O modo de pronunciar, o, Subaru he quasi como se se escreuese com, ou. Vt. Xo, Xou, To, Tou, & se pronuncia como no portugues, Meu auo, com a boca hum pouco fechada, ajuntando os beijos em roda. (*Arte da lingoa de Iapam*, f.175v)

As syllabas acabadas nos ditongos, o, o, u, se pronunciam como no Portugues, ss o, longo como com dous, oo. Vt., Minha auo, capa de do, Enxo, Po, com a boca, & beijos abertos; o, circunflexo, como com as duas vogaes, o, u, com a boca hum pouco fechada ajuntando os beijos em roda,

como no Portugues, meu auo, Boca, Mocho, Corpo; u, longo, como com dous, uu, como no Portugues, Cru, Nu, Peru, Meru, &c. (*Arte Breve da Lingoa Iapoa*, f.12 r)

(3) A característica pré-nasal das consoantes sonoras do japonês daquela época — utilizando o til ortográfico da língua portuguesa.

Toda a vogal, antes de, D, Dz, G, sempre se pronuncia como com hum meyo til, ou sonsonete que se forma dentro dos narizes o qual toca algum tanto no til. Vt., Mada, mido, madoi, nadame, nadete, nido, madzu, agiuai, aguru, agaqu, caga, fanafada, fagama, &c. (*Arte da lingoa de Iapam*, f.177v)

As vogaes, A, E, I, O, V: antes de, D, G, & as vezes, I, Z, na pronunciaçam communicam o folego aos narizes com certo sonsonete como se tiueram meyo til. Vt. Aghuru, Caghu, Tada, Fidamasa, Adanaru, mas nam se ha de pronunciar com til distincto, nem secamente, como no Portugues se pronuncia, Fado, Geada, Imagino. (*Arte Breve da Lingoa Iapoa*, f.12 v)

(4) O tipo “sandhi” japonês

Quando despois da letra, N, se seguirem as syllabas Ya, ye, y, yo, yu, se deuem pronunciar como, Nha, nhe, nhi, nho, nhu, posto que no escreuer pera distincão da palaura se escreuem, ya, ye, & c. Vt., Sanya, se pronuncia, Sannha, Xinnho, Guennhe soin, Xennho, Cannho, Bequennha. i. Xinyo, Guenye, Xenyo, Canyo, Bequenya, &c.

(*Arte da Lingoa de Iapam*, f. 177v)

Item quando ao dito, N, se seguem, Va, vo, von, se pronunciam como, Na, No, Non. Vt., Xinno, ataraxij vo. Ninguennna, Annon, Cannon. i. Xinvo, Ninguenua, Anuon, Canuon.

(*Arte da Lingoa de Iapam*, f. 177v)

Quando depois de, N, ouer na diçam seguinte, principalmente nas vozes do, Coye, as syllabas, A, Va, E, Y, I, Vo, V, Estas se ande pronunciar; Na, Ne, Ny, Ni, No, Nu. Vt. Von aruji, ha se de pronunciar, Vonnaruji, Yn yen, pronuncia se, Ynnen.

(*Arte Breve da Lingoa Iapoa*, f.12 r)

Quando depois do mesmo, N, se seguem as syllabas, Ya, Ye, Yo,

Yu. Estas se pronunciam, Nha, Nhe, Nho, Nhu. Vt. Anya, Ghenya, Conya,
pronunciam se, Annha, Ghenha, Connha:...
(*Arte Breve da Lingoa Iapoa*, f.12 v)

Referências Bibliográficas

- Barros, Maria Candida Drumond Mendes (1994): “Os Interpretes Jesuitas e a Gramática Tupi no Brasil [século XVI]”: In: *Cadernos: Ciências Humanas*. Nr.4. S71.: Museu Paraense Emilio Goeldi.
- Barros, João de (1540): *Grammatica da lingua Portuguesa*. Lisboa: Luis Rodrigues.
- _____ (1552): *Asia de Joam de Barros dos factos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente*. Lisboa: Germao Galharde.
- Boléo, Manuel de Paiva (1974-75): *Estudos de Linguística Portuguesa e Romanica*. Coimbra: Acta Universitatis Conimbricensis.
- Cintra, Luis F. Lindley (1983): *Estudos de Dialectologia Portuguesa*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Collado, Diego (1632): *Ars Grammaticae Iaponicae Linguae*. Roma. Ed. Facsimilada.
- Conde de la Viñaza (1893): *Biblioteca Historica de la Filologia Castellana*. Madrid: s/e.
- Cooper, Michael (1974): *Rodrigues the interpreter*. New York & Tokyo: Weatherhill.
- DOI, Tadao (1976): *Notas explicativas ao livro facsimilado da Arte da Lingoa de Iapam pelo Padre João Rodrigues*. Tokyo: Benseisha.
- Gandavo, Pero de Magalhães (1574): *Regras que ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua portuguesa*. Lisboa: Antonio Gonsaluez.
- Gonçalves, Maria Filomena (1995): “O artigo e as partes do discurso na antiga gramatografia portuguesa”. In: *Actas do 4 Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*. Lisboa: s/e.
- Laures, Johannes S.J. (1957): *A Manual of Books and Documents on the early Christian Mission in Japan*. Tokyo: Sophia University.
- Maia, Clarinda de Azevedo (1986) : *História do Galego-Português*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Marçalo, Maria João (1993): “As Sibilantes: Análise de grafias relevantes para a definição do sistema fonológico do português antigo”: In: *Anais da Universidade de Évora* (3).
- Maruyama, Toru (1996) : *Selective Bibliography concerning the Jesuit Mission Press in the Sixteenth and Seventeenth Centuries* (Nanazan Kokubun Ronshu 20, Nagoya, Japan)
- Nunes do Leão, Duarte (1576): *Orthographia da Lingoa Portuguesa*. Lisboa: João de Barreira.
- Oliveyra, Fernão d’ (1536): *Grammatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa: Germão

Galhardo.

Paiva Boleo, Manuel de (1974): *Estudos de Linguística Portuguesa e Romanica*. Coimbra: s/e.

Penny, Ralph J. (1972): "The re-emergence of /f/ as a phoneme of Castilian". In: *Zeitschrift für Romanische Philologie* 88.

Rodrigues, João (1604-08): *Arte da Lingoa de Iapam*. Nagasaki: Companhia de IESV.

_____ (1620): *Arte Breve da Lingoa Iapoa*. Amacao: Companhia de IESV.

_____ (Manuscripts of História da Igreja do Japão)

_____ (Manuscripts of Letters from China)

Stephens, Thomas (1640): *Arte da Lingoa Canarim*. Rachol: Companhia de IESVS.

Toyoshima, Masayuki (1996): "Phonetic descriptions by Father João Rodrigues". In: *Kokugogaku Ronshu*. Tokyo: Kyuko Shoin.

Vasconcellos, J. Leite de (1901): *Esquisse d'une dialectologie Portugaise*. Paris: s/e.

Dictionarium Latino Lusitanicum, Ac Iaponicum ... 1595. Amakusa: Societatis IESV.

Vocabulario da Lingoa de Iapam com a declaração em Portugues, ... 1603-04. Nagasaki: Societatis IESV.

NB. Gostaria de agradecer ao Prof. Masayuki Toyoshima pela gentileza de me permitir usar os dados sobre a ortografia no manuscrito do Padre João Rodrigues. Estou muito grato também ao Prof. Carlos Assunção pelo convite gentil em me deslocar à UTAD e a Sernancelhe, onde o Padre João Rodrigues nasceu há 400 anos. O meu sonho de estes 20 anos em visitar o seu lugar de nascimento realizou-se finalmente, graças a Deus e ao Prof. Carlos Assunção.

Aspectos críticos da nova Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário

Gonçalo Fernandes
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
gf@utad.pt

Resumo

No final de 2004, o Estado português aprovou uma nova *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS), através da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, que veio substituir a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*, publicada oficialmente a título experimental em 1967 mas em vigor até aos dias de hoje, pela Portaria n.º 22.664/67, de 28 de Abril. Depois de três décadas “experimentais”, a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* foi sendo invadida por diversas correntes linguísticas chegadas entretanto à universidade portuguesa (Estruturalismo, Funcionalismo e especialmente o Generativismo Transformacional, etc.) e, através dos (ex-)alunos, aos ensinos Básico e Secundário. Tal facto criou uma situação pedagógica insustentável para os responsáveis ministeriais, que viam os alunos de norte a sul do país usarem termos diversos para o mesmo elemento / função gramatical. Neste ano lectivo (2005-2006), a TLEBS está em vigor em todo o Ensino Secundário, do 10.º ao 12.º anos de escolaridade, e espera-se, já no próximo ano, o seu alargamento ao Ensino Básico.

No entanto, têm sido muitos os problemas didácticos sentidos na adopção da nova terminologia pelos docentes de Português e de Língua Portuguesa nos ensinos básico e secundário, em virtude de terem algumas falhas de formação inicial e haver alguns dados contraditórios na TLEBS. Por isso, propomo-nos analisar algumas situações que têm sido alvo de dúvidas e mesmo de críticas por parte de vários professores, especialmente no referente às Classes de Palavras, à Sintaxe e à Semântica Frásica.

0. Introdução

No final de 2004, o Estado português aprovou uma nova *Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (TLEBS), através da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, cuja base de dados pode ser consultada on-line, via internet, no endereço da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular do Ministério da Educação: <http://www.dgidc.min-edu.pt/TLEBS/terminologia.asp>. A TLEBS veio substituir a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa*, publicada oficialmente a título experimental em 1967 mas em vigor até aos dias de hoje, pela Portaria n.º 22.664/67, de 28 de Abril.

Depois de três décadas “experimentais”, a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* foi sendo invadida por diversas correntes linguísticas chegadas entretanto à universidade portuguesa (Estruturalismo, Funcionalismo e especialmente o Generativismo Transformacional, etc.) e, através dos (ex-)alunos, aos ensinos Básico e Secundário. Tal facto criou uma situação pedagógica insustentável para os responsáveis ministeriais, que viam os alunos de norte a sul do país usarem termos diversos para o mesmo elemento / função gramatical. Com efeito, a TLEBS “visa contribuir para dar resposta a um conjunto vasto de problemas, de natureza científica e pedagógica, que tem vindo a ser identificado no campo do ensino da língua portuguesa” (*Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* 2002: Objectivos e Princípios).

A nova TLEBS resultou “de uma iniciativa do Departamento do Ensino Secundário, a que se juntou o Departamento da Educação Básica (...), tendo sido co-responsável pela realização desta tarefa a Associação de Professores de Português. Na primeira fase, foram envolvidos 15.000 professores dos ensinos básico e secundário” (TLEBS 2002: equipa de trabalho). Foi um longo processo negocial entre os centros de linguística das universidades portuguesas e a Associação de Professores de Português, que nasceu com o Projecto Falar (Formação de Acompanhantes Locais: Aprendizagem em Rede), a partir de 1997, com “um conjunto de acções amplamente participado com vista à elaboração de uma Nomenclatura Gramatical para os Ensinos Básico e Secundário. Dessas acções (...) resultaram alguns documentos, com destaque para a *Proposta de Nomenclatura Gramatical para os Ensinos Básico e Secundário*, elaborada por um grupo de trabalho, coordenado por Carlos Assunção e José Esteves Rei, no âmbito do Projecto Falar” (TLEBS 2002: Objectivos e Princípios).

A TLEBS divide-se em quatro grandes domínios identificados com letras: **A – Língua comunidade linguística, variação e mudança** (Comunidade linguística; Língua e falante; Variação e normalização linguística; Tipologia linguística; Contacto entre línguas e Mudança linguística), **B – Linguística descritiva** (Fonética e Fonologia; Morfologia; Classes de palavras; Sintaxe; Semântica lexical; Semântica Frásica e Pragmática e Linguística Textual), **C – Dicionário** (lexicografia) e **D – Grafia** (Representação gráfica da linguagem oral).

A TLEBS foi inicialmente adoptada “a título de experiência pedagógica” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro), “por um período de três anos, com a finalidade de ser um instrumento de referência para as práticas pedagógicas dos professores das disciplinas de Língua Portuguesa e de Português, bem como para a produção de documentos pelo Ministério da Educação em matéria de ensino e divulgação da língua portuguesa” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro), com a o início previsto no ano lectivo de 2004-2005, mas, devido à publicação tardia da Portaria 1.488 no que respeita ao início do ano lectivo, a distribuição da base de dados em suporte digital só ter sido realizada em Março de 2005 e terem sido verificadas dificuldades de implementação e de utilização plena da TLEBS, especialmente no ensino básico, o governo, revogou os n.os 4.º e 9.º da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, e remeteu o início dessa experiência pedagógica para o ano lectivo 2005-2006, em escolas seleccionadas do ensino básico, sendo alargada a experiência ao universo das escolas básicas em 2006-2007.

Por outro lado, a “utilização da TLEBS no ensino secundário decorre[u] da implementação do novo programa de Português. O texto programático, no que se refere às competências de funcionamento da língua, recorre[u] aos termos definidos na TLEBS, pelo que os docentes deste nível de ensino tomaram conhecimento da terminologia adoptada desde a discussão pública do projecto de programa, que se iniciou em 2001” (Ministério da Educação: Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro). Assim, em 2005-2006, a TLEBS já está em vigor em todo o Ensino Secundário, do 10.º ao 12.º anos de escolaridade. Por outro lado, a Directora-Geral da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, Cristina Paulo, através da Circular n.º 14/2005, de 14 de Novembro, esclareceu que:

A Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário (TLEBS) não se sobrepõe aos textos programáticos em vigor, mas actualiza-os. Tal significa que os professores deverão considerar, da TLEBS, apenas os termos correspondentes aos ciclos de ensino leccionados, definidos pelos

programas em vigor e pelo Currículo Nacional;

O peso dado ao trabalho do Funcionamento da Língua (ou Conhecimento Explícito da Língua) é o definido pelos programas em vigor para os vários ciclos de ensino, não pretendendo a TLEBS, nem os documentos legais que a adoptam, alterar as orientações programáticas neste sentido;

A base de dados distribuída pelas escolas e disponível para consulta e instalação a partir da página de Internet da DGIDC é um documento de apoio aos docentes, sem carácter explicativo, que deverá ser objecto de reflexão e de estudo antes de integrar as práticas lectivas. Como tal, não se destina a alunos;

No que se refere aos exames nacionais no Ensino Básico, e de acordo com informação do GAVE, no final do corrente ano lectivo não estarão reunidas as condições de aplicação da TLEBS nos exames nacionais de Língua Portuguesa do 9.º ano, uma vez que a sua experimentação apenas se concretizará numa amostra de escolas seleccionadas;

No caso do exame do 12.º ano, o documento de referência para a realização do respectivo exame nacional é o programa da disciplina de Português, homologado em 2002. Assim, será tida em consideração a terminologia dele constante, considerando, portanto, os aspectos comuns à TLEBS publicada na Portaria n.º 1488/2004.

Perante isto, algumas falhas de formação inicial e alguns dados contraditórios da TLEBS, os professores de Português / Língua Portuguesa dos ensinos básico e secundário têm sentido inúmeras dificuldades na adopção da nova terminologia. Por isso, propomo-nos analisar algumas situações que têm sido alvo de dúvidas e mesmo de críticas por parte de vários professores, especialmente no referente às Classes de Palavras, à Sintaxe e à Semântica Frásica.

1. Classes de Palavras

Inês Duarte apresenta dez subclasses de palavras dentre as palavras variáveis e invariáveis. À primeira classe, refere seis subclasses:

- o **nome** (próprio e comum, concreto e abstracto, contável e não contável, colectivo, animado e não animado, humano e não humano, epiceno, sobrecomum e comum de dois);

- o **adjectivo** (qualificativo e numeral);

- o **verbo** [principal (impessoal, intransitivo, transitivo directo, transitivo indirecto e transitivo directo e indirecto), copulativo e auxiliar (dos tempos compostos, da passiva, temporal, aspectual e modal)];

- o **pronome** (pessoal, demonstrativo, possessivo, indefinido, relativo e interrogativo);

- o **determinante** [artigo (definido e indefinido), demonstrativo, possessivo e nulo];

- e o **quantificador** (universal, indefinido, numeral, relativo e interrogativo).

Da segunda classe (palavras invariáveis), apresenta 4 subclasses:

- a **preposição** e locução prepositiva;

- o **advérbio** e locução adverbial [de negação, adjunto (de tempo, de lugar, de modo), disjunto (de afirmação, dúvida ou de outra forma de orientação para a atitude do falante face ao conteúdo proposicional, *vg, certamente, efectivamente, realmente, felizmente, infelizmente, obviamente, etc.*), e conectivo (com a função de conexão entre elementos frásicos, *vg, assim, contrariamente, primeiro, depois, finalmente, conseqüentemente, etc.*);

- a **conjunção** e locução conjuntiva [coordenativa (copulativa, adversativa, disjuntiva, conclusiva) e subordinativa (completiva, causal, final, temporal, concessiva, condicional, comparativa e consecutiva)];

- e a **interjeição** (de alegria, animação, aplauso, desejo, dor, espanto ou surpresa, impaciência, invocação, silêncio, suspensão e terror).

1.1. Quantificador

Nesta classificação, Inês Duarte apresenta uma nova classe de palavras, o quantificador, como uma “palavra que especifica um nome, precedendo-o, e que contribui para a construção do seu valor referencial, com informações sobre o número, a quantidade ou a parte das entidades designadas” (TLEBS 2002: B3.1.8.2.), distinguindo os indefinidos [*algum, alguns, bastantes, certo(s), outro(s), pouco, etc.*], os interrogativos [*que, quanto(s), quanta(s)*], os relativos [*cujo(s), quanto(s), quanta(s)*], universal [*todo(s), toda(s), ambos, cada, qualquer*], e os numerais, mas não se percebe integralmente a sua diferença com o determinante (*indefinido, interrogativo e relativo*) e o adjectivo, especialmente o numeral. A opção de Mário Vilela e de Lindley Cintra e Celso Cunha de pressupor a existência de uma classe de palavras autónoma, o numeral, ou do adjectivo numeral (Vilela 1995: 191; Cunha & Cintra 1987: 367) seria, na minha óptica, preferível, bem como da manutenção da noção de determinante, já que “especifica um nome, precedendo-o”.

1.2. Advérbios Disjuntos e Conectivos

A designação das subclasses dos advérbios é muito confusa e, se bem que as designações tradicionais obedeciam quase exclusivamente a critérios semânticos

e, portanto, eram insuficientes, as propostas de Inês Duarte não são muito esclarecedoras. A designação de advérbio de frase, na perspectiva de Malaca Casteleiro (Casteleiro 1982) ou de advérbios de enunciado, de Mário Vilela (Vilela 1995: 194-196), parecem-me melhores que advérbios disjuntos e conectivos, uma vez que há já alguma tradição entre os linguistas.

1.3. Conjunções Coordenativas Explicativas

Por outro lado, a autora esqueceu-se das conjunções coordenativas explicativas, que estão já consagradas em muita literatura da especialidade. Veja-se, por exemplo, Lindley Cintra e Celso Cunha, quando afirmam que as conjunções explicativas são aquelas “que ligam duas orações, a segunda das quais justifica a ideia contida na primeira. São as conjunções *que, porque, pois, porquanto*” (Cunha & Cintra 1987: 577).

1.4. Partículas Discursivas

Inês Duarte também não aproveitou as pesquisas feitas na área da Pragmática e obliterou as designações de partículas discursivas, em particular as modais (Vilela 1995: 198-201; Franco 1988, 1990, 1991), as topográficas, as argumentativas, as escalares (Fernandes 1996; Fernandes 1998: 83-93) e as interaccionais (Schmidt-Radefeldt 1993: 63-78). Perdeu-se, deste modo, uma excelente oportunidade de corrigir aquilo que Lindley Cintra e Celso Cunha disseram *mutatis mutandis* a este propósito, quando propuseram a designação de palavras denotativas, para classificar “certas palavras, por vezes enquadradas impropriamente entre os advérbios” (Cunha & Cintra 1987: 548), “por vezes de classificação extremamente difícil” (*ibidem*: 549):

A denominação de palavras denotativas foi proposta pelo professor José Oiticica em seu Manual de Análise (Léxica e Sintática), 6.^a ed. refundida, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1942, p. 50-55. Á falta de uma designação mais precisa e mais generalizada, adoptamos provisoriamente esta, embora reconhecendo que «denotar» é próprio das unidades lexicais em geral (*ibidem*: 548, nota 2)

1.5. Determinante Nulo

Também não se percebe o motivo por que apresenta o determinante nulo, isto é, aquele determinante “sem realização lexical que ocorre em grupos nominais e cujo núcleo é um nome comum não contável no singular (...) ou um nome comum contável no plural” (TLEBS 2002: B3.1.6.4.), como nas frases: “Quero [-]

areia para construir a minha casa” (*ibidem*); “Quero [-] flores bonitas” (*Ibidem*). Ora, se não tem realização lexical e se não existe qualquer elipse, não há qualquer determinante.

2. Sintaxe

A Sintaxe é também um subdomínio da Linguística Descritiva e da autoria de Inês Duarte. Os problemas mais significativos têm a ver com a classificação da frase complexa e das funções sintácticas.

2.1. Frases / Orações

Há uma clara omissão da autora em sistematizar as orações / frases coordenadas, que, na *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* de 1967, eram copulativas, adversativas, disjuntivas, conclusivas e explicativas, mas que agora não figuram na TLEBS. Contudo, se fizermos um excuro a partir da classificação das conjunções, teremos apenas quatro orações / frases coordenadas, deixando de existir as orações explicativas.

Por outro lado, o conceito de oração (*clause*) deixa de fazer parte da terminologia portuguesa, o que vai acarretar sérios problemas epistemológicos e didácticos. Deixa de se perceber o conceito exacto de frase (*sentence*), uma vez que agora há uma mistura dos conceitos da estrutura profunda (*deep structure*) e da estrutura de superfície (*surface structure*), na metalinguagem do generativismo transformacional chomskiano. Por isso, a partir da TLEBS a frase tanto pode ser simples, complexa, finita, não finita gerundiva, não finita infinitiva, não finita participial, coordenada, subordinante, subordinada [**substantiva** (completiva e relativa sem antecedente), **adjectiva** (relativa com antecedente explicativa e relativa com antecedente restritiva) e **adverbial** (causal, final, temporal, concessiva, condicional, comparativa e consecutiva)]. Nunca é, porém, explicada a razão da opção substantiva, adjectiva e adverbial.

Segundo esta classificação, deixa de haver orações / frases interrogativas indirectas, no grupo das frases substantivas, e a designação de completiva integrante também já não faz parte do vocabulário dos professores de Português, ainda que Inês Duarte volte a referir as interrogativas indirectas na ficha (do tipo) da frase interrogativa: “frase que corresponde à formulação de uma pergunta, ou seja, frase que enuncia um pedido de informação (...) ou de acção (...). As interrogativas directas [“Comeste a sopa”] podem ser simples, enquanto as interrogativas indirectas [“O João perguntou se comeste a sopa”] são subordinadas substantivas completivas”

(TLEBS 2002: B4.2.2.).

A acrescentar a isto, há uma contradição interna na TLEBS, particularmente na Semântica Frásica, sobre “o valor das orações relativas” (TLEBS 2002: B6.3.3.), da autoria de Henriqueta Costa Campos, Clara Nunes Correia e Ana Macário Lopes, onde referem as autoras que “as orações relativas adquirem valores semânticos diferentes de acordo com os seguintes critérios: a) se restringem o Grupo Nominal que as antecede (...), dizendo-se que têm valor restritivo; b) se funcionam como aposto do Grupo Nominal (...), tendo neste caso, valor explicativo. Estes valores estão ainda dependentes do tipo de antecedente que pode ser uma expressão referencial definida ou de uma expressão referencial indefinida e das diferentes propriedades semânticas do nome, núcleo do antecedente (...). Estas restrições podem bloquear a dicotomia baseada nos valores restritivo / explicativo das orações restritivas” (*ibidem*). Assim, consoante os autores da TLEBS, ora temos orações relativas ora frases relativas.

2.2. Funções Sintáticas

2.2.1. Sujeito Nulo Expletivo

Pela primeira vez, aparece na terminologia o conceito de sujeito nulo expletivo, a par do subentendido e do indeterminado. Ora, se o sujeito nulo expletivo é o “sujeito gramatical de verbos impessoais, que não é seleccionado semanticamente pelo verbo” (TLEBS 2002: B4.3.1.2.3.) e se “no Português padrão, o sujeito expletivo não tem realização lexical, não podendo alternar com formas de pronome pessoal” (*ibidem*), como, por exemplo, nas frases “*[Ele] anoiteceu de repente”, “*[Ele] há muitas pessoas bondosas no mundo”, “*[Ele] faz hoje três anos que cheguei a esta parte” e “*[Ele] foi por altura do verão que o vi pela primeira vez”, o sujeito nulo expletivo não é relevante e, por isso, poderia não constar desta lista, uma vez que só vai acarretar problemas didácticos aos professores, ainda que o mesmo exista noutras línguas, como o Inglês, por exemplo [“It rains cats and dogs”; “It surprises me that John came late” (Duarte 2003: 282)].

2.2.2. Predicado

A noção de predicado não é clara, como se exigia, pois está referenciado como a “função sintáctica desempenhada pelo grupo verbal e pelos modificadores do grupo verbal” (TLEBS 2002: B4.3.2.), dando como exemplo as frases: “O João [pôs os livros na estante ontem]”; “[Surpreende-me] que a Teresa tenha mentido”; “O João

[está doente], infelizmente”; e “[É óptimo] que possas vir à festa” (*ibidem*). Se, contudo, nas frases 2, 3 e 4 não parece haver qualquer dúvida quanto ao predicado, o mesmo já não se passa na primeira frase. Ora, “pôr” é um verbo trivalente, que exige o preenchimento de três lugares vazios, o A1 (sujeito tradicional), o A2 (complemento directo tradicional) e o A6 (actante direccionado). O advérbio adjunto de tempo “ontem” não preenche qualquer lugar vazio do verbo “pôr”, logo não é um actante, mas apenas um circunstante de tempo, ou, na designação da TLEBS, um complemento adverbial. Deste modo, o predicado da primeira frase não é “pôs os livros na estante ontem”, mas apenas “pôs os livros na estante” (Vilela e Busse 1986: 35-54).

2.2.3. Predicativo do Sujeito

Outro assunto não menos problemático é o predicativo do sujeito, que é caracterizado como a “função sintáctica desempenhada pelo constituinte seleccionado por verbos copulativos, que predica algo acerca do sujeito e que selecciona o sujeito. O predicativo do sujeito pode ser um grupo nominal [“O João é [professor de Matemática]”], um grupo adjectival [“os alunos estão [muito interessados]”], um grupo preposicional [“A Joana ficou [na escola]”], ou um grupo adverbial [“A minha casa é [aqui]”]” (TLEBS 2002: B4.3.5.1).

Não creio, porém, que haja muitos linguistas e gramáticos a defender esta teoria nem os exemplos apresentados. Se, na primeira frase (“O João é [professor de Matemática]”) e na frase dois (“os alunos estão [muito interessados]”), o verbo “ser” e o verbo “estar” são efectivamente copulativos, e, portanto, exigem predicativo do sujeito (“professor de Matemática” e “muito interessados”), na quarta frase (“A minha casa é [aqui]”) há uma alteração sintáctico-semântica, transformando-se o mesmo num verbo locativo (que não existe na TLEBS) e exigindo, por isso, um A5 (actante locativo), ou um complemento adverbial. O mesmo acontece na terceira frase (“A Joana ficou [na escola]”), em que o grupo preposicional “na casa” é também o actante A5 (Vilela e Busse 1986: 37-38), ou na TLEBS um complemento preposicional.

Por complemento preposicional, entende Inês Duarte tratar-se de uma “função sintáctica de um grupo preposicional seleccionado como complemento pelo verbo da frase em causa e que não pode ser substituída pelo pronome pessoal na sua forma dativa (“lhe”, “lhes”)” (TLEBS 2002: B4.3.3.3). Como exemplo de complemento preposicional, Inês Duarte apresenta a frase “O João foi [a Nova

torque]” (*Ibidem*).

Também parece haver contradição entre os exemplos de predicativo de sujeito e o que Inês Duarte refere sobre o modificador: “função sintáctica desempenhada por constituintes não seleccionados pelo núcleo do grupo sintáctico que modificam” (TLEBS 2002: B4.3.4) e, entre outros, dá exemplo “o médico está [aqui]” (*ibidem*).

Sobre este assunto, Lindley Cintra e Celso Cunha referem que

os verbos de ligação (ou copulativos) servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de carácter nominal. Não trazem propriamente ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo. Como há verbos que se empregam como copulativos, ora como significativos, convém atentar sempre no valor que apresentam em determinado texto a fim de classificá-los com acerto. Comparem-se, por exemplo, estas frases:

Estavas triste	Estavas em casa.
Andei muito preocupado.	Andei muito hoje.
Fiquei pesaroso.	Fiquei no meu posto.
Continuamos silenciosos.	Continuamos a marcha.

Nas primeiras, os verbos *estar*, *andar*, *ficar* e *continuar* são verbos de ligação; nas segundas, verbos significativos (Cunha & Cintra 1987: 134-135).

Ainda mais estranho é o facto de ser a própria autora, Inês Duarte, na *Gramática da Língua Portuguesa*, a excluir os complementos adverbiais e preposicionais do Predicativo de Sujeito, apenas aceitando adjetivos, nomes simples, nomes indefinidos e expressões nominais qualitativas (Duarte 2003: 291).

3. Conclusão

Procurámos contextualizar a necessidade de criação de uma nova terminologia linguística quer por parte de professores de Português quer pelos organismos governamentais. No entanto, perante muitos problemas didácticos sentidos pelos docentes de Português e de Língua Portuguesa nos ensinos básico e secundário, procurámos expor alguns pontos menos consensuais ao nível da classe de palavras e da sintaxe. Alguns desses problemas são insolúveis, a menos que venham a ser rapidamente revistos, especialmente os conceitos de predicado e de predicativo do sujeito.

Há outros pontos de discórdia entre os linguistas e os autores da TLEBS, que merecem também, noutra tempo e noutra espaço, uma reflexão apurada, em particular

os tempos e modos verbais, o complemento directo e indirecto, bem como certos complementos aceites por todos e que agora foram suprimidos ou red denominados, como, por exemplo, o determinativo.

As lacunas são muitas e estranha-se, no mínimo, que alguns dos linguistas que mais têm trabalhado em prol da língua portuguesa, como, por exemplo, Mário Vilela e Malaca Casteleiro, com obra gramatical publicada, não façam parte da equipa que elaborou a TLEBS.

Esperamos, por isso, que esta nossa reflexão possa ajudar a, de acordo n.º 5 da Portaria n.º 1.488/2004, de 24 de Dezembro, e o n.º 4 da Portaria n.º 1.147/2005, de 8 de Novembro, procederem-se às alterações convenientes e a TLEBS seja, como se espera, um bom instrumento de trabalho.

Referências Bibliográficas

- Casteleiro, João Malaca (1982): “Análise Gramatical dos Advérbios de Frase”. In: *Biblios*. LVIII: 99-110.
- Cunha, Celso & Cintra, Lindley (19874): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Duarte, Inês (2003): “Relações Gramaticais, Esquemas Relacionais e Ordem das Palavras”. In: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho: 275-321.
- Fernandes, Gonçalo (1996): *Partículas Discursivas e Modais: do Latim ao Português*, Dissertação de Mestrado. Porto: Edição do Autor, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Fernandes, Gonçalo (1998): “Partículas Discursivas do Português”. In: *Anais da UTAD: Revista de Letras: Linguística, Literatura e Didáctica*, n.º 2, vol. 8, n.º 1. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 83-93.
- Franco, António (1988): “Partículas Modais da Língua Portuguesa. Relances Contrastivos com as Partículas Alemãs”. In: *Revista da faculdade de Letras do Porto. Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. V, Tomo 1: 137-156.
- Franco, António (1990): “Partículas Modais do Português”. In: *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, II Série, Vol. VII, Porto: 175-196.
- Franco, António (1991): *Descrição Linguística das partículas modais no Português e no Alemão*. Coimbra: Coimbra Editora, Colecção Linguística «Coimbra Editora», n.º 5.
- Ministério da Educação: Portaria n.º 1147/2005, de 8 de Novembro.
- Ministério da Educação: Portaria n.º 1488/2004, de 24 de Dezembro.
- Paulo, Cristina (2005): Circular n.º 14/2005, de 14 de Novembro.
- Schmidt-Radefeldt, Jürgen (1993): *Partículas Discursivas e Interaccionais no Português e*

-
- no Espanhol em contraste com o Alemão”. In: *Semiótica e Linguística Portuguesa e Românica. Homenagem a José Gonçalo Herculano de Carvalho*. Tübingen: Gunter Narr Verlag: 63-78.
- Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário* (2002). CD-ROM. Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário. PRODEP III.
- Vilela, Mário (1995): *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vilela, Mário e Busse, Winfried (1986): *Gramática de Valências*. Coimbra: Livraria Almedina.

La interpretación de los enunciados concessivos¹

Emma Álvarez Prendes
Universidad de Oviedo
alvarezemma@uniovi.es

Resumo

Neste artigo pretende-se descrever de forma global o funcionamento interno de un enunciado concessivo, elucidando quais são e em que consistem cada una das relações que nele se activam durante o processo interpretativo. Para tal, estabelecemos três hipóteses de partida:

- a primeira, referente ao comportamento homogéneo das distintas manifestações da estratégia concessiva;
- a segunda, relativa às relações que a dita estratégia põe em marcha (*i.e.*, a relação de inferência, a relação de contradição e a relação de hierarquia);
- e a terceira, referente ao papel desempenhado pelos conectores concessivos (que transmitem uma dupla instrução).

Resumen

En este artículo se pretende describir de forma global el funcionamiento interno de un enunciado concessivo, elucidando cuáles son y en qué consisten cada una de las relaciones que en él se activan durante el proceso interpretativo. Para ello hemos establecido tres hipótesis de partida:

- la primera de ellas, referida al comportamiento homogéneo de las distintas manifestaciones de la estrategia concessiva;
- la segunda, relativa a las relaciones que dicha estrategia pone en marcha (*i.e.* la relación de inferencia, la relación de contradicción y la relación de jerarquía);
- y la tercera, referente al papel desempeñado por los conectores concessivos (quienes transmiten una doble instrucción).

Abstract

This paper is intended to give an overview of the way concessive utterances function, *i.e.* to describe the relationships which come into play during the interpretation of these utterances and to see of which elements these relationships are composed. In order to conduct this study, we would like to put forth the following three hypotheses:

- a) The first one concerns the homogeneous behaviour of the concessive strategy, despite its different formal realizations.
- b) The second one deals with the relationships which emerge as a result of this strategy being applied, *i.e.* the inference relationship, the contradictory relationship and the hierarchy relationship.
- c) The third one is about the role played by the concessive connectors, which convey a double instruction.

¹ Este trabajo se inscribe en el marco del proyecto de investigación « Dinámicas concessivas: de la lengua al discurso » (ref. HUM2004-00457/FILO), dirigido por la profesora M.^a Luisa Donaire, de la Universidad de Oviedo, y financiado por el Ministerio de Educación y Cultura español.

0. Introducción

En este trabajo nos proponemos describir de forma global el funcionamiento interno de un enunciado concesivo; o, si se prefiere, elucidar cuáles son y en qué consisten cada una de las relaciones que se activan en esta clase de enunciados durante el proceso interpretativo. Estableceremos para ello tres hipótesis de partida, relativas a la estrategia concesiva en general, al tipo de relaciones que ésta pone en marcha y al papel que desempeñan los conectores en el interior de la misma. No obstante, antes de exponer tales hipótesis, acaso convenga esclarecer qué entendemos por enunciado concesivo y, de forma más genérica, qué entendemos por concesividad.

Concebimos la concesividad como una estrategia discursiva² particular en la que los dos miembros que integran el enunciado manifiestan una oposición parcial o reconciliable y en la que, como consecuencia de la resolución de dicha oposición, la polaridad argumentativa del enunciado sufre una inversión total. El enunciado concesivo constituye la manifestación más explícita de la estrategia concesiva, pero no la única posible³.

Proponemos a continuación una serie de ejemplos que ilustran la definición que acabamos de presentar:

Durante la noche del día 2 tuve una experiencia de pesadilla. [...] De repente, cuando estaba en la litera tratando de echar un corto sueñecillo, el viento roló 180° hacia el oeste. Allá se fue el barco, [...] prácticamente tumbado sobre su costado de babor, la botavara apuntando hacia el cielo. [...] *El barco se había quedado parado y las olas rompían sobre la bañera, aunque no eran muy fuertes y la temperatura era buena.* [...] Cuando volví a cubierta, vi las luces de un barco que se aproximaba, miré atentamente y me di cuenta de que venía derechito hacia mí, rápidamente. [...] Conecté la radio VHF y lo llamé por el canal 16. No hubo respuesta. *Repetí la llamada dos veces, pero obviamente no estaban a la escucha.* [...] *El barco ya estaba muy cerca y lo podía*

² Entendemos por “estrategia discursiva” el conjunto de mecanismos de los que dispone un locutor para alcanzar un objetivo lingüístico o cognitivo previamente fijado por él. En este sentido, privilegiamos la transmisión de un determinado contenido sobre la forma sintáctica elegida. De ahí, por ejemplo, que en la nómina de los conectores concesivos del castellano no dudemos en incluir la conjunción “pero” (tradicionalmente considerada como adversativa) al considerar que pone en marcha una estrategia muy similar a la que podrían instaurar “aunque”, “no obstante”, “sin embargo”, etc.

³ En ocasiones la estrategia concesiva no se halla integrada por dos contenidos proposicionales que constituyen, cada uno, una de las dos partes del enunciado concesivo. A veces uno de esos contenidos es sustituido por una acción, un gesto, una expresión no proposicional, etc., sin que podamos llegar a explicitar tales acciones mediante una proposición al uso. Así, por ejemplo, si una madre llegara a su casa al mediodía y descubriera que su hijo aún no ha hecho su cama, ante la acción del hijo, podría exclamar: “Pero, ¿aún no has hecho la cama?”.

ver perfectamente, todo él pintado de blanco, pero no cambiaba ni de rumbo ni de velocidad. [...] Se me estaba echando encima, sus motores batiendo y yo no podía hacer nada. (Ugarte, 2002 [1997]: 34-35).

Todos los enunciados en cursiva representan diferentes ocurrencias de la estrategia concesiva, dado que en ellos se manifiesta una oposición parcial o reconciliable entre contenidos, cuya resolución no exige, por tanto, la revocación de uno de ellos, sino que los engloba a ambos (cf. 2.2. y 2.3., para más detalles al respecto); dicha resolución provoca, asimismo, una inversión total de la polaridad argumentativa del enunciado: si, de forma totalmente arbitraria, designamos mediante un signo positivo (+) la conclusión que obtenemos de la primera parte del enunciado, estaremos entonces obligados a designar mediante el signo contrario (–) la conclusión extraíble de la segunda parte del enunciado.

1. Las olas rompían sobre la bañera	aunque no eran muy fuertes y la temperatura era buena
↓	↓
Eso constituye un peligro para el navegante	Eso no constituye tal peligro
(+)	(–)
2. Repetí la llamada dos veces	pero obviamente no estaban a la escucha
↓	↓
Voy a obtener una respuesta	No voy a obtener una respuesta
(+)	(–)
3. El barco ya estaba muy cerca	pero no cambiaba ni de rumbo ni de velocidad
↓	↓
Ha de cambiar de rumbo y velocidad	
(+)	(–)
4. Se me estaba echando encima	y yo no podía hacer nada
↓	↓
Debo poder hacer algo	
(+)	(–)

Una vez aclarada la noción fundamental de este trabajo (*i.e.* la estrategia concesiva), retomemos el examen de los enunciados que ejemplifican tal estrategia.

1. Hipótesis de partida

Hemos formulado tres hipótesis de partida sobre el funcionamiento del enunciado concesivo; la primera de ellas, relativa a la estrategia concesiva en su conjunto, sugiere que:

(H1) En todo enunciado concesivo se activan el mismo número y tipo de relaciones internas y tal activación se produce, además, en idénticas fases del proceso interpretativo.

La importancia de esta primera hipótesis radica en que de ella se subsigue que la concesividad constituye un fenómeno lingüístico unitario y, por consiguiente, caracterizable y delimitable.

Asentado mediante esta hipótesis el carácter homogéneo de la estrategia, interesémonos en este instante por la naturaleza de las relaciones que en su seno se instauran. He aquí la segunda de nuestras hipótesis de partida:

(H2) Las relaciones que se activan durante la interpretación de un enunciado concesivo son, eminentemente, las tres siguientes: (1) una relación de inferencia (común, en realidad, a la mayor parte de los procesos comunicativos); (2) una relación de contradicción (fundamental a la hora de identificar el enunciado concesivo); y (3) una relación jerárquica (aquella como consecuencia de la cual el enunciado concesivo se diferencia de otros enunciados igualmente opositivos)⁴.

Esta segunda hipótesis desgana la organización interna de la estrategia concesiva, determinando el número y la índole de sus relaciones básicas y distanciándola de otras estrategias opositivas cercanas (tales como la estrategia adversativa — i.e. *Lo malo no es la depresión sino que te quieras suicidar* — o la contrastiva — i.e. *He dado muchos vestidos para actos benéficos, pero nunca podré separarme de muchos otros* —), que se caracterizan por presentar una oposición explícita, total e irresoluble y no generan, por tanto, idénticas relaciones internas.

La tercera de nuestras hipótesis versa sobre el papel que desempeñan los conectores concesivos en la interpretación de un enunciado de esta clase. Antes de enunciar esta hipótesis tal vez cabría formular otra más general sobre la contribución de un conector cualquiera en la gestión interna del enunciado en el que se halla inscrito:

(H3 a) Los conectores presentes en un enunciado guían óptimamente su interpretación, restringiendo de forma crucial la selección del contexto y colaborando eficazmente en la obtención de los efectos más relevantes a cambio del menor coste proporcionalmente posible.

En cuanto al rol específico del conector concesivo en los enunciados en los que éste interviene, podemos concretar su papel en los términos siguientes:

⁴Nótese la influencia de los artículos de Moeschler y De Spengler (1981) y (1982) a la hora de discriminar estas tres relaciones que caracterizan a la estrategia concesiva.

(H3 b) Los conectores concesivos presentes en un enunciado⁵ guían óptimamente su interpretación, instaurando, en un primer momento, una oposición entre contenidos —en el caso de que ésta no exista de antemano— o bien potenciándola —en el caso de que ya existiese—, para, en un segundo momento, favorecer la resolución de dicha oposición mediante la jerarquización de los contenidos opuestos dentro de la situación de comunicación en la que se encuentran.

De acuerdo con los principales intereses de este trabajo, en los próximos epígrafes nos concentraremos, especialmente, en el análisis de la segunda (H2) y la última (H3 b) de las hipótesis formuladas.

2. Las relaciones internas de la estrategia concesiva

Hemos avanzado (cf. H2) que tres son las relaciones activadas durante la interpretación de un enunciado concesivo. A continuación examinaremos cada una de esas relaciones, siguiendo su propio orden de aparición en el proceso interpretativo.

2.1. La relación inferencial

Como se ha señalado, la relación inferencial es, en realidad, una relación compartida por la inmensa mayoría de los procesos humanos de comunicación; a diferencia, por tanto, de las otras dos restantes, no constituye ésta una relación exclusiva de los enunciados concesivos, sino más bien todo lo contrario. De acuerdo con la concepción de la comunicación defendida por Sperber y Wilson (1986), en la mayor parte de los procesos comunicativos podemos reconocer dos fases distintas:

- (1) una fase de transmisión semiótica, en la que interviene el código —o lo que es lo mismo, la información semántica y gramatical asociada a los signos lingüísticos—, y que comprende las operaciones de codificación y decodificación; y
- (2) una fase de transmisión inferencial, en la que a partir de esa información codificada, el destinatario obtiene, por inferencia, otros datos no codificados pero igualmente comunicados.

Parece ser que la mayoría de los procesos humanos de comunicación se inicia con el proferimiento de un enunciado. No debemos, sin embargo, pensar que el

⁵ En el momento en el que interviene un conector concesivo queda activada la oposición y, con ella, el carácter concesivo del enunciado. No obstante, no pretendemos insinuar que cualquier contenido pueda ser opuesto a cualquier otro y formar de esta manera un enunciado concesivo. Ciertamente, existen restricciones en lo que a la selección de los contenidos proposicionales vehiculados por el enunciado concesivo se refiere; algunas fueron vislumbradas, por ejemplo, por Bobes Naves (1973), Acín Villa (1993), o Flamenco García (1999). No descartamos que puedan existir más.

contenido de este enunciado se ha de identificar con una proposición plena, ya que lo que aquel verdaderamente codifica apenas representa la forma lógica (o el esqueleto, si se prefiere) de una proposición al uso. Esta forma lógica necesita de cierta información contextual añadida para poder adquirir un valor veritativo y participar así en procesos inferenciales que nos permitan completar la labor interpretativa. El primer aporte de información contextual tiene, en consecuencia, lugar durante esta fase inicial de enriquecimiento de la forma lógica; no en vano se producen en ella operaciones tales como la asignación de referencias a los términos del enunciado, la fijación del sentido de expresiones ambiguas o bien la especificación de la proposición inicialmente obtenida hasta alcanzar otra lo suficientemente específica como para derivar de ella las informaciones implícitas necesarias de cara a completar la interpretación del enunciado. Esta proposición altamente especificada se denomina *explicatura* y con ella se suele identificar el conjunto de los contenidos explícitamente comunicados por un emisor a su destinatario (a pesar de que parte de estos contenidos posean, como acabamos de ver, un origen inferencial).

Con todo, el grueso del proceso inferencial se produce una vez alcanzada la explicatura: se extraen entonces las implicaturas —o los contenidos implícitamente comunicados— necesarias para que el enunciado proferido resulte óptimamente relevante. Todo el proceso inferencial se halla guiado por el principio de la óptima relevancia, que constituye “sobre todo un criterio de selección del contexto adecuado” (Teso 1998: 15). Dicho principio facilita al destinatario la labor de identificar de entre el conjunto de supuestos contextuales que le son fácilmente accesibles en ese momento aquellos que confieren la máxima relevancia al enunciado.

Por efecto del principio de relevancia, el destinatario reconoce como la intención comunicativa de su interlocutor aquella contextualización del enunciado que le otorga a éste la máxima relevancia (en otras palabras, aquella contextualización que le permite alcanzar los mayores efectos a cambio del menor coste de procesamiento proporcionalmente posible). En principio, el destinatario realiza esta operación de forma libre, guiado únicamente por la presunción de la óptima relevancia del enunciado; es decir, asume que el enunciado proferido por su interlocutor es el mejor que éste pudo emplear en esa situación de comunicación en particular⁶ y en función de un objetivo comunicativo más o menos específico⁷ fijado por aquel con

⁶ Sperber y Wilson rechazan que emisor y destinatario asuman una presunción de literalidad del contenido codificado, ya que entonces la mayor parte de los procesos comunicativos resultarían equívocos; “lo que los oyentes esperan es que el significado literal les ayude a inferir, con un mínimo esfuerzo, el pensamiento que el oyente pretende transmitir” (Wilson y Sperber 1990: 20).

⁷Tal y como aduce Teso (1998: II.7), “el hablante puede querer decir mucho o muy poca cosa con sus palabras”, de ahí que “el ser suficientemente explícito o indeterminado es una relación que se da

anterioridad. Mas no siempre ocurre así; en otros casos, el proceso se encuentra de alguna manera invertido: el destinatario no selecciona el contexto a medida que va decodificando y enriqueciendo la información semiótica decodificada, sino que tal selección se encuentra dirigida o delimitada de antemano. Ello sucede fundamentalmente en los casos en los que el emisor emplea algún tipo de restricción contextual. Una restricción contextual consiste, por ejemplo, en realizar un gesto ostensivo (i.e. el apuntar a un reloj de pulsera hará intuir a nuestro interlocutor que muy probablemente vamos a hablarle de la hora), o bien en utilizar un conector.

Todo conector introduce una restricción contextual en la interpretación del enunciado en el que se encuentra presente, ya que indica cómo se ha de manejar la información inferencial obtenida a partir del contenido semántico de aquél. Por este motivo, Blakemore (1987) denomina a los conectores “signos procedimentales” o “computacionales”, continuando de este modo con una antigua distinción de la inteligencia artificial⁸. En función de los diversos efectos contextuales que los conectores pueden proporcionar, Blakemore (1987) propone una clasificación tripartita de los mismos:

- (a) conectores que favorecen la obtención de una determinada implicación contextual, fruto de una deducción conjunta del enunciado y de otros supuestos contextuales fácilmente accesibles para el destinatario en ese momento del proceso interpretativo;
- (b) conectores que refuerzan un supuesto previamente asumido; y
- (c) conectores que contradicen y conducen a la eliminación de un supuesto previamente existente.

Los conectores concesivos operan de la tercera forma; es decir, provocan la revocación de supuestos anteriormente asumidos, porque éstos resultan contradictorios con lo manifestado por el enunciado y son, al mismo tiempo, más débiles que él.

Frente a lo postulado por esta autora, nosotros sostenemos que la instrucción transmitida por el conector concesivo es, en realidad, doble (tal y como hemos reflejado en nuestra hipótesis H3 b):

- (1) en un primer instante, el conector relaciona dos elementos o contenidos

entre la información que se codifica y la información total que se quiere asociar con el enunciado, [...] que puede ser variable” (Teso 1998: 56).

⁸ La autora distingue dos grandes clases de signos lingüísticos: aquellos que vehiculan un contenido semántico o conceptual y aquellos que nos proporcionan instrucciones sobre cómo manejar los primeros. A los primeros los designa “signos conceptuales” o “representacionales”, y a los segundos, “signos procedimentales” o “computacionales”; los conectores forman parte de este último grupo. Algunos autores (cf. Portolés 1998) han, no obstante, observado que la distinción entre unos y otros signos lingüísticos se revela mucho más compleja de lo inicialmente sugerido por Blakemore.

asociables al enunciado estableciendo o enfatizando una determinada oposición entre ellos; y,

- (2) en un segundo instante, propicia la resolución de la oposición mediante una jerarquización de los elementos o contenidos en ella involucrados.

Dado que no se trata ésta de una oposición total o explícita, la instauración o el realce de la oposición ha de hallarse indisolublemente ligado a la extracción de inferencias de uno o ambos miembros del enunciado⁹. El conector concesivo guía de forma decisiva tal extracción, apuntando la necesidad de obtener aquellos contenidos implícitos que verifiquen o enfaticen la existencia de algún tipo de oposición entre los miembros del enunciado. El sentido del contraste o el número exacto de las inferencias a extraer quedará fijado, de forma singular, por cada conector concesivo.

2.2. La relación de contradicción

La segunda de las relaciones activadas durante la interpretación del enunciado concesivo es la relación de contradicción. No olvidemos que, si bien ésta constituye la segunda relación instaurada, representa, en realidad, la primera específica de esta clase de enunciados. En cuanto a ella, podemos plantearnos dos cuestiones: ¿qué clase de contradicción es ésta?, ¿cómo afecta al oyente en su tarea interpretativa el hecho de tener que enfrentarse a una contradicción?

Respondiendo a la primera pregunta, cabe diferenciar dos tipos de contradicción: la contradicción lógica y la contradicción lingüística. En lógica la contradicción sobreviene cuando afirmamos simultáneamente A y no A respecto de un mismo individuo. Las proposiciones que contienen tales afirmaciones son consideradas contradictorias y la contradicción en ellas presente juzgada como insalvable o irresoluble, dado que nunca podrán recibir un valor de verdad otro que el de 0 o falso (es decir, nunca podrán ser verdaderas). En lingüística, sin embargo, sí podemos atribuir simultáneamente dos cualidades contrarias a un mismo individuo sin que por ello el enunciado tenga que resultar anómalo o ininterpretable. En una conversación cotidiana alguien podría afirmar que *Michael Jackson es y no es negro* sin que el sentido de este enunciado resultase inaccesible para su destinatario. Como

⁹ Es decir, se hallará ligado al carácter presuposicional del enunciado (y no a una forma sintáctica particular o al uso de una determinada conjunción), tal y como señalara Lakoff (1971) respecto de su “but de negación de expectativa” (frente al “but de oposición semántica”, no presuposicional), inaugurando de esta forma con su artículo una novedosa y prometedora vía de investigación: la vía pragmática.

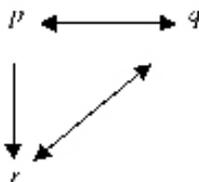
en cualquier proceso de comunicación, el destinatario tratará de obtener, guiado por el principio de la óptima relevancia, aquellos supuestos que confieran al enunciado la máxima relevancia (por ejemplo, que Michael Jackson es un hombre de raza negra que luce en la actualidad un tono de piel más bien pálido). La mayoría de las veces el destinatario ni siquiera repara en la naturaleza contradictoria de este tipo de enunciados y lleva a cabo su interpretación con absoluta normalidad. Algo similar sucede en los enunciados concesivos; la contradicción en ellos manifestada se encuentra íntimamente ligada a la afirmación simultánea de dos elementos contrarios, o lo que es lo mismo, a la existencia de una oposición implícita — posible a diferentes niveles — entre dos elementos simultáneamente asertados.

La oposición puede quedar establecida entre alguno de los miembros del enunciado concesivo (p o q) y una conclusión (r) inferible del otro miembro:

(3) *El barco ya estaba muy cerca (p) [\rightarrow ha de cambiar de rumbo y velocidad (r)] pero no cambiaba ni de rumbo ni de velocidad (q).*

(4) *Se me estaba echando encima (p) [\rightarrow debo poder hacer algo (r)] y yo no podía hacer nada (q).*

Nos hallamos en este caso ante una contradicción directa (pues interviene en ella parte del contenido proposicional del enunciado) y ternaria (tres son los elementos que participan: los dos contenidos proposicionales y la inferencia obtenida de uno de ellos)¹⁰. Se trata, igualmente, de una oposición de algún modo relacionada con el semantismo de los términos que integran el enunciado y que se mantiene — si bien, atenuada — incluso en ausencia de un conector concesivo (i.e. ejemplo 4). Por tales motivos, hemos denominado a este tipo de concesividad “concesividad en la lengua” (cf. cuadro 1).



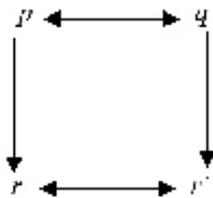
Cuadro 1

La oposición puede quedar también instalada entre una conclusión (r) extraíble del primer miembro del enunciado (p) y una segunda conclusión (r') inferible del segundo miembro (q):

¹⁰ Esta figura, sin duda, nos recordará el triángulo lógico diseñado por Moeschler y De Spengler para su concesividad lógica; lo mismo sucederá con el cuadro 2, que evocará el cuadrado argumentativo de dichos autores.

- (1) *El barco se había quedado parado y las olas rompían sobre la bañera (p) [→ eso constituye un peligro para el navegante (r)], aunque no eran muy fuertes y la temperatura era buena (q) [→ no constituye tal peligro (r')].*
- (2) *Repetí la llamada dos veces (p) [→ voy a obtener una respuesta (r)] pero obviamente no estaban a la escucha (q) [→ no voy a obtener respuesta (r')].*

A diferencia de la anterior, esta oposición posee un carácter indirecto (pues los contenidos proposicionales no intervienen directamente en ella) y cuaternario (cuatro son los elementos concernidos: los dos contenidos proposicionales y las dos conclusiones alcanzadas). Se trata, además, de una oposición estrechamente vinculada a la situación de discurso en la que se ha generado, de tal manera que esos mismos elementos podrían perfectamente coexistir en otra situación de comunicación distinta de la actual, ya que la oposición desaparece o se diluye ante la mera ausencia del conector concesivo (i.e. (1) *Las olas rompían sobre la bañera. No eran olas muy fuertes y la temperatura era buena*). Por todo ello, hemos dado en llamar a este tipo de concesividad “concesividad discursiva” (cf. cuadro 2).



Cuadro 2

Asimismo, debemos destacar que de la relación de contradicción emana otro importante rasgo de los enunciados concesivos: su carácter paradójico. De nuevo cabe inquirir: ¿qué tipo de paradoja es ésta?, ¿por qué el enunciado concesivo resulta paradójico?, ¿cómo afecta ello al destinatario?

En principio, podemos distinguir dos grandes tipos de paradojas: la paradoja lógico-matemática y la paradoja lingüístico-semántica. En lógica, una proposición se reconoce como paradójica si afirma y niega simultáneamente una misma propiedad respecto de un mismo individuo; en otras palabras, una proposición resulta lógicamente paradójica si es contradictoria (recuérdese, por ejemplo, la célebre “paradoja del mentiroso”). En lingüística, una proposición se concibe como paradójica

si presenta todas las características para ser anómala (es decir, si el enunciado es contradictorio) y, sin embargo, no lo resulta (i.e. *El delincuente no era delincuente, sino un policía infiltrado, Tu tabaco no es tuyo*, etc.). Frente a un problema clásico (que integra las premisas en la solución), las paradojas se caracterizan por requerir la revocación de alguna de las premisas explicitadas para poder ser resueltas. A pesar de este comportamiento común, la paradoja lógica y la paradoja lingüística se distinguen sustancialmente en su vía de hallar una solución: mientras en la paradoja lógica lo evidente es la dificultad a resolver y lo difícil, hallar la solución, en el caso de la paradoja lingüística ocurre lo contrario (lo evidente es la solución y lo problemático, localizar la dificultad); de ahí, en parte, que los hablantes no suelen percibir ese tipo de enunciados como paradójicos.

Los enunciados concesivos conforman enunciados lingüísticamente paradójicos, porque vehiculan simultáneamente dos elementos contrarios; mas esto no supone óbice alguno para que la interpretación sea llevada a cabo con éxito (y así suele suceder en la inmensa mayoría de las ocasiones), dado que el locutor no se hace por igual cargo de todas las conclusiones a las que las distintas partes del enunciado dan lugar. Para comprender mejor esta última afirmación, recurrimos a las nociones de “*prise en charge*” y de “*non prise en charge*”, tal y como han quedado definidas en el artículo de Dendale y Coltier (2004), en el que los autores redistribuyen las categorías que califican el grado de compromiso del locutor respecto de la verdad del enunciado. La noción de “*prise en charge*” agrupa las categorías de responsabilidad (i.e. el locutor aparece como responsable del enunciado) y acuerdo (i.e. el locutor se muestra de acuerdo con lo referido en el enunciado), mientras que la noción de “*non prise en charge*” engloba las categorías de compromiso neutro (i.e. el locutor no muestra compromiso alguno ni un rechazo particular en relación con lo afirmado en el enunciado) y refutación (i.e. el locutor rechaza abiertamente lo manifestado en el enunciado). Un locutor se hace cargo de un enunciado si aparece como su responsable último o si, al menos, se muestra de acuerdo con lo asertado en él; análogamente, un locutor no se hace cargo de un enunciado si lo refuta o si manifiesta un compromiso neutro respecto del mismo.

Nosotros defendemos que, con independencia de que sea o no el responsable de las dos partes del enunciado, el locutor del enunciado concesivo se hace por igual cargo de ambas, mas no así de las respectivas conclusiones de ellas extraídas. El carácter paradójico del enunciado concesivo sobreviene porque el locutor se compromete a la vez con dos contenidos proposicionales que *a priori* darían

lugar a conclusiones contrarias; si el enunciado no resulta finalmente contradictorio (y, por tanto, ininterpretable), es debido a que el locutor no se compromete en idéntico grado con las conclusiones extraídas o, al menos, no con una de ellas (cf. 2.3.). Locutor y destinatario ignorarán el carácter paradójico de este tipo de enunciados ya que la paradoja en ellos implícita no interrumpe u obstaculiza en ningún momento la labor interpretativa; al contrario, se resuelve en el propio seno del proceso interpretativo gracias a la activación de un tercer tipo de relación: la relación de jerarquía.

2.3. La relación jerárquica

La solución al enigma planteado (i.e. ¿cómo es capaz de resolver el destinatario —sin ser siquiera consciente de ello— la contradicción existente en todo enunciado concesivo y la paradoja a ella subsiguiente?) nos la proporciona la relación jerárquica que se establece entre los contenidos de dicho enunciado —y, por ende, entre sus posibles inferencias o conclusiones—. Hemos mencionado ya que la resolución de una paradoja pasa por la revocación de alguna de sus premisas; en el caso de los enunciados concesivos, la premisa revocada se corresponde con alguna de las conclusiones extraídas de una de las dos partes del enunciado (aquella, precisamente, de la que el locutor rechaza hacerse cargo). Esta tarea de revocación de una de las conclusiones obtenidas parece verse facilitada tanto por la naturaleza en sí de los procesos comunicativos, como por las propias características del razonamiento humano.

Respecto a este último, Zadeh (1987) sugiere que la mayor parte de las ocasiones el razonamiento humano no es de tipo exacto, sino aproximativo; es decir, no se apoya en una lógica bivalente al uso, sino en una lógica difusa, dotada de conectivas difusas, valores de verdad graduables, y reglas de inferencia no basadas en el carácter necesario de sus conclusiones. Una lógica de esta clase se encuentra en la base de un modelo más realista del razonamiento humano: un razonamiento de tipo aproximativo o impreciso, que permite al ser humano alcanzar conclusiones precisas en contextos en los que la información resulta parcial, incompleta o incluso contradictoria¹¹. Las conclusiones obtenidas a través de este tipo de razonamiento

¹¹ “The ability of the human mind to reason in fuzzy terms is actually a great advantage. Even though a tremendous amount of information is presented to the human senses in a given situation, somehow the human mind has the ability to discard most of this information and to concentrate only on the information that is task relevant. This ability of the human mind to deal only with the information that is task relevant is connected with its ability to process fuzzy information. By concentrating only on the task-relevant information, the amount of information the brain has to deal with is reduced to a manageable level”, Zadeh (1987: 20).

no tienen un carácter universal o necesario (como sí lo tienen las conclusiones obtenidas en un razonamiento lógico), sino un valor local: resultan únicamente adecuadas para un determinado universo de discurso.

Por su parte, Sperber y Wilson (1986) parecen asumir una concepción muy similar de los procesos inferenciales que tienen lugar en la comunicación humana. Según ellos, se trata de procesos deductivos no-demostrativos (luego, no estrictamente sometidos a las leyes de la lógica bivalente), en los que el hecho de que una determinada inferencia resulte adecuada o no se debe más a la existencia de ciertas restricciones cognitivas sobre la formación y confirmación de los supuestos que dan lugar a ella, que a la validez de los procesos lógicos utilizados. Asimismo, cada una de las inferencias alcanzadas cuenta con un mayor o menor grado de fuerza, según el contexto en que ha sido obtenida y la confianza que el oyente les concede como posibles contenidos que su interlocutor quiso realmente comunicar (en una relación inversamente proporcional: a menor número de contextos de los que la inferencia pueda ser colegida, mayor grado de confianza del receptor en que tal inferencia constituye el contenido informativo que su interlocutor quiso transmitirle, y viceversa).

La naturaleza difusa —o, si se prefiere, flexible— del razonamiento humano y de los procesos comunicativos posibilita, pues, que en un determinado tipo de enunciados —como, por ejemplo, los enunciados concesivos— se extraigan, en un momento dado, inferencias que resultan entre sí contradictorias y que tal contradicción pueda ser luego soslayada mediante una jerarquización de los contenidos que dan lugar a ellas (de forma que las inferencias extraíbles de una parte del enunciado resulten más pertinentes que las deducibles de la otra parte). En esta jerarquización de los contenidos proposicionales, de nuevo los conectores desempeñan un papel fundamental.

Hemos señalado con anterioridad cómo los conectores concesivos transmiten una doble instrucción. La primera instrucción se relacionaba con el establecimiento de la oposición entre contenidos; esta segunda instrucción —o segunda parte de la misma, si se prefiere— se encuentra, en cambio, vinculada con la gestión de la contradicción y la resolución de la paradoja que de tal oposición se derivan. En esta segunda instrucción, el conector concesivo indica la no pertinencia en el contexto comunicativo considerado de la extracción de una inferencia que el destinatario estaría *a priori* conminado a obtener en esas circunstancias comunicativas de alguna de las dos partes del enunciado; en otras palabras, el conector concesivo

—cada uno de ellos, de forma singular— señala cuál de los dos segmentos del enunciado posee mayor fuerza o rango argumentativo en el contexto examinado y cuál de las inferencias ha, en consecuencia, de determinar la orientación argumentativa final del enunciado (provocando, como hemos visto, una inflexión de la polaridad argumentativa de éste). A modo de ilustración, veamos cuál resulta ser la conclusión revocada en cada uno de los ejemplos expuestos:

- | | |
|---|--|
| 1. <i>Las olas rompían sobre la bañera</i> | <i>aunque no eran muy fuertes
y la temperatura era buena</i> |
| ↓ | ↓ |
| <i>Eso constituye un peligro para el navegante</i> | <i>Eso no constituye tal peligro</i> |
| | |
| 2. <i>Repetí la llamada dos veces</i> | <i>pero obviamente no estaban a la escucha</i> |
| ↓ | ↓ |
| <i>Voy a obtener una respuesta</i> | <i>No voy a obtener una respuesta</i> |
| | |
| 3. <i>El barco ya estaba muy cerca</i> | <i>pero no cambiaba ni de rumbo ni
de velocidad</i> |
| ↓ | |
| <i>Ha de cambiar de rumbo y velocidad</i> | |

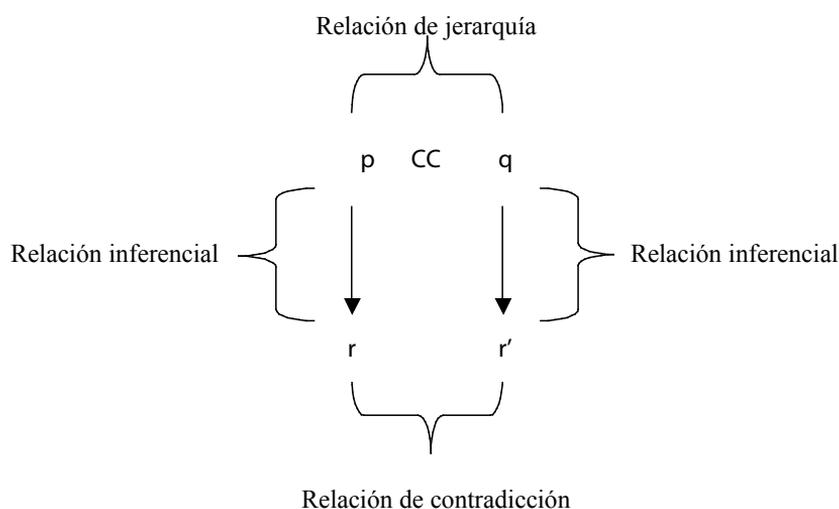
En aquellos casos en los que el conector concesivo se halla ausente, resultan cruciales a la hora de decidir qué contenido está dotado de mayor rango o fuerza argumentativa y, en consecuencia, qué orientación argumentativa ha de tomar finalmente el enunciado otros elementos como, por ejemplo, el contenido proposicional vehiculado por cada uno de los segmentos del enunciado, la posición de esos contenidos en la estructura del enunciado, la acción de otro conector no concesivo —si lo hubiere— presente, la prosodia, la cinética, los elementos situacionales, etc.

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------|
| 4. <i>Se me estaba echando encima</i> | <i>y yo no podía hacer nada</i> |
| ↓ | |
| <i>Debo poder hacer algo</i> | |

Conclusión

Los procesos humanos de comunicación no parecen ostentar, como acabamos de ver, un carácter lógico, sino heurístico (y, por tanto, falible en ocasiones).

Construcciones que en un lenguaje lógico se percibirían como anómalas resultan perfectamente válidas e interpretables en el lenguaje natural. Éste es el caso de los enunciados concesivos, que afirman simultáneamente — a diferentes grados y niveles, según los casos — dos elementos contrarios. La razón de que esta anomalía no se reconozca como tal se debe, además de a la propia naturaleza de los mecanismos humanos de razonamiento, al hecho de que en el interior de dichos enunciados se pueden discriminar tres clases diferentes de relaciones (una relación inferencial, una relación de contradicción y una relación jerárquica; cf. cuadro 3), que gestionan la posible anomalía inicial, no dejándola traslucir al exterior y evitando de esta forma una contradicción manifiesta que resultaría irresoluble.



Cuadro 3

Siendo la primera de esas tres relaciones compartida por otros tipos de enunciados —la inmensa mayoría, de hecho—, nos hemos especialmente centrado en el análisis de las dos últimas, ya que ellas otorgan a las estructuras concesivas sus rasgos más prominentes: el ser enunciados paradójicos y el ser enunciados en los que se produce una inflexión de la polaridad argumentativa. En el cuadro siguiente podemos contemplar esquematizadas las vinculaciones existentes entre las relaciones examinadas y los diferentes rasgos de cada una de ellas derivados:

- Dubois, Didier y Prade, Henri (1993): *Readings in Fuzzy Sets for Intelligent Systems*. San Mateo, CA: Morgan Kauffman Publishers.
- Ducrot, Oswald *et al.* (1980): *Les mots du discours*. París: Les Éditions de Minuit.
- Fillmore, Charles J. y Langendoen, D. Terence (Eds.) (1971): *Studies in Linguistics Semantics*. Nueva York: Holt.
- Flamenco García, Luis (1999): “Las construcciones concesivas y adversativas”. In: **Bosque**, Ignacio del y Demonte, Violeta. (Dir.) (1999): 3805–3878.
- Lakoff, Robin (1971): “If’s, And’s and But’s about Conjunction”. In: **Fillmore**, Charles J. y Langendoen, D. Terence (Eds.) (1971): 114–149.
- Moeschler, Jacques (1982): *Dire et contredire. Pragmatique de la négation et acte de réfutation dans la conversation*. Berna: Peter Lang.
- Moeschler, Jacques y De Spengler, Nina (1982): “La concession ou la réfutation interdite. Approches argumentative et conversationnelle”. In: *Cahiers de Linguistique Française*, 4, 7–36.
- _____ (1981): “*Quand même*: de la concession à la réfutation”. In: *Cahiers de Linguistique Française*, 2, 93–112.
- Morel, Mary-Annick (1996): *La concession en français*. París: Ophrys.
- Portolés, José (1998): *Marcadores del discurso*. Madrid: Ariel.
- Sperber, Dan y Wilson, Deirdre (1990): “Retórica y pertinencia”. In: *Revista de Occidente*, 115, 5–26.
- _____ (1986): *Relevance. Communication and Cognition*. Londres: Basil Blackwell.
- Teso Martín, Enrique del (1998): *Contexto, situación e indeterminación*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- Ugarte, Jose Luis de (2002) [1997]: *El último desafío*. Barcelona: Editorial Juventud.
- Velarde Lombraña, Julián (1991): *Gnoseología de los sistemas difusos*. Oviedo: Universidad de Oviedo.
- Wilson, Deirdre y Sperber, Dan (1990): “Forme linguistique et pertinence”. In: *Cahiers de Linguistique Française*, 11, 13–35.
- Zadeh, Lofti A. / Yager, Ronald R. (Ed.) (1987): *Fuzzy Sets and Applications (Selected Papers by L. A. Zadeh)*. Nueva York: John Wiley & Sons.

LITERATURA

José Saramago: singularidades de uma morte plural

Ana Paula Arnaut
Universidade de Coimbra
arnaut@ci.uc.pt

Posso falar de morte enquanto vivo? (...)
Se tudo a vãs palavras se reduz (...)
Fiquei-me pelo gasto das palavras
Como rasto das coisas verdadeiras.

José Saramago, “Taxidermia, ou poeticamente hipócrita”,
In: *Os Poemas Possíveis*.

No primeiro volume de *Os Cadernos de Lanzarote* (entrada de 5 de Dezembro de 1993) José Saramago dá conta de que “ao romance e ao romancista não” resta “mais que regressar às três ou quatro grandes questões humanas, talvez só duas, vida e morte, tentar saber, já nem sequer «donde vimos e para onde vamos», mas simplesmente «quem somos»”¹.

E destas “grandes questões humanas”, aquela que nos propomos abordar – a morte – faz-se inevitavelmente presente na produção romanesca saramaguiana.

No entanto, como não podia deixar de acontecer, no caso de um autor que, praticamente desde início, nos habituou aos mais diversos exercícios subversivos (da História, dos códigos genológicos e periodológicos), também este aspecto temático não deixa de ser submetido a um peculiar tratamento e a uma não menos peculiar apropriação e utilização. Não é nosso objectivo, por conseguinte, traçar englobantes visões antropológicas, filosóficas ou religiosas da morte (leiam-se, para esse efeito, os interessantíssimos estudos de autores como Edgar Morin, Philippe Ariès ou Vladimir Jankélévitch², ou, num nível diferente, leiam-se os textos bíblicos). Desta forma, tendo embora consciência da importância das obras destes e de outros autores, bem como do peso do legado religioso, pretendemos, sim, delinear as múltiplas aproximações à temática em apreço no âmbito da vertente humanista e humanitária de José Saramago. Em concomitância, propomo-nos descortinar as linhas e os

¹ Esta mesma ideia é reiterada em outros textos: *A Estátua e a Pedra*. Trad. Luciana Stegagno Picchio et alii. Turim: Giancarlo Depreitis, Edizioni dell’Orso, 1999; e “A terceira palavra”. In: *Bravo*. Entrevista concedida a Jefferson Del Rios, Beatriz Albuquerque e Michael Laub. São Paulo, ano 2, n.º 21, Junho 1999, pp. 60-69.

² Edgar Morin (1988): *O Homem e a Morte*. Trad. de João Guerreiro Boto e Adelino dos Santos Rodrigues. Lisboa: Europa-América; *O Homem perante a morte*, 2 volumes. Trad. de Ana Rabaça. Lisboa: Europa-América, 1988; Vladimir Jankélévitch, (1977): *La Mort*. Paris: Flammarion.

intuitos ideológicos que, de forma mais ou menos clara, subjazem ao modo como a questão é apresentada, tratada e redimensionada em vários romances.

Desta forma, e já que reconhecemos o peso da tradição, lembremos *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991) e a subversiva ligação que mantém com o que, a propósito da morte de Jesus, é dito nos Evangelhos canónicos. Apontam estes, de forma clara e circunstanciada, quer para a ideia de tranquila aceitação de uma morte que sabia estar-lhe prematuramente destinada (Jo 2.4; 12.32-33)³, quer para o facto de ter pleno conhecimento dos futuros apocalipses da humanidade (Mt 10.34; Mc 13.7-13)⁴. A imagem que de Jesus – e da sua morte – se constrói implica, pois, necessariamente, uma aura de intrínseco heroísmo (de carácter sobrenatural também) e uma cúmplice, voluntária e desde sempre resignada relação com os desígnios da entidade divina. Para Sua glorificação e em Seu nome se morre (Jo 12.28) e, desse modo, se redimem os pecados da humanidade.

Não assim, ou não bem assim, para a personagem recriada por José Saramago e, por conseguinte, para a imagem de Jesus (e da sua morte) que daí resulta. Com efeito, nas páginas deste quinto Evangelho, a figura de Jesus surge recriada de acordo com uma linha de humanos medos e de não menos humanos receios (à qual acrescem as nada místicas e míticas circunstâncias do seu nascimento ou os humanos amores com Maria de Magdala). Por isso, naquele que consideramos um dos momentos fulcrais do romance – o longo episódio em que, junto de Deus, e também do Diabo, vai, enfim, saber quem é e para o que serve (p. 363) –, Jesus se assume como um homem que, como tal, espera vir a morrer (p. 365). Todavia, o futuro que Deus lhe reserva é de jaez bem diferente.

O papel a desempenhar no plano divino é o de mártir (p. 370). E, como a mártir convém, a morte será “dolorosa, e se possível infame, para que a atitude dos crentes se torne mais facilmente sensível, apaixonada, emotiva” (p. 371); a morte será, portanto, como reza a tradição, na cruz. A questão fundamental é que essa morte surge, agora, como imposição absoluta de um Deus egoísta que – tendo escolhido o filho de outrem, tomando-o como seu – não permite rompimentos de contrato, não permite que viva “como um homem qualquer” (p. 371). A esta morte, por muito que assim o deseje e suplique, não pode Jesus fugir:

³ Nas bodas de Caná afirma: “A minha hora ainda não chegou” e, posteriormente, indica de que forma iria morrer: “E eu quando for levantado da terra, atrairei todos a Mim. E dizia isto para indicar de que morte iria morrer”).

⁴ “Não penseis que vim trazer a paz à terra; não vim trazer a paz, mas a espada”; “Quando ouvirdes falar de guerras e de rumores de guerras, não vos alarmeis; é preciso que isso aconteça, mas não será ainda o fim. Erguer-se-á povo contra povo e reino contra reino; haverá terramotos em vários sítios, haverá fome. Isto será apenas o princípio das dores ...”.

Recomecemos, recomecemos a partir da altura em que te disse que estás em meu poder, porque tudo quanto não seja uma aceitação tua, humilde e pacífica, desta verdade, é um tempo que não deverias perder nem obrigá-me a perder a mim, Recomecemos então, disse Jesus, mas toma já nota de que me recuso a fazer os milagres cuja oportunidade me apareça, e, sem milagres, o teu projecto é nada, aguaceiro que caiu do céu e não chegou para matar nenhuma verdadeira sede. Terias razão se fosse na tua mão que estivesse o poder de fazeres milagres, (...), mesmo admitindo, mas trata-se de uma mera hipótese, apenas útil à clarificação da questão que aqui nos trouxe, admitindo que levarias por diante essa obstinação contra a minha vontade, se fosses por esse mundo, é um exemplo, a clamar que não és o filho de Deus, o que eu faria seria suscitar à tua passagem tantos e tais milagres que não terias outro remédio senão renderes-te a quem tos estivesse agradecendo, e, em consequência, a mim, Logo, não tenho saída, Nenhuma, e não faças como o cordeiro irrequieto que não quer ir ao sacrifício, ele agita-se, ele geme que corta o coração, mas o seu destino está escrito, o sacrificador espera-o com o cutelo, Eu sou esse cordeiro, O que tu és, meu filho, é o cordeiro de Deus, aquele que o próprio Deus leva ao seu altar, que é o que estamos preparando aqui (p. 374).

Perante esta morte, por conseguinte, se sente Jesus como “um condenado” e não como alguém que, de resignada mas livre vontade, aceita – em nome de Deus e da humanidade – um destino previamente traçado. Destino-morte que, acima de tudo, servem a Deus na luta com outros deuses (p. 380), uma luta em que não se olhará a meios para conseguir os desejados fins de supremacia absoluta sobre o Homem. Por isso, nas linhas finais, em mais uma linha subversiva, Jesus, crucificado, clama “para o céu aberto onde Deus sorria, Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez” (p. 444), assim dando resposta cabal à questão formulada em *Memorial do Convento* sobre “quem há-de perdoar a Deus ou castigá-lo” (p. 183).

Não se trata, pois, como regista o canónico Evangelho de São Lucas (23.34⁵) de pedir perdão ao Pai para os que o haviam crucificado. E muito menos se trata de entregar nas Suas mãos o Seu Espírito (Lc 23. 46⁶). Trata-se, pelo contrário – numa clara assunção do papel egoísta e malévolos de um Deus que, “sacrificador”, o obriga a morrer –, de implorar ao humano que perdoe as atitudes do divino, desse modo totalmente assumindo a supremacia do primeiro sobre o segundo. Afinal, como

⁵ “Quando chegaram ao lugar chamado Calvário, crucificaram-n’O a Ele e aos mal-feitores, um à direita e outro à esquerda. Jesus dizia: «Perdoai-lhes, ó Pai, porque não sabem o que fazem» (Lc 23.34).

⁶ “Por volta da hora sexta, as trevas cobriram toda a terra, até à hora nona, por o Sol se haver eclipsado. O véu do Templo rasgou-se ao meio, e Jesus exclamou, dando um grande grito: «Pai, nas tuas mãos entrego o Meu Espírito». Dito isto expirou” (Lc 23 44-46).

já havia dito em *Memorial do Convento*, “é a vontade dos homens que segura as estrelas”, sendo “fácil ver que, faltando os homens, o mundo pára (pp. 124, 66).

E é precisamente no âmbito de um ponto de vista de humano entendimento das situações (e também no âmbito do sistema de valores de José Saramago) que, agora, chamamos à colação o episódio relativo à morte de José. Ao contrário dos textos canónicos, omissos em relação ao que possa ter acontecido – deixando-nos apenas supor o seu *desaparecimento* pelo facto de, por exemplo, Maria ser confiada a João (Jo 19 25-27⁷) –, o romance de Saramago, preenchendo os pontos de indeterminação, dá conta dos miúdos pormenores que, sem dúvida, agora interessam à história e à *sua* História.

O circunstanciado relato da morte de José – por crucificação (p. 166) – não é, pois, ideologicamente inócuo. A verdade é que esta personagem só podia ter este destino – este castigo, se quisermos –, não porque tivesse transgredido a lei divina, não porque tivesse infringido a moral cristã (de acordo com o que na *Bíblia* vem referido⁸), mas porque, aos olhos do autor, José cometeu um pecado bem pior: ofendeu os padrões morais definidos pela solidariedade humana, preocupando-se, apenas, em salvar o seu filho, nada fazendo para impedir a morte das outras crianças de Belém (pp. 106-113).

Poderemos argumentar que esta foi, apesar das consequências, uma atitude compreensivelmente humana. Terá sido. Mas não teria sido menos humano, e humanitário, lançar o aviso da ordem dada por Herodes. A acusação e o *juízo* do narrador são, aliás, confirmados (validados?) por duas das personagens da história: o anjo e o próprio Jesus:

⁷ “Junto da cruz de Jesus estavam Sua mãe, Maria, mulher de Cléofas e Maria de Magdala. Ao ver Sua mãe e junto dela, o discípulo que ele amava, Jesus disse a Sua mãe: «Mulher, eis aí o teu filho». Depois disse ao discípulo: «Eis aí a tua mãe». E, desde aquela hora, o discípulo recebeu-A em sua casa”.

⁸ São múltiplas as passagens do Velho e do Novo Testamento em que a morte surge como castigo de transgressão, desobediência e de pecado (adultério, extraviado do caminho da prudência, maldade, embriaguez, ausência de crença...). Apontamos alguns exemplos: “«Podes comer do fruto de todas as árvores do jardim; mas não comas o da árvore da ciência do bem e do mal, porque no dia em que o comeres, certamente morrerás»” (Gn 2.16-17, cf. Gn 3.2-3); “Que o teu coração não se deixe arrastar pelos caminhos dessa mulher; não te extravies nas suas veredas, porque a muitos fez cair trespassados, muitas foram as suas vítimas. A sua casa é caminho para a sepultura, que conduz à mansão da morte” (Pr 7.25-27); “O homem que se extravia do caminho da prudência irá repousar na companhia dos mortos” (Pr 21.16); “a morte, o sangue, as contendas, a espada, as opressões, a fome, a ruína e os flagelos; tudo isso foi criado para os maus e é por causa deles que veio o dilúvio” (Ecl 40.9-10); “Ai dos que madrugam para procurarem a embriaguez e se retardam pela noite inflamados pelo vinho! (...) Por isso a habitação dos mortos alargará o seu seio” (Is 5.11-14); “O sol converter-se-á em trevas e a lua, em sangue, ao aproximar-se o grande e terrível dia do Senhor. Todo o que invocar o nome do Senhor será salvo (...)” (Jl 3.4-5).

O carpinteiro podia ter feito tudo, avisar a aldeia de que vinham aí os soldados a matar as crianças, ainda havia tempo para que os pais delas as levassem e fugissem (pp. 115-116);

O meu pai matou os meninos de Belém, Que loucura estás dizendo, mataram-nos os soldados de Herodes, Não, mulher, matou-os o meu pai, matou-os José filho de Heli, que sabendo que os meninos iam ser mortos não avisou os pais deles” (pp. 187-188, cf. p. 288).

Retornemos, contudo, ao que acima dissemos sobre a morte como castigo de infracções ao estipulado pelo código cristão, na medida em que, julgamos, é apesar de tudo possível ilustrar essa vertente num dos romances de José Saramago. Reportamo-nos a *Terra do Pecado* (1947), primeiro romance do autor, e espécie de filho menos pródigo, bem distante (diria mesmo alheio) dos códigos estético-literários que, no futuro, serão postos em prática e que, justamente por isso, apenas nos interessa no âmbito de uma visão *arqueológica*.

Deixando de parte a ideia de pecado presente no título, já que este não resulta da escolha do autor, o que parece acontecer na globalidade da orquestração romanesca é a apresentação de um enredo que, no que ao papel da mulher e à ideia de pecado diz respeito, tende a reproduzir as *imagens morais* secularmente transmitidas. Assim acontece, sem dúvida, numa primeira fase, com os comentários tecidos pela criada Benedita. Esta, pressentindo o *pecado* entre a recém viúva Leonor e o seu cunhado António, trata de fazer da vida da patroa um verdadeiro inferno, verbal e não só:

Quando Benedita entrou, ambos estavam silenciosos e quietos. A criada parou à entrada, surpreendida. (...) as duas mulheres continuaram a fitar-se, até que Maria Leonor sentiu a face abrasada. Desviou os olhos do tapete, onde quase morrera de gozo. Benedita seguiu-lhe o olhar e pareceu compreender: tomou uma inspiração funda e cuspiu:

– Porca! (pp. 156-157).

Assim acontece, ainda, quando, depois de ter arranjado maneira de expulsar António da quinta e depois de se aperceber que, afinal, não tinha conseguido impedir o *pecado* que, entretanto, é consumado com o Dr. Viegas, severamente se dirige a Leonor:

– Pois a senhora atreveu-se? Aqui dentro, no mesmo quarto e na mesma cama onde morreu seu marido!?... Mas que espécie de mulher sem vergonha é a senhora? E Deus não a matou, não lhe caiu um raio em cima, que os despedaçasse, quando se espojavam aí como dois cães (pp. 283-284).

Não caiu um raio em cima de nenhum deles, é facto, mas não deixa de ser sintomático que – e para lá da referência a momentos em que a própria Leonor manifesta consciência do(s) erro(s) cometidos (pp. 198, 284) – o romance termine com ressonâncias bíblicas relativas à condenação do adultério e à constatação do nefasto papel desempenhado pela mulher (*vide*, Pr. 7.25-27): a morte, não de Leonor (a suposta adúltera), mas do Dr. Viegas.

Misteriosos são os desígnios do autor... Ou, se calhar, não tão misteriosos quanto isso, se nos lembrarmos que *Terra do Pecado* não é, definitivamente, um livro que o autor sinta como seu (Reis 1998: 40).

Seu, seus, serão todos os outros onde, e retomando o fio à nossa meada, a morte surge tratada de modo a facultar posições ideológicas que, continuando a representar a crítica a um cristianismo que sempre se considera não ter valido a pena (Saramago 1991b: 82), ilustram, ainda, a crítica às desigualdades sociais e a concomitante tomada de posição solidária para com os mais fracos e desfavorecidos.

Tal acontece, de modos diversos e todavia afins, em dois outros dos seus romances históricos: *Memorial do Convento* (1982) e *História do Cerco de Lisboa* (1989). Relembremos, por exemplo, o modo contrastivo como, neste último romance, se procede à narração da morte do cavaleiro Henrique – cruzado e, por conseguinte, figura importante e de valor oficialmente reconhecido – e a morte dos *soldados rasos*, homens-guerreiros lhes chama o narrador. Se, no primeiro caso, a morte se rodeia de pompa e circunstância, com direito a preito real e a carpido de Ouroana (p. 317, cf. p. 284), na segunda situação aqueles que, tendo embora morrido “a combater para criar uma pátria que lhes sirva” (p. 203), não só não têm direito a cerimónias fúnebres dignas – amontoando-se os seus corpos anónimos no fundo de qualquer barca (pp. 284-286) –, como, além disso, não verão o seu valor reconhecido pelos anais da História.

É assim que, da relação dialéctica que se estabelece entre estes momentos narrativos, ressalta a imagem de um narrador manifestamente empenhado em denunciar, e posteriormente colmatar, as injustiças várias a que a arraia-miúda foi votada. A denúncia faz-se através de comentários de crítica implícita ou, ainda, através de uma linguagem de tom e de cor amargamente irónicos e desencantados:

E agora passemos um pouco ao longo desta fila de corpos sujos e sangrentos, deitados ombro com ombro, à espera do embarque, alguns de olhos ainda abertos arregalados para o céu (...), é um estendal de chagas, de feridas hiantes que as moscas devoram, não se sabe quem sejam ou tivessem sido estes homens, só os amigos mais de perto lhes conhecerão os nomes, ou porque dos mesmos lugares vieram, ou porque juntos se encontraram num mesmo perigo, Morreram pela pátria, diria el-rei se aqui viesse prestar aos heróis o último preito, mas D. Afonso Henriques tem lá no seu arraial os seus próprios mortos, não precisa vir de tão longe (...). O exército não terá de avisar as famílias por telegrama, No cumprimento do seu dever caiu no campo de honra, maneira sem dúvida mais elegante que explicar mui por claro, Morreu com a cabeça esmagada por uma pedra que um filho da puta de um mouro atirou lá de cima, é que estes exércitos ainda não têm cadastro, os generais, quando muito, e muito pela rama, sabem que ao princípio tinham doze mil homens e daqui para diante o que têm a fazer é ir descontando todos os dias uns tantos, soldado na frente de batalha não precisa de nome, Ó sua besta, se recuas levas um tiro nos cornos, e ele não recuou, e a pedra caiu, e ele morreu (...) (pp. 284-285).

A tentativa para colmatar as injustiças decorre quer da exposição-(re)criação detalhada do papel que estes anónimos tiveram na construção do que hoje somos como país, quer da utilização de uma estratégia bem peculiar (já utilizada, aliás, em *Memorial do Convento* com os mesmos intuitos): a listagem de um rol de nomes (pp. 285-286) para que, pela inscrição nominal nesta outra História que é a Literatura, se proceda ao resgate e à imortalização destes heróis. Tal como sublinha no romance de 1982, “já que não podemos falar-lhes das vidas, por tantas serem, ao menos deixemos os nomes escritos, é essa a nossa obrigação, só para isso escrevemos” (p. 242).

De acordo com o exposto, *Memorial do Convento* apresenta-se também como ilustração importante da forma como a abordagem da morte faculta importantes, e interessantes, ilações ideológicas, seja porque o modo como é feita a narração da morte do infante D. Pedro e do filho de Álvaro Diogo e de Inês Antónia permite, mais uma vez, observar a regulação da simpatia do narrador para com os mais desfavorecidos –

querendo Deus qualquer causa de morte serve, a que levará o herdeiro da Coroa de Portugal será o tirarem-lhe a mama, só a infantes delicados isto aconteceria, que o filho de Inês Antónia, quando morreu, já comia pão e o mais que houvesse. Equilibrada a contagem, desinteressa-se Deus dos funerais, por isso em Mafra foi só um anjinho a enterrar, como a tantos outros sucede, mal se dá pelo acontecimento, mas em Lisboa não podia ser assim, foi outra pompa, saiu o infante da sua câmara, metido no caixãozito que os conselheiros de Estado levavam, acompanhado de toda a nobreza (p. 105)⁹ –,

seja porque o trânsito narrativo de algumas outras personagens, como Baltasar Sete-Sóis, indelevelmente nos obriga a repensar o papel desempenhado pela Igreja e pelos seus mecanismos de controlo da moral e da fé.

O percurso da personagem em causa (e as relações que esta mantém com Blimunda e Bartolomeu) possibilita-lhe, pois, com frequência, a oportunidade para tecer pormenorizados comentários sobre a aplicação e o entendimento desviado e desviante do código cristão. Entendimento desviado e desviante que, neste romance, se traduz (entre outros aspectos) na concretização de um dos *avisos à navegação* da humanidade já anunciado pelo Deus de *O Evangelho segundo Jesus Cristo*: as perseguições inquisitoriais e a consequente condenação à morte – de caras várias – para aqueles que se diz não terem obedecido aos preceitos da fé cristã. Esses, cujo sangue e “pegajosa poeira de carnes negras” os “refeitos na fé” levam “agarrados à sola dos sapatos” em final de festa dominical (p. 54). Esses que, como Baltasar, não tiveram outra culpa senão ter ousado pensar e agir de modo diferente.

Assim, em primeiro lugar, a morte de Baltasar (em fogueira inquisitorial) permite ilustrar a manutenção de ancestrais perseguições religiosas, levadas a cabo em nome de um Deus que não permite que com ele se dispute o lugar e o poder (não esqueçamos que a passarola voa por causa das **duas mil vontades de Homens** recolhidas por Blimunda) – ou, para o mesmo efeito, em nome de uma noção de pecado que, ao contrário do que afirma Blimunda (cf. p. 331), afinal, existe (pelo menos para alguns). Em segundo lugar, os contornos que rodeiam a morte desta personagem são passíveis de uma interpretação que contraria algumas leituras pessimistas do romance.

Isto é, poder-se-ia pensar que o desfecho da obra aponta para a ideia de que não vale a pena ousar lutar a favor do progresso, da mudança de mentalidades ou de

⁹ Veja-se, a propósito dos episódios referidos dos dois últimos romances, Ana Paula Arnaut (1996): *Memorial do Convento. História, ficção e ideologia*. Lisboa: Fora do Texto, pp. 91-93; e, da mesma autora (2002): *Post-Modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Aridane-Máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina, pp. 343-344.

sonhos aparentemente quiméricos, contra práticas instituídas e enraizadas secularmente. No entanto, mesmo que o preço a pagar seja a morte, a ousadia de Baltasar acabará por dar o seu fruto. A História se encarregará de apresentar a prova. Não por acaso, portanto, é apenas o corpo que morre, a vontade – a vontade e não a alma, ou a vontade que não é a alma, como Bartolomeu explica a Sete-Sóis (p. 123) –, essa, é recolhida por Blimunda. E, no domínio de uma ficção sempre possível de se tornar real, ela se encarregará de a libertar em outra Mafra, topónimo que, como bem sublinha o narrador, um dia verá rectificadados os sentidos “e naquele nome será lido, letra por letra, mortos, assados, fundidos, roubados, arrastados” (p. 295).

A morte de Baltasar será, portanto, a consciência de outros: talvez venha a ser a consciência dos trabalhadores do latifúndio alentejano que, no cenário de *Levantado do Chão*, vão progressivamente ensaiando novas formas de luta e *novas vidas*; talvez venha a ser a consciência de Germano Santos Vidigal ou a de José Adelino dos Santos, assassinados por uma Inquisição que, naquele tempo, se chamou PIDE; ou talvez venha a ser a consciência de algumas das personagens de *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) ou de *Ensaio sobre a Lucidez* (2004). Esperemos que se tenha tornado na nossa própria consciência...

A propósito da menção a estes dois últimos romances, diria que, e essencialmente a partir da publicação de *Ensaio sobre a Cegueira*, o tratamento da temática em apreço parece revestir-se de algumas diferentes tonalidades. Essas diferenças traduzem-se não propriamente nos efeitos que se obtêm (isto é, não nas ilações ideológicas que permitem), mas, antes, nas estratégias utilizadas para os obter. Esta mudança de rumo é, aliás, admitida pelo próprio José Saramago, em comentário que, apesar de ser tecido sobre a religião em particular, se pode alargar ao domínio que nos interessa:

... é como se, a partir de *Ensaio sobre a Cegueira*, deixasse de me importar **se eles eram cristãos ou eram mouros**. Não é que houvesse deixado de ter importância, mas, hoje, estou a tentar ir mais além da diferença que há ou pode haver entre um mouro e um cristão, saber o que é aquilo que porventura os une. Também não é isso, porque eu não sei o que poderá uni-los. **O que eu quero saber, no fundo, é o que é isto de ser-se um ser humano (...)** E o que eu quero saber, no fundo, **é essa coisa tão simples e que não tem resposta: quem somos?** (1999: 64)¹⁰.

Ora, é precisamente porque se quer saber “o que é isto de ser-se um ser humano”

¹⁰ *Ensaio sobre a Cegueira* é também aceite como o ponto de partida para a ressimplicação do estilo do autor, vide, Carlos Reis (1998): *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho, p. 43.

que parece não haver razão para, nestes *Ensaio*s, se proceder quer à localização espaço-temporal da acção quer à nomeação individualizada das personagens. Não interessa o tempo ou o lugar da cegueira colectiva (ou quase); não interessa o nome que teriam, ou que deveriam ter tido, as pessoas afectadas. Por isso são referidos como os cegos, *tout court*, à excepção do grupo de treze personagens (p. 197). Estes, apesar de não terem nome próprio, são identificados de maneira menos geral (o primeiro cego, a mulher do médico, a rapariga dos óculos escuros, a cega das insónias, o velho da venda preta, o rapazito estrábico, entre outros), desse modo se facultando uma distinção entre aqueles que são física e intelectualmente cegos e desumanos e os que, apesar de tudo, conseguem manter alguma dignidade e alguma humanidade¹¹, mesmo quando cometem actos que, em outros contextos, poderiam ser passíveis de *recriminação autoral*.

Por isso mesmo, a morte de um dos “cegos malvados” (p. 165) não só não suscita recriminações à responsável (a mulher do médico) (p. 185), como, além disso, parece surgir justificada pelo narrador, através de juízo posteriormente formulado pela rapariga de óculos escuros: “a vingança, sendo justa, é coisa humana, se a vítima não tiver um direito sobre o carrasco, então não haverá justiça” (p. 245).

Em todo o caso, o que parece interessar é dar conta de um cenário em que “a morte anda pelas ruas” (p. 236) porque o Homem (simbolicamente abandonado pela entidade divina, a avaliar pelo facto de as “santas imagens” terem os olhos vendados, p. 304) não reúne ainda em si a capacidade para superar o medo e o pânico do desconhecido (relembre-se a morte do cego que, procurando apenas cuidados médicos, acaba baleado por “uma rajada à queima-roupa”, disparada por um dos receosos soldados do manicómio, p. 80). Por causa desse medo, o Homem não desenvolveu também a capacidade para pôr em prática os mais elementares valores de solidariedade. Por tudo isso, em suma, se diz que já se era cego no momento em que se cegou (cf. p. 131).

E assim, se a recuperação progressiva do mal da cegueira branca é a nota com que termina o romance, a verdade é que o mesmo não se pode dizer sobre a recuperação da outra cegueira: a do *espírito* – espécie de outra cara da morte que, agora, parece interessar mais do que a morte física. Como sublinha Saramago num dos

¹¹Em *Ensaio sobre a Cegueira* o primeiro cego revelará, contudo, a sua personalidade traiçoeira ao denunciar o facto de a mulher do médico ter matado um dos cegos malvados (pp. 215 ss). Note-se, ainda, que a possível individualização de cegos da camarata dos malvados aponta, de modo mais ou menos imediato, para notas semânticas demasiado negativas e, por isso, peremptoriamente indiciadoras do posicionamento do narrador perante essas personagens e a sua cegueira (por exemplo, o cego “da pistola” (p. 140) ou o cego “contabilista” ou “das contas” (pp. 146, 186) – por lhe estar atribuída a tarefa de “escreitar os ilícitos ganhos da camarata dos malvados” (p. 159) (sublinhado nosso).

diálogos com Carlos Reis (1998: 150):

Falámos muito ao longo destes últimos anos (e felizmente continuamos a falar) dos direitos humanos; simplesmente deixámos de falar de uma coisa muito simples, que são os deveres humanos, que são sempre deveres em relação aos outros, sobretudo. E é essa indiferença em relação ao outro, essa espécie de desprezo do outro, que eu me pergunto se tem algum sentido numa situação ou no quadro de existência de uma espécie que se diz racional. Isso, de facto, não posso entender, é uma das minhas grandes angústias.

Inevitável, portanto, a publicação de um *Ensaio sobre a Lucidez* – romance que, em alternativa, também poderia designar-se “Ensaio sobre o desperdício de humanidade”, tomo II. À semelhança do romance anterior, cujos temas e personagens retoma a partir de determinado momento, do que se trata é de denunciar a irracionalidade, melhor será dizer as irracionalidades, do ser que se diz humano e da sociedade que não menos humana se crê.

A prová-lo, as várias e sinuosas estratégias com que o governo central tenta “reconduzir ao redil a grei tresmalhada” (p. 68), isto é, os “brancosos”: “a infiltração maciça de investigadores no seio das massas” (p. 51); os insultos e agressões aos que se recusavam a dizer em quem tinham votado (p. 53); a “imposição de um estado de sítio a sério” (p. 61) e que facilmente passa “para um estado de guerra” (p. 73) consubstanciado numa “retirada múltipla” (p. 77) e consequente isolamento da “escumalha dos brancosos” (p. 119) na cidade, etc, etc. A menor das atrocidades neste cenário cada vez mais desumano, repressivo e dantesco parece ser, portanto, nas linhas finais, o assassinato da mulher do médico pelo homem da gravata azul, ou os muitos mortos resultantes dos atentados com que, antes, se pretendeu instaurar o caos (pp. 125-128).

O que estes dois *Ensaio*s comprovam, afinal, é um diferente tipo de interesse, e também de abordagem, em relação à sociedade e ao mundo em que vivemos. Um mundo onde os valores podem deixar de fazer sentido e onde o Homem pode deixar de saber quem é. Um mundo onde a morte (um certo tipo de morte) quase deixa de ser chocante, quando comparada com sùmulas das violações aos mais elementares direitos humanos. A mudança de rumo no universo ficcional – num percurso que tende para um carácter mais englobante – pode, mais uma vez, ser comprovada pelas palavras do próprio autor:

É como se eu tivesse andado a descrever uma estátua. Ela é apenas a superfície da pedra. A partir de *Ensaio sobre a Cegueira* eu deixei de descrever os horrores ou as belezas dessa estátua e passei para o interior dela. É como se eu quisesse passar para dentro do indivíduo. Voltei-me para as indagações que o homem se faz desde que começou a pensar. Quem diabos somos nós?” (Saramago 2000).

Atrever-me-ia a completar a interrogação feita por José Saramago, acrescentando: Para onde diabo vamos nós? Acrescento ou *nuance* que, para lá de justificar a relativização que acima fizemos – a propósito da (re)criada imagem do mundo e do Homem –, nos parece fundamental para continuarmos a contestar a presença de uma linear e inequívoca linha de *pessimismo terminal*. Assim, apesar de reconhecermos o escurecimento da cor do romance, não podemos deixar de salientar a existência de, pelo menos, um pormenor que (embora não contrariando essa vertente pessimista e apocalíptica) parece dar conta de que a *Situação* descrita não é irreversível.

Explicamos, numa leitura que não acreditamos ser forçada: a matéria narrada é claramente assumida como fábula (p. 113), isto é, como narrativa de acontecimentos inventados (mas isso também o romance o é, ou pode ser), mas uma narrativa com intuítos moralizantes. Não falam aqui os animais, mas reduz-se o humano aos mais animaiscos instintos com o intuito de ilustrar, preventivamente, o que, à escala global (ou tão-somente nacional), pode vir a acontecer caso se perca ou desvie, ou, pura e simplesmente, se mate o bom senso, entre outros aspectos.

E se mais uma vez de morte falamos, e de mortes temos falado, cumpre-nos, ainda, visitar o último romance do autor (*As Intermittências da Morte*, 2005) onde a morte é, agora, protagonista de um fenómeno inesperado e inusitado. Com efeito, tratada “sem a retórica do costume, sem grande eloquência, sem nenhum dramatismo” (Saramago, 2005: 113), “a morte decide não matar” (Ibidem: 114).

Sublinhe-se que se trata da morte e não da Morte, circunscrita por isso às fronteiras de um único e imaginário país, já que (como afirmou o autor em diversas entrevistas) a cessação de funções desta última implicaria, para lá do desaparecimento do universo terreno, uma obra extensíssima. E assim, num tom que oscila entre o irónico e o cómico, se apresentam as consequências do desaparecimento dessa figura por todos receada. Consequências que implicam, necessariamente (na esteira do que já vinha sucedendo nos últimos romances), considerações de índole diversa sobre os efeitos imediatos da *catástrofe*, sobre a religião e a filosofia, sobre a natureza humana, social e política.

Destacamos, entre outros, os seguintes aspectos: a falência das seguradoras e das agências funerárias ou a incapacidade dos hospitais para responderem à crise; o colapso da igreja (como admite o cardeal, sem morte não há ressurreição, sem ressurreição não há igreja)¹²; o aparecimento da maphia e o desenvolvimento das relações entre esta e o poder político, etc., etc. Mas, acima de tudo, a constatação da “impossibilidade de viver” sem a morte, na medida em que se esta se retira de cena, o mesmo não acontece com o tempo (Ibidem: 114). Diz o autor, a propósito:

mesmo que conseguíssemos fazer uma espécie de pacto de não agressão com a morte, não poderíamos deter o tempo. Então, estaríamos condenados a qualquer coisa pior que a morte: a velhice eterna. E cada vez mais velhos... A que situação chegaria um ser humano? Como iria o Estado pagar as pensões se a morte renunciasse ao seu dever? (Saramago 2005: 114).

Sábua, a constatação. E também lógica. Diria, portanto, que há uma espécie de tentativa de reabilitação da morte (a natural ou inevitável, claro) – não só pelo que acabamos de citar mas, essencialmente, em virtude de, apesar de tudo, a morte tornada personagem acabar por protagonizar um processo de humanização nas páginas finais do romance.

Diria também, de acordo com o exposto, que esta última obra de José Saramago parece apontar para a possibilidade de começarmos a entrever um novo ciclo na sua produção romanescas. Isto é, apesar de continuar a evidenciar as mesmas intenções sociais e humanitárias, *As Intermittências da Morte* permitem-nos verificar, em primeiro lugar, uma substancial simplificação na estrutura da narrativa em concomitância com uma maior obediência à sintaxe e à pontuação tradicionais. Em segundo lugar, é possível, sem dúvida, constatar uma alteração no tom e na cor com que os fios condutores da narrativa são apresentados. Aguardemos, todavia, pelo próximo romance, ou pelos próximos romances, a fim de avaliarmos se, de facto, o carácter sombrio, pessimista e apocalíptico – que tem caracterizado os romances da última década – se suaviza, ou muda de direcção.

¹² “os delegados das religiões apresentaram-se formando uma frente unida comum com a qual aspiravam a estabelecer o debate no único terreno dialéctico que lhes interessava, isto é, a aceitação explícita de que a morte era absolutamente fundamental para a realização do reino de deus e que, portanto, qualquer discussão sobre um futuro sem morte seria não só blasfema como absurda porquanto teria de pressupor, inevitavelmente, um deus ausente, para não dizer simplesmente desaparecido. Não se tratava de uma atitude nova, o próprio cardeal já havia apontado o dedo ao busílis que significaria esta versão teológica da quadratura do círculo quando, na sua conversação telefónica com o primeiro-ministro, admitiu, ainda que por palavras muito menos claras, que se acabasse a morte não poderia haver ressurreição, e que se não houvesse ressurreição, então não teria sentido haver igreja” (pp. 38-39).

Aguardemos, pois, em suma (e numa nota humorística que, com toda a certeza, faria sorrir o autor), para verificar se, à semelhança de São Paulo a caminho de Damasco (Act 9), Saramago se converte, não à religião (em que não acredita) mas ao optimismo perante os destinos do Homem e da Humanidade...

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (1995¹⁹): *Bíblia Sagrada* Lisboa: Difusora Bíblica.
- Arnaut, Ana Paula (1996): *Memorial do Convento. História, ficção e ideologia*. Coimbra: Fora do Texto.
- Arnaut, Ana Paula (2002): *Post-Modernismo no romance português contemporâneo. Fios de Ariadne-Máscaras de Proteu*. Coimbra: Almedina.
- Reis, Carlos (1998): *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1972 [1947]): *Terra do Pecado*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1980): *Levantado do Chão*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1982): *Memorial do Convento*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1989): *História do Cerco de Lisboa*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1991a): *O Evangelho segundo Jesus Cristo*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1991b): “No meu caso, o alvo é Deus”. In: *Expresso/Revista*, 2 de Novembro, (entrevista conduzida por Clara Ferreira Alves): 82.
- Saramago, José (1995): *Ensaio sobre a Cegueira*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (1999): “A terceira palavra”. In: Revista *Bravo* (São Paulo), nº 21, (entrevista concedida a Jefferson Del Rios, Beatriz Albuquerque e Michael Laub): 60-69.
- Saramago, José (2000). Entrevista concedida à *Folha de São Paulo* em Dezembro. In: <http://br.geocities.com/prosapoesiaecia/saramagoentrev.htm>.
- Saramago, José (2004): *Ensaio sobre a Lucidez*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (2005a): *As Intermittências da Morte*. Lisboa: Caminho.
- Saramago, José (2005b): “O tempo e a morte”. In: *Visão*, 3 de Novembro, (entrevista concedida José Carlos Vasconcelos): 113-119.

Who is the “I” in ‘Eu sou Eu e porque Eu sou Alguém’, From Florbela Espanca’s sonnet “Versos de Orgulho”

Anthony Soares
Queen’s University, Belfast
a.soares@qub.ac.uk

Resumo

O presente trabalho pretende expor a necessidade de analisar a obra poética de Florbela Espanca e Mário de Sá-Carneiro privilegiando o seu conteúdo semântico. Esta proposta fundamenta-se numa perspectiva que encara a tradição crítica como tendo desviado a sua atenção para os pormenores biográficos dos dois poetas, mesmo quando alguns estudiosos declaram a intenção de oferecerem uma análise da obra poética, perspectiva que será apoiada com uma avaliação de alguns elementos dessa tradição crítica. Espera-se, assim, que o “eu” lírico não será compreendido à luz das vidas e psicologias de Florbela e Sá-Carneiro.

Abstract

The present study intends to expose the need to analyse the poetic work of Florbela Espanca and Mário de Sá-Carneiro, privileging its semantic content. This proposal is based on a perspective that sees the critical tradition as having turned its attention to the two poets’ biographical details, even when some scholars declare their intention of offering an analysis of the poetic work, a perspective that will be supported by an evaluation of some of the elements of that critical tradition. Thus, it is hoped that the lyric “I” will not be understood in the light of the lives and psychologies of Florbela and Sá-Carneiro.

Without entering into a detailed analysis of the poetry of Mário de Sá-Carneiro and Florbela Espanca, which I hope to present at a later date,¹ my intention here is to reflect on the difficulties I encountered when reading many of the scholarly works published on these two poets. Having been led to undertake research into their oeuvre because of my admiration for the quality of their lyrical productions and the semantic resonances between them, I discovered that much of what had been written about it appeared – involuntarily at times – to be led in other directions. Ever since their deaths, the critical reception of the poetry of Florbela Espanca and Mário de Sá-Carneiro has generally been enthralled by the biographical details of the poets' lives, and although some significant points of convergence between the poetic output of both writers have previously been alluded to by such critics as José Régio (1964: 189-192), Agustina Bessa-Luís (1979: 22), Armando de Gusmão (1961: 13), and Andréa Rocha (1982: 3), these critics do not go much beyond identifying the existence of such points of comparison, forsaking any sustained analysis that would have fleshed out the semantic correspondences. As a result, the significance of the poetry left by Florbela and Sá-Carneiro has been obscured by a critical tradition that has often resorted to inserting the poets into their creations, believing that the texts will be more properly understood with reference to certain psychological tendencies ascribed to them that can explain both the work and the poet.

Although principally concerned with Sá-Carneiro's narrative, Rita Basílio raises some of the same concerns regarding the prevalent critical reception of the author's work:

Com poucas (porém relevantes) exceções, os comentadores da obra de Mário de Sá-Carneiro têm restringido a sua análise a duas perspectivas: a que procura nos textos as marcas “inconfundíveis” do autor e a que neles isola as marcas “inconfundíveis” da tradição e/ou das influências estéticas que os informam. O facto é que, seja através da construção de uma personalidade complexa e perturbada que se confessa no que escreve, seja através da história literária que (supostamente) condiciona e determina a escrita, a obra de Sá-Carneiro tem sido maioritariamente estudada a partir de perspectivas exteriores ao texto (2003: 15).

Bearing this in mind, I am not dismissing the importance and value of literary-historical studies that analyse the creative process in relation to the author's

¹ This article is taken from the introduction to my doctoral thesis (Soares 2005), which I intend to publish subsequently.

historical and biographical contexts, since these are inevitably influential on the nature of the work he/she produces, and understanding these influences is certainly desirable. However, there is still a need to redress the balance, which has been eased somewhat by the valuable works of Dieter Woll (1968), Fernando Cabral Martins (1994), Fátima Inácio Gomes (2006), Anna Klobucka (1993), and Cláudia Pazos Alonso (1997). Nevertheless, even these analyses devote themselves at times, to a greater or lesser extent, to considerations of a biographical nature as, for example, Dieter Woll’s contribution to a debate centred around Sá-Carneiro’s sexuality (1968: 28-29). Even though Woll defends the argument that an artist’s creative output does not necessarily reflect his or her life, he fuels others’ conflation of the poet’s work and biographical considerations, diverting attention from the importance of the work independently of events that may or may not have taken place.

By redirecting attention to the poetry of Florbela Espanca and Mário de Sá-Carneiro in order to analyse the importance of identity construction, it is possible to avoid a search for a singular meaning of the artistic production within the poets’ lives, opting instead to offer critical readings that will never exhaust the poetry’s capacity for alternative readings. This approach follows the post-structuralist theory proposed by Jacques Derrida, which calls for the acceptance of the existence of endless interpretations of the system under analysis, and denies the possibility of any external overarching theory that will definitively explain that system:

There are thus two interpretations of interpretation, of structure, of sign, of play. The one seeks to decipher, dreams of deciphering a truth or an origin which escapes play and the order of the sign, and which lives the necessity of interpretation as an exile. The other, which is no longer turned toward the origin, affirms play and tries to pass beyond man and humanism, the name of man being the name of that being who, throughout the history of metaphysics or of ontotheology – in other words, throughout his entire history – has dreamed of full presence, the reassuring foundation, the origin and the end of play (2000: 102).

It is counterproductive to attempt to find ‘the end of play’ by seeking interpretations of the poetry in biographical data relating to the poets, or by engaging in a double movement that looks for confirmation of biographical events in the artistic production, and of the meaning of the art within the life. An example of this type of analysis which convinced me of the need for a different approach, was a disser-

tation entitled, “Esboço psicológico de Florbela Espanca” (Curado 1967), which, based on interpretations of Florbela’s life and work, is able to say that “podemos colocá-la entre os nervosos introvertidos e egocentricos” (29), and to conclude, “a mobilidade afectiva está comprovada nos três casamentos que preencheram a sua vida e na própria poesia” (36).² This is an extreme example of a substantial amount of the critical material available on Florbela Espanca and Mário de Sá-Carneiro, but even those analyses that do not reach the extremes identified here are nevertheless apt to place the figure of the author centre-stage, equating the “eu” in ‘eu sou Eu e porque Eu sou Alguém’ with the poet who wrote these words.

My proposed approach may stand accused of travelling in the opposite extreme, as it attempts a barthesian murder of the authors, avoiding any reference as far as possible to the poets as subjects of their own work. Nevertheless, this is a risk worth taking in order to present possible interpretations that are based on readings of the poetic texts of Florbela and Sá-Carneiro, recording a process that resembles the one described by Wolfgang Iser:

The literary work has two poles, which we might call the artistic, and the aesthetic: the artistic refers to the text created by the author, and the aesthetic to the realization accomplished by the reader. From this polarity it follows that the literary work cannot be completely identical with the text, or with the realization of the text, but in fact must lie halfway between the two. The work is more than the text, for the text only takes on life when it is realized, and furthermore the realization is by no means independent of the individual disposition of the reader – though this in turn is acted upon by the different patterns of the text. The convergence of text and reader brings the literary work into existence, and this convergence can never be precisely pinpointed, but must always remain virtual, as it is not to be identified either with the reality of the text or with the individual disposition of the reader (2000: 189).

Iser does not revive the notion of authorial intention, but sees the production

² Falling into the same vein of artistic and biographical conflation Maria Alexandrina jumps to the defence of Florbela: “dedicaria a minha modesta colaboração ao processo em seu desagravo, não à poetisa de renome, que essa não precisa de ninguém, mas sim à mulher, à mulher que tem sido maltratada injustamente, caluniada sem razão e que não podia nem pode defender-se porque a morte limitou a sua defesa” (1964: 11-12). Alexandrina presumes that there is a direct correlation between Florbela’s work and her personal life, claiming, “canto algum como o seu foi mais sincero ou mais pessoal” (18). Moreover, she has harsh words for those who, based on speculation over her work, have dared to suggest an incestuous relationship between Florbela and her brother, Apeles: “apontando-a como senhora de monstruosas afectividades, insinuando que ambos matavam a sede na fonte onde Electra e Orestes foram beber...” (14).

– or reading – of the literary work as stemming from the interaction of the text and the individual reader. He also appears to echo derridean notions of the deferral of meaning in an endless play of signification when he states that “one text is potentially capable of several different realizations, and no reading can ever exhaust the full potential, for each individual reader will fill in the gaps in his own way” (193). However, Iser limits the capacity of the production of different readings, which is linked to the interpretation of unwritten elements of a text, stating that “the written text imposes certain limits on its unwritten implications in order to prevent these from becoming too blurred and hazy, but at the same time these implications, worked out by the reader’s imagination, set the given situation against a background which endows it with far greater significance than it might have seemed to possess on its own” (190). Iser, therefore, understands that the text imposes limits on the reader’s interpretations, as the development of these will be contained within certain boundaries of meaning: some interpretations will necessarily be rejected by the reader as they do not assist in understanding the text.

Wolfgang Iser’s understanding of the reading process corresponds significantly with my own, which is also informed by schema theory, as it is explained by Elena Semino (1997). The premise behind schema theory recalls Iser’s view of the reading process as a creative convergence between the text and its reader, as schema theory also regards the reader as a creator of a context that derives from the written work. Consequently, the reader constructs a context based on his/her interpretation of the text, a process that involves the selection of inferences that are seen as contributing to the understanding of what is read. But Semino goes on to assess the effect of the reader’s knowledge of the author of a poem, using the example of a poem by Wilfred Owen. In her view, the degree of knowledge one has of a poet’s biographical context may reflect itself in whether we are more disposed to regard its contents as having a universal or a particular application:

Owen’s poem (...) allows both a specific and a universal reading. Within a specific reading, the discourse situation of the poem corresponds to a particular war period, or even a particular time and place in that war. Within a universal reading, the poem applies to all wars in general, and its discourse situation includes the readers as well. This is a common ambiguity in poetry, where we often expect specific personal experiences to have a wider universal validity for humanity as a whole. What interpretation is favoured in each individual reading of a poem will depend on variables such as the readers’ knowledge of the context in which the text was written, their cultural and

historical distance from the author, and their preferences in the attribution of specific or general significance to poetry (p.42).

Whilst I do not disagree with Semino's implication that the greater degree of knowledge the reader has of the biographical poet and his context, the likelier it is that a particular significance will be given to certain poems, my concern is that too much interest may at times be devoted to the poet rather than to the work. This is particularly the case when a reading that does not pretend to offer something to literary history, begins to conjecture on the presence of "probable" biographical events in the text, embarking on a process of proposing certain verses in a poem as evidence of an event in the poet's life that may or may not have happened; in this way the poetry ceases to be regarded as a form of artistic expression, and becomes a depository of possible facts instead.

Bearing this in mind, schema theory emphasises the reader's role in the interpretation of a text, as certain elements in the latter will activate the former's perceptions and memories of the reality s/he inhabits, so that "meanings are not 'contained' within the text but are constructed in the interaction between the text and the interpreter's background knowledge" (Semino 1997: 124). This process will necessarily offer variations from reader to reader, as each individual will bring a different set of perceptions and will not inhabit an identical context, so that the same text will elicit differing responses from different readers. Nevertheless, each reader will be involved in a process of construction of meaning for the text, and this should not be dependent on knowledge of the author or poet, or at least that type of knowledge should not, to my view, be foremost in the reader's mind when undertaking a reading that does not have a literary historical purpose – otherwise we are sometimes left with a reading that proposes one thing and gives us another.³ This is not strictly the case of Fernando Cabral Martins' important study, *O Modernismo em Mário de Sá-Carneiro*, since, as its very title suggests, the evaluation of the presence of a particular movement in the writer's work indicates a literary historical

³ I am aware that some poems – and I will concentrate here on the example of poetry – may demand a specific knowledge by making references to specific elements. One example is the "liberation poetry" of Timor-Leste, written under Portuguese and Indonesian colonial rule. Much of this poetry, given its political objectives, makes references to specific dates, places and individuals, and at times makes use of one of the native languages, Tetum. The inclusion of these will suggest to readers that do not have knowledge of the East Timorese historical and political context, to attempt to obtain that knowledge in order to make correspondences with the references made in the poetry. Of course, there is nothing to oblige a reader to seek that knowledge, but then the reading of this type of poetry will not make possible any significant interaction, leading to the production of a restricted or partial meaning. Alternatively, and following the example of Wilfred Owen used by Elena Semino, the reader will generalise the import of this type of poetry, neutralising its specific East Timorese references.

purpose. Nevertheless, Martins also appears to wish to redress the biographical imbalance that exists in critical studies of Sá-Carneiro’s literary legacy:

a perspectiva pela qual proponho a análise da sua obra começa por considerar a dimensão contextual histórica. O que é ainda tornado pertinente pelo sistemático efeito autobiográfico de tudo o que escreve Sá-Carneiro. Mas, sobretudo, pela necessidade de compreender o mito que o envolve, uma vez que o objecto privilegiado dos comentários críticos produzidos ao longo dos anos tem sido a conjectura da sua personalidade, mais do que a sua arte (1994: 13).

Inherent in the stated objectives of Martins’ work is a contradiction of purposes, since he correctly observes that critical tradition has concentrated on “a conjectura da sua personalidade, mais do que a sua arte”. Such a statement would suggest that Martins is about to offer an analysis of Sá-Carneiro’s work that avoids the same biographical conjectures, but his opening remarks contradict this, as he clearly states that he will be looking at the historical context because of the “sistemático efeito autobiográfico de tudo o que escreve Sá-Carneiro”. In order to determine that the poet’s work has a systematic autobiographical effect, Martins approaches it with more of the same conjectures that he accuses others of, as any amount of biographical data will inevitably lead to suppositions on the effect some event or other had on the writer, and to a search for evidence of this in his work.

Moreover, Martins sets out a theory of the personality-myth of Sá-Carneiro that further muddies the analytical waters. In Martins’s view Sá-Carneiro was engaged in the construction of a myth of his personality, involving a series of acts in his life, fiction, poetry, and – significantly – correspondence. Unfortunately, according to Martins, the mythic personality that Sá-Carneiro created was more successful than his literary creations in capturing the interest of future readers and critics:

No caso de Sá-Carneiro, o seu envolvimento pelo mito tende a dissolver a capacidade de provocação do que escreveu. Assim vai ganhando consistência, ao ponto de por completo se substituir à obra, uma narrativa cujo clímax é ocupado pelo suicídio. Os seus textos são tomados pelo leitor como monólogos, do qual os dados biográficos conhecidos passam a funcionar como didascálias. É tudo (15).

The critical tradition that reads Sá-Carneiro’s work as a reflection of a biographical narrative that has a suitably dramatic ending constantly subordinates the former in favour of the latter, contributing to the continuation of a fascination with the

mythical figure of the author, so that, according to Martins, “o mito de Sá-Carneiro se apresenta, não como ficção apensa, mas como crítica literária”, and “a história do mito de Sá-Carneiro em parte se confunde com a história da sua leitura” (17). In Martins’ view much of the blame for this type of criticism lies at the feet of José Régio and the *presença* group, and it is at this point important to remember that this highly regarded critic and writer was one of those who identified correlations between Sá-Carneiro and Florbela Espanca. As for his interest in the former, Martins characterises it as led by Régio’s artistic beliefs which coloured the analysis he makes of Sá-Carneiro’s work and serves to perpetuate the myth:

A imagem de Sá-Carneiro que Régio compõe é, assim, a imagem do que Sá-Carneiro é para Régio enquanto tema, desafio e campo problemático, e tem sobretudo a ver com Régio e a sua escrita. Sá-Carneiro torna-se uma personagem de Régio. A história romântica e trágica que se convencionou contar a respeito de Sá-Carneiro é adoptada por Régio como seu mito fundador (30).⁴

Sá-Carneiro’s personal trajectory becomes the perfect illustration for Régio’s ideas on the purposes of art and the artist which are also spelt out in Régio’s appropriation of Florbela’s sonnets as further privileged examples of his aesthetic ideals.

It appears, then, that Régio has much to answer for, and we should therefore look at some of his theoretical perspectives and how these moulded his own readings, not only of the poetry of Sá-Carneiro, but also that of Florbela Espanca. It is in Régio’s “Estudo Crítico” of Espanca’s sonnets that we can detect the aesthetic ideals that motivate his assessments of an artist’s production, underlining what he sees as the mark that distinguishes the best from the rest: the evidence in the work of lived experience.⁵ He asserts that:

Toda a obra de criação vive mas é da íntima vida do criador, e de nenhum modo basta o mero talento formal a impô-la. “Literatura Viva”, escrevia em 1927, nesse primeiro artigo da revista *Presença*, o autor destas linhas de hoje,

⁴ Martins later repeats this accusation in his edition of Sá-Carneiro’s poems, *Mário de Sá-Carneiro: Poemas completos*: “desde que a *presença*, na segunda metade dos anos 20, o eleva à categoria de mestre, é de uma personalidade “psico-literária” que passa a ser questão, tal como na obra essa personalidade se plasma. A sua aventura pessoal parece tão trágica como se lê nos textos, e neles parece responder, decantar, prever ou comentar o que lhe vai acontecendo dia a dia. É que o mito, no arranjo da *presença*, parece considerar a obra de Sá-Carneiro como um vidro através do qual se vê Sá-Carneiro viver. E morrer” (1996: 9).

⁵ Régio’s study of Florbela’s poetry first appears under the title “Florbela” in an edition of her sonnets entitled, *Sonetos Completos* (1950). It subsequently appears in the Bertrand editions of her sonnets under the title “Estudo crítico”, as well as in Régio’s own collection of essays (this time reverting to the initial title of “Florbela”), *Ensaio de interpretação crítica* (1964), with slight modifications. Unless otherwise stated, all quotations from Régio’s “Estudo crítico” come from the 23rd edition of *Sonetos* (1989).

“literatura viva é aquela em que o artista insuflou a sua própria vida, e por isso mesmo passa a viver de vida própria. Sendo esse artista um homem superior pela sensibilidade, pela inteligência e pela imaginação, a literatura viva que ele produza será superior; inacessível, portanto, às condições do tempo e do espaço”. Ora não é verdade que perfeitamente se ajusta o essencial destes dizeres à obra de Florbela? (11-12).

Whilst Régio determines that superior artistic creation necessitates the inspiration of the artist’s life, he also considers that this will ensure the creative product’s independence and imperviousness to the effects of time and space, and he answers his own question by confirming that “a obra de Florbela é a expressão literária, tanto quanto possível directa, dum caso humano” (12). However, it is in the qualification of “directness” as a factor demonstrating the superior nature of the artistic production that we can identify Régio’s preoccupation with a process that privileges a minimal amount of “artifice”, as if evidence of unadulterated emotion is a mark of artistry.

And yet, if the work of art is able to survive independently of the artist, how can it be judged as genuinely reflecting the lived experience of its creator? Here is where the skill of the critic becomes essential, as it is his/her ability to sense the presence of the artist’s life within the work that will enable a proper judgement to be made, and which Régio outlines in his study of Florbela in *Ensaaios de interpretação crítica*:

A autenticidade da obra só pela obra é reconhecida. E só a intuição do crítico, a sua sensibilidade, a sua penetração, o seu faro, o seu tacto, a podem reconhecer, pois nada lha poderá demonstrar. Voltando a Florbela, e exemplificando: da originalidade, força, comunicabilidade e fundura que deu ela a tantas das suas expansões e confissões – originalidade, força, comunicabilidade, fundura, que só exteriormente poderão ser imitadas – vem ao leitor a íntima convicção de haver ela vivido o que diz, sentido o que exprime. Convencido do que, já o leitor parte de tal certeza – a existência dum real caso humano – para explicar e até interpretar a expressão literária que lhe é dada. Qualquer coisa como um círculo vicioso, ou um jogo de vaivém entre a sinceridade humana duma criação... ou do seu criador (1964: 172-73).

Since the “authenticity” of a work can only be judged according to the work itself, the good critic must use his/her honed intuitive powers to detect that “authenticity”, a task made easier in the case of Florbela, since it is evident to Régio that her poetic “confessions” are evidence of a direct correlation between the poet and what she writes. However, the vicious circle that appears at the end of this passage

– and much of whose viciousness appears to have been ignored – is an indication of the problematic nature of equating aesthetic “sincerity” and “authenticity” with the artistic representation of biographical data that can be adduced to a single, stable identity. The principal difficulty lies in the creation of a mythical image of the poet against which issues of “authenticity” and “sincerity” are judged, a difficulty that is accentuated with the recording of each critical judgement, as the myth is reproduced and developed each time.

In the case of critical readings of Sá-Carneiro’s work that follow the tradition given impetus by Régio, such assumptions lead, in Martins’ view, to “um mito de Autor que torna a perspectiva autobiográfica uma fácil atribuição de sentido aos textos” (1996: 13), and it is in the assumed correspondence between the poetry and the critic’s idea of the poet who produced it – the evidence of “sincerity” – that Régio identifies a point of comparison between Florbela and Sá-Carneiro. Thus, Florbela’s biological death is read as the “sincere” conclusion that gives meaning to her work, an ending whose significance she is made to share with Sá-Carneiro: “Como Sá-Carneiro, porém, com a sua morte deu Florbela à sua obra uma nova garantia de sinceridade” (1964: 192). But this faulty critical stance encourages poetic portrayals of death to be read in the light of the “real” deaths that are both external and subsequent to the poems, and whose presumed importance lends them a false significance. Martins himself – after having accused the criticism of the *presença* group of helping to erect a mythical Sá-Carneiro who overshadows the poet’s work – falls into the trap of reading the biological death of the writer back into his poetry:

Este poema [“Fim”] é estruturalmente incompleto, ainda, por uma razão maior. É que [...] estas quadras só ficam completas com o conhecimento do seu suicídio pouco depois, o que as torna numa “espécie de pré-epitáfio”. Há uma brusca coincidência entre o “eu” lírico e o “eu” real, um efeito de eco em que o poema precede a vida. Deste modo, o funcionamento mítico da leitura é provocado pela fusão entre a carta e o poema. *Fim* é um elemento-chave do mito de Sá-Carneiro pela sua própria condição histórica e textual (1994: 106).

Martins actually resorts to an inclusion of two separate factors external to the poem in question – Sá-Carneiro’s death and part of his correspondence – which not only serve to complete what the critic considers to be a structurally incomplete

poem, but also transforms an example of literature into a pre-written obituary.⁶

Similarly, considerations on the structural aspects of Florbela’s poetry have been employed to support a vision of the poet that subsumes the poetic persona, at the same time as they are used to mutually validate each other within the terms imposed upon them by a certain critical outlook. Critics such as Jorge de Sena and José Régio have seen Florbela’s predilection for the sonnet form (and the particular ways she employs it) as evidence of characteristics that belong to the poet, and that these are echoed semantically within the sonnets, and that these are directly related to the poet’s gender, emptying the lyric voice of any performative function. Florbela’s ultimate choice of the sonnet was famously considered by Sena in “Florbela Espanca ou a expressão do feminino na poesia portuguesa” (1947) – an essay which José Régio described as “o que de mais fundo se escreveu até hoje sobre Florbela Espanca” (1989: 11) – and in which Sena proposes a fundamental link between Florbela’s choice of form and her gender, where the latter predisposed her to writing sonnets:

Com efeito, o soneto assemelha-se muito aos trabalhos femininos. O soneto quando cultivado pelas mulheres, é um ciclo continuado indefinidamente do último ao primeiro verso. Pelo menos assim parece aos nossos olhos, como aquelas rendas que os olhos masculinos viram começar numa ponta, acabar na outra, e, depois de aplicadas, não sabem onde começam ou acabam. Creio ter razão, e maior se é possível, em Portugal... A mulher portuguesa, se não faz rendas, faz sonetos (18).

Apart from declaring that Portuguese women are apt to write sonnets when they are not engaged in lacework, Sena suggests that women like Florbela produce sonnets in a haphazard or instinctive manner, indicated by the image of “um ciclo continuado indefinidamente”. If this were true, then what does the production of sonnets by men such as Sá-Carneiro signify? Is their cultivation of the sonnet more deliberate, more logical?

Sena attempts to answer these questions when dealing with what he deems to be Florbela’s superior sonnets, stating, “a perfeição da obra feminina, ou é acaso da espontaneidade sensível, ou conseguida pela repetição paciente, ao contrário da

⁶ I do not consider this poem to be structurally incomplete in any sense, as its two stanzas are sufficient to clearly transmit to the reader the deprecatory voice of the poetic persona. If Martins based his opinion on the supposition that these stanzas represent the initial quatrains of an unfinished sonnet, the variety of structures employed by Sá-Carneiro includes poems with exactly the same structure as “Fim”, for example, “De repente a minha vida” and “Le trône, d’or, de moi-perdu”.

masculina que se obtém pela pesquisa atenta” (p. 25). In a clear devalorization of Florbela’s creative powers, Sena sees her use of the sonnet form as an instinctive act, or as an ability acquired through repetition. However, Sá-Carneiro’s development of poetic structure could also be said to be derived from repetition, which is a necessary action that will eventually privilege certain structures instead of others. But Sena is not the only critic to relate Florbela’s use of the sonnet form to her gender, as Armando de Gusmão offers an explanation for Florbela’s ability to manipulate her chosen poetic form: “Foram premeditados esses artifícios? — Não! E digo-o sem titubear. Creio que toda esta gama de processos nela não foi mais do que a consequência da sua intuição” (1961: 19). Gusmão reduces any process of good development of form to a mere effect of feminine intuition, whereas any perceived defects in Florbela’s sonnets are also considered as a fault derived from her gender. Such is the justification made by José Régio:

Não faltam, nesta cultura do soneto, as palavras, os versos, os grupos de versos, só para rimar ou para encher; o que significa não lhe faltar aquela condescendência — alheia aos artistas mais exigentes — que, no deslumbramento dos versos inspirados e supremos, negligentemente aceita quaisquer vizinhos pobres. Já tal condescendência me parece mais feminina (1989: 16).

Florbela’s work is reduced to the effects of her gender, whether those effects are reflected in passages considered as accomplished, or in those that are judged to be defective. Where her sonnets are considered to be good, these are derived from intuition, and where they are bad they are the consequence of feminine negligence.

But such judgements are another effect of analyzing Florbela’s work in the light of her biography and her personality. These critics arrive at her work with her gender foremost in their minds and read her sonnets in the light of that knowledge, linking aspects of poetic form and semantic contents to her biological nature, as well as perceiving the creative act and genius in (male) gendered terms that are unacknowledged and inspired in a Romantic tradition. The same unacknowledged terms that Patrocínio Schweickart called an “androcentric interpretative strategy” (2000: 429-432) are frequently applied to Sá-Carneiro’s work also, applying patriarchal values that assess the semantic content of his poems in a manner that sees passivity, for example, as an inherently feminine characteristic. Anna Klobucka identifies this recurring critical process which reads Florbela’s work primarily in the light of her gender:

Se entendermos a noção de personagem enquanto “ponto de convergência de traços isótopos, de indícios susceptíveis de se construírem em sistema (dinâmico ou estático)” (Angenot) e procurarmos em seguida delimitar os contornos do “sistema-Florabela”, composto pela totalidade disponível dos discursos referentes à “vida e obra” de Florbela Espanca, veremos que neste clamoroso coro [...] se destaca em particular um indício, talvez o único ponto estático, ao qual se pode portanto atribuir, junto com o nome próprio, a função do eixo do sistema. Este indício é a *feminilidade* de Florbela (1992: 51).

The danger of privileging Florbela’s gender in any critical discourse that concerns the development of poetic structure is that any events in that development can be dismissed as effects of gender, without giving proper consideration to the structures themselves. Allied to this is the fact that such critical discourses will inevitably be bound up in considerations of biographical details, conflating the texts with the life and the personality myth. Even in studies that refute Florbela’s gender as essential to her poetry problems arise, as in Andréa Rocha’s article, ‘À procura de Florbela...’:

Florbela é, na década de 1920 a 1930, a única mulher a possuir um ímpeto criador que pouco tem a ver com a sua condição feminina. Embora a maioria dos seus sonetos tenha por objectivo um *eu* que nasceu mulher, os seus temas e o vigor com que os exprime têm uma envergadura, um fogo e uma audácia quase masculinos (1982: 2).

Although Rocha dissents from the view that Florbela’s work is characteristically feminine, he nevertheless introduces gender qualifications by judging her work as masculine. This leads him to identify the semantic similarities between her work and Sá-Carneiro’s, but he points out, “pena é que esse unísono não se verifique também na forma” (3), thereby giving a negative evaluation of Florbela’s use of the sonnet form as if he also considered it to be more suited to a feminine sensibility.

However, by proposing an approach that ignores all biographical considerations, including those related to gender, it could be argued that any of my resulting analyses will be imitative of the idealism voiced in some of the poetry of Sá-Carneiro and Florbela. That is to say, my refusal to enter into considerations of the biographical authors and their historical contexts, particularly in relation to gender categories, means that I am likely to produce a reading that has more of the idealistic nature of the poetry – universality, erasure of conventional boundaries, including gendered

conventions – and ignores the realities that makes these ideals little more than an illusion. Alternatively, my approach could be identified with what Anna Klobucka terms in as “o consenso subjacente à vertente mais audível do discurso da crítica literária e cultural no Portugal contemporâneo” (1993: 1), **which she describes in the following terms:**

esta mensagem declara como uma operação taxonómica *ilegítima* a categorização da produção literária (ou, mais amplamente, intelectual) que tome em conta a “realidade fisiológica”, isto é, a identidade sexual comportada pelo sujeito desta produção, ao mesmo tempo promovendo uma alternativa *legítima* a tal procedimento crítico, a qual consistiria em consideração já não do sexo da/o escritor/a, e sim do *sexo da escrita*, liberto da correlação estreita com o corpo de quem a escreve, ou se deixa escrever por ela. A libertação torna-se, de facto, a metáfora dominante para esta dissociação, repetidamente expressa em termos de *independência*; um ideal louvável, este, quer se trate de países quer de corpos colonizados pela ditadura das identidades axiomáticamente impostas’ (1-2).

My own proposed analysis becomes what Klobucka somewhat ironically calls a laudable ideal, as I look to a reading restricted to an analysis of the poetic texts in question without recourse to the poets, the irony deriving from the fact that the freedom from considerations of the “realidade fisiológica” is one that Klobucka declares “**somente pode atingir o estatuto da condição efectivamente praticável quando se completar o seu *reconhecimento* dentro da rede de relações multilaterais em que qualquer organismo politico se determina como entidade autónoma, e em que qualquer ser humano no seu papel inelidível de ser social funciona**” (2). **However**, it is the success of Klobucka’s work itself that empties much of the irony contained in the characterisation of my own approach as a laudable ideal, as it simultaneously contributes to the recognition that Klobucka calls for of the realities experienced by Florbela as a woman poet, and how these transmitted themselves to her poetry. It is with this in mind, and thanks to the outstanding work she has done in this area (which has also been developed by Cláudia Pazos Alonso, and in light of the work of Fernando Cabral Martins and Fátima Inácio Gomes on Sá-Carneiro’s oeuvre), that I identify the need to redress the critical balance with text-based readings that overlook the biographical poets.

Accordingly, the “I”(s) contained in the poetry of Mário de Sá-Carneiro and Florbela Espanca – if such a reading is applied – will no longer be overshadowed by the spectres of the dead authors. Instead, we will see the identification of Sá-

Carneiro’s and Florbela’s poetic personae as poets or producers of written texts, their dissatisfaction with their identities, their relationships to the objects of their love and to others, and their visions of idealised experiences of reality. At each of these moments of identification the “I” in declarations such as “eu sou Eu e porque Eu sou Alguém” must be read within the confines of the poets’ art. It is the lyric voice who defiantly sings of the poetic subject’s importance or laments its inability to rise to the greatness it had envisioned, and to conjecture on the failures or successes of Sá-Carneiro and Florbela is to do an injustice to their work. But – as I pointed out earlier – I am not calling here for a cessation of all studies that bring light to the lives and historical contexts of the biographical poets: such studies will always be valuable when they allow us to gain a greater understanding of our literary history. Instead, what I have been proposing is to restrict biographical considerations to literary historical studies, and not allow them to infiltrate critical readings that purport to increase our understanding of the semantic content of the poets’ work. Particularly in the case of Florbela Espanca and Mário de Sá-Carneiro, we need to rescue the lyric “eu” from “eu sou Eu e porque Eu sou Alguém”, and be allowed to consider it in all its poetic beauty.

References

- Alexandrina, Maria (1964): *Florbela Espanca e a sua Personalidade*. Porto: s/e.
- Alonso, Cláudia Pazos (1997): *Imagens do Eu na Poesia de Florbela Espanca*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Basílio, Rita (2003): *Mário de Sá-Carneiro: um instante de suspensão*. Lisboa: Edições Vendaval.
- Bessa-Luís, Agustina (1979): *A Vida e a Obra de Florbela Espanca*. Lisboa: Arcádia.
- Curado, Maria Alice Baptista Velho Melo Falcão de Almeida (1967): “Esboço Psicológico de Florbela Espanca”. Coimbra: unpublished dissertation, Coimbra University.
- Derrida, Jacques (2000): “Structure, Sign and Play in the Discourse of the Human Sciences”. In: *Modern Criticism and Theory: A Reader*. Harlow: Longman: 89-103.
- Gomes, Fátima Inácio (2006): *O Imaginário Sexual na Obra de Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Gusmão, Armando de (1961): *Da Poesia em Florbela Espanca*. Évora: s/e.
- Iser, Wolfgang (2000): “The Reading Process: A Phenomenological Approach”. In: *Modern Criticism and Theory: A Reader*. Harlow: Longman: 189-205.
- Klobucka, Anna (1992): “*On ne naît pas poétesse: a aprendizagem literária de Florbela*”

- Espanca". In: *Luso-Brazilian Review* 29: 51-61.
- _____ (1993): "O Formato Mulher: as poéticas do feminino na obra de Florbela Espanca, Sophia de Mello Breyner Andresen, Maria Teresa Horta e Luiza Neto Jorge". Harvard: unpublished doctoral thesis, Harvard University.
- Martins, Fernando Cabral (1994): *O Modernismo em Mário de Sá-Carneiro*. Lisboa: Editorial Estampa.
- _____ (1996): *Mário de Sá-Carneiro: Poemas Completos*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Régio, José (1950): "Florbela". In: *Sonetos Completos*. Coimbra: Livraria Gonçalves.
- _____ (1964): *Ensaio de Interpretação Crítica*. Porto: Brasília.
- _____ (1989): "Estudo Crítico". In: *Sonetos*. Venda Nova: Bertrand Editora.
- Rocha, Andréa (1982): "À Procura de Florbela...". In: *Jornal de Letras*, 5-18 January: 3.
- Schweickart, Patrocínio (2000): *Modern Criticism and Theory: A Reader*. Harlow: Longman: 425-447.
- Semino, Elena (1997): *Language and World Creation in Poems and Other Texts*. London: Longman.
- Sena, Jorge de (1947): *Florbela Espanca ou a expressão do feminino na poesia portuguesa*. Porto: Biblioteca Fenianos.
- Soares, Anthony (2005): "Questions of Identity in the Poetry of Mário de Sá-Carneiro and Florbela Espanca". Belfast: unpublished doctoral thesis, Queen's University.
- Woll, Dieter (1968): *Realidade e Idealidade na Lírica de Sá-Carneiro*. Lisboa: Delfos.

A miscigenação linguística nas literaturas pós-coloniais de língua portuguesa

Rebeca Hernández
Universidad de Salamanca
rebecahernandez@usal.es

Resumo

Este artigo parte do conceito pós-colonial de vazio metonímico (*metonymic gap*, cf. Ashcroft, Griffiths e Tiffin 2000), segundo o qual a inserção de estruturas ou termos próprios das línguas nacionais no discurso literário das sociedades pós-coloniais produzido em línguas europeias, funciona como uma sinédoque das sociedades e das culturas que aparecem representadas dentro do texto. Deste modo, serão analisados exemplos de diferentes procedências e autores que utilizam diversas estratégias, tais como a glossa intratextual, a tradução intraliterária ou a relexificação, entre outras.

Resumen

Este artículo parte del concepto postcolonial de vacío metonímico (*metonymic gap*, cf. Ashcroft, Griffiths y Tiffin 2000), según el cual la inclusión de términos o estructuras de las lenguas nacionales propias de las sociedades postcoloniales dentro del discurso literario producido en lenguas europeas, funciona como una sinédoque de las sociedades y de las culturas que aparecen representadas en el texto. De esta forma, se analizarán ejemplos de distintas procedencias y autores que utilizan diversas estrategias, tales como la glosa intratextual, la traducción intraliteraria o la relexificación, entre otras.

Se repararmos nas chamadas literaturas pós-coloniais de língua portuguesa, e mais especificamente nas suas características linguísticas, podemos ver facilmente que os romances, os poemas ou os contos destas literaturas estão escritos aparentemente em português, mas, como analisaremos nos exemplos que vamos comentar, as estruturas sintáticas e fonéticas, o léxico e o ritmo, não são, normalmente, próprios da língua portuguesa. Há, nestes textos uma grande abundância de aspectos culturais nacionais. De facto, coexistem nos planos linguísticos e culturais traços portugueses e autóctones dos países pós-coloniais.

Daremos, antes de mais, uma definição de literatura pós-colonial. Segundo Ana Mafalda Leite, o pós-colonialismo refere-se a

todas as estratégias discursivas e performativas (criativas, críticas e teóricas) que frustram a visão colonial, incluindo [...] a época colonial; o termo é passível de englobar além dos escritos provenientes das ex-colónias da Europa, o conjunto de práticas discursivas, em que predomina a resistência às ideologias colonialistas, implicando um alargamento do *corpus*, capaz de incluir outra textualidade que não apenas das literaturas emergentes, como o caso de textos literários da ex-metrópole, reveladores de sentidos críticos sobre o colonialismo. (2003: 11)

Deste ponto de vista, podemos considerar como literatura pós-colonial de língua portuguesa aquelas obras escritas durante a época colonial e depois da descolonização, assim, são pós-coloniais escritores africanos como Luís Bernardo Honwana Luandino Vieira, Pepetela, Mia Couto, ou Paulina Chiziane, timorenses como Luís Cardoso, ou autores pertencentes à chamada literatura da guerra colonial, como João de Melo, António Lobo Antunes, Manuel Alegre, Lídia Jorge, etc.

Na literatura pós-colonial, encontramos, entre outros aspectos, a resistência às culturas europeias e também a coexistência destas culturas com as culturas próprias e é num espaço híbrido e numa língua híbrida que estão contidas as principais armas de resistência e de crítica ao colonialismo e de representação de uma sociedade plurilingue através da literatura.

Podemos afirmar, desta forma, que uma característica fundamental da literatura pós-colonial é a hibridação linguística. Assim, as línguas nacionais são inseridas nos textos pós-coloniais escritos em línguas europeias, através de palavras ou de expressões, de estruturas sintáticas ou de recursos pragmáticos, como frases idiomáticas ou convenções linguísticas ligadas a costumes culturais nacionais. Podemos definir, desta forma, a literatura pós-colonial como um lugar de hibri-

dação, no qual surge, a partir de dois sistemas culturais díspares, um novo espaço suficientemente afastado das culturas das quais provém, e capaz de adquirir uma entidade autónoma e de desenvolver a sua potencialidade produtiva e criativa com os seus recursos próprios.

Uma das principais características da literatura pós-colonial é, desta forma, a hibridação, resultado do contacto e das tensões entre dois ou mais sistemas culturais, duas ou mais cosmogonias, dois ou mais sistemas de crenças e, aquilo que é mais visível a nível do discurso, a hibridação de duas ou mais línguas.

Podemos encontrar no seguinte exemplo, extraído de um conto do autor moçambicano Marcelo Panguana, várias palavras bantas:

O **tatana nhamussoro** ajeita nos quadris o símbolo dos espíritos dos **vanguni**: a **capulana** de raça! (2000:304, sublinhado meu)

A utilização destes termos banta mostra-nos que o texto surge numa cultura na qual se integram outras línguas com a língua portuguesa. É um texto que representa e que faz parte da cultura moçambicana. Encontramos aqui aquilo a que chamamos *vazio metonímico*.

Para os teóricos pós-coloniais Ashcroft, Griffiths e Tiffin, o *vazio metonímico* ocorre quando

The inserted language 'stands for' the colonized culture in a metonymic way, and its very resistance to interpretation constructs a 'gap' between the writer's culture and the colonial culture. (2000: 137)

Portanto, a língua nacional inserida no discurso em línguas europeias representa a cultura colonizada de uma forma metonímica e a resistência à sua interpretação forma um *vazio* entre a cultura do escritor e a cultura colonial.

O chamado *vazio metonímico* surge da dissociação que existe entre a experiência que se está a narrar e a língua de que se dispõe para descrever essa experiência e é esta uma das características mais constantes da literatura pós-colonial. Este *vazio metonímico* é próprio daqueles autores cuja língua foi submetida pela língua do colonizador. Desta forma, encontramos uma alienação que existirá até ao momento em que a língua colonizadora seja a própria do colonizado, através da apropriação ou da integração da realidade do colonizado através do léxico, ritmo ou estrutura. Surge, deste modo, a necessidade de transformar a língua, de utilizá-la de uma

forma diferente, adequada ao seu novo contexto real. E cada palavra ou expressão alheia ao sistema linguístico ou cultural dominante emerge como uma sinédoque da cultura dominada.

Podemos considerar portanto que a utilização destes recursos linguísticos é uma forma metafórica de representar a integração e as tensões de dois mundos em contacto, com as suas línguas e as suas culturas, mostrando o hibridismo da sociedade pós-colonial.

Vamos passar agora a considerar uma série de casos de hibridação linguística. Vimos no exemplo anterior como o escritor inseria no texto uma série de termos banta, sem glossário nem notas de rodapé nem nenhum outro tipo de indicação.

Isto também acontece na obra de outros autores pós-coloniais, como é o caso do escritor português João de Melo, plenamente inserido no sistema literário de Portugal, em cuja obra *Autópsia de um Mar de Ruínas*, um dos textos mais relevantes da literatura da guerra colonial, recorre a este tipo de estratégias com a utilização de léxico quimbundo, para representar a língua falada em Angola onde o autor esteve durante a Guerra Colonial.

Os **monandengues** tinham parado suas brincadeiras na terra vermelha. (...)

Tunda, já disse. Num 'stá ouvir, **cambuta** de merda. (1992: 33, sublinhado meu)

Podemos encontrar também outras formas de mostrar a hibridação linguística. No seguinte exemplo do moçambicano Mia Couto, vemos como o autor introduz um termo banta no texto em português e esclarece os leitores ocidentais ou não moçambicanos do significado desta palavra numa nota de rodapé.

Anabela apaixonou-se por Benjamim. O pobre nem com isso: ao contrário, mais ainda se internava em habilidades de **kongolote (1)**.

(1)Kongolote: bicho de mil patas, maria-café. (1990:109, sublinhado meu)

Ou neste outro texto também de Mia Couto, que segue exactamente a mesma técnica:

Ficava na cubata, partilhando **ufa (1)** com os empregados.

(1) Prato de farinha de milho. (2005:145, sublinhado meu)

Há outros casos em que o autor explica o significado da palavra não portuguesa dentro do próprio texto, naquilo a que poderíamos chamar uma “glossa intratextual”, como acontece no exemplo do guineense Pinto Bull, que apresentamos a seguir. Aqui a leitura é interrompida para mostrar o significado do termo

[...] Imediatamente Imbaná pediu ao velho Bedane [...] que desse as suas ordens para que os **ẽbõboros (instrumentos feitos de tronco de bicilão com comprimento variável, bojudos na parte central e escavados no sentido do seu comprimento)**, anunciassem a morte de Cumba. (1997:107, sublinhado meu)

Ou no exemplo do escritor timorense Luís Cardoso, que insere a explicação em português do termo em tétum no texto, fazendo com que esta explicação faça parte do discurso literário, mostrando a coexistência de línguas e a cultura timorense ao leitor português:

Vestia apenas um langotim ou *hakfolik*, **uma reduzida peça de vestuário própria de quem navega entre o mar e o céu**. (1997:20, itálicas de Cardoso, sublinhado meu)

No exemplo que apresentamos a seguir, encontramos exactamente a mesma situação. Em primeiro lugar, vemos o esclarecimento do termo em tétum dentro do próprio texto:

Aceitava a sua condição de forasteiro, estava satisfeito com esta meia exclusão [...] esperava que não lhe chamassem *malae*, porque *malae* era o outro, o de pele branca e queimado de sol pelas horas mortas passadas ao sol. [...]

– *Malae bá ona!*

O estrangeiro vai-se embora. (2003: 201, itálicas de Cardoso, sublinhado meu)

E em segundo lugar, encontramos uma tradução que esclarece o significado da oração.

Na literatura pós-colonial, é também frequente os escritores recorrerem a estratégias de tradução *intraliterária* para mostrar o significado das palavras ou orações nas línguas autóctones.

Num texto do escritor moçambicano Virgílio de Lemos, a tradução das orações banta é apresentada entre parêntesis:

‘Shika’, disse ele (**desçam**). Receosos ainda hesitamos [...]
 ‘Shikani, psopsi’ repetiu. (**desçam já**) [...]
 ‘Mine ni mungana wenu’ (eu sou vosso amigo) principiou.
 ‘A ni djuli cumiba’ (não vos quero mal algum)
 ‘Wene umuno?’ (Mas tu és gente?) Arriscou Benjamim.
 (2000:99, sublinhado meu)

O autor angolano Uanhenga Xitu recorre nas suas obras a estratégias de tradução. No caso que apresentamos em seguida, há um diálogo escrito em quimbundo entre as personagens que é traduzido pelo autor numa nota de rodapé. A tradução é especialmente interessante, já que Xitu denomina esta obra como um “exercício de quimbundo” acompanhado por uma “tradução aproximada em português”.

– Vamos então começar, já é tarde. E uma das moças pricipiou com as sortes.

– *1Kiua-kiua, txum-txum-txum...* (161)

– *Kuala uhaxi?* (162)

– *Txum-txum-txum*

Em nota de rodapé:

(160) Eu, ou antes, é comigo?

(161) (Este é o piar do pássaro, fá-lo com pausa e com pequenos intervalos; é nestes intervalos que aqueles que deitam sortes fazem as perguntas. Estas não param enquanto o pássaro continuar a piar).

(162) Há doença? (1979:107, itálicas de Xitu, sublinhado meu).¹

Existem também outros tipos de tradução *intraliterária*, como aquela que apresentam os casos que vamos comentar a seguir.

Num exemplo extraído de um conto do autor moçambicano Luís Bernardo Honwana, temos um caso de *code-switching*, ou mudança de códigos, que aponta para as diferenças sociais que acarreta o uso da língua portuguesa e da língua ronga. Uma das personagens (a mãe) fala para o filho em português e para a empregada doméstica em ronga, mas o discurso está representado em português, mesmo quando a mãe está a falar em ronga:

Tu, Ginho (**agora falava em português**) toma conta da casa

¹ Para Inocência Mata, “em Uanhenga Xitu a dimensão babélica é sugerida pela confrontação de identidades sociais e culturais, que as diferenças das expressões lingüísticas das personagens enchem - diferenças que remetem semanticamente para a dispersão e para a recusa de um código de comunicação totalitário” (s.f)

e lembra-te de que já não és nenhuma criança. [...] Sartina (**voltou a falar em ronga**), quando acabares isso põe a chaleira ao lume para o lanche das crianças [...] Ginho (**agora era em português**) toma conta de tudo que eu volto já [...] (1972: 97, sublinhado meu)

Voltamos a encontrar noutro conto de Luís Bernardo Honwana um caso de tradução do discurso das personagens. O narrador aponta para duas intervenções realizadas uma na língua banta swazi e a outra em changane, mas ambas as intervenções são exactamente iguais e estão representadas em língua portuguesa:

– **Boa noite...** – disse o tipo para os outros. **Falava em swazi.**
 – **Boa noite,** Massinga – responderam os outros **em changane.**
 (1972: 122 sublinhado meu)

No último caso que apresentamos, extraído de um conto do moçambicano Albino Magaia, podemos ver a mesma técnica utilizada por Honwana. Aqui o diálogo está representado em língua portuguesa embora o narrador especifique que as personagens estão a falar numa língua banta, neste caso o bitonga.

– Quando eu comprar outro barco talvez te mande chamar para trabalhar nele. Agora não tenho nada.
Falava em Bitonga, língua que dominava bem. Nessa mesma língua retorqui Mapende:
 – Posso ficar a trabalhar como carregador no camião patrão.
 (2000: 250, sublinhado meu)

Existem outras técnicas de hibridação, como por exemplo a chamada relexificação, utilizada entre outros por Luandino Vieira, que consiste em apresentar um discurso cujo léxico é português, mas cujas estruturas gramaticais, pragmáticas ou o ritmo são próprios das línguas africanas – no caso de Vieira, quimbudu. Desta forma há uma verdadeira fusão de línguas e não só o contacto entre elas.

Tudo estava ficar sossegado outra vez; muitos, já tinham-se deitado para dormir; Futa, nas grades despedia com o auxiliar, aproveitava acender cigarro na beata do outro. (1997: 58)²

² Segundo Inocência Mata, “Luandino Vieira faz emergir as suas personagens de um contexto tendencialmente monolíngue, regularmente escolarizado e de uma cultura urbana e, naturalmente, resultando de um processo transculturativo. A obra de Luandino, em Angola e na literatura africana de língua portuguesa, é expoente da invenção de uma linguagem literária através da qual comunicou mensagens subversivas - uma linguagem literária que emerge de uma linguagem “letrada” e recreativa [...] em Luandino Vieira a reinvenção metalinguística é uma via de resistência e atributo de consciência perante a ambiência insuportável à volta: pressão interior e espiritual, opressão sociocultural e política” (s.f.). Para Pires Laranjeira, a linguagem de Luandino surge “num espaço de criação de

Podemos concluir, portanto, que a representação da hibridação linguística nas obras literárias pós-coloniais é uma forma altamente eficaz e criativa de mostrar a integração e as tensões de dois mundos em contacto, com as suas línguas e as suas culturas, representando o hibridismo não só das personagens, mas também da sociedade pós-colonial e da identidade própria desta sociedade.

Referências Bibliográficas

Fontes Primárias

- Bull, James Pinto (1952): “Amor e trabalho”. In: Gomes, Aldónio e Fernanda Cavacas (1997): *A Literatura na Guiné-Bissau*. Lisboa: Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Cardoso, Luís (1997): *Crónica de uma Travessia*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cardoso, Luís (2003): *A última morte do Coronel Santiago*. Lisboa: Dom Quixote.
- Couto, Mia (1990): *Cada Homem é uma Raça*. Lisboa: Caminho.
- _____ (2005): *Pensatempos*. Lisboa: Caminho.
- Honwana, Luís Bernardo (1964/1972): *Nós Matámos o Cão-Tinhoso*. Porto: Afrontamento.
- Lemos, Virgílio de (1954/2000): “Zampungana”. In: Saúte, Nelson (org.): *As Mãos dos Pretos. Antologia do Conto Moçambicano*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 95-102.
- Magaia, Albino (1999/2000): “Duas vidas à procura do mar”. In: Saúte, Nelson (org.): *As Mãos dos Pretos. Antologia do Conto Moçambicano*. Lisboa: Dom Quixote, pp.247-258.
- Panguana, Marcelo (1991/2000): “A Árvore Sagrada”. In: Saúte, Nelson (org.): *As Mãos dos Pretos. Antologia do Conto Moçambicano*. Lisboa: Dom Quixote, pp. 301-307.
- Melo, João de (1984/1992): *Autópsia de Um Mar de Ruínas*. Lisboa: Dom Quixote.
- Vieira, Luandino (1964/1997): *Luuanda*. Lisboa: Edições 70.
- Xitu, Uanhenga (1979): *Maka na Sanzala (Mafuta)*. Lisboa: Edições 70.

uma linguagem nova, que parte da apropriação da língua já codificada e estabilizada socialmente (isto é, normativizada pelo uso erudito do colonizador), para desconstruí-la, por vezes ao nível minucioso da fonologia, num trabalho de Sísifo contra a montanha intransponível. A língua literária luandina surge assim na intersecção da língua natural portuguesa com a língua natural quimbunda, fornecendo aquela sobretudo o espaço lexical e a estrutura básica, interferindo esta nalguns pontos da sintaxe, intruduzindo-se vocábulos crioulistados, aquiimbundados, do quimbundo ou mesmo neologismos, além de certas *nuanças* (circunlóquios, tautologias, etc.) prolongarem a oralidade gramatical e expressiva do português” (1995a: 122, itálicas de Laranjeira).

Fontes Secundárias

Ashcroft, Bill, *et al.* (2000): *Post-Colonial Studies: The Key Concepts*. London: Routledge.

Leite, Ana Mafalda (2003): *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*. Lisboa: Colibri.

Laranjeira, Pires (1995): *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.

Mata, Inocência (s/d.): “O pós-colonial nas literaturas africanas de língua portuguesa”. In: www.clacso.edu.ar/libros/aladaa/mata.rtf

DIDÁCTICA

Foreign Language Reading Comprehension (Research conducted in a Hungarian-German secondary school)

Árpád Erdélyi
József Eötvös College, Baja

The aim of the research was to determine the degree of reading comprehension and language skills of students aged 15 in Hungarian-German minority secondary schools that are needed for their further language development. The research was executed in a full scale and we wish to publish the results in the near future. The present study comprises the results of tests preceding the research, conducted in a Hungarian-German bilingual school in Pécs in May, 2004. (N=57).

In the course of our research we were interested in how native language reading comprehension, foreign language competence and reading strategies affect foreign language reading comprehension. The tests in our research (table 1) filled the requirements of the criteria (validity, objectivity and reliability) of tests.

Table 1. Measuring instruments, measured skills and time limit

Measuring instruments	Measured skills	Time (minutes)
Competence test	Language competence, Procedural knowledge	90
Reading comprehension test (German)	Reading comprehension Procedural knowledge	80
Reading comprehension tests I+II. (Hungarian)	Reading comprehension Procedural knowledge	15+15
A questionnaire about Hungarian and German reading comprehension	Metacognitive (declarative and conditional) knowledge, Metacognitive control and strategy usage, Metacognitive skills, experience and consciousness	10+10
Student data sheet	-	15

Our tests are adaptations: the German language competence test and the German reading comprehension test are the adaptations of the intermediate tests developed by the Goethe Institute (1996, 2002); the Hungarian reading comprehension test was developed by Erzsébet Czachesz, the development of reading comprehension skills was described by Erzsébet Czachesz and Tibor Vidákovich (1999). The retrospective questionnaire was developed by Klára Tarkó (2000).

The performance of students regarding the German reading comprehension and

exercises, lead us to the conclusion that those student skills that work most efficiently are those important in the skimming of relevant information. The greatest deficiency can be detected in grammatical and lexical skills applicable for text composition and conclusion. The difference between the tests measuring these skills was almost 20%. Regarding the whole test more than a quarter of the students (26.3%) had insufficient foreign language reading comprehension results.

The difference in results of the easiest and most difficult Hungarian reading comprehension tasks was only 7%. The average performance of the whole administered test was 86.6%, which is the bottom level of category 'good'. Almost one fifth of students (19.3%) taking part in the research had low competence in reading comprehension in their native language which can have rather negative effect on any learning process.

Table 2. Performance categories of Hungarian and German reading comprehension tests and student performance in percentage

	Hungarian Reading comprehension	Student Performance (Hungarian)	German Reading comprehension	Student Performance (German)
Very bad	0-62	3.5	0-56	26.3
Bad	63-73	15.8	57-70	17.6
Medium	74-84	28.1	71-80	26.3
Good	85-95	26.8	81-90	26.3
Excellent	96-100	15.8	91-100	3.5

Table 3. Performance categories of the competence test and student performance

Performance Category	In case of given items	Criterion	Student performance in percentage
Weak M2 (M2-)	1-20	<12 points	5.3
Strong M2 (M2+)	21-40	<12 points	5.3
Weak M3 (M3-)	41-60	<12 points	24.6
Strong M3 (M3+)	61-80	<12 points	35.0
Advanced (O)	61-80	12-20 points	29.8

The average performance of the competence test was nearly 70% its median

was 72.5% (58points). The standard deviation of the sample was big ($s=11.29$), the difference of performance between the worst and the best was 62.5%. According to the performance categories of the competence test 65% of students reached the M3+ and O categories that ensures stable bases for the further application of the German language.

The coherence between foreign language reading as a dependent variable, native language reading and foreign language competence did not show significance in the earlier, but showed a significant relationship in case of the latter one ($p=0,000$). The findings demonstrate that better German reading comprehension yields better language competence. In our research the candidates have to reach at least M3+ language competence level to be able to solve 73% of the tasks correctly. But good language competence does not guarantee the quality of foreign language reading comprehension.

Studying the metacognitive skills of students we can conclude that a strong correlation can be found between students' self-assessment and the Hungarian ($p<0.005$) and German ($p<0.01$) reading performance; candidates know their own skills and abilities. The most common mistake made in the Hungarian test was – according to the candidates – the missing answer, in the German test the uncertain and made-up answer. These mistakes can be traced back to subjective causes (did not understand the text, were tired or did not feel well) in the Hungarian test, but there were other reasons relating to the German test (unknown words, missing answers). 26% of candidates did not use reading strategies at all, 12% of them used them in both languages. Strategy usage is four times more frequent in German texts than in Hungarian ones. As reason of the usage candidates mention the ease of comprehension and the efficiency of task solving in the earlier mentioned, the ease of comprehension in the latter ones. We can notice as the common effect of applied reading strategies and reading performance that those who use strategies have better performance than those who do not.

Applying multivariable linear regression analysis we examined how the German and Hungarian reading performance depend on reading strategies. All of the explained variants were 42.6% in case we take the result of the competence test into consideration. Without considering it the value drops to 6%. In the course of regressive analysis only one reading strategy is important on $p<0.01$ level in German reading comprehension, namely underlining the most important parts of the given text. In terms of the Hungarian test on $p<0.005$ level the text summary

proved to be significant that is responsible for 15.1% of the performance of reading comprehension.

Regarding our research, based on the present survey, the following answers can be given concerning our samples:

1. Question: What is the strongest marked feature of foreign language reading: native language reading performance, adequate level of foreign language competence or the candidates' reading strategies?

Foreign language competence proved to be the strongest marked feature ($p=0.000$), the ratio of all explained variants is 32.3%, strategy usage is partly (5.9%) though only on level $p=0.07$. Coherence was not found between the performances of Hungarian and German reading comprehension. Our hypothesis - that the native language reading performance as well as the reading strategies of students will have effect on foreign language reading performance, but the knowledge of language has the greatest significance – is partly true. The German competence test we used measured grammatical knowledge and vocabulary. So we can say that those candidates who know German grammar and have sufficient vocabulary will probably perform well in foreign language reading. But at the same time good language competence does not yield good foreign language reading competence.

2. Question: Those who can read well in their native language can also perform better in foreign language reading or they need a certain level of foreign language competence as well?

The first part of the question can not be answered based on our survey, since no connection has been found between the native and foreign language reading performances. The reason of this should be sought after in the results of the Hungarian reading comprehension test. The exceptionally high average and little scattering show that students did not find the test difficult, so the performances of students could not be differentiated adequately. Different results might have been achieved if we had used the types of tasks like in the German test, but in the light of comparison with the National Standard we could not change it. To answer the question professional literature created two theories: the language interdependency

hypothesis (Cummins, J. 1979, 1991) and the threshold theory (Clarke, M. A. 1979, 1980). In accordance with the first theory foreign language reading performance depends on native language reading performance, the latter declares it depends on foreign language competence. Along with Anderson (1984) both hypotheses have partial truth but language knowledge is a stronger determinant of foreign language reading. By increasing foreign language competence the role of native language reading ability increases. Our measured results justified Anderson's statement that foreign language competence has great influence on foreign language reading performance.

3. Question: Does reading language transfer exist from native to foreign language?

The extent of our sample (N=57) and the number of strategy users (42) are too small to give a reliable answer to the last question. There are similarities and differences in the reading strategies used by students. It can naturally be accidental, but in our opinion it is connected with reading and linguistic procedures.

In the field of the second and foreign language reading research two approaches were developed to describe transfer phenomena. In the light of Goodman's universality hypothesis (1971, 1978) the native language and foreign language reading are based on the same processes. This way the strategies used in reading procedures are the same in every language, only the spelling and grammatical structures of the given language have to be observed. The other approach derives from the argument that reading is based on language specific principles, thus there are different strategies in the original and target language. Different studies in the field show differentiated transfer effects that are connected not only to language specificity, but other different factors as well (level of competence, age, the candidate's first acquaintance with L2 and the efficiency criteria of the application of the second or foreign language).

To the application of same strategies (e.g. summarising the read text) partly the universality hypothesis, partly the competence level can give an answer. In case of lower language competence the reader relies more on his native language reading strategies while by enhancing the language the strategies move closer to the strategies of the target language (McDonald, J. L. 1987).

References

- Alderson, J. C. (1984): "Reading in a Foreign Language: A Reading Problem or a Language Problem?" In: *Reading in a Foreign Language*. London: Longman: 1-27.
- Bárdos, Jenő (2000): *Az idegen nyelvek tanításának elméleti alapjai és gyakorlata.*, Budapest: Nemzeti Tankönyvkiadó.
- Bernhardt, E. B. és Kamil, M. L. (1995): "Interpreting Relationship Between L1 and L2 Reading: Consolidating the Linguistic Threshold and the Linguistic Interdependence Hypotheses". In: *Applied Linguistics*, 16. 1. sz.: 15-35.
- Bossers, B. (1991): "On Thresholds, Ceilings and Short-Circuits: The Relation Between L1 Reading, L2 Reading and L2 Knowledge." In: *Reading in Two Languages*. AILA Review, 8. Amsterdam: Free University Press: 45-60.
- Carrell, P. L. (1991): "Second Language Reading: Reading Ability or Language Proficiency." In: *Applied Linguistics*, 12. 1. sz.: 159-179.
- Devine, J. (1987): *General Language Competence and Adult Second Language Reading*. In: *Research in Reading in English as a Second Language*. Washington, DC.: TESOL: 73-85.
- Doyé, P. (1995): "Lehr- und Lernziele." In: *Handbuch Fremdsprachenunterricht*. Francke: Tübingen: 161-166.
- Ehlers, S. (1998): *Lesetheorie und fremdsprachliche Lesepraxis. Aus der Perspektive Deutsch als Fremdsprache*. Tübingen: Gunter Narr Verlag.
- Frank, G. (2001): "Zur Unterrichtssituation der Ungarndeutschen." In: *LdU (szerk.): Deutschunterricht der Ungarndeutschen um die Jahrtausendwende. Sprache und Identitätsbildung*. Budapest: CompPress: 7-11.
- Goethe Institut Inter Naciones (2002, szerk.): *Zentrale Mittelstufenprüfung. Prüfungsordnung, Durchführungsbestimmungen, Bewertungsbestimmungen*. München.
- Goethe Institut Zentralverwaltung (1996, szerk.): *Zentrale Mittelstufenprüfung. Prüfungsziele, Testbeschreibung*. München.
- Goodman, K. S. (1971): "Psycholinguistic universals in the reading process." In: *The Psychology of Second Language Learning*. Cambridge: University Press: 135-142.
- Goodman, K. S. (1978): "Reading: A Psycholinguistic Guessing Game." In: *Theoretical Models and Processes of Reading*. Newark, DE: International Reading Association: 497-508.
- Hulstijn, J. H. és Bossers, B. (1992): "Individual Differences in L2 Proficiency as a Function of L1 Proficiency." In: *European Journal of Cognitive Psychology*. 4. 4. sz. 341-353.
- Khín, I.; Kövesné, V. Á. és Tóthné, L. A. (1998, szerk.): *Évkönyv. Jahrbuch. 1998. Kódex Gmk, Pécs*.
- Kulturális Együttműködési Tanács, Közoktatási Bizottság Élő Nyelvek Osztálya (2002, szerk.): *Közös Európai Referenciakeret. Nyelvtanulás, nyelvtanítás, értékelés*. Strasbourg.
- Nagy, J. (1975): *A témazáró tesztek reliabilitása és validitása*. Acta Paedagogica et Psychologica. Series Specifica, Szeged.
- OECD (2001, szerk.): *Lernen für das Leben: Erste Ergebnisse der internationalen Schulleistungsstudie PISA 2000*. Paris: OECD.
- Tarkó, K. (2000): *The connection between text comprehension, learning from written texts and metacognition in school years*. Ph. D. dissertation. Szeged.
- Vári, P. (1999): *Monitor '97. A tanulók tudásának változása*. Budapest: OKI.
- Vidákovich, T. és Cs. Czachesz, E. (1999): *Az olvasásmegértési képesség fejlődése. Iskola-kultúra*, 6-7. sz. 59-68.

O processo de escrita: Actualidade e explicitação de um modelo

Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha
Universidade da Beira Interior
mggds@ubi.pt

Resumo

O presente artigo refere a importância da aquisição de uma consciência metacognitiva no desenvolvimento da capacidade de escrever.

Tendo como suporte o modelo de Scardamalia e Bereiter, que centraliza na planificação o marco decisivo para uma escrita efectiva, apresentamos uma estratégia de facilitação de procedimento experimentada no âmbito da Supervisão Pedagógica, numa escola do concelho da Covilhã.

Resumé

Cet article montre l'importance de l'acquisition d'une conscience metacognitive au moment de l'apprentissage de la capacité d'écrire.

Basée au modèle de Scardamalia et Bereiter, où la planification de l'écriture a un caractère décisif, nous présentons une stratégie qui peut faciliter l'enseignement, menée durant le Stage Pédagogique dans une école de la commune de Covilhã.

Introdução

A Pedagogia acerca da escrita e dos modos como esta era encarada vem sofrendo, desde a década de setenta, algumas transformações.

Tomou-se consciência das dificuldades que os alunos revelam ao escrever, bem como dos obstáculos que os docentes enfrentam ao quererem intervir de forma activa, no sentido de promoverem práticas de escrita de uma forma a mais eficaz possível.

Assim, foram-se abandonando algumas metodologias consideradas mais tradicionais e, conseqüentemente, adoptaram-se novos modelos de análise alicerçados quer em estudos de caso, quer em resultados provenientes de trabalhos de investigação - acção, quer em quadros de observação aplicados aos sujeitos quando escrevem em contexto pedagógico.

Mediante estes novos ventos que sopram mudanças, surge uma nova perspectiva de análise acerca da aprendizagem e desenvolvimento da capacidade de escrever. O produto final, onde se chegava copiando modelos de boa escrita, passou para segundo plano. Actualmente, a tónica é colocada no acto de escrita em si mesmo, ou seja a atenção dos investigadores e dos professores começa a focalizar o processo de construção do texto e, em simultâneo, valorizam-se os processos interiores dos sujeitos quando tentam construir o texto.

O acto de escrever exige do sujeito escrevente destrezas de diferente natureza e de uma aprendizagem baseada (copiada) nos escritos ditos perfeitos, passa-se para uma outra, onde o escrevente é dono não só da escrita, como da sua própria aprendizagem.

O acto de escrita

Os estudos acerca do papel da memória ,da atenção e do processamento da informação foram ganhando relevância, a par da cognição e da metacognição. Colocou-se uma maior atenção no modo como cada sujeito selecciona e faz opções em função dos objectivos pretendidos quando escreve um texto, pois cada um de nós tem um modo próprio e especial de sentir a escrita.

Diz-nos Rei (1994: 13) :

A composição consiste em dar ao pensamento a sua expressão verbal própria e completa, a qual mostra as coisas que o sujeito vê, tal como ele as vê, na ordem pela qual as vê e transmitindo a impressão que ele sentiu, vendo-as.

A perspectiva cognitiva ganha o seu próprio espaço e o acto de escrita concebe-se intrinsecamente emaranhado com a metacognição (Barbeiro 1999).

Enfatiza-se o pensar sobre o pensar. Escrever é pensar duas vezes e como diz Rei (1994), já citado, ao escrevermos ouvimo-nos a nós próprios.

Segundo Carvalho (1998: 25), para além da perspectiva cognitiva, a escrita exige / requer, ainda, uma dimensão comunicativa. O sujeito escrevente é visto como alguém que produz o texto escrito à luz da situação de comunicação.

A questão da adequação do texto escrito à situação de comunicação pode ser considerada fulcral quando se discute a questão do ensino-aprendizagem da escrita [...] a ponto de poder ser vista como um factor decisivo na distinção entre aqueles que escrevem bem ou que desenvolvem a capacidade de escrever, e aqueles que têm dificuldades na escrita, ou que (ainda) não desenvolveram plenamente essa capacidade.

Sem nos determos nos vários modelos explicativos acerca desta interacção, servir-nos-emos, apenas, da visão detalhada do modelo de Flower e Hayes (1981) que à semelhança de outros, aponta três subprocessos no processo de escrita:

- A planificação
- A redacção
- A revisão

Neste modelo são privilegiadas três componente que passamos a enunciar:

- A componente relativa ao sujeito
- A componente relativa ao contexto
- A componente relativa ao processo

No que concerne à planificação, esta fornece ao escritor a representação da tarefa (uma ideia geral ou mental do texto) e põe à prova o grau de percepção do sujeito no que concerne às finalidades da tarefa, o que aliás, poderá ser observado através da elaboração de planos prévios.

No subprocesso de tradução ou de redacção o sujeito transforma as ideias em linguagem visível...

Quanto à revisão, é durante este subprocesso que o escrevente compara o produto escrito com o plano inicial e procede a eventuais transformações.

Podemos afirmar que a planificação e a monitorização assumem, neste modelo, uma importância crucial e, desde então, novos estudos foram surgindo tendo este cenário como pano de fundo.

Modelo de Scardamalia e Bereiter

Scardamalia e Bereiter (1986) retomam o subprocesso de planificação e, atribuindo-lhe uma grande centralidade durante o processo de escrita, referem-no como sendo sempre recursivo e, através deste, distinguem os leitores hábeis dos leitores não hábeis.

Os autores consideram fundamental o modo de planificar e dizem-nos que é nesta etapa que reside a resposta para as questões que a seguir apresentamos:

- De que forma um modelo de processamento distingue um escre-

vente hábil de um principiante?

- Por que razão as diferenças de audiência e de género criam distintas dificuldades de escrita?

- O que dificulta a abordagem de alguns géneros e de algumas audiências?

- O propósito e o tema são difíceis de encontrar. Porquê?

- Possuindo o mesmo nível de proficiência, por que revelam uns mais dificuldades do que outros?

- Para alguns escreventes a escrita é uma actividade atractiva .Todavia, para outros é uma tarefa algo penosa e pouco aliciante. Quais as causas?

- Apesar da longa permanência na escola ,o que causa o fracasso ao nível da produção escrita?

- -----

Os autores testaram, assim, o seu próprio modelo demonstrando como planificam escritores hábeis e escritores não hábeis. Perante as conclusões obtidas construíram dois pólos distintos que apelidaram de conhecimento contado e de conhecimento transformado.

Como já referimos, ao servirem-se da planificação para testarem os diferentes comportamentos, conseguiram também identificar as seguintes diferenças:

- Os escreventes menos hábeis produzem notas prévias, menos elaboradas e mais abstractas; concentram-se em primeiro lugar na criação de conteúdo durante a composição e descaram a criação de objectivos, de planos e de problemas; revelam incapacidade para fazerem revisões, não conseguindo, deste modo, uma reorganização dos conteúdos .

Para os autores, os escreventes menos hábeis apoiam-se em estratégias consideradas pouco adequadas, que passamos a apresentar:

- Consideram o tema e o género do trabalho e perguntam a si próprios o que sabem acerca destes, começando de imediato a escrever.

- Lêem o que acabam de escrever e usam esse mesmo texto para poderem gerar informação adicional.

Mediante a análise deste tipo de procedimentos, Scardamalia e Bereiter sugerem-nos o modelo por eles testado, cujos requisitos processuais são bastante simples:

- Partir do conhecimento contado, uma vez que todos os estudantes têm algo a contar e portanto a escrever.

- Posteriormente, transformar esse tipo de conhecimento adequando-o à situação de comunicação.

Assim, a partir de um tipo de escrita (conhecimento contado) que não requer tarefas elaboradas, o professor está a desenvolver estratégias capazes de munirem os sujeitos escreventes da capacidade de elaboração de tarefas de escrita mais complexas, mais específicas, com considerações de ordenamento da informação relevante, com expectativas de audiências e de padrões lógicos de organização e

de argumentação, ou seja de uma verdadeira escrita efectiva / eficaz.

À luz destes princípios, entra-se de imediato no outro pólo constituinte do modelo chamado de conhecimento transformado. Este é assumido como uma forma de resolução dos problemas de escrita reflectida e reflexiva, visando uma escrita especializada, sempre que a tarefa o exigir.

São resolvidos os problemas quer ao nível de conteúdo, quer ao nível da retórica, o que faz com que os pólos do modelo se completem, tornando-se o *output* de um no *input* do outro.

O modelo apresentado visa ,objectivamente, a meta pretendida, focalizando a análise efectiva do problema.

Os objectivos serão, neste contexto, direccionados para os problemas de integração de conteúdo, para as expectativas da audiência, para a intenção do escritor, para o género, para o estilo linguístico e para a lógica organizacional.

Nesta linha condutora, a resolução de um problema pode gerar outro, dando corpo a uma escrita do conhecimento contado e, em simultâneo, e, sucessivamente, a uma escrita do conhecimento transformado, o que significa que, frequentemente, do conhecimento contado já fazem parte os entraves do conhecimento transformado.

Conhecimento contado e conhecimento transformado apresentam-se como vias distintas, contudo interactivas. É nesta interacção que o escrevente capaz deverá saber agir consigo próprio.

Reflectir e agir utilizando destrezas cognitivas complexas, monitorizando, em simultâneo, todo o processo em questão impõe-se, de forma imperiosa, neste por vezes longo caminho a percorrer, tornando-se o escrevente capaz de pensar acerca do pensar sobre um percurso que é exclusivamente seu.

Mediante tais procedimentos, o escrevente capaz será aquele que, de forma completamente automatizada ,salta do conhecimento contado para o conhecimento transformado e vice-versa, visto as suas destrezas cognitivas e metacognitivas lhe oferecerem a entrada em verdadeiros ambientes de aprendizagem, conducentes a uma escrita eficaz.

Uma estratégia de facilitação de procedimento

Através de um ensino explícito e directo, recorrendo à utilização de estratégias adequadas, pretendeu-se melhorar o aproveitamento dos alunos na disciplina de Língua Portuguesa, nomeadamente a competência ao nível da sua expressão escrita.

As estratégias apresentadas tiveram como suporte o modelo de Scardamalia e Bereiter.

Foram experimentadas numa escola do concelho da Covilhã, no ano lectivo 2005/ 2006, durante a Prática Pedagógica, tendo servido de suporte ao estudo da disciplina de Seminário e Monografia da licenciatura em Língua e Cultura Portuguesas da UBI.

O trabalho teve como objectivo principal analisar a relação entre a activação do

conhecimento temático no âmbito do subprocesso de planificação e a construção de um texto escrito subordinado ao tema em causa, no decorrer de uma actividade de produção e exercitação da escrita..

Assim, numa turma de 7º ano composta por 22 alunos, o professor / estagiário solicitou aos alunos que escrevessem no topo de uma folha, durante cinco minutos, todas as palavras que lhes ocorressem acerca da escola, tais como: professores, alunos, livros, etc...

Procurou-se, deste modo, activar o conhecimento relativo ao tema proposto, tornando-o, desde logo, disponível, o que viria a constituir uma estratégia facilitadora para o desenrolar do processo em causa.

Perante esta estratégia, ou seja facilitado o acesso ao conhecimento imediato relativo a determinado tema, iniciou-se o desenrolar de um processo que pode proporcionar ao escrevente a escolha de uma das duas vias: a conformação à transcrição desse conhecimento para texto escrito ou a tomada desse conhecimento como base de apoio (garantido à partida) para o estabelecimento de outras relações.

Em qualquer dos casos, quer relativamente à explicitação do conhecimento, quer relativamente à transformação do conhecimento, estaríamos perante uma actividade de facilitação de procedimento.

Após uma análise exaustiva dos textos construídos, constatou-se que o facto de escreverem o que sabem acerca de determinado assunto, ajuda os alunos a avançar e a ir mais além, proporcionando-lhes não apenas dizerem o que sabem, mas também a transformarem aquilo que sabem estabelecendo e construindo relações de vária ordem.

Os dados obtidos sugerem que a activação do conhecimento no âmbito da planificação ajuda os alunos a construírem efectivamente os seus textos sem que estes sejam, necessariamente, uma transposição directa do conhecimento activado relativo ao teste de disponibilidade de vocabulário.

De um modo geral, não existiu uma transposição directa das palavras inicialmente escritas. Constatou-se que estas serviram para o exercício de activação da memória que, por sua vez, serviu a geração de ideias novas.

Constatou-se que o pensamento metacognitivo leva à consciencialização das competências que se possuem e também das que é necessário desenvolver ou adquirir para a realização de tarefas.

Podemos afirmar que conhecimento contado, conhecimento transformado e vice-versa serviram, indiscutivelmente, de farol a uma estratégia facilitadora do processo de escrita, em contexto de ensino - aprendizagem.

Algumas notas conclusivas

Frequentemente o óbvio é tão óbvio que deixa de sê-lo.

Reflectir sobre as práticas lectivas em contexto pedagógico faz com que estas possam ser melhoradas, no sentido de se verificarem verdadeiros ambientes de

aprendizagem. Porém, tudo requer um plano.

Planificar qualquer tarefa do nosso quotidiano é uma questão tão banal que entrou na vida de qualquer de nós, de forma natural e quase espontânea.

Planificar o escrito, mostrar ao aluno que a escrita requer processos mentais diferentes daqueles que usamos quando falamos é ensiná-los a desenvolver uma consciencialização e apropriação progressivas dos seus aspectos psicológicos, é ajudá-los a transformar e a automatizar os seus processos de auto - regulação tornando-os mais complexos e sofisticados (Sardinha, 2006).

Ajudar os alunos a planificarem a sua escrita é dotá-los de capacidades que, seguramente, os tornam autónomos e, em consequência, bons escritores.

Referências bibliográficas

- Barbeiro, L. (1999) : *Os alunos e a expressão escrita: consciência metalinguística e expressão escrita*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Carvalho, J. A. (1999): *O ensino da escrita. Da teoria às práticas pedagógicas*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia. LEEP. Universidade do Minho.
- Rei, E. (1994): *A escrita, seu aperfeiçoamento na universidade*. Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Sardinha, M.G. (2006): *A activação do conhecimento temático no âmbito da planificação da escrita*. Universidade da Beira Interior.
- Scamardalia, M. e Bereiter (1986): "Research on written composition." In: *Handbook of research teaching*. New York: MacMillan Publishing Company: 778-803.
- _____ (1987): "Knowledge telling and knowledge transforming in written composition." In: *Reading, writing and language learning*. Cambridge: Cambridge University Press.

CULTURA

Identidade Cultural Portuguesa: espaço de autonomia e diversidade

Fernando Alberto Torres Moreira
UTAD, CEL
fmoreira@utad.pt

*A identidade, sendo diferença, não implica oposição e,
por isso, nada tem de necessariamente anti-universal.*
(Almeida 1995: 24)

Resumo

A definição da identidade cultural portuguesa é um tema recorrente e em constante reformulação incorporando diferentes pontos de vista trazidos por analistas e estudiosos que, por muitos anos, têm reflectido sobre o “ser português” e a sua especificidade cultural. Pese embora as dificuldades, é um facto que desde o século XIII existe uma produção literária autóctone que se define como portuguesa e uma língua que se foi apartando das restantes línguas peninsulares e que carrou ao longo dos séculos uma cultura que é reconhecida como portuguesa.

A tentativa de definição da identidade cultural portuguesa ocupou variados pensadores com destaque, em tempos mais recentes, para António Quadros, Agostinho da Silva, Eduardo Lourenço ou Boaventura Sousa Santos.

Hoje, nos inícios de um novo século e mais do que no passado, essa busca e afirmação da identidade nacional parece-nos merecer uma atenção renovada; um conjunto de modificações culturais, políticas e sociológicas provocaram nos povos da Europa um renovado interesse pelo conhecimento e protecção da sua especificidade cultural. Para tal, concorrem o emergir de uma cultura global, o contacto cada vez mais intenso e incontornável entre culturas diferenciadas e distantes provocando a necessidade de digerir, dentro de cada espaço nacional, essas realidades que se mundializam.

Poderão as culturas de pequenos países sobreviver e manter os seus traços distintivos? E, no caso específico da cultura portuguesa, como reage ela ao fenómeno desta globalização?

1. “Ao longo da vida, a nossa identidade vai-se alargando (deve alargar-se) para o universal. Mas todo o universal tem o seu chão” escrevia Onésimo Teotónio de Almeida no ano ido de 1995. Pois bem, é desse chão, dessa mancha original que nenhuma água lava que pretendemos falar. Fazemo-lo num momento em que a emergência de uma cultura à escala global se vai apresentando como um facto irreversível cada vez mais consolidado, potenciado que é pelo contacto intenso e incontornável entre culturas diferentes mais ou menos distantes entre si. Neste quadro perguntamo-nos se as culturas de pequenos países, como é o caso de Portugal, poderão sobreviver e manter os seus traços distintivos que as consagram como tais e, de modo mais particular, como reage a cultura portuguesa ao fenómeno da globalização?

Antes de prosseguirmos assentemos, como ponto de partida, em duas definições básicas de cultura e globalização que nos permitirão ancorar a nossa reflexão:

Para António José Saraiva, cultura é “todo o conjunto de actividades lúdicas ou utilitárias, afectivas e intelectuais que caracterizam, especificamente, um determinado povo” (Saraiva 1993:11)

Já para o sociólogo alemão Ulrich Beck ao termo globalização estão associados e identificados processos que têm por consequência a subjugação e a ligação transversal dos estados nacionais e a sua soberania através de actores transnacionais, as suas oportunidades de mercado, orientações, identidades e redes. (Beck 1997)

Se estabelecermos que a identidade cultural é algo que permite a cada indivíduo reunir-se emocionalmente e afectivamente a um grupo, ao qual se sente pertencer, ou reconhecê-lo como estranho, afastado ou incompatível com a sua própria maneira de estar e de ser, então temos aqui os três ingredientes de que necessitamos para ajudar à reflexão que a seguir propomos.

2. Ninguém negará o papel que o Portugal imperial jogou enquanto nação-chave e pioneira no conhecimento geográfico-cultural do mundo, nação charneira para os primórdios de uma cultura universalista; para a eternidade ficou disso prova n’*Os Lusíadas* de Camões, mas também na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e na *História Trágico-marítima* compilada por Bernardo Gomes de Brito porque a história e a cultura de um povo são feitas de glórias e também de misérias. As vicissitudes do estado-nação que somos têm perto de oito séculos e meio de um processo centrífugo e pouco mais de duas dezenas de movimento centrípeto que, na definição de Margarida Calafate Ribeiro, representa o caminho para a Europa

comunitária e apresenta, hoje, a crise do espaço português contemporâneo, afinal o dilema de um “Portugal-centro-periferia”.(Ribeiro 2004: 19)

Este novo ciclo de Portugal e do percurso construtivo da sua identidade cultural, entendida como aquilo que consagra a existência de um núcleo de características constantes, quase inalteráveis a par de um processo de construção permanente e em mudança contínua, tem sido amplamente estudado de modo diverso, às vezes contraditório, mas fundamentalmente complementar por, entre outros, um Eduardo Lourenço, um Boaventura Sousa Santos, um José Mattoso ou pela já referida Margarida Calafate Ribeiro que recentemente nos legou um extraordinário estudo sobre a matéria. É uma evidência que a identidade cultural de um país se cimenta com o passar do tempo e se fortalece com as marcas que nela vão sendo transpostas por outras culturas, sem esquecer que no colectivo sempre é importante relevar a identidade de cada um, obreiro e testemunho vivo do que nela é essencialmente mutável enquanto movimento contínuo de (des)construção, aliando os dois factores à circunstância de um ritmo desenfreado nas relações inter-países propiciado pelas novas tecnologias que mudam fulgurantemente a cada instante que passa. Este facto aliado a uma nova forma de relativismo, por demais hoje notória, que considera que a verdade em si não existe, a maioria é que a define, colocou (coloca) aos interessados nos temas de cultura e identidade nacional as questões que acima enunciámos com um dramatismo reforçado. Sejam, mesmo assim, positivos: se pensarmos que a capacidade de aceitar, integrar e assimilar elementos de culturas e identidades diferentes será peça essencial para a construção da “futura identidade” nesta época de incontáveis influências e aculturações, então estamos crenes de que a cultura portuguesa está em posição privilegiada para reagir afirmativamente, mercê de uma situação que o seu historial justifica. Dois séculos vividos a afirmar uma diferença em relação aos outros povos/nações peninsulares (que a *Crónica Geral de Espanha de 1344* de D. Pedro, Conde de Barcelos, consagra, sendo, como é, uma construção textual que, seguindo de perto a matriz patrocinada pelo Rei Sábio Afonso X, afirma a “naturalidade” da existência de Portugal como país independente no quadro da Ibéria) e quase sete centúrias demonstrativas de uma capacidade de integração/assimilação de novas e diferentes identidades culturais fazendo disso uma verdadeira imagem de marca sustentam essa nossa convicção.

Ninguém hoje duvida que um dos pilares fundamentais da nossa especificidade como nação e como entidade cultural autónoma é o resultado dessa capacidade histórica portuguesa de, por um processo de simbiose, se (re)construir num exem-

plo de abrangência que legámos ao mundo. Este será o principal suporte da nossa reacção aos desafios que a globalização coloca: a identidade cultural portuguesa, enquanto espaço de autonomia e diversidade, já que é o produto de uma certa globalização que ela mesma fez formando uma identidade de país pluricontinental, algo diferente, é certo, daquela que hoje se manifesta.

3. A reflexão actual sobre a identidade portuguesa coloca a tónica na sua organização dicotómica entre dois espaços, Portugal e os outros países (cá e lá, aquém e além) conduzindo, por isso, à consideração da cultura portuguesa como uma cultura de fronteira apoiada que está na realidade geográfica do país periférico ou semi-periférico que somos. Boaventura Sousa Santos e José Mattoso são os principais defensores destas teses de que não se afasta muito Isabel Allegro de Magalhães quando aponta o par “Aquém e Além” como espaços estruturantes da identidade; recentemente, Eduardo Lourenço dissolve a importância do espaço no artigo intitulado “«Lá fora» e «Cá dentro» ou o fim de uma obsessão” considerando essa forma de colocar o problema como uma falsa questão já que, em sua opinião, só a expressão «Cá dentro» é portadora de conteúdo por via da maneira de ser insulares dos portugueses que se sentem “*cercados de mundo*, que visto e sentido do interior da ilha que somos, ou da nossa *interioridade* simbólica, é um «Lá fora» que, em última análise, nada altera o sentimento de intimidade, de conforto, de plenitude que nos confere a ideia de *cá dentro*” (Lourenço 2004: 163).¹

São, a nosso ver, interpretações que se complementam resultantes de visões originárias de formações académicas diferentes, vindas que são de historiadores e sociólogos, mais apoiadas numa vertente empírica interpretativa, e de um estudioso da literatura para quem a metaforização literária assume a noção poética pessoana do “sentir a dor que deveras sente”. Uns e outro contribuem, de modo distinto e complementar pela sua diversidade interpretativa, para a ideia de um Portugal gerador de uma “identidade de nação pluricontinental sedimentada num sentimento de diferença relativamente a outros europeus, e de sentido único na relação com outros povos, motivado pelo contacto pioneiro que os Descobrimientos tinham proporcionado, dando assim lugar a um discurso fundador de uma identidade baseada no conhecimento do novo mundo e da centralidade de Portugal nesse processo” segundo as palavras acertadas de Margarida Calafate Ribeiro. (Ribeiro 2004: 32)

4. Correspondendo a uma perspectiva de imaginação teórica contextualizada,

¹ Os itálicos são do próprio autor.

sobretudo, pelo acervo literário português e menos em outras manifestações artísticas por razões que aqui não cumpre exprimir, gostaríamos de propor uma outra asserção para a caracterização expressiva da cultura portuguesa e afirmá-la como uma cultura de paisagem marítima, designação que, quanto a nós, melhor traça distintivamente a nossa identidade cultural. Fazemo-lo, como dissemos, tomando como suporte principal um percurso de análise da história literária portuguesa com a convicção de que é nela que, substantivamente, a cultura portuguesa melhor se exprime e duravelmente se fixa, se armazena em mais quantidade e traça um percurso autónomo no contexto das literaturas em geral. Sem esforço se observa que desde as suas primeiras manifestações – as *Cantigas de Amigo* – o elemento marítimo, a relação do português com o mar envolvendo comportamentos e formas de vida, ocupa lugar primeiro; é uma evidência o tributo que *Os Lusíadas* são à saga marítima dos portugueses, ao feito dos feitos da nossa História. E nesse deambular pelas marcas, levando e trazendo, relacionando a Europa com os novos mundos numa aventura picaresca única, porque gesta de um povo e não de um indivíduo, ficou o registo perene na *Peregrinação*, relato de grandezas e misérias, lugar de encontro de civilizações que o mar separa e une em que o elemento fantástico, sem desaparecer em definitivo, cedeu lugar a uma realidade que a Europa e o Ocidente se recusavam a admitir ou, no mínimo, desconheciam. Que melhor expressão para os traços essenciais do modo de ser português, ainda hoje, do que aquele que vem estendido pelas páginas realista e dramaticamente cruéis de *O Soldado Prático*, de Diogo do Couto e pelos episódios trágicos (e tão humanos!) descritos na *História Trágico-marítima*?

Uma cultura de paisagem marítima, sim, que nos arrastou para as terras do Norte de África, na última nau, e aí nos sangrou, por séculos, em Alcácer Quibir, fomentando um mito de névoa marítima redentora; uma cultura de paisagem marítima suave e tragicamente condensada no “Ninguém” do romeiro do *Frei Luís de Sousa* de Almeida Garrett (Eduardo Lourenço falaria com uma ponta de ironia de um excesso de identidade) que resume, como em nenhuma outra cultura literária - perdoe-se-nos a vaidade! -, toda a densidade psico-trágica da identidade cultural de um povo. Poderíamos, *en passant*, referir a notação psico-social de um Sá de Miranda nas suas *Cartas*, em especial na que endossa a D. João III, ou a perspicácia revelada por Gil Vicente em grande parte dos seus textos, de que o *Auto da Índia* é o melhor exemplo, onde se alerta para os perigos de uma sociedade que o mar

transformou e arrastou para uma viagem sem retorno possível.

Como ninguém, e com a mestria poética única que o mundo lhe reconhece, também Fernando Pessoa condensou na *Mensagem* toda a tessitura de uma identidade cultural forjada na paisagem marítima, como se tal fosse uma fatalidade: D. Dinis, o poeta das cantigas de amigo é o “plantador de naus a haver”, desse pinheiral ondulante que na terra se fez mar, “voz da terra ansiando pelo mar”; D. Henrique, o infante senhor dos mares, “tem (..) / O globo mundo em sua mão”; D. João II, “uma alta serra”, fita “O mar que possa haver além da terra”; é todo um mar português, por Deus sagrado como tal, que dele fez surgir “a terra inteira (...) redonda, do azul profundo”; é todo um povo, qual homem do leme unido na vontade férrea de querer o mar, de ser o mar.

Mas não é só nas folhas de papel que observamos esta cultura de paisagem marítima; também na arquitectura ela está patente de modo fortemente real, simbólico e impressivo (a ponto de ter gerado um estilo próprio – o manuelino); veja-se os exemplos da Torre de Belém, do Mosteiro dos Jerónimos e, mais recentemente, do Padrão dos Descobrimentos; mas atente-se, particularmente, na famosa janela do Convento de Cristo, em Tomar, um monumento que, aliás, é, todo ele, um repositório de toda uma cultura, do século XI ao século XVIII, que as diferentes intervenções construtivas testemunham, mas cujo destaque vai, naturalmente, para a paisagem marítima nele inscrita que tudo domina.

5. É esta cultura de paisagem marítima que fizemos aportar à Europa (e ao mundo) primeiro como mera correia de transmissão, lugar de passagem, agora como elemento significativo sedimentado daquilo que somos como país no seio da comunidade dos vinte e cinco países política e administrativamente organizados que compõem a União Europeia. Enquanto país periférico, travamos uma luta contra o centralismo cultural da U.E.²; enquanto povo com uma identidade própria ancorada numa memória histórica profunda batemo-nos contra a massificação cultural do globo e a desmemória que uma tecnocracia dominante nos quer impor de modo standardizado. Vivemos, como diria Eduardo Lourenço, mais um dos nossos momentos de crise, de um estado cultural de auto-superação e negação.

Mas esta localização geográfica que nos “obriga” a uma defesa notória da

² A aceitação da existência de uma cultura europeia é assunto que tem merecido opiniões muito variadas embora nos pareça pacífico que a diversidade cultural europeia assenta numa matriz civilizacional comum visível num conjunto de valores partilhados – liberdade, democracia, religião, estado de direito, dignidade humana, etc., - que enformam a construção de uma identidade comum futura, tomando como alicerce elementos culturais transversais.

nossa identidade é o que mais nos expõe à aceitação da alteridade e faz dela uma regra de uso; uns receiam que um excesso de exposição possa desvirtuar um tanto a identidade nacional; outros são crentes de que a nossa característica secular de “casa de trespasses” continuará a fazer reverter positivamente essa sujeição a influências externas. No fim de contas, identidade e universalidade são complementares no plano cultural, isto é, somos mais nós porque temos semelhanças com outros, beneficiando da instabilidade de um equilíbrio entre o Eu e o Outro; caracteristicamente, a identidade cultural portuguesa forjou-se no contacto, na busca do outro para melhor se conhecer, dando razão a José Saramago nas palavras que ditou a Francesca Blockeel afirmando: “A busca do Outro talvez seja o caminho pelo qual cada um de nós consegue chegar a si próprio. Para nos aproximarmos àquilo que somos temos de passar pelo Outro.” (Blockeel 2001) Ontem, o Outro foram todos os povos e civilizações que buscámos e com que nos cruzámos; hoje, é o confronto com a Europa a que sempre pertencemos e com todo um mundo que vive uma globalização irreversível e com o qual temos muito que partilhar cumprindo uma tradição de aceitação de diversidade afirmando, desse modo e mais acentuadamente a autonomia da nossa identidade cultural crentes no valor de uma cultura global de partilha que valorizará, com vantagem para todos, o que de mais humano há no homem.

6. Concluindo: se é verdade que hoje o axioma camoniano “Aqui onde a terra acaba e o mar começa” merece a reequação invertida que lhe formulou Saramago, “Aqui o mar acaba e a terra principia”, em *O ano da morte de Ricardo Reis*, consagrando o estado-nação original, não é menos certo que a identidade cultural portuguesa continua devedora (e é produto) de um viajar de séculos que a enforma, a entroniza pela diversidade miscigenada, quanto mais não seja por essa imagem de marca original de ser, mais do qualquer outra, uma cultura de paisagem marítima onde, verdadeira, histórica e fundamentalmente, se encontra o nosso chão.

Referências Bibliográficas

- Almeida, Onésimo Teotónio (1995): “Em busca da clarificação do conceito de Identidade Cultural – o caso açoriano como cobaia”. In: *Actas do I Centenário da Autonomia dos Açores II*, Ponta Delgada: Jornal de Cultura.
- Beck, Ulrich (1997): *Was ist Globalisierung*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Blockeel, Francesca (2001): *Literatura Juvenil Portuguesa Contemporânea: Identidade e Alteridade*. Lisboa: Caminho.

-
- Lourenço, Eduardo (2004): “«Lá fora» e «Cá dentro» ou o fim da obsessão”. In *Destroços: O Gibão de Mestre Gil e outros ensaios*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, Margarida Calafate (2004): *Uma História de Regressos – Império, Guerra Colonial e Pós-colonialismo*. Porto: Editorial Afrontamento.
- Santos, Boaventura de Sousa (2001): “Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade”. In: *Entre Ser e Estar – Raízes, Percursos e Discursos da Identidade*. Porto: Edições Afrontamento.
- Saraiva, António José (1993): *O que é a cultura?* Lisboa: Difusão Cultural.
- Singer, Peter (2004): *Um só mundo: a ética da globalização*. Lisboa: Gradiva.

Discurso político: O discurso euro-iberista de Fernando Pessoa na construção da Europa

Rui Dias Guimarães

UTAD, CEL, Centro de Estudos Ibéricos y Americanos de Salamanca

«Fedrico de Ónis-Miguel Torga»

rguima@utad.pt

Resumo

O *constructo* teórico que possibilitou isolar, a nível de discurso político, o *discurso euro-iberista* pessoano assenta num modelo interdisciplinar das Ciências Humanas e Sociais, com articulação de conceitos da linguística, semiótica, sociologia política e ciência política e, dentro desta, mais particularmente em estudos europeus.

A primeira geração verdadeiramente europeísta portuguesa é a geração de Orpheu, dinamizada por Fernando Pessoa.

O texto de intervenção *Ultimatum* apresenta duas facetas: a da crítica demolidora da velha Europa em guerra e a da proposta de ideias para uma nova Europa. O início da actividade de sociologia política e de criação literária aponta para 1914, data do início da Primeira Grande Guerra, da criação dos heterónimos e da revista *Orpheu*, em 1915.

Existe uma coetaneidade de Pessoa com o conde Richard Coudenhove-Kalergi que, em 1923, foi o criador do movimento europeu que tem por base a Pan-Europa e que viria a ser o embrião da construção para a União Europeia.

Fernando Pessoa é federalista. Propõe, para a Ibéria, o modelo político federalista que está em sintonia com o modelo proposto por Adenauer, Schuman e Monnet para a Europa.

Em *Páginas de Sociologia Política*, Pessoa concebe um modelo de Europa civilizacional com cinco grupos civilizacionais diferentes, entre eles o ibérico, diferente do latino. Deste facto, resulta a essência do discurso político euro-iberista de Fernando Pessoa que se insere em mais duas linhas actuais da construção europeia: o alargamento e a globalização da Europa.

Portanto, as actuais linhas políticas principais do futuro da Europa, modelo político, alargamento e globalização são parte integrante do discurso euro-iberista pessoano.

1. Considerações teórico-metodológicas

O objecto do presente artigo é o *discurso político euro-iberista de Fernando Pessoa*. Ainda que centrado sobre um indivíduo, obriga a uma atitude interdisciplinar entre a linguística, a semiótica, a sociologia política, a ciência política nomeadamente na vertente de estudos europeus e estudos ibéricos, a história e a filosofia, numa lata perspectiva filológica da relação da língua e da cultura.

Dado que o *corpus* do estudo, no âmbito da bibliografia activa, consiste na pesquisa e observação de textos do domínio da sociologia política e de intervenção política, como sejam, respectivamente, *Páginas de Sociologia Política* e *Ultimatum*, de Fernando Pessoa, recolhidos num volume por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão, com introdução e organização de Joel Serrão, em que tudo indica que o discurso euro-iberista pertença a um discurso político complexo de Pessoa, que não exclusivamente europeísta e iberista mas outros discursos políticos diferentes com os quais o discurso euro-iberista se articula e dialoga.

Os objectivos que pretendemos atingir com o presente estudo consistem, através dos códigos semióticos e dos discursos dos textos, em distinguir as principais coordenadas do discurso euro-iberista de Fernando Pessoa, numa incidência com alcance temporal desde o início da Primeira Grande Guerra, 1914, coincidente com o início da criação heteronímica pessoana, até à morte do sociólogo político, filósofo e poeta em 1935, reflexos e incidências que se prolongam até à Europa actual de 2007 e dos vinte e sete Estados-membros, observando a pertinência do conteúdo semântico do discurso euro-iberista pessoano na actualidade e para além desta, ou, por outras palavras, como o discurso euro-iberista é pertinente e continua vivo.

Os métodos e técnicas aplicadas seguem o modelo interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais (Pinto e Silva 1990:9-27), na perspectiva linguística os conceitos de estrutura, signo, símbolo, análise imanente (Barthes 1962:289-396, 1963:297-306, 345-346), semântica estrutural (Greimas 1966:50-60), conotação (Hjelmslev 1943:20-30), estruturas intratextuais e extratextuais (Lótman: 1976: 478), na perspectiva semiótica textual, o conceito de heterotexto (Seabra 1981: 33), aplicado à textualidade pessoana, na perspectiva filosófica os conceitos de gerações e épocas (Gassett 1923: 78) sobretudo em relação à geração de Orpheu, na perspectiva sociológico-política os conceitos de sociologia política (Morin 1985: 106), ciência política, os conceitos de ideia de Europa (Ortega 1982:12), soberania nacional e o tratado da União Europeia; federação, confederação ou comunidade de

Estados (Fernandes 1994: 114-129), conjuntos culturais, relações igualitárias e não igualitárias, autoridade e leaders, oligarquia (Duverger 1983: 143-144), sobretudo em relação à crítica à Europa de 1917 em *Ultimatum* e aos grupos civilizacionais europeus propostos por Pessoa em *Páginas de Sociologia Política* e o conceito de evolução multidimensional (Pasquino 2005: 374-376) quanto à Europa e ao seu alargamento ou aos grupos civilizacionais europeus propostos por Pessoa, e a perspectiva histórica da União Europeia (Bustamante e Colsa 2004: 13-73) que possibilita relacionar o discurso euro-iberista de Fernando Pessoa com alguns eminentes políticos europeus que reclamara para a Europa em *Ultimatum*, e que surgiram posteriormente, desde Adenauer a Durão Barroso.

2. Fernando Pessoa e a guerra europeia

Fruto do choque dos nacionalismos europeus pela repartição das colónias, começaria a guerra na Europa, primeiro nas balcãs em 1908 que se estenderia até 1913, seguindo-lhe a Primeira Grande Guerra Mundial de 1914 a 1918.

Fruto deste primeiro grande conflito europeu, nasce a Sociedade das Nações, criada em Genebra, em 1920, que garantia a independência política e a integridade territorial dos pequenos e dos grandes Estados e que, no ano anterior, contaria com a recusa da ratificação deste Tratado fundacional pelo Congresso Norte-americano.

A aprovação da 1ª Constituição dos EUA deu-se em 1787, onze anos após a Declaração de Independência como colónias inglesas, aprovada em 1776. A Constituição instituiu uma república federal. É sabido, contudo, que já em 1889, um ano após o nascimento de Fernando Pessoa, foi criada, em Washington, a União Internacional de Repúblicas Americanas destinada a fortalecer as relações políticas e comerciais desses Estados-membros.

Em plena Primeira Grande Guerra, na qual Portugal participou, Fernando Pessoa insurgiu-se contra essa vergonha para a Europa, cria os heterónimos em 1914, edita a revista *Orpheu* (1915) critica a Europa e lança ideias para uma nova Europa, como se pode constar em *Ultimatum* (1917) publicado na revista *Portugal Futurista*, dirigida por Almada Negreiros, que é um *ultimatum* dirigido a esses políticos e militares europeus. O movimento das novas ideias era europeu e Fernando Pessoa acompanhou-o. Pessoa criticava a Europa em guerra, através do heterónimo Álvaro de Campos, político, os «mandarins da Europa», critica violentamente políticos, artistas e intelectuais com adjectivos extravagantes e com uma expressão linguística

forte no estilo futurista, em termos de linguagem. Critica demolidoramente políticos, militares, países europeus e até os Estados Unidos da América, com expressões com «agora a política é a degeneração gordurosa da organização da incompetência», «nem uma corrente política que soe a uma ideia»... «burgueses da Europa-total», «provincianos de Paris», «tradicionalistas auto-convencidos» e termina «homens, nações, intuítos, está tudo nulo!» (Fernando Pessoa/Álvaro de Campos 1917)

A segunda parte de *Ultimatum* é diferente, é o espaço de propostas e manifestação de ideias construtoras de Europa:

*A Europa tem sede de que se crie, tem fome de futuro!
A Europa quer grandes Poetas, quer grandes estadistas,
quer grandes Generais!
Quer o Político que construa conscientemente os
Destinos inconscientes do seu Povo!
Quer o Poeta que busque a imortalidade ardentemente, e não se importe com a fama
que é para as atrizes e para os produtos farmacêuticos!
Quer o General que combate pelo Triunfo Construtivo,
Não pela vitória em que apenas se derrotam os outros!
A Europa quer muitos destes Políticos, muitos
Destes poetas, muitos destes Generais!* (Pessoa 1917: 32)

A Europa estava mergulhada numa profunda crise política e militar, em guerra dentro das suas fronteiras, em 1917, altura em que Pessoa escreveu estas ideias construtoras de Europa. Algumas destas ideias encontraram corpo, logo a seguir ao fim da Primeira Grande Guerra, em políticos notáveis como o Conde Richard Coundenhove-Kalergi autor da obra *Pan-Europa* e criador, em 1923, do Movimento Europeu que visava a União da Europa, segundo um modelo de Estados Unidos, à semelhança dos Estados Unidos da América (Richard Coundenhove-Kalergi 1923).

Alguns dos aspectos focados por Pessoa ficaram por se realizar, como seja o aspecto político-militar, pois uma nova e mais terrível guerra viria a seguir, a Segunda Grande Guerra Mundial.

O aspecto militar da presente Europa dos 27 Estados-Membros, configurada a partir de 2007, ainda tem atrás de si a ideia pessoana construtora de Europa, como seja o aspecto militar - *os generais da Europa* - cuja necessidade insistentemente apresenta, está ainda por realizar na construção europeia, decorridos noventa anos; isto é, uma Europa a falar a uma só voz na política externa e a concretização de um exército europeu, já com algumas alusões no passado como as de Churchill negada

por De Gaule, considerando o modelo proposto pelos ingleses pouco independente, demasiado próximo dos Estados Unidos da América e do Canadá.

Contudo, os avanços neste sentido são muito significativos e a Europa actual já dispõe de um Estado Maior Europeu e de tropas europeias no sentido de intervirem autonomamente para levarem a paz a zonas de conflito e de tensão, sobretudo na Europa e regiões vizinhas.

Face a este sinal, é provável que a criação de um verdadeiro exército europeu e de uma Europa a falar a uma só voz, como Pessoa afirma «A Europa precisa dos seus Generais», não esteja muito distante e é sempre louvável trazer à memória dos europeus os horrores das duas Grandes Guerras na Europa. Portanto, este texto pessoano continua em aberto e activo, dentro de um discurso político europeísta que, como veremos, está profundamente articulado com o discurso político iberista, configurando o euro-iberismo.

Contudo, na construção europeia, o que Fernando Pessoa propõe é a civilização europeia, a Europa civilizacional e não só a União Europeia ou Europa da política, da economia e da defesa. «A Europa quer passar de designação geográfica a pessoa civilizada», afirma o autor de *Mensagem* (F. Pessoa/Álvaro de Campos 1917: 32).

Como veremos mais adiante quando abordarmos alguns aspectos de sociologia política, esta civilização europeia ou Europa civilizacional apresenta contornos próprios segundo a sua perspectiva, assinados com o nome Fernando Pessoa, já que os que agora se focam apresentam mais um cunho político geral e são assinados com o heterónimo Álvaro de Campos.

A partir de 1923, terminada a Primeira Grande Guerra, este foi um grande exemplo para alguns espíritos mais atentos e desenvolvidos dos Estados europeus, o modelo dos Estados Unidos da América, conciliando a independência nacional de cada com uma entidade supranacional e federal. Este espírito, designado por pan-europeu, visava a criação dos Estados Unidos da Europa, a cooperação, a paz e o desenvolvimento. Nesse ano, foi criada a União Pan-Europeia sediada em Viena, com delegações em todos os países europeus. Este movimento contou com a adesão de políticos notáveis, entre eles Konrad Adenauer na Alemanha, Sforza na Itália e intelectuais, cientistas e escritores como Albert Einstein, Thomas Mann, Freud, entre outros.

É notável o discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Aristide Briand, na Assembleia da Sociedade das Nações, em 1929, onde afirma:

Penso que entre os Povos que estão geograficamente agrupados, como os da Europa, deve existir um tipo de laço federal. Estes Povos devem ter a responsabilidade de em qualquer momento entrar em contacto, de discutir os seus interesses, de tomar resoluções comuns, de estabelecer entre eles um laço de solidariedade que permita enfrentar em cada momento as circunstâncias graves que possam surgir. Este é o laço que eu queria esforçar-me em estabelecer. Evidentemente a associação actuará basicamente no âmbito económico, que é a questão mais urgente, mas estou também certo que também do ponto de vista político ou do ponto de vista social, o laço federal sem atingir a soberania comum das nações, poderia configurar aquela associação que estaria bem feita. (Aristide Briand 1929)

Um ano depois, em 1930, cinco anos antes da morte de Fernando Pessoa, Aristide Briand, na Assembleia da Sociedade das Nações, em Genebra, apresentou, perante vinte e seis Estados Europeus membros da Sociedade das Nações, um projecto de criação de instituições europeias, que foi um embrião, e a ideia de «*Mercado Comum*» e de «*Comunidade Europeia*». Estes aspectos iriam confluír, posteriormente, na primeira comunidade criada, a Comunidade Económica do Carvão e do Aço (CECA), em 1950, com destaque para o retorno das ideias federalistas de Adenauer e as reticências inglesas, e da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957. Estes, entre outros, foram os grandes políticos que Pessoa, no *Ultimatum* de 1917 clamara para a Europa.

3. O modelo político da Europa e da Ibéria - federalismo

Na construção europeia apresentada inicialmente pelo Conde Richard Coudenhove-Kalergi, na ideia da Pan-Europa, paralela à ideia americana, e posteriormente desenvolvida por Aristide Briand, em 1930, defendida na assembleia da Sociedade das Nações, desenvolvida, posteriormente por Adenauer, para a construção da própria Alemanha como um Estado Federal, a República Federal da Alemanha, e apresentada como modelo político, em 1950, na construção europeia com a criação da primeira comunidade, a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA), Adenauer, seguindo as ideias dos Estados Unidos da América, propôs o modelo federal para a Europa

Este modelo passou pela criação de uma Alta Autoridade; isto é, uma entidade supranacional que regularia a actividade da União e que não pertencia a qualquer

país isoladamente, vingou para a Europa mas teve a oposição inglesa que considerava perder a sua soberania com essa Alta Autoridade. Tal nunca se evidenciou ou evidencia. O princípio da Alta Autoridade é o princípio político próprio do modelo federalista e cuja aplicação tornou possível toda a Europa deste a primeira comunidade de 1950, a CECA, a CEE de 1957 e tornou possível termos, hoje, uma Europa como ela é.

Essas mesmas ideias federalistas como modelo de organização foi proposto por Fernando Pessoa para a Ibéria, num modelo ibérico federalista. O que interessa ressaltar é a importância do modelo federalista reconhecida por políticos europeus do início da construção europeia e por Fernando Pessoa.

Contudo, esse aspecto de políticos europeus como Adenauer secundado posteriormente por outros políticos como Robert Schuman, Jean Monnet, Paul-Henri Spaak, Altiero Spinelli e mesmo Jacques Delors ainda está por se definir verdadeiramente.

É essa questão que os primeiros políticos e homens de cultura levantaram já antes da União Europeia ou Comunidade Europeia, no tempo das guerras, a questão do modelo político para a Europa.

Essa questão do modelo político foi apresentado para a Ibéria, entendida como um grupo civilizacional da Europa, a par de outros grupos civilizacionais, teve também a ideia de Fernando Pessoa, o seu discurso político euro-iberista, e está também em aberto, como a Europa a falar uma só voz quanto a política externa e à defesa.

O caso do modelo político para a Europa continua a ser uma das linhas da construção do futuro da Europa que ainda não segue o modelo federalista à semelhança dos americanos, configura-se, hoje, como uma confederação de Estados; isto é, soberanias dos Estados-Membros e outras partilhadas e comuns. A Europa não é uma federação, como o pretendiam os seus fundadores e como estava implícito no discurso euro-iberista de Fernando Pessoa.

Como se pode constatar, a construção europeia foi-se realizando através de diversos Tratados, até ao momento em que Altiero Spinelli, também estudioso de um outro princípio político, o princípio de subsidiariedade, julgou ser mais benéfico para a Europa desenvolver-se segundo um único tratado, tornando assim possível o Tratado da União Europeia (Maastricht), um único Tratado.

Contudo a velha questão do federalismo já levantada no início para a Europa e que conta com a ideia de Fernando Pessoa, não só no contexto ibérico, é talvez

a questão mais importante da actual Europa dos vinte e sete Estados-Membros. O modelo político federalista cria uma nova Europa, a Europa constitucional, e termina com a Europa dos Tratados. A partir desse momento será a Constituição Europeia e as suas futuras revisões. A Europa constitucional própria do modelo federalista, à semelhança dos Estados Unidos da América.

4. Os grupos civilizacionais europeus vistos por Pessoa

Segundo o aspecto pessoano da Europa dos grupos civilizacionais, e do grupo civilizacional ibérico integrado no todo civilizacional europeu, estes aspectos atingem hoje a sua concretização com o estreitamento das relações entre Portugal e Espanha, com a política de Sócrates e Zapatero nas cimeiras ibéricas, por um lado, encontros bilaterais, e, depois, no Conselho Europeu com a presença dos restantes grupos civilizacionais, ideia já aventada, ainda não a nível institucional, por Fernando Pessoa. Portanto, o assunto do modelo político para a Europa, parte integrante do discurso euro-iberista de Fernando Pessoa, tem a actualidade mais pertinente, a par da consciência das especificidades do grupo a que portugueses e espanhóis pertencem, o ibérico.

De permeio surgiu mais uma nova guerra na Europa, extremamente devastadora e cruel e que punha mesmo em risco a própria sobrevivência da humanidade, a segunda Grande Guerra, de 1939 a 1945. Fernando Pessoa já não conheceu esta guerra, pois falecera cinco anos antes, em 1935.

Podemos dizer que, terminada a Primeira Grande Guerra, de 1914 a 1918, que Pessoa condenou com muita violência, por um lado, e apresentou novas ideias, por outro, para a construção europeia de então, mesmo em plena guerra, em 1915, lançaria a ideia da designada geração de Orpheu em torno da revista homónima.

É de salientar que essa geração europeísta incluía grandes nomes da cultura portuguesa como os pintores Amadeu de Souza-Cardoso e Santa Rita Pintor e o escritor Mário de Sá-Carneiro. O contacto destes novos artistas portugueses com os artistas europeus dava-se em Paris e na Europa e com correntes estéticas criadas na altura por Kandinsky ao mesmo tempo que Amadeu de Souza-Cardoso, o abstraccionismo, contactos e partilha de espaços de trabalho e experiências como, por exemplo, Modigliani, Delaunay, Léger ou Picasso, entre outros, e em Portugal com outros artistas de génio, como Almada Negreiros.

De 1918 até ao ano da sua morte, em 1935, decorreram dezanove anos de pro-

funda criação pessoana, com várias facetas conhecidas, entre as quais a criação literária segundo o modelo por si construído dos heterónimos mas também aspectos muito importantes de política e de sociologia política até aqui ainda pouco conhecidos ou investigados.

Mensagem, “poema-construção” que reflecte também a criação estética de Fernando Pessoa, obtida pelo modelo por si próprio concebido de heteronímia, criatividade *sui generis*, colocaria um cunho indelével na arte, ciência e política e o futuro como devir em confluência de passado presente e futuro, bem como o retorno e retoma da *revolutio* portuguesa e ibérica, expandida pela dimensão euro-ibero-americana, na pátria/mater da linguagem e língua ibérica que subjaz à língua portuguesa e castelhana, grande expressão linguística da mundialização, de que ela é fruto e cuja navegação foi criar-se e crescer pelos cinco continentes, já um mundo feito língua, multicultural, *Mensagem* o grande poema europeu, levaria vinte e quatro anos a compor, na *poiesis* decorrida entre 1913 e 1924, imbuída de luz civilizacional europeia e ibérica, não deixaria de matriciar *ab initio* ibérica e europeia, e colocaria, em primeiro plano, a civilização europeia, por mais lata e abrangente, seguindo-se a Ibéria espiritual, esta como berçário de valores do Homem Universal, do cosmopolitismo e pluralismo ou ecumenismo religioso que se pretende seja a pedra de toque da civilização europeia, na nova descoberta/união do mundo, em espírito.

Política e cultura, espiritualidade para além da cultura, ou, em outra visão, a espiritualidade como cultura de profundidade, dos símbolos, do sagrado, a que une, sente e evoca, a que se abeira do criador. Em outras dimensões mais próprias dos homens, criar espírito, como o foram Alberto Caeiro, Álvaro de Campos, Ricardo Reis, António Mora e outros diferentes, como várias personalidades num feixe de personalidades, para além do poetodrama ou do poemodrama, vida na expressão literária, no texto artístico, ainda texto, realidade virtual (Seabra 1974).

Para além da criação heteronímica, em versos soltos e livres ou presos em estrofes, Fernando Pessoa foi uma incubadora artística, filosófica e sócio-política, entre outras. Aqui falamos já de civilização europeia a partir do grupo civilizacional ibérico, civilização europeia para além da Europa, que sente pelos portugueses, espanhóis e pelo mundo o cosmopolitismo ou universalismo e pretende compor uma oração em todas as religiões, grupo civilizacional ibérico coexistente ao lado do sentir dos outros grupos civilizacionais europeus, todos, no seu conjunto, necessários à nova Europa civilizacional. É este o unir o mundo em espírito, já unido em

matéria pela Ibéria actual. A epopeia dos descobrimentos, em matéria. A epopeia dos descobrimentos, em espírito, agora, através da Ibéria e da Europa. Fernando Pessoa acrescentou esta faceta ao iberismo espiritual europeísta.

1914, a Primeira Grande Guerra na Europa. 1914, a criação do primeiro heterónimo por Fernando Pessoa. A guerra na Europa, a Primeira Grande Guerra que eclode em 1914 e que se prolonga até 1918 marcaria fortemente Fernando Pessoa. Nesse mesmo ano de 1914, inicia a sua criação heteronímica. A 8 de Março desse ano cria o heterónimo Alberto Caeiro e escreve *Guardador de Rebanhos*. Essa guerra só terminaria com a assinatura do Tratado de Versalhes, tratado de paz com a Alemanha, assinado pela parte portuguesa por Afonso Costa. Portugal entrou nesta guerra ao lado da Inglaterra, com os objectivos de defender as colónias em África e consolidar a jovem República. Logo no ano seguinte, em 1915, Pessoa funda a revista *Orpheu* que emprestaria o seu nome a uma geração de intelectuais e artistas portugueses - a geração de *Orpheu*, uma geração europeísta. É este o contexto histórico português e europeu da Primeira Grande Guerra coincidente com o início da actividade literária, filosófica e sócio-política de Fernando Pessoa.

O autor de *Mensagem* acabaria por não conhecer a Segunda Guerra Mundial decorrida entre 1939 e 1945. Cinco anos antes, em 1935, morreria com a idade de 47 anos. Contudo, Pessoa conheceu bem o regime político das ditaduras em Portugal e na Europa, e conheceu bem a ditadura de Oliveira Salazar e a polícia secreta portuguesa, a PVDE. A Europa estava em guerra devastadora.

Insurge-se violentamente contra a guerra e aquela Europa e apresenta propostas novas de construção de uma nova Europa. Só se pode entender a sociologia política pessoana e alguns textos polémicos, como o *Ultimatum* de Álvaro de Campos no contexto da guerra europeia. A Europa estava no seu pensamento. A Europa estava nos seus principais textos, artísticos e de intervenção, guerra que foi alvo de violentas críticas do autor de *Mensagem*. É a guerra europeia que está na ordem do dia. É a guerra europeia que está no texto pessoano. A sua firme condenação, por um lado, e a abertura à criação de uma nova Europa. Eis o ponto de partida para o entendimento do texto e heterotexto pessoano. O heterotexto pessoano teve início exactamente no mesmo ano da guerra europeia e a esse facto nunca poderá ser alheio. Logo, à partida, o pensamento pessoano é um pensamento europeu e simultaneamente ibérico, como se evidencia, por exemplo, em *Ultimatum*. (Idem)

Algumas simplistas abordagens a Fernando Pessoa pecam por situá-lo exclusivamente dentro de uma dimensão portuguesa. Em seguida, limitam-no à faceta de

escritor e poeta. Finalmente, liquidam-no como um poeta “sonhador” português e como tal o ensinam nas escolas e divulgam. A filosofia existencialista *avant la lettre* de Fernando Pessoa, diferente do existencialismo cristão de Heidegger ou de Kirkegaard, e alguns anos anterior a Jean Paul Sartre, assinada com o heterónimo Bernardo Soares, na dimensão de escritor existencialista que assina *O Livro do Desassossego*, a filosofia assinada com o nome de António Mora, mesmo na sua criação literária, Pessoa é um poeta eminentemente europeu, canta a Europa no seu todo, como se evidencia em *Mensagem*. É onde reside uma das grandes diferenças entre Fernando Pessoa e Camões. Pessoa assume-se como europeu, mesmo em textos de sociologia política. Naturalmente, um europeu concretamente português e ibérico, perfeitamente dentro da actual ideia de Europa e da União Europeia, com especificidades próprias na dimensão de construtor de Europa. Não interessou só a Pessoa a criação da sua estética através do modelo dos heterónimos, ortónimo e ele mesmo, interessou-o também a construção de Europa com a sua própria ideia de Europa e de Ibéria.

A Europa civilizacional que Pessoa teve em mente, a par de uma Europa federal e constitucional, são hoje pontos quentes da construção europeia.

Contudo, a partir da sua ideia de Europa civilizacional e a Europa dos grupos civilizacionais, mais uma linha de força da construção europeia actual assiste ao discurso político euro-iberista de Fernando Pessoa; isto é, a Europa do alargamento que hoje vai já nos vinte e sete Estados-Membros. Afirma o autor de *Mensagem* em *Páginas de Sociologia Política*:

Analogia entre a molécula, célula, órgão e organismo, e a região, a nação, o grupo civilizacional e a civilização.

Assim, temos: uma civilização europeia, composta dos grupos civilizacionais seguintes:

a) - anglo-escandinavo, caracterizado pelo desenvolvimento civilizacional no sentido individualista, libertário (não, é claro, no sentido deteriorantemente anarquístico da palavra)...

b) germânico – caracterizado pelo desenvolvimento organizado, estadual, disciplinador, das forças sociais, manifestado pela íntima e consciente relação entre as forças intelectuais e as activas (?)...

c) – latino (Itália e França), caracterizado pelo exercício superficial das tendências civilizacionais, pela centralização indisciplinada, e pela produção civilizacional género (...)

d) – oriental (ainda informe e incapaz de produzir elementos civilizacionais) – a Grécia, a Turquia, a Rússia, a Pérsia, os países balcânicos.

e) – ibérico – composto de Espanha e Portugal e caracterizado por uma espécie de ocidentalização do europeu. *A Ameri (sic)*. (Pessoa 1980)¹.

Pessoa distingue cinco grupos civilizacionais na Europa e apresenta algumas das características de cada um deles. Alguns aspectos interessantes são de salientar, como não considerar Portugal e Espanha países latinos mas iberos. Para Pessoa, só a Itália e a França são países latinos, porque Portugal e Espanha são o resultado do cruzamento de duas civilizações, a romana e a árabe. De facto, na invasão muçulmana, os árabes foram derrotados em França e obrigados a retirar, enquanto que deixaram grandes marcas civilizacionais em Portugal e Espanha.

O critério de identificação dos grupos civilizacionais europeus pode ser discutível, como anglo-escandinavo, quando nos parece que o anglo não está junto com o escandinavo mas mais autónomo e com a expansão actual anglo-americana.

Por outro lado, estamos em crer que a Escandinávia, de raiz viking, tem mais afinidades com o eslavo de raiz celta, sobretudo a Polónia, a região polaca que se chama Galiza, podendo definir-se como escandinavo-eslavo.

Sem dúvida que a visão pessoana já contemplava a actual Europa dos vinte e sete Estados-Membros, o que designa por grupo oriental, incluindo os países balcânicos, a Grécia, a Turquia, cuja preparação para ser incluída na União Europeia está em marcha.

Inclui também neste grupo civilizacional a Rússia e a Pérsia, restará saber até onde irá o alargamento da União Europeia.

5. A linha política do alargamento na construção europeia

O alargamento é uma das actuais linhas de força da construção da União Europeia, como o afirmou recentemente o Presidente da Comissão Europeia, o português Durão Barroso, na última Cimeira de Helsínquia entre a União Europeia e a Rússia.

Para Fernando Pessoa, a Rússia é parte integrante da Europa e, seguindo esta lógica pessoana, deveria integrar também a Europa agora União Europeia e participar na civilização europeia com as potencialidades inerentes ao seu grupo civilizacional. Estamos em crer que os políticos europeus, por que tanto ansiava Pessoa, estarão, eventualmente, a trabalhar esses dossiers de alargamento.

Por fim, o grupo civilizacional da Ibéria merece uma atenção especial. O discurso

¹ Edição póstuma, em 1980 textos recolhidos por Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão.

político iberista de Fernando Pessoa não está de costas voltadas para a Europa. Em simultâneo com o discurso político europeísta, Pessoa formulou um discurso político iberista. No seu conjunto, são dois pólos do discurso político pessoano.

Ficamos com a ideia de que Fernando Pessoa apresenta a visão de conjunto de todos os grupos civilizacionais da Europa, com as suas diferenças, e algumas passagens no discurso iberista existem que parece quererem transmitir a ideia de que o grupo civilizacional ibérico agiria isolada e separadamente de Europa, e por vezes, contra. São contudo textos recolhidos postumamente e muitos deles notas ainda pouco trabalhadas. No entanto, a visão global europeia é a que predomina, em nosso entender, na qual existe também um sentir próprio ibérico e europeu.²

Inequivocamente Fernando Pessoa considera a importância da «unidade espiritual da Ibéria» que está na base da «ibericidade». Afirma o autor de *Mensagem em Páginas de Sociologia Política*: «Nós, os ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações – a romana e a árabe. Na França e na Alemanha a civilização romana existe sobreposta ao fundo original, sem outro influxo civilizacional. Somos, por isso, mais complexos e fecundos, de natureza, que a França ou Alemanha», e, nesta relação entre Europa e Ibéria, conclui que urge desenvolver «a criação da tendência ibérica, da ibericidade espiritual». (Pessoa 1980)

6. Conclusão

Podemos concluir que a Primeira Grande Guerra que estalou na Europa de 1914 a 1918 de modo algum foi estranha a Fernando Pessoa, bem pelo contrário.

Pessoa, logo nesse fatídico ano de 1914, cria os heterónimos e lança a geração de Orpheu. Este sentir europeu pessoano foi coincidente com o Movimento Europeu protagonizado pelo Conde Richard Coudenhove-Kalergi, autor da obra Pan-Europa e criador, em 1923, do Movimento Europeu que visava a construção europeia e que viria confluir na actual União Europeia.

Na sua feroz e brutal crítica política à Europa de então, em *Ultimatum*, a Europa velha e da guerra, apresenta uma segunda parte com abertura e sugestão de novas ideias construtoras de Europa, algumas delas ainda hoje em desenvolvimento e por realizar, como a Europa a uma só voz na política externa e do exército europeu: «A Europa precisa dos seus Generais», clamou, Pessoa, em 1917.

² Atendendo que se trata de textos recolhidos postumamente com a característica de espécie de rascunhos, muitos deles apresenta-se como espécie de notas para posteriores desenvolvimentos. Por isso, encontramos contradições e afirmações menos trabalhadas. Iremos focar algumas ideias que nos parecem mais pertinentes e gerais ao discurso iberista.

Também, no plano político e da ciência política ou da sociologia política, Pessoa propôs a Europa dos povos e não a Europa das nações e dos políticos responsáveis pelos seus povos emergentes desse sentir plural europeu, «A Europa quer o Político que construa conscientemente os destinos inconscientes do seu povo».

Ainda no âmbito da ciência política e da sociologia política e do que hoje se entende por estudos europeus, Fernando Pessoa apresenta uma configuração da Europa dentro de um modelo que abrange cinco grupos civilizacionais, cada qual com as suas características específicas próprias: o anglo-escandinavo, o germânico, o latino, o oriental e o ibérico.

De imediato, Fernando Pessoa abre uma linha de construção da Europa que hoje é uma das principais – o alargamento.

Para o autor de *Mensagem*, a Europa alarga-se para além dos Balcãs e da Turquia, abrange, em si mesma, a Rússia e até a Pérsia. Este entendimento da Europa actual dos vinte e sete Estados-Membros com a Rússia mostra já sinais na recente Cimeira de Helsínquia entre a Europa e a Rússia, em que foram protagonistas Durão Barroso e Putin.

Fernando Pessoa concebe o grupo civilizacional ibérico com características próprias e a sua concepção é diferente das mais divulgadas e conhecidas. Os iberos não são latinos. Latinos são os franceses e os italianos. A Ibéria resulta do cruzamento de duas civilizações: a romana e a árabe.

Por isso, no entender de Pessoa, a Ibéria constitui o grupo civilizacional potencialmente criador de civilização. E, de facto, assim foi, no passado. Portugueses e espanhóis “uniram o mundo em matéria” na epopeia dos Descobrimentos ibéricos.

Pessoa apresenta, para a Ibéria, o modelo político federalista, em tudo coincidente com o modelo político proposto por Adenauer, Schuman e Monnet para a Europa, assente num novo conceito político, o princípio da Alta Autoridade.

Assim, Pessoa entra também num outro aspecto da construção europeia, extremamente pertinente na actual União Europeia – o modelo político da Europa, federação ou confederação de Estados.

Para a existência da Europa federalista e da Europa a uma só voz na defesa e política externa, à semelhança dos Estados Unidos da América, torna-se necessária uma Constituição Europeia, hoje centro do debate político europeu. Pessoa é adepto do federalismo. É um federalista em ciência política e em sociologia política.

Quanto ao aspecto iberista, Pessoa concebe a Ibéria com características próprias,

incluindo dois grandes países, Portugal e Espanha, como se pode ler em *Páginas de Sociologia Política*. Em outros textos afirma também que Espanha tem de resolver os seus problemas internos de nacionalidades.

Pela sua natureza profunda, o grupo civilizacional ibérico deve assimilar todas as diferentes características dos restantes quatro grandes grupos civilizacionais e ser ele o construtor de uma nova Europa virada para uma nova civilização e para o mundo – a Europa civilizacional. Este sentir pessoano enquadra-se numa actual e pertinente linha política da construção europeia, a da globalização da Europa e dos seus valores.

Estamos em crer que esta relação um pouco tensa entre o discurso político europeísta e o discurso político iberista se funda na grande riqueza e complexidade do grupo civilizacional ibérico, expandido para a ibero-américa e, acrescentando-lhe a faceta portuguesa um pouco mais ampla, a dimensão ibero-afro-americana que, da parte de Portugal está patente na lusofonia e nos PALOP e que colocam Portugal como um interlocutor privilegiado da União Europeia para a África e para o Brasil, nos caminhos da mundialização da Europa e da expansão dos seus valores que, na acepção pessoana, competiria ao grupo civilizacional ibérico edificar a Europa civilizacional no sentido de tornar a civilização europeia respeitadora de todos os diferentes sentires civilizacionais dos seus grupos, abraçando em si todas as religiões do homem universal.

Referências Bibliográficas

- Barthes, Roland (1964): *Essais Critiques*. Paris: Ed. Seuil.
- _____ (1966, 1971): *Análise de um conto de Edgar Poe*. In: *Semiótica Narrativa e Textual*. Paris: Seuil.
- _____ (1953, 1981): *O Grau Zero da Escrita*, seguido de *Elementos de Semiólogia*. Lisboa: Edições 70.
- Coundenhove-Karlegi, Richard (1923, 1982): *Panurope*. Paris. Reedição em 1982.
- Carpentier, Jean (1994): *Historia de Europa*. Madrid: Alianza Editorial.
- Centre Européen de Sciences Po (1996): *La conférence intergouvernementale, enjeux et documents*. Paris: Presses de la fondation nationale de sciences politiques.
- Duverger, Maurice (1983): *Sociologia da política: Elementos da ciência política*. Coimbra: Almedina.
- Delors, Jacques (1992): *Le nouveau concert européen*. Paris: Odile Jacob.
- Fernandes, António José (1992): *A Comunidade Europeia: Estrutura e Funcionamento, Objectivos e Actividades*. Lisboa: Ed. Presença.
- _____ (1994): *A União Europeia de Maastricht: Federação, Confederação ou*

-
- _____ *Comunidade de Estados?* Lisboa: Ed. Presença.
- _____ (1995): *Introdução à Ciência Política: Teorias, Métodos e Temáticas*. Porto: Porto Editora.
- _____ (1998): *União Europeia e Merconsul: Dois Processos de Integração*. Braga: Um e Brasil: Ed. Univali.
- _____ (2004): *Direitos Humanos e Cidadania Europeia – Fundamentos e Dimensões*. Coimbra: Almedina.
- Gasset, Ortega y (1923, 1981): *El Tema de Nuestro Tiempo*. Madrid: R. O. Alianza Editorial, 1981.
- Greimas, A. J. (1971) *Da interpretação da narrativa mítica*. In: *Análise estrutural da Narrativa*. Petrópolis: Vozes.
- _____ (1966): *Sémantique Structurale*. Paris: Larousse.
- Guimarães, Rui Dias (1996): *O Discurso Político Europeísta de Fernando Pessoa – Sociologia política, Ultimatum, Mensagem*. Salamanca: Universidade Pontifícia de Salamanca r/c Universidade do Minho. Dissertação de mestrado em Estudos Europeus e Direitos Humanos.
- Gorjão-Henriques, Miguel (2004): *Constituição Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Hjelmslev, L. (1971): *Prolegómenos a una Teoria del Lenguage*. Madrid: Gredos.
- Lotman, Iuri (1978): *A Estrutura do Texto Artístico*. Lisboa / Moscovo: VAAP.
- Morin, Edgar (1985): *Sociologia*. Lisboa: Europa-América.
- Ortega Carmona, Alfonso (1974): *El Despertar de la Lírica en Europa*. Salamanca: Universidade Pontifícia.
- Pasquino, Gianfranco (2002): *Curso de Ciência Política*. Cascais: Princípia.
- Pérez-Bustamante, R. e Colza, J. M. Uruburu (2004): *História da União Europeia*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Pessoa, Fernando (1935): *Mensagem*. Lisboa: Parceria António Pereira.
- _____ (1980): *Ultimatum e Páginas de Sociologia Política*. Lisboa: Ática.
- _____ (1917): *Ultimatum*. In: *Portugal Futurista*: Lisboa.
- _____ (1982): *O Livro do Desassossego por Bernardo Soares*. Lisboa: Ática.
- _____ (1966): *Páginas Íntimas e de Auto-Interpretação*. Lisboa: Ática.
- _____ (1979): *Sobre Portugal*. Lisboa: Ática.
- Seabra, José Augusto (1985): *O Heterotexto Pessoaano*. Lisboa: Dina Livros.
- _____ (1974): *Fernando Pessoa ou o Heterotexto*. São Paulo: Perspectiva.
- Portugal Futurista* (1917): Lisboa. Edição facsimilada, Lisboa: Contexto Editora, 1990.
- Orpheu* (1915): Lisboa.

Uma proposta de análise das lendas de Santa Marta de Penaguião

Alberto Milão Ferreira
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
lceb.avpr@mail.telepac.pt; almiferreira@gmail.com

1. Santa Marta de Penaguião

Localizado na parte sul do distrito de Vila Real, o concelho de Santa Marta de Penaguião ocupa uma área com cerca de sete mil hectares.

A sua ocupação é anterior à época romana (séc. II a.C. ao séc. V d.C.) e a comprová-lo existem alguns castros, originalmente lusitanos, e abundante espólio encontrado nesses locais.

Algumas das actuais freguesias do concelho (Cumieira, Fontes, Louredo, Lobrigos e Medrões) já estavam constituídas quando se deu a formação de Portugal (meados do Século XII). Na Idade Média, as denominadas «Terras de Penaguião», compreendiam o território existente entre o rio Douro e Corgo, a Serra do Marão e as «Terras de Panóias» (Vila Real), ou seja, o território que abrange o actual concelho, parte do concelho de Peso da Régua e Vila Real. Santa Marta de Penaguião recebeu foral em 1202, por D. Sancho I, em 1256 e em 1519 por D. Manuel, o que reforça a sua importância no contexto económico - social do meio regional.

Em 1756, a criação da Região Demarcada do Douro, a mais antiga Região Demarcada e Regulamentada do Mundo, contribuiu muito para o desenvolvimento das terras deste concelho que representa mais de metade da área ocupada por essa mesma região demarcada.

Este belíssimo concelho está encravado entre os concelhos de Peso da Régua e Vila Real. A sua situação geográfica tem a aparência de uma concha «vinhateira». Esta, assoberba de encantamento e fascinação todo aquele que pretende desfrutar os panoramas extraordinários das paisagens grandiosas e solenes daquelas terras em que a vinha, actividade senhora e rainha, concentra todos os cuidados.

A paisagem é de um encanto admirável. De um lado, apreciamos a extraordinária imponência da Serra do Marão que fica próxima; do outro lado, a harmonia e intimidade do vale do Corgo e do vale do Douro que deslumbram com a sua grandeza. Pelo seu interior, ficamos deliciados com a beleza de uma sucessão sem fim de promontórios e declives, cobertos de vinhedos que o homem desveladamente

trata com as suas mãos, salpicados aqui e além por manchas brancas de casais e vivendas solarengas, como se de uma tela de pintor se tratasse.

1.1. “Penaguião” e suas lendas

São inúmeras as localidades portuguesas que têm na sua origem uma ou até mais lendas.

O nome de “Penaguião” justifica seu nascimento numa lenda (e suas variantes) de características hagiográficas, em que Santa Marta, o maravilhoso cristão, castiga o conde Guillon, de origem francesa. Santa Marta tornou-se hagiopónimo (ou topónimo com o nome da santa) ligada a uma devoção muito antiga (pré-nacional), e divulgada na Idade Média (ou Cristã). Já antes da Nacionalidade, o culto era dos mais antigos na Península, sobretudo no norte que viria a ser de Portugal.

Esta conhecida personagem bíblica, Marta, que se ocupava das tarefas domésticas, é o símbolo do trabalho e, talvez por isso, a padroeira escolhida do Douro, da internacionalmente conhecida «Região Demarcada do Douro».

Protectora da Região Demarcada do Douro, o papel de ofício utilizado pelo provedor e deputados da Junta da Administração da Companhia-Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro¹, utilizava o Selo ou, como de diz, hoje, o logotipo da Instituição com a efígie da Santa e, no fundo, uma videira com a seguinte inscrição latina: *Providentia Regitur*, ou seja, a «Divina Providência governa (ou rege) tudo».

A outra lenda (e sua variante) tem um fundamento histórico, sendo anterior à fundação do reino de Portugal. Justifica a sua denominação num episódio de luta que opôs dois irmãos cavaleiros, cristãos, D. Tedo e D. Rausendo ² aos mouros, conquistando, com a sua coragem, o território que então se chamou “Terra de Penaguião” e hoje Santa Marta de Penaguião.

1.1.1. Análise da “Lenda de Santa Marta”

Ao fazermos a análise narrativa de uma lenda, ou seja, da sua organização específica, teremos, implicitamente, de considerar as acções, as personagens e os espaços, bem como, as suas relações de interdependência, as personagens secundárias, figurantes ou outros símbolos que, dadas as suas funções, são pertinentes

¹ Organismo criado por Sebastião José de Carvalho e Melo, «Marquês de Pombal», então primeiro-ministro do Rei D. José, e instituído por alvará régio de 10 de Setembro de 1756.

² D. Tedo e D. Rausendo pertenciam a uma nobre e antiga família peninsular de apelido «Ermiges». Descendiam em linha directa do Rei Ramiro II de Leão (Serrão 1978: 63-64).

para o desenrolar da acção e para o propósito da própria história.

A “lenda de Santa Marta”, a mais conhecida no concelho e região do Douro, inscrita no «site» da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, no «site» das Caves Santa Marta do mesmo concelho e ainda a versão escrita por Marco Aurélio Peixoto (Peixoto 1990: 14) está primorosamente representada num soberbo vitral na entrada do edifício da Casa do Douro, na Régua:



Figura 1. Vitral da Casa do Douro.

Na “lenda de Santa Marta” (anexo 1; <http://www.caves-stamarta.pt/lenda.htm>), temos como personagens o conde francês «Guillon» e a Santa Marta. A história começa por identificar e caracterizar o conde, personagem com um temperamento terrível. A sua postura de mau génio e, talvez, de não cristão, leva-o a cometer um sacrilégio: “mandou incendiar a capela em honra de Santa Marta” (anexo 1). A sua atitude é considerada uma ofensa a Deus, é um pecado, que merece um castigo, ou seja, é necessário uma penalização para o profanador, como forma de emendar o mal que fez. Essa punição foi-lhe ditada pela Santa Marta, o maravilhoso cristão que, aparecendo-lhe, condenou-o a plantar e trabalhar uma vinha. A vinha é a cultura emblemática e milenar destas terras e remonta a anos anteriores à ocupação romana. Em seguida, narra-nos o efeito punitivo do castigo, porque o conde “cheio de vergonha e de remorsos tapou a face com a mão direita” (anexo 1).

É ainda relevante o simbolismo do enorme corvo, símbolo do mal, o “Diabo”, o maravilhoso popular, “considerado, [...] como figura de mau agouro, ligado ao medo da infelicidade” (Chevalier e Gheerbrant s/d: 234) que o acompanhava para todo o lado, lembrando-lhe a sua falta para com a Santa Marta. O facto de o corvo acompanhar passo a passo o conde é sinal de que estava a vigiá-lo e a preveni-lo de futuros castigos, caso não cumprisse o castigo imposto.

Com a vindima, chega a «felicidade» procurada pelo conde, a aspiração de todo o Homem, oferecendo o fruto do seu trabalho à Santa. Como a sua alma está agora em paz, em vez do corvo, aparece um cordeiro que simboliza o “triunfo da reno-

vação, da vitória” (Idem: 228) e pombas brancas que são “um símbolo de pureza, de simplicidade, [...] um símbolo de paz, de harmonia, de esperança, de felicidade reencontrada” (Idem: 533). Estes dois símbolos encaixam-se no maravilhoso popular e cristão, devido ao acervo figurativo que representam.

Nesta narrativa lendária, concluímos que o *maravilhoso cristão* se sobrepõe à realidade histórica.

Ao nível da estrutura, tal como num conto tradicional (Reis e Lopes 2002: 225; Soares 2003: 67), esta lenda pode-se considerar completa porque está dividida em três partes lógicas. Na introdução, o conde Guião (Guillon), ao mandar incendiar a capela, sofre uma punição e a sua execução é o meio para remediar o mal cometido. No desenvolvimento, há o cumprimento do castigo por parte do conde. Tem que trabalhar a vinha e envergonhado tapa o rosto com a mão. A vigiá-lo passo a passo está o corvo. Por fim, na conclusão, vemos o seu rosto erguido e iluminado, porque sentiu-se feliz com o trabalho que realizou e ofereceu o fruto do seu trabalho à santa. Sinal de que a sua alma está em paz com a Providência Divina, a acompanhá-lo aparece agora as pombas e o cordeiro.

Assim se justifica o lugar de Santa Marta de Penaguião, como sendo a junção de três palavras: «Santa Marta», a santa; «Pena», o castigo e «Guião», o conde.



Figura 2. Lugar de Santa Marta.

Ao analisarmos as principais características canónicas da lenda, comprovamos que tem um *fundo autêntico*, pois em Santa Marta de Penaguião existe a capela de Santa Marta e a personagem bíblica é um ente real. A capela situa-se numa pequena colina e os terrenos contíguos abrangidos por vinhas. Santa Marta é uma conhecida personagem bíblica, irmã de Maria Madalena e de Lázaro, conforme descrição da Sagrada Escritura (*Bíblia Sagrada* 1981: 1419-1420 e 1378).

A *probabilidade* do Conde Guião mandar incendiar a capela de Santa Marta é muito possível até porque o narrador descreve-o como uma personagem de «tem-

peramento terrível».

A *localização* é autêntica, real e de fácil comprovação. Santa Marta de Penaguião é um concelho situado a sul do distrito de Vila Real.

Quanto à *época* em que ocorre, a narração não é esclarecedora. No entanto, poderemos apontar para épocas remotas na medida em que, a cultura da vinha nesta região é milenar e anterior à ocupação romana, conforme já referimos. Também a poderíamos situar nos anos anteriores à nossa independência se houvesse outro elemento (temporal) que avalizasse o conde de Guillon. A variante escrita por Marco Aurélio Peixoto e a que é disponibilizada pela Câmara Municipal aos seus visitantes na Internet, ao referir que o Conde de Guillon é um cavaleiro francês ou de origem francesa, leva-nos a situar, talvez, com maior precisão, a época em que tal circunstância ocorreu. Historicamente, sabemos que foi no fim do séc. XI, princípios do séc. XII, que cavaleiros franceses, cristãos, vieram ajudar os reis cristãos da Península Ibérica (Astúrias, Leão, Castela) na luta contra os mouros e conseqüentemente na expansão do território (Condado Portucalense). Assim, a probabilidade de tal conde ter existido e andar por estas terras torna-se verosímil. Lembramos, a propósito, que o conde D. Henrique, pai do fundador da nossa nação (D. Afonso Henriques), era um cavaleiro francês que veio combater os mouros por estas paragens. Portanto, pensamos ser perfeitamente plausível ter existido e andado por estas terras, o tal conde de Guillon.

No que diz respeito ao *maravilhoso popular*, ele aparece explícito no «enorme corvo» e depois nas «pombas brancas» e no «cordeiro».

O *maravilhoso cristão* manifesta-se com a aparição da Santa para ditar o castigo ao conde e ainda nas «pombas brancas» e no «cordeiro».

Podemos concluir sobre a *autenticabilidade* da “lenda de Santa Marta”, dado o cumprimento das quatro primeiras circunstâncias, o que a torna verosímil.

1.1.2. Análise da “lenda de Santa Marta de Penaguião”

A “lenda de Santa Marta de Penaguião” (Anexo 2), pretende, em primeiro lugar, fundamentar a origem do nome das terras com esse topónimo. É uma lenda portuguesa de índole mourisco-cristã, onde se relatam as sagas de heroísmo protagonizadas por dois cavaleiros cristãos na sua conquista de terras aos mouros.

O antagonismo mouro-cristão, patente nesta narrativa, transporta-nos para os primórdios da nossa nacionalidade e é uma forma de homenagear a memória dos seus protagonistas.

Esta lenda portuguesa tem um *fundo histórico autêntico*. Conforme menciona Fernanda Frazão na introdução à lenda, este local muito antigo, «Terras de Penaguião», foi “onde incidiu a fúria cristã de reconquista territorial aos mouros” (Frazão s/d: 85-89) com mais convicção. Hoje, o concelho de Santa Marta de Penaguião tem uma área de sete mil hectares e é mais pequeno que a antiga «terra medieval» ou julgado de «Penagueirão», cuja área compreendia a totalidade do território dos concelhos de Santa Marta e Mesão Frio, da maior parte do concelho de Vila Real e de grande porção do concelho de Peso da Régua, conforme já citamos.

Os especialistas e historiadores portugueses consideram que os Muçulmanos desembarcaram em Espanha em 711 e dois anos mais tarde, “praticamente toda a Península se achava subjugada ao Islam e a Lusitania e a Gallaecia caíram em 713 também” (Marques 1978: 43). A «Reconquista» cristã “saltou de um pedacinho de território nas Astúrias para uma vasta região limitada a sul pela bacia do Douro” (Idem: 43-44).

Quanto à segunda característica canónica, a *probabilidade*, diz-nos Fernanda Frazão que os dois heróis cristãos, D. Tedo e seu irmão D. Rausendo, descendiam em linha directa do Rei Ramiro II de Leão. De facto, o verdadeiro nome deste rei era Ramiro Ordóñez que foi “«rei de Portugal» antes de herdar a totalidade dos domínios de seu pai, como Ramiro II (930-950)” (Idem: 43) pois, entretanto, a Galiza tinha sido desmembrada em duas partes e o sul fora-lhe entregue. Segundo a mesma autora, da árvore genealógica de D. Rausendo descende a geração «da Maia» e desta Gonçalo Mendes da Maia, «o Lidador», que, segundo Oliveira Marques, “herdou a província (parte sul da Galiza) em 950 e morreu antes de 999” (Idem: Ibidem).

No que diz respeito à *localização*, hoje é um dado adquirido que não se pode saber à certa o local verdadeiro da antiga Penaguião, ou seja, o castelo ou centro fortificado dessas terras. Há quem afirme que situar-se-ia no cume da encosta onde está edificada a capela de Santa Marta. Outros defendem que a sua localização seria noutro monte ao lado deste, a caminho de Fontes (freguesia do actual concelho) nas fraldas da Serra do Marão.

Quanto à *época*, não há dúvida alguma que é na idade Média, nos anos que antecederam a fundação do reino de Portugal.

O *maravilhoso popular* manifesta-se, nos longos momentos de espera dos cavaleiros que aguardavam emboscados no sopé do monte, através de um sussurro de medo e ansiedade que subiu de entre as árvores da base da serra.

O *maravilhoso cristão* é a Santa Marta a quem D. Tedo, D. Rausendo e restantes cavaleiros cristãos invocaram auxílio e protecção.

Dado que se comprova o cumprimento das quatro primeiras circunstâncias, podemos assegurar a característica da autenticabilidade, ou seja, a sua verosimilhança.

A explicação do topónimo desta localidade, considerando esta lenda e variante de Joaquim Alves Ferreira (Ferreira 1999: 131-132), também é muito curiosa.

- Fernanda Frazão conta-nos que os dois irmãos “ajoelharam ambos, rodeados de todos os filhos-de-algo que os acompanhavam, e rezaram a Santa Marta, que, diz a lenda, era a santa das suas devoções, pedindo que os auxiliasse naquela temerosa empresa”;
- Joaquim Alves Ferreira, por seu turno, descreve-nos que “quando esse dia chegou, juntaram-se na capela onde estava a imagem de Santa Marta de quem eram muito devotos. Aí, suplicaram-lhe protecção para aquela empresa santa, mas arriscada, e comprometeram-se a dar o seu nome àquela região se os ajudasse a alcançar a vitória contra os infiéis”.

Na variante escrita por Joaquim Alves Ferreira, ficamos a saber que eles eram devotos da Santa Marta e que comprometeram-se a dar àquela terra o nome da santa, caso saíssem vitoriosos.

O assalto ao castelo também é descrito de forma diferente, contudo, o que é mais significativo, na última versão, é que ficamos a saber que um dos irmãos, depois de estar no interior da muralha, “abriu as portas de par em par”, enquanto o segundo “subia à torre onde içou o guião que levava consigo”.

Na primeira versão, a narradora informa o leitor que pairava no ar “um sussurro de medo e ansiedade” quando se ouviu “um brado: «Santiago!», e surgiu um guião – o dos irmãos Ermiges”. «Santiago» era o grito de guerra utilizado pelos cavaleiros na Idade Média para o combate (batalha).

Nesta versão, tomamos conhecimento que os cavaleiros emboscados, ao verem o guião, “gritaram eufóricos palavras das quais D. Tedo e D. Rausendo, no alto da torre, só conseguiram distinguir: -...pena... guião!... pena... guião!”, o que explica, em parte, o nome da região: “ «Terra de Penaguião» ”. E só mais tarde, “quando se espalhou a devoção pela padroeira de D. Tedo e D. Rausendo, Santa Marta, mudou-se o nome do território para Santa Marta de Penaguião”.

Na segunda versão, o narrador conta-nos que D. Rausendo, após içar o guião no castelo, gritou com toda a força: “Pena! Guião!”. Era a senha pré-estabelecida

para os companheiros atacarem e esmagarem os sarracenos que não ofereceram qualquer resistência.

Assim, para cumprir a promessa feita à Padroeira, deram às terras daquela região o nome de “terras de Santa Marta e acrescentaram-lhes as palavras da senha: Pena! Guião!”.

1.1.3. Análise contrastiva das lendas

Tendo em consideração os elementos narrativos que a “lenda de Santa Marta” nos apresenta, somos levados a incluí-la nas lendas religiosas ou hagiográficas, em virtude da intervenção da Santa na vida do conde de Guião. Contudo, está incluída no grupo das lendas etiológicas, porque é seu objectivo explicar a origem do topónimo da localidade de Santa Marta de Penaguião.

Quanto à “lenda de Santa Marta de Penaguião”, poderíamos considerá-la histórica, porque refere personagens ligadas à nossa história e aos seus feitos «militares». Também se encaixa nas lendas etiológicas porque é essa a sua finalidade primeira. Porém, consideramo-la de índole mourisco-cristã pelos motivos então evocados, pois parece-nos o mais correcto, tendo em atenção os elementos descritivos que nos apresenta.

No que diz respeito à análise contrastiva propriamente dita, e tendo em consideração as características das lendas, concluímos o seguinte:

- Na “lenda de Santa Marta”, temos como personagem principal o conde de Guião, o maravilhoso cristão, a Santa Marta e ainda o maravilhoso pagão representado pelo simbolismo do corvo, das pombas e do cordeiro;
- Na “lenda de Santa Marta de Penaguião”, as personagens principais são os cavaleiros cristãos, D. Tedo e D. Rausendo e a invocação do maravilhoso cristão (Santa Marta);
- O título das lendas tem em comum apenas o nome da Santa Marta;
- Em ambas as lendas, verificamos uma luta entre o Bem e o Mal. Na “lenda de Santa Marta”, o Bem está representado simbolicamente no ente religioso, através das pombas e do cordeiro, enquanto o Mal está representado no corvo e no incêndio (fogo). Na “lenda de Santa Marta de Penaguião”, o Bem é representado pelos cristãos e o Mal pelos mouros;
- Constatamos ainda o momento de júbilo nas duas lendas. Na “lenda de Santa Marta”, acontece com a paz interior sentida pelo conde; na outra versão, sente-se com o cumprimento da promessa feita pelos cavaleiros em

sinal de agradecimento à Santa;

- Ambas as lendas têm um *fundo autêntico*, apesar de contrastante, porque ainda hoje existe a capela de Santa Marta nas “Terras de Penaguião”, ou seja, no concelho de Santa Marta de Penaguião;

- Quanto à característica canónica da *probabilidade*, a “lenda de Santa Marta de Penaguião” é mais verosímil, porque existe suporte escrito, histórico, que podemos comprová-lo;

- A *localização* se não apresenta dúvidas na “lenda de Santa Marta”, já não o podemos afirmar em relação à “lenda de Santa Marta de Penaguião”;

- Quanto à *época*, a “lenda de Santa Marta de Penaguião” não oferece qualquer tipo de dúvida, face às personagens históricas referenciadas, situando-a nos primórdios da fundação do reino de Portugal. O mesmo não poderemos atestar quanto à “lenda de Santa Marta”. Poderíamos situá-la em épocas remotas (indefinida) ou, ainda, nos anos anteriores à nossa independência se houvesse outro elemento (temporal) que avalizasse o conde de Guillon.

3. Conclusões

A lenda, como género literário popular, considerada “um caso à parte na literatura popular” (Frazão s/d: 9), só muito recentemente tem sido objecto de estudo científico por parte dos investigadores no âmbito da literatura popular, devido, em parte, ao facto de serem “demasiado locais, alusivas, fragmentárias e incompletas para competirem com os outros géneros populares” (*Ibidem*: 9). Por outro lado, Fernanda Frazão refere que “o seu estudo põe problemas de linguagem quase insolúveis ao investigador estrangeiro, usualmente pouco conhecedor dos meandros expressivos dos outros horizontes culturais” (*Ibidem*).

Estas gestas, produto da imaginação dos povos, podem e devem ser trabalhadas na sala de aula para e com o público infanto-juvenil, devido ao carácter histórico-cultural que encerram da civilização a que se reportam. Também permitem fazer uma transposição para um mundo maravilhoso e fantástico, ou seja, sonhar, o mundo específico da criança. Outra particularidade deste género narrativo é que se revela de fulcral proveito para as crianças porque lhes permite “aguçar” o interesse na pesquisa da origem das suas povoações.

Algumas narrativas lendárias, caso da “lenda de Santa Marta”, dadas as suas

semelhanças com o conto, encerram uma moralidade, outras, como a “lenda de Santa Marta de Penaguião”, têm a finalidade de ensinar (história).

No caso concreto das lendas de Santa Marta, sobre as quais dissertamos, têm a característica canónica da *autenticabilidade* porque relatam factos tidos como acontecidos, justificados no espaço e no tempo.

A “lenda de Santa Marta” tem um cariz mais popular, ou seja, insere-se dentro da literatura popular oral. É a lenda mais conhecida, ou melhor, é a versão transmitida de geração em geração porque, presentemente, ainda é conhecida tanto pelos mais velhos como pelos mais novos – as crianças.

Um dos factores que contribui para esse fim, talvez se deva ao facto desta narrativa ser muito curta, com muitas semelhanças ao simples conto tradicional.

O porquê do arraigamento desta lenda na cultura tradicional das pessoas destas terras, deve-se, a nosso ver, à sua forte **componente cristã**. De facto, uma das características destas narrativas é pretender demonstrar a religião que o povo professa no meio e ainda o comportamento do homem em relação ao sagrado. Verificamos que está presente um antagonismo entre Bem/Mal, castigo/recompensa ou trevas/luz.

O outro elemento, que contribui para esse fim, tem a ver com o castigo imposto pela Santa ao conde – **cultivar e tratar a vinha**. Em pleno séc. XXI, a cultura da vinha, cultura milenar nestas regiões, continua a ser o suporte económico das gentes que trabalham as paisagens rudes, mas majestosas, do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Com a presente investigação, procuramos transmitir a nossa preocupação relativamente a este género de literatura, vasto e riquíssimo nesta região, transmissor de valores e de comportamentos e ainda presente na estética de vida do povo transmontano, que urge preservar e transmitir às novas gerações como identidade cultural do povo.

Conjuntamente com estes aspectos, constatamos o valor histórico (local) de que se revestem estas histórias, porque, ao estarem referenciadas no espaço e no tempo, com situações e personagens locais, são um valioso contributo formativo. Simultaneamente, são uma forma de motivar a criança para a investigação relativa à toponímica da sua localidade.

As narrativas estudadas fazem parte das obras de tradição oral, que abordam questões do nosso e de todos os tempos: os problemas universais inerentes ao ser humano, sendo também um tipo de literatura adequada à infância, como formadora de consciências e tradutora da vida cultural das sociedades, em que prevalecem os

valores éticos e religiosos de determinados grupos sociais.

Foi nossa intenção, com o presente estudo, contribuir para a preservação e difusão da lenda em geral e para o estudo de um género literário que, com outras formas simples da literatura de expressão oral, servia para deleitar os serões à lareira, nas longas noites de Inverno, e moralizar.

Assim, nas diferentes localidades por onde possamos exercer a nossa actividade, devemos fazer trabalho de recolha dos vários géneros de literatura de expressão oral para que não morram com a memória e a alma dos seus verdadeiros guardiões.

Referências bibliográficas

- AA.VV. (19819): *Bíblia Sagrada*. Lisboa: Difusora Bíblica.
- AA.VV. (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa e da Fundação Calouste Gulbenkian* - Vol. II. Lisboa: Editorial Verbo.
- Bastos, Glória (1999): *Literatura Infantil e Juvenil*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Chevalier, Jean et Gheerbrant, Alain (s/d): *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.
- Coelho, Nelly Novaes (1991): *O Conto de Fadas*. São Paulo: Editora Ática S. A.
- Diniz, Maria Augusta Gonçalves Seabra (1994): *As fadas não foram à escola*. Porto: Edições Asa.
- Eliade, Mircea (2000a): *Aspectos do Mito*, Lisboa, Col. Perspectivas do Homem (As culturas, As Sociedades): Edições 70.
- _____ (s/db): *O sagrado e o profano - A essência das Religiões*. Lisboa: Edições Livros do Brasil.
- Ferreira, Joaquim Alves (1999): *Lendas e Contos Infantis - Volume V: Literatura Popular de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Vila Real: Minerva Transmontana, Tipografia, Lda.
- Frazão, Fernanda (s/da): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos: Lendas Nortenhas* - Vol. I. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- (s/db): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos: Lendas Beirãs* - Vol. II. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- _____ (s/dc): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos: Lendas do Ribatejo* - Vol. III. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- _____ (s/dd): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos, Vol. IV, Lendas do Além-Tejo*, Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- _____ (s/de): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos: Lendas do Algarve* - Vol. V. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- _____ (s/df): *Lendas Portuguesas, Investigação, Recolha e Textos: Lendas das Ilhas* - Vol. VI. Lisboa: Amigos do Livro Editores.
- Furtado, Filipe (1980): *A construção do fantástico na narrativa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Gomes, Alice (1979): *A Literatura para a Infância*. Lisboa: Torres & Abreu, Lda. Editores.
- Jung, Carl G. (1976): *O Homem e seus Símbolos - Carl G. Jung*. Rio de Janeiro: Editora

Nova Fronteira.

Jolles, André (1972): *Formes simples*. Paris: Ed. du Seuil.

Magalhães, Ana Maria e Alçada, Isabel (2001): *Portugal, História e Lendas*. Lisboa: Editorial Caminho, SA.

Marques, Gentil (1997a): *Lendas de Portugal: Lendas dos Nomes das Terras* - Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1997b): *Lendas de Portugal: Lendas Heróicas* - Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1997c): *Lendas de Portugal: Lendas de Mouras e Mouros* - Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1997d): *Lendas de Portugal: Lendas Religiosas* - Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.

_____ (1997e): *Lendas de Portugal: Lendas de Amor* - Vol. V. Lisboa: Círculo de Leitores.

Marques, Oliveira (19787): *História de Portugal*. Lisboa: Palas Editores.

Mesquita, Armindo (Coord.) (2002): *Pedagogias do Imaginário – Olhares sobre a literatura infantil*. Porto: Edições Asa.

Parafita, Alexandre (1998): *A Comunicação e a Literatura popular*. Lisboa: Plátano Edições.

Pedroso, Consiglieri (19784): *Contos Populares Portugueses*. Lisboa: Ed. Vega.

_____ (1988): *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e Outros Escritos Etnográficos*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

Peixoto, Marco Aurélio (1990): *Douro Precioso*. Régua: Amagraf.

Pereira-Müller, M. Margarida (2005): *Contos e Lendas do Mundo*. Porto: Civilização Editora.

Pinto-Correia, João David (1999): “A Literatura oral Tradicional e o seu público infantil”. In: *Anais da UTAD – Revista de Letras 3 – II Encontro de Literatura Infantil* - Vol. 9, n.º 1: 61.

_____ (1993): “Os Géneros da Literatura Oral Tradicional: Contributo para a sua Classificação”. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, n.º 9: 63-69.

Reis, Carlos e Lopes, Ana Cristina Macário (20027): *Dicionário de Narratologia*. Coimbra: Liv. Almedina.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1978): *História de Portugal* - Vol. I. Lisboa: Editorial Verbo.

Silva, Victor Manuel Aguiar e (19948): *Teoria da Literatura*. Coimbra: Liv. Almedina.

Soares, Maria Luísa Castro (2003): *Considerações gerais sobre a Literatura Tradicional de Transmissão Oral: Uma proposta de análise à versão portuguesa de “A Gata Borracheira” (Consiglieri Pedroso)*, Vila Real: UTAD/Série Didáctica - Ciências Sociais e Humanas 41.

INTERNET

“A Lenda Santa Marta”. Internet. Disponível em <http://www.caves-stamarta.pt/lenda.htm>. (consultado em 10 de Abril de 2004).

“A Lenda Santa Marta”. Internet. Disponível em http://www.cm-smpenaguião.pt/visita_concelho/visita_index.html. (consultado em 10 de Abril de 2004).

CD-ROMS

Literatura Portuguesa de Tradição Oral (2002). CD-ROM. Projecto Vercial. Vila Real. UTAD.

LENDA DE SANTA MARTA³

Anexo 1



Reza assim a história...

Num belo dia, um conde de nome Guião e terrível no temperamento, mandou incendiar a capela em honra de Santa Marta, padroeira da Região Demarcada do Douro. Após ter cometido este pecado, apareceu-lhe a Santa que o castigou exemplarmente obrigando a plantar e trabalhar uma vinha. Cheio de remorsos e de vergonha, tapou a face com a mão direita. A simbolizar o Mal apareceu aos seus pés um enorme corvo, que o acompanhou para todo o lado, a lembrar que estava em falta com Santa Marta. Sem poder fugir ao castigo imposto, virou-se para a cultura da vinha.

Na vindima, mais contente com o trabalho realizado durante o ano, oferece à Santa as uvas que foram fruto do seu trabalho. A sua alma está agora em paz, e o corvo desapareceu para em seu lugar aparecer um cordeiro e pombas brancas, que representam a pureza e a paz que o Conde estava a sentir.

E foi assim que o Conde de Guião foi o primeiro a granjear a vinha na Região Demarcada do Douro.

Esta lenda teria dado origem a um lugar chamado Santa Marta de Penaguião, que não será mais do que a junção das palavras Santa Marta, a Santa; pena, o castigo; e Guião (Guillon em francês), o Conde.

Esta interessante lenda, da autoria do mestre Lino António, executado em 1945 por processos medievais, encontra-se primorosamente representada, para o visitante contemplar, num belo vitral da sede da Casa do Douro, na Régua.

³ <http://www.caves-stamarta.pt/lenda.html>

LENDA DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO⁴

Anexo 2

Uma lenda é uma lenda, e por isso, normalmente, encerra em si uma parte de fantasia e outra de verdade histórica. Mais do que nunca, isto aplica-se à “lenda de Santa Marta de Penaguião”.

«Terras de Penaguião», como se chamava na Idade Média à região, foi um dos locais mais antigos onde incidiu a fúria cristã de reconquista territorial aos mouros. Com efeito, grande parte desta região foi tomada aos mouros, antes mesmo da fundação da nacionalidade, por caudilhos quase lendários e que durante muito tempo a crítica histórica fez por ignorar. Hoje acredita-se que essas figuras existiram realmente e tenta expurgar-se o que há de lendário nos romances que se teceram à volta delas.

Penaguião é um topónimo composto por duas palavras: Pena e Guião. Pena se chama, como toda a gente sabe, a um castelo cujos alicerces estão embebidos nos rochedos inabalaáveis de um monte. Guião, explica-o a lenda que vou contar, utilizando todos os recursos fantasistas e todas as memórias heróicas do nosso povo. Linguisticamente, porém, Guião é um topónimo de origem germânica que terá evoluído do nome próprio «Gógila» até se consolidar na expressão que hoje tem.

Conta, pois, uma lenda que tem o seu fundamento em factos anteriores à nacionalidade que o território que então se chamou «Terra de Penaguião», e hoje Santa Marta de Penaguião, deve o seu nome à coragem de dois cavaleiros irmãos: D. Tedo e D. Rausendo.

D. Tedo e D. Rausendo foram realmente os conquistadores desta região. Pertenciam a uma nobre e antiga família peninsular. O seu apelido era «Ermiges» e descendiam em linha directa do Rei Ramiro II de Leão (V. D. Ramiro ou a lenda de Gaia). Foram conquistadores, povoadores e fundadores do velho Mosteiro de S. Pedro das Águias, na região dos rios Távora, Tedo e Torto, na segunda metade do século XI. À volta destes dois irmãos muitas lendas se teceram, como de resto à volta de antepassados e descendentes seus.

D. Tedo morreu sem deixar filhos, mas de D. Rausendo proveio a famosa estirpe «da Maia» e, segundo diz a lenda, a família Távora. Da estirpe «da Maia» saiu Gonçalo Mendes da Maia, «o Lidador», entre muitos outros que foram companheiros inseparáveis, durante várias gerações, dos nossos reis, rainhas e infantes, gente tão rica e poderosa quanto os soberanos do Portugal antigo.

D. Tedo e D. Rausendo eram, então, dois caudilhos dessa época em que os mouros dominavam o futuro território de Portugal. Viviam combatendo os sarracenos por essa região agreste, quase sem pouso certo, e, diz um velho romance, «enquanto um comia o outro ia velando». Muitos tinham sido já os castelos que haviam tomado à moirama, mas

⁴ Frazão, Fernanda (s/d): *Lendas Portuguesas, investigação, recolha e textos-Lendas Nortenhãs*. Lisboa: Ed. Amigos do Livro, pp. 85-89.

aquele, no alto da penedia, continuava inacessível. Diziam os cristãos, em desespero, que era impossível de tomar.

Tedo e Rausendo, porém, não estavam habituados a desistir ante quaisquer obstáculos, fossem eles humanos ou naturais. E, conta a lenda, conceberam um plano mediante o qual conquistariam o castelo sozinhos. Como o lobo assalta, esfomeado e silencioso, pela noite, assim D. Tedo e D. Rausendo tencionavam entrar na pena dos mouros. Avisaram disso os companheiros de armas e mandaram-nos esperar emboscados no sopé do monte, até que vissem sobre a muralha do castelo a sua bandeira, o seu guião.

Na noite apazada, noite escura de lua nova, vestiram a cota de malha, puseram o camal e, utilizando borzeguins em vez de balegões, para não fazerem barulho contra as pedras, partiram silenciosamente monte acima, D. Tedo por um lado, D. Rausendo pelo outro.

Antes dito, porém, ajoelharam ambos, rodeados de todos os filhos-de-algo que os acompanhavam, e rezaram a Santa Marta, que, diz a lenda, era a santa das suas devoções, pedindo que os auxiliasse naquela temerosa empresa.

E avançaram, destemidos e audazes, por entre as fragas do morro. Lá no alto, já na pena, escalaram os rochedos e as muralhas com o auxílio de cordas que levavam consigo. Apesar de as espadas tinirem de encontro às muralhas, conseguiram chegar ao cimo sem que as atalhias mouras dessem pela sua presença. Fora, realmente, boa ideia substituir os pesados sapatões de ferro por calçado de couro!

Não se sabe qual deles saltou primeiro para o lado de dentro das muralhas. O que a lenda diz é que algum tempo passado se começou a ouvir, no sopé do monte onde os restantes cavaleiros aguardavam emboscados, uma enorme grita vinda de dentro do castelo. Pouco a pouco, a vozeria foi diminuindo e ao mesmo tempo aumentando a angústia dos que esperavam. Quando tudo ficou silencioso, estava a madrugada espreitando a medo por entre as nuvens, um sussurro de medo e ansiedade subiu de entre as árvores da base da serra. Contudo, segundos após, do lado da torre de menagem ouviu-se um brado: «Santiago!», e surgiu um guião – o dos irmãos Ermiges.

Por momentos, os cavaleiros emboscados deixaram descair os ombros contraídos pelo nervosismo da espera. Depois, no paroxismo de uma vitória que, afinal, não era deles, gritaram eufóricos palavras das quais D. Tedo e D. Rausendo, no alto da torre, só conseguiram distinguir:

-...pena... guião!... pena... guião!

Assim se conquistou mais um castelo aos mouros.

Da vozeria indistinta dos cavaleiros que tinham ficado no fundo do monte se deu o nome à região: «Terra de Penaguião». Mais tarde, diz a lenda, quando se espalhou a devoção pela padroeira de D. Tedo e D. Rausendo, Santa Marta, mudou-se o nome do território para Santa Marta de Penaguião.

SANTA MARTA DE PENAGUIÃO⁵Anexo 3
Variante 2

Santa Marta de Penaguião, hoje Concelho do Distrito de Vila Real, foi, segundo diz a lenda, invadida e dominada pelos sarracenos, os quais, para consolidarem a sua permanência, construíram um castelo, lá no alto da encosta, agora coberta de cepas e de oliveiras, mas, nessa altura, cheia de espessos matagais.

Dali, podiam facilmente defender-se de possíveis tentativas para os desalojar e, ao mesmo tempo, vigiar os habitantes das aldeias em redor.

A posição quase inacessível do castelo e a força poderosa dos seus ocupantes mantinham os autóctones em forçada submissão e tiravam-lhes a veleidade de esboçar qualquer gesto de revolta.

Além disso, faltava-lhes um chefe capaz de aproveitar o seu descontentamento e de aglutinar as energias dispersas, para conseguir pôr fim ao domínio odioso dos invasores.

Por isso, os suportavam, embora interiormente revoltados, esperando pacientemente o dia em que ele surgisse e desse corpo ao seu sonho de liberdade.

E esse dia chegou com o aparecimento de dois intrépidos fidalgos, irmãos no sangue e no valor, que ali se fixaram, vindos não se sabe donde, e se mostraram decididos a chefiar a revolta contra os indesejáveis filhos de Maomé.

Eram eles D. Tedo e D. Rausendo, homens de antes quebrar que torcer, que punham o amor à terra acima do amor à vida e o pundonor acima do egoísmo.

Inconformados com aquela situação desonrosa, depois de auscultarem a vontade popular, conceberam um plano astucioso, para o assalto ao castelo.

Escolheram os mais audazes, distribuíram-lhes armas, deram-lhes as instruções necessárias e marcaram o dia do combate.

Quando esse dia chegou, juntaram-se na capela onde estava a imagem de Santa Marta de quem eram muito devotos. Aí, suplicaram-lhe protecção para aquela empresa santa, mas arriscada, e comprometeram-se a dar o seu nome àquela região se os ajudasse a alcançar a vitória contra os infieis.

Depois, fizeram as últimas recomendações e, ao anoitecer, começaram a caminhar em direcção ao castelo, em rigoroso silêncio, protegidos pela escuridão.

Chegados ao alto, esperaram que as sentinelas adormecessem e, quando sentinelas e soldados descansavam tranquilamente nos braços de Morfeu, D. Tedo e D. Rausendo destacaram-se do grupo e avançaram para a fortaleza.

D. Tedo atirou uma corda às ameias junto das portas, enquanto D. Rausendo lançava outra às ameias junto da torre de menagem. Depois de escalarem a muralha, o primeiro desceu pela corda para o interior e abriu as portas de par em par, ao mesmo tempo que o

⁵ Ferreira, Joaquim Alves (1999): *Lendas e Contos Infantis* - Vol.V. Vila Real: Minerva Transmontana, Tipografia, Lda., pp. 131-132.

segundo subia à torre onde içou o guião que levava consigo.

Depois, quebrou o silêncio da noite, gritando com toda a força: Pena! Guião!

Era a senha pré-estabelecida que queria dizer: bandeira no castelo.

A estas palavras, os companheiros, que estavam próximos, irromperam como um furacão pelas portas escancaradas e esmagaram rapidamente os sarracenos que não tiveram tempo de esboçar qualquer resistência.

Era o fim da tirania dos muçulmanos e o princípio da liberdade dos cristãos.

Então, para cumprirem a promessa feita à sua Padroeira, deram, por aclamação unânime, às terras de toda aquela região o nome de terras de Santa Marta e acrescentaram-lhe as palavras da senha: Pena Guião.

E foi assim que nasceu o nome completo, que ainda permanece: Santa Marta de Penaguião.

COMUNICÇÃO

Elementos da língua e comunicação literárias em Eugénio de Andrade: contributos para uma leitura didáctica¹

J. Esteves Rei
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
jrei@utad.pt; jrei@ufp.pt

Resumo

O nosso ponto de partida é a afirmação de que “cada escritor inventa a sua língua”, repeditamente, ouvida a Jean Peytard, antigo professor da Universidade de Besançon, nos seus Seminários do CNRS, em Paris. Como uma língua se destina apenas à comunicação e esta apresenta hoje um domínio avassalador, parece-nos pertinente observar o modo como ela se revela no espaço do literário. Assim, surge a expressão comunicação literária, que procuramos desenvolver conceptualmente, para, num segundo momento, aplicarmos a uma selecção de textos de Eugénio de Andrade.

Em termos estruturais, o artigo desenvolve uma breve teorização da expressão “comunicação literária” e ilustra algumas das vertentes dessa noção com passagens de poemas do autor. Como resultado, e oferecendo uma outra possibilidade de leitura desses textos, temos uma certa teorização da comunicação literária, a partir de textos de Eugénio de Andrade.

¹ Este texto foi apresentado no Encontro *Eugénio de Andrade – um ano sobre a morte do poeta*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, 2 de Junho de 2006.

O. Introdução

Jean Peytard, antigo professor da Universidade de Besançon, afirmava nos seus Seminários do CNRS, que **cada escritor inventa a sua língua**.

Todavia, já Ésquilo² afirma, pela boca da personagem Oceano, que Prometeu “**tinha uma língua soberba e ativa**”, terminando por caracterizá-la como uma “**língua estulta**”, e acrescenta, o que “**é o pior dos males**”.

Também Eugénio de Andrade, nos deixa pressupor possuir ele *uma língua* de seu ofício:

OFÍCIO

Recomeço.

Não tenho outro ofício.

[...]

recomeço,

pedra sobre pedra,

a juntar palavras; (Andrade, 2000:137)

E ainda:

É todo um mundo confuso, de penetração difícil, tanto mais difícil quanto mais pretendo pô-lo claro, transparente. (*Ibidem*: 37, 1-3)

Sendo isto verdade, em dado nível de leitura-compreensão-interpretação, interrogamo-nos: *estas línguas dos escritores estão ao serviço de que finalidade?* Lázaro Carreter (2003: 11), filólogo, linguista e articulista de jornais diários, é insuspeito na sua resposta: “*la finalidad de toda lengua é la de servir de instrumento de comunicación*”.

Perante esta generalização, é legítimo perguntar: de que *tipo de comunicação* se trata, quando falamos de comunicação literária?

- *De uma comunicação mágica* – Responde Yves Vadé (1990: 31), afirmando:

Dans celle-ci, contrairement à la communication linguistique, ce qui circule n’est pas de l’ordre du sens; c’est une charge pulsionnelle [...] Cette charge, réelle ou fantasmée, est perçue par un récepteur [...] chez qui elle suscite des perturbations diverses ([...] l’angoisse, l’agressivité, l’extase, différents phénomènes psychosomatiques, etc.).

Exemplo, em Eugénio :

² Ésquilo, s/d, *Prometeu Agrilhado*, Lisboa, Editorial Inquérito.

**Tenho o nome de uma flor
quando me chamas.
Quando me tocas
nem eu sei
se sou água, rapariga,
ou algum pomar que atravessi.** (Andrade, 2000: 24)

A *matriz comunicativa* já aparecia ligada ao lexema *literatura* por Diderot, em 1751:

Literatura

[1)] *específica forma de produção, de expressão e de comunicação* [s. n.]
artísticas
[2)] *corpus de objectos – os textos literários – resultante daquela particular
actividade de criação artística.* (Silva: 1986: 6-7)

Exemplo:

**Tu perguntas e eu não sei.
eu também não sei o que é o mar.**

**É talvez uma lágrima caída dos meus olhos
ao reler uma carta, quando é de noite.
Os teus dentes, talvez os teus dentes,
miúdos, brancos dentes, sejam o mar [...]** (Andrade, 2000: 67)

Também para Pascal, a literatura, na época designada por eloquência³ -

“*é a arte de dizer as coisas* [s.n.] de maneira” a: - i) “ouvir sem dificuldade”, ii) “com
prazer”, iii) para “levar a reflectir” (Pascal: 1978:17). E escreve: como “o objecto da
medicina consiste na cura” assim “o objecto da poesia é o deleite (*Ibidem*: 23)”.

Vejamos este pensamento tomar forma em Eugénio:

AS PALAVRAS

**São como um cristal,
as palavras.
Algumas, um punhal,
um incêndio.
Outras,
orvalho apenas.**

**Secretas vêm, cheias de memória.
Inseguras navegam:
.....** (Andrade, 2000: 88)

³ Cf. Vítor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, Coimbra, Livraria Almedina, 1986 (7ª ed.), p. 2: “Anteriormente à segunda metade do século XVIII, quando se pretende denominar a arte e o *corpus* textual que actualmente designamos por *literatura*, são usados lexemas e sintagmas como *poesia, eloquência* [...]”.

Mais tarde (1910), Gustav Lanson (1983: 225), ao introduzir a literatura no liceu, sublinha a sua função hedonista: “a literatura é um dos prazeres de que se compõe a felicidade, finalidade da natureza: o prazer é a suprema lei.”

Também Proust refere a existência de “*uma comunicação no interior da solidão*”, como sendo um *milagre fecundo*, nisso consistindo a *essencia original* da leitura [s.n.]. (Proust 1998: 41).

Ilustremos:

**Quando em silêncio passas entre as folhas,
uma ave renasce da sua morte
e agita as asas de repente;
tremem maduras todas as espigas
como se o próprio dia as inclinasse,
e gravemente, comedidas,
param as fontes a beber-te a face.** (Andrade 2000: 20)

Ora Aguiar e Silva, a partir da posição comunicativa de Diderot, conclui que a intervenção do leitor é determinante, na transformação de uma leitura em *comunicação literária*. Escreve:

“Se a ideia de literatura não é [...] essencialista;
se a literariedade não se pode fundamentar em específicas propriedades textuais
[...];
se o ‘objecto literário’ é uma metáfora espacial, a que não corresponde um estatuto ontológico,
o fundamento do conceito de literatura ter-se-á de procurar no(s) sujeito(s) leitor(es)”. (Silva 1986: 18)

Na verdade, apenas o *leitor literário*, isto é, *literariamente instruído*, dir-se-ia *iniciado*, fundamentará a leitura da seguinte *comunicação literária*:

**Cansado de ser homem durante o dia inteiro
chego à noite com os olhos rasos de água.
Posso então deitar-me ao pé do teu retrato,
entrar dentro de ti como num bosque.**

**É a hora de fazer milagres:
posso ressuscitar os mortos e trazê-los
a este quarto branco e despovoado,
onde entro sempre pela primeira vez,
para falarmos das grandes searas de trigo
afogadas na luz do amanhecer.** (Andrade 2000: 65)

A razão, segundo Searle, está no facto de a comunicação não se tornar literária devido a uma intenção do autor ou a propriedades internas, mas devido à convenção de uso dos textos nesse sentido (literário) (Searle 1986: 18, nota 43). Ou seja, se

não houver intenção literária do leitor nenhum texto se torna literário ou todo o texto perde essa dimensão literária.

Ilustração em Eugénio:

SERÃO PALAVRAS

**Diremos prado bosque
primavera,
e tudo o que dissermos
é só para dizermos
que fomos jovens.**

**Diremos mãe amor
um barco,
e só diremos
que nada há
para levar ao coração.**

**Diremos terra mar
ou madressilva,
mas sem música no sangue
serão palavras só,
e só palavras, o que diremos.** (Andrade 2000: 105)

Para que essa intenção exista, porém, o leitor deve aceder à *formação*, à *experiência* e à *vivência* da *comunicação literária*. São elas que permitem, na intenção de Prometeu, aceder a “**uma mente que vê para lá do visível**” (*Ibidem*: 64), que ele próprio procurou educar, como informa:

[...] no começo, [os homens] eram ignorantes e [eu] os tornei cientes e senhores da sua inteligência. [...] No começo eles **olhavam e não viam, escutavam e não ouviam** [...]. (*Ibidem*: 41)

Ou, na expressão de Eugénio de Andrade:

Passamos pelas coisas sem as ver (*Ibidem*: 33).

É que, após essa *educação prometeica*, o homem não pode mais confrontar-se com “**uma fala obscura, incompreensível**” (*Ibidem*: 62).

Parece ter-se perdido a sabedoria que permite o **milagre** procurado pelo eu poético em:

**Procuro-te [...]
Chamo por ti, e o teu nome ilumina
as coisas mais simples:
o pão e a água
a cama e a mesa, os pequenos e doces animais [...].**(*Ibidem*: 64)

Quando, porém, se trata de **coisas que vemos por meio da mente**, isto é, **por meio do intelecto, da razão e do afecto**, falamos de coisas que contemplamos presentes nessa luz interior da Verdade, de que é iluminado e goza aquele que se denomina o **homem interior**.

Essa *formação/ experiência / vivência da comunicação literária* não podem deixar de compreender os interlocutores, as palavras, os sentidos, as funções da linguagem, o lugar e o tempo, a própria composição/texto e, por fim, retomando tudo, a língua do escritor, como afirmava Jean Peytard. Detenhamo-nos em alguns desses suportes da *formação/ experiência / vivência da comunicação literária* e na forma que recebem em algumas passagens do autor em estudo.

1. Os interlocutores

A mensagem reportando diálogos é muito frequente. Ora não há comunicação sem comunicantes, fora e dentro do texto, como nos exemplos seguintes, Vejamos o conteúdo e a forma que toma a comunicação, em algumas passagens:

1.1. A nomeação do outro:

IX MADRIGAL

Tu já tinhas um nome, e eu não sei
se eras fonte ou riso ou flor.
Nos meus versos chamar-te-ei amor. (*Ibidem*: 22)

1.2. A criação do mundo para oferecer:

VIII

Foi para ti que criei as rosas.
Foi para ti que lhes dei perfume.
Para ti rasguei ribeiros
e dei às romãs a cor de lume
..... (*Ibidem*: 22)

1.3. A dúvida que ensombra os locutores:

De mim podia falar-te, mas não sei
que dizer-te desta história de maneira
que te pareça natural a minha voz. (*Ibidem*: 29)

1.4. A outra lógica das palavras e da luz:

Para ti criei palavras sem sentido,
inventei brumas, lagos densos,

e deixei no ar abraços suspensos
ao encontro da luz que anda contigo. (*Ibidem*: 30)

1.5. O apelo:

Sê tu a palavra,
branca rosa brava. (*Ibidem*: 119)

1.6. A revolta:

Que me quereis,
se me não dais
o que é tão meu? (*Ibidem*: 119)

- Cala-te, as palavras doem.
como dói um barco,
como dói um pássaro
ferido
no limiar do dia. (*Ibidem*: 123)

1.7. A tranquilidade da fala:

- Não tenhas medo:
nenhum rumor,
mesmo o do teu coração,
anunciará a morte. (*Ibidem*:122)

1.8. A identidade múltipla, não nomeada, como Deus:

CANÇÃO

Tu eras neve.
[...]

Tu eras água.
[...]

Eras o fruto
dos meus dedos a tremer.
[...]

Mas do nome
que o maio decorou,
nem a cor
nem o gosto me ficou. (: 83)

Tu és a água, a terra, o vento,
a estrela da manhã és tu ainda. (*Ibidem*: 122)

1.9. A *união* desejada, dois em um:

[...]
**Invade-me os olhos,
 inunda-me a boca,
 entra pelos poros
 do corpo, da alma,
 até ser em ti,
 sem peso e sem memória
 um acorde [...]
 uma vibração [...]**
 [...] (*Ibidem*: 131)

1.10. Estranha *forma de amar*:**O AMOR**

**Estou a amar-te como o frio
 corta os lábios. (*Ibidem*: 155)**

1.11. A *pergunta socrática*:

**Reparai no lume:
 vereis passar um rio
 rente ao outono.
 [...]**

**Ver-me-eis a mim
 Ou a música passar.**

**Quem me diz o caminho?
 onde me levam
 as sílabas contadas? (*Ibidem*: 162/3)**

1.12. A *confissão* de uma *comunhão pan-ontológica*:

[...]
**Deixa-me dizer: quando a pedra
 do verão era água
 na tua boca
 o meu nome era barco, [...]**

éramos nós meu amor éramos nós, [...]

essa música

onde a terra respira. (*Ibidem*: 186)

2. As palavras

Eugénio, como todos os maiores, tem das palavras uma noção e um manejo únicos, tem com elas uma relação singular como tinham, com as pedras, os construtores de catedrais: inventam recursos, criam estilos, fazem escola, que todos repetimos:

A *construção/desconstrução da escrita/leitura das obras*, sejam elas de Ésquilo ou de Eugénio, tem como material, **as palavras**; trata-se de obras feitas de língua(s) e de palavras, qual argila e respectivas tabuinhas/tijolos com que o rico Senhor fenício construía a sua habitação, tendo nelas gravado as suas máximas de vida.

Todavia, que palavras são essas?

As de Prometeu são apresentadas como:

“palavras violentas e contundentes” (*Ibidem*:35), na expressão de Oceano; mas são também **“Palavras simples, como é justo falar a amigos”** (*Ibidem*: 51).

Também Séneca aprecia a simplicidade das palavras e o domínio que seu discípulo, Lucílio, delas revela:

O que me agradou na tua carta foi ver que **dominas as palavras** [...]: as tuas **frases são concisas e adequadas ao assunto**; dizes apenas o que queres e **sugeres ainda mais do que dizes**. (*Ibidem*: 210)

Na verdade, como afirma noutra passagem: **“O que é necessário não é a abundância, mas sim a eficácia das palavras”** (*Ibidem*: 133). Por isso regista lapidarmente, **“À boa formação convém a clareza e a simplicidade”** (*Ibidem*: 165).

E a *escrita* de Eugénio de Andrade, *que palavras trabalha?* Como expressam vários dos poemas, também a sua palavra:

sente necessidade de **criar palavras sem sentido** [*Ibidem*:30], de **dizer palavras duras** (*Ibidem*: 47); assim como aprecia o **falar com modos naturais** (*Ibidem*: 45) ou **a palavra [...] rumor de um bando de gaivotas** (*Ibidem*: 50); mais, **Surdo, subterrânea rio de palavras / corre lento pelo [...] corpo todo** (*Ibidem*) e diz ter a capacidade de **guardar a voz dentro d[ela]** (*Ibidem*: 48).

De forma mais pormenorizada, observemos como a **palavra literária** de Eugénio de Andrade é uma palavra multiforme, plena de vidas diversas, que serve e exige, que faz milagres.

2.1. *Metamorfoses da Palavra*

A palavra nasceu:
nos lábios cintila.

Carícia ou aroma,
mal pousa nos dedos.

De ramo em ramo voa,
na luz se derrama.

A morte não existe:
tudo é canto ou chama. (*Ibidem*: 76)

2.2. *A neutralidade inexistente das palavras*

[...]
as palavras morde[m] a solidão,
atravessadas de alegria e de terror. (*Ibidem*: 82)

2.3. *O justo número de palavras:*

Mas tu já tens palavras que te bastem,
As últimas, pálidas, pesadas, ó abandonado. (*Ibidem*: 90)

2.4. *O poder das palavras:*

Com que palavras
ou beijos ou lágrimas
se acordam os mortos sem os ferir [...]? (*Ibidem*: 93)

2.5. *A dimensão instrumental da palavra, na comunicação humana e cósmica:*

O amor
[...]
Serve-se de palavras
por ignorar
que as manhãs mais limpas
não têm voz. (*Ibidem*: 14)

Com palavras amo. (*Ibidem*: 118)

De palavra em palavra
a noite sobe
aos ramos mais altos

e canta
o êxtase do dia. (*Ibidem*: 126)

Respiro a terra nas palavras,
no dorso das palavras
respiro
a pedra fresca da cal; (*Ibidem*: 138)

2.6. O vazio ou a gordura das palavras, quando estão a mais e embaraçam, entre os amantes:

O verão anda por aí, o cheiro
violento da beladona cega a terra.
[...] Encontra apenas
o nó de sombra das palavras.

Palavras... Onde um só grito
bastaria, há a gordura
das palavras. Palavras...,
quando apeteçam claridades súbitas, [...] (*Ibidem*: 153)

2.7. A morada da palavra e o seu acesso:

[...]
por esta torre
sobe-se à palavra nua
[...] (*Ibidem*: 189)

2.8. A inocência vocabular, como herança:

As palavras
tão leves que nem o ar feriam
nem sequer o ar

as palavras
que se levantam para recusar
(quando aprenderão a morder?)
são a nossa herança. (*Ibidem*: 199)

- Entre o verde complacente
das palavras corre o silêncio, [...] (*Ibidem*: 203)

MONFORTINHO

Os cavalos de junho e as palavras –
Que mansidão a sua na minha boca. (*Ibidem*: 208)

2.9. A *docilidade* das palavras:

Aqui durante a noite ouve-se o mar
e as palavras deixam-se despir;
como o pessegueiro mal abril começa
tenho uma brusca maneira de florir. (*Ibidem*: 215)

Deste colorido semântico da(s) palavra(s) do artista, desprende-se um humanismo pleno de cor, de criatividade, de riqueza estilística, de pensamento e de afectos. Não é de hoje nem de ontem. É de sempre. Encontra-se na Humanidade ou nas Humanidades do homem. O que é fantástico é vermos, por um lado, a diversidade que ele toma em cada artista e, por outro, o elevado grau de perfeição, que a obra alcança, e a fruição estética que ela nos proporciona.

3. PARA CONCLUIR

Segundo uma tradição egípcia, o faraó deverá despertar um barqueiro de duas caras, uma voltada para o invisível e outra para o visível. Então, poderá esse homem do leme comunicar-lhe o segredo da vida e conferir-lhe a capacidade de atribuir significado e de julgar tudo aquilo que se encontra disperso e cai sob o olhar do faraó (Jacq 2006).

Também Valéry (1960: 555) procura ultrapassar esta oposição *visível* / *invisível*, com a sua definição de Poesia:

«Est l'essai de représenter, ou de restituer par les moyens du langage articulé, **ces choses** ou **cette chose** que tentent obscurément d'exprimer les cris, les larmes, les caresses, les baisers, les soupirs, etc., et que semblent vouloir exprimer les objets, dans ce qu'ils ont d'apparence de vie, ou de dessein supposé.»

A educação para aceder a **essas coisas** ou **essa coisa**, de que fala Valéry, ou, dir-se-ia, à *comunicação literária*, deverá fornecer a **chave de leitura do invisível**: literário, mas também artístico, em geral, e sobretudo humano, social e cósmico.

Só assim o cidadão fugirá ao feitiço e à transformação de si próprio em *anjo de pedra*, como alerta Eugénio de Andrade:

XXVII O ANJO DE PEDRA

Tinha os olhos abertos e não via.
O corpo todo era Saudades,
de alguém que o modelara e não sabia
que o tocara de maio e de claridade.

Parava o seu gesto onde pára tudo:
no limiar das coisas por saber
- e ficara surdo e cego e mudo
para que tudo fosse grave no seu ser. (Andrade 2000: 30)

Referências Bibliográficas

- Andrade, Eugénio de (2000): *Poesia*. Porto: Fundação Eugénio de Andrade.
- Ésquilo(s.d.): *Prometeu Agrilhoado*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Hazard, Paul (1983): *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença.
- Jcq, Christian (2006): *O Mistério Mozart*. Lisboa: Bertrand.
- Lanson, Gustav (1983): In: Paul Hazard, *O Pensamento Europeu no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Presença.
- Lázaro Carreter, Fernando (2003): *El nuevo dardo en la palabra*. Santillana: Ediciones Generales.
- Pascal, Blaise (1978): *Pensamentos*. Mem Martins: Livros de Bolso Europa-América.
- Proust, Marcel (1998): *Sobre a Leitura*. Lisboa: Veja.
- Searle, John Searle (1986), apud Vítor Manuel de Aguiar e Silva: *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Séneca, Lúcio Aneu (1991): *Cartas a Lucílio*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (19867): *Teoria da Literatura*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Vadé, Yves (1990) : *L'Enchantement Littéraire. Ecriture et magie de Chateaubriand à Rimbaud*. Paris : Gallimard.

**TESES DE DOUTORAMENTO
E DISSERTAÇÕES DE MESTRADO
NO E DO DEPARTAMENTO DE LETRAS**

No ano de 2006, o Departamento de Letras viu chegarem ao fim vinte e sete trabalhos de investigação: duas Teses de Doutoramento, uma em Cultura Americana e outra em Cultura Portuguesa; e vinte e cinco Dissertações de Mestrado. Destas, dezasseis pertencem ao Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas; cinco situam-se no Mestrado em Cultura Portuguesa; e quatro pertencem ao Mestrado em Literatura Portuguesa: Especialização em Literatura Infanto-Juvenil.

Estão de parabéns os orientadores e orientandos pelo profícuo trabalho realizado.

Doutoramento em Cultura Americana

Autor: Orquídea Maria Moreira Ribeiro

Título da Dissertação: *Lyn 'her way through fiction: folklore and fiction in the work of Zora neale Hurston*

Orientadora: Prof.^a Doutora Teresa Ferreira de Almeida Alves

Data das provas: 06 de Julho de 2006

Classificação: Aprovada com Distinção e Louvor.

Doutoramento em Cultura Portuguesa

Autor: Alexandre José Parafita Correia

Título da Dissertação: *Mouros míticos em Trás-os-Montes: contributos para um estudo dos mouros no imaginário rural*

Orientador: Prof. Doutor João David Pinto Correia

Co-orientador: Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira

Data das provas: 09 de Janeiro de 2006

Classificação: Aprovada com Distinção e Louvor.

Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas

Autora: Alda Luísa Gomes Tavares

Título da Dissertação: *João Crisóstomo do Couto e Melo: ideias linguísticas e ensino da língua materna*

Orientador: Prof. Doutor Carlos Assunção

Data das provas: 31 de Março de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Graça Maria dos Santos Alves Morais Almeida

Título da Dissertação: *Francisco José Monteiro Leite: ideias linguístico-didáticas*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das provas: 03 de Abril de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Carla Alexandra Moreira Teixeira Alves de Moura

Título da Dissertação: *Maria Ondina Braga e o pós-modernismo: o caso exemplar de “A filha do Diabo”*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Gonçalves

Data das provas: 26 de Abril de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Patrícia Sofia Almeida Ferreira

Título da Dissertação: *O professor: vivências (des)encantadas em contra-corrente em Vergílio Ferreira*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Assunção Monteiro

Data das provas: 08 de Maio de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Adília Maria Henriques Araújo

Título da Dissertação: *O existencialismo no diário de Fernando Aires: uma reacção à insularidade*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Assunção Monteiro

Data das provas: 09 de Maio de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Catarina Lopes de Sousa

Título da Dissertação: *Um estudo estatístico-lexical das obras Sei Lá, Não há Coincidências e Alma de Pássaro de Margarida Rebelo Pinto: contributo para um estudo da “Literatura light”*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Olinda Santana

Data das provas: 05 de Junho de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Sofia Margarida de Carvalho Gouveia

Título da Dissertação: *Aspectos de “Sintaxe” em Augusto Epiphanio da Silva Dias*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das provas: 23 de Junho de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Palmira da Silva Correia

Título da Dissertação: *Dimensão simbólica da figura feminina e do amor na poesia de Camilo Pessanha*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Luísa Castro Soares

Data das provas: 28 de Junho de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Maria Luísa Martins Machado

Título da Dissertação: *Manifestações do Sagrado na religiosidade popular do Alto Douro: estudo etnolinguístico e lexical*

Orientador: Prof. Doutor Rui Manuel Guimarães

Data das provas: 07 de Julho de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autor: José Paulo da Costa Tavares

Título da Dissertação: *Pressupostos teóricos e metodológicos para o estabelecimento e exploração de um corpus paralelo latino-português*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das provas: 20 de Setembro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Maria Isabel Antunes Moreira

Título da Dissertação: *Contos de tradição oral: estudo informático-lexical e simbólico*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das provas: 22 de Setembro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autor: José Carlos Oliveira Machado

Título da Dissertação: *A peregrinação: mito(s), símbolos, realidade e utopia*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Luísa Castro Soares

Data das provas: 17 de Outubro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autor: António José Morais Borges

Título da Dissertação: *Da cegueira à lucidez: um percurso ideológico e literário*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Luísa de Castro Soares

Data das provas: 24 de Outubro de 2006

Classificação: Aprovado com Bom.

Autor: António José Marques Martins

Título da Dissertação: *O universo do fantástico na produção contuta de Mia Couto: potencialidades de leitura em alunos do Ensino Básico*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Maria Gonçalves

Data das provas: 02 de Novembro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Isabel Cristina da Silva Magalhães de Carvalho Faria

Título da Dissertação: *A importância do Discurso, do Signo Linguístico, da imagem, da Sílabas e do Fonema na Aquisição da Leitura e da Escrita*

Orientador: Prof. Doutor Rui Manuel Gomes Dias Guimarães

Data das provas: 18 de Dezembro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Maria da Graça Jesus Coutinho Mendes

Título da Dissertação: *Contributo para o estudo do Memorial do Convento, de José Saramago no Ensino Secundário*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Gonçalves

Data das provas: 27 de Dezembro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Mestrado em Cultura Portuguesa

Autor: João Luís Sequeira Rodrigues

Título da Dissertação: *João Pina de Morais; a vida, a obra, o pensamento*

Orientador: Prof. Doutor José Eduardo Pacheco Barreiros dos Reis

Data das provas: 19 de Janeiro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Maria de la Salette Ferreira de Castro

Título da Dissertação: *Tombo e demarcação do concelho de Fontes*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Olinda Santana

Data das provas: 22 de Fevereiro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Amélia Sofia Soares da Rocha

Título da Dissertação: *Inquisição portuguesa: a sociedade, o poder, as mentalidades
e a cultura jurídica entre os séculos XVI e XIX*

Orientador: Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira

Data das provas: 03 de Março de 2006

Classificação: Aprovada com Bom com Distinção.

Autor: Manuel José Vilares

Título da Dissertação: *Abadia de S. Pedro de Santa Comba: contributo para o
estudo da Ordem de Cister na região de Trás-os-Montes*

Orientador: Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira

Data das provas: 17 de Julho de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Cidália da Conceição Azevedo Fernandes

Título da Dissertação: *António Nobre: o homem, o poeta e as pequenas (grandes)
coisas*

Orientadora: Prof.^a Doutora Assunção Monteiro

Data das provas: 13 de Dezembro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Mestrado em Literatura Portuguesa: especialização em Literatura Infanto-Juvenil

Autor: Alberto Milão Ferreira

Título da Dissertação: *A lenda: património cultural da literatura infantil*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Luísa de Castro Soares

Data das provas: 25 de Setembro de 2006

Classificação: Aprovado com Muito Bom.

Autora: Ana Isabel Nogueira de Moura

Título da Dissertação: *O universo poético de Álvaro Magalhães. Uma arquitectura invisível*

Orientador: Prof. Doutor Armindo Mesquita

Data das provas: 03 de Outubro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.

Autora: Susana Isabel da Cunha Guerra Veloso

Título da Dissertação: *O universo do livro ilustrado para crianças*

Orientador: Prof. Doutor José Barbosa Machado

Data das provas: 20 de Outubro de 2006

Classificação: Aprovada com Bom com Distinção.

Autora: Sandra Cristina Fernandes Gomes

Título da Dissertação: *Uma Perspectiva Didáctica dos Contos de Sophia de Mello Breyner para a Infância*

Orientadora: Prof.^a Doutora Maria Luísa de Castro Soares

Data das provas: 18 de Dezembro de 2006

Classificação: Aprovada com Muito Bom.



Departamento de Letras
Centro de Estudos em Letras
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Apartado 1013
5001-801 Vila Real
Portugal